



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

Edição 2017

UMA FERRAMENTA PARA PAUTAR A AÇÃO DE LÍDERES PÚBLICOS POR UM BRASIL MAIS SUSTENTÁVEL

Fundado em 2008, o Centro de Liderança Pública - CLP desenvolve líderes públicos empenhados em promover mudanças transformadoras por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

A necessidade de mais líderes no setor público é notável em todas as hierarquias. A difícil mobilidade do setor público, mergulhado em burocracias, exige ações enérgicas que, por sua vez, só podem ser tomadas por verdadeiros líderes públicos.

As marcas dessa crise de liderança se fazem presentes na falta de uma agenda nacional de desenvolvimento, na grande burocracia e nos projetos sem fim, que tanto marcam a política de infraestrutura nacional.

A atuação contínua de líderes públicos é o passo inicial para destravar as agruras da gestão pública nacional. Pessoas com poder de tomar decisões e que consigam mobilizar a sociedade em prol de uma agenda positiva para o País.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* foi concebido pelo CLP em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos 66 indicadores contemplados.

Aliado à vontade política, o *Ranking de Competitividade dos Estados* é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam fazer.

Luis Felipe d'Avila

Diretor-presidente do Centro de Liderança Pública - CLP



AGRADECIMENTOS

A elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* contou com a dedicação e contribuição de diversas pessoas e organizações. Gostaríamos de agradecer ao Conselho e à toda a equipe do CLP – Centro de Liderança Pública pelo engajamento em todas as etapas do estudo, assim como aos nossos parceiros: Tendências Consultoria Integrada e Economist Intelligence Unit. Agradecemos também à B3 pelo apoio na divulgação.

Agradecemos igualmente aos notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking, que promoveram valiosas contribuições para a concepção geral do ranking, aqui citados em ordem alfabética: Carlos Arruda, Dênis Mizne, Fábio de Almeida, Felipe Salto, Hécio Tokeshi, Humberto Dantas, Januário Montone, Leandro Piquet, Luciana Yeung, Mateus Bandeira, Oliver Stuenkel, Paulo Fleury, Pedro Bianchi e Reynaldo Fernandes.

ÍNDICE

Introdução.....	5
Ranking de Competitividade dos Estados.....	8
Pilares.....	17
Infraestrutura.....	17
Sustentabilidade Social.....	25
Segurança Pública.....	35
Educação.....	41
Solidez Fiscal.....	47
Eficiência da Máquina Pública.....	53
Capital Humano.....	59
Sustentabilidade Ambiental.....	63
Potencial de Mercado.....	68
Inovação.....	72
Perfil dos Estados.....	77
Anexos.....	132
Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings.....	132
Anexo 2: Estrutura e Metodologia.....	136





INTRODUÇÃO

Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de *ranking* proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de *enforcement* aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de *accountability* e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.



INTRODUÇÃO

O *Ranking de Competitividade dos Estados* tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o *Ranking de Competitividade dos Estados* pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do *Ranking de Competitividade dos Estados*, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados 66 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na seção 2 é apresentado o ranking propriamente dito, incluindo o seu detalhamento por pilar e por indicador.

Um resumo da análise teórica sobre rankings é deixado para o anexo 1, ao passo que a metodologia de construção do ranking é descrita no anexo 2.

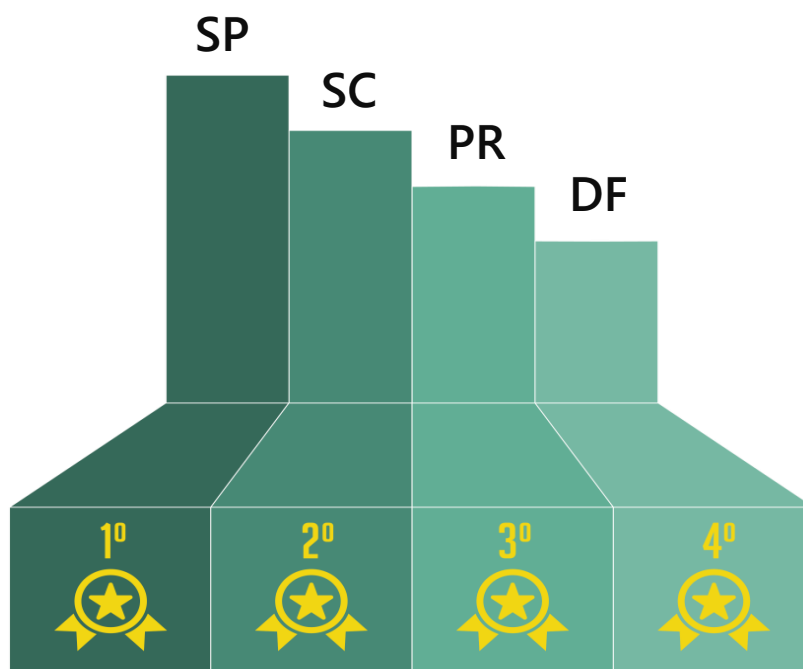
10 PILARES





RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

RANKING GERAL



O resultado final do *Ranking de Competitividade dos Estados de 2017* está reportado na figura acima.

Assim como na edição de 2016, São Paulo segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Já nas duas colocações seguintes houve troca de posições, com Santa Catarina subindo da 3ª para a 2ª colocação – puxado pelo ganho de 9 posições no pilar de potencial de mercado e 3 nos de solidez fiscal, capital humano e segurança pública –, com o Paraná caindo da 2ª para a 3ª posição – penalizado pela perda de 7 posições também no pilar de solidez fiscal e três no de eficiência da máquina pública. O Distrito Federal segue na 4ª colocação.

As UFs do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking, com os estados do Norte e Nordeste ocupando as últimas posições. Paraíba e Ceará são os representantes do Nordeste mais bem colocados, nas 10ª e 11ª colocações, respectivamente, à frente de Mato Grosso e Goiás.

Os últimos colocados foram os estados de Maranhão, Amapá e Sergipe, enquanto Alagoas conseguiu sair da última posição, passando para 24º.

Outras mudanças expressivas no ordenamento das UFs no ranking geral ocorreram com Acre, Rondônia, Paraíba, que foram as UFs que mais ganharam posições, enquanto Amapá, Amazonas e Pernambuco foram os estados que mais perderam posições.

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados* merece destaque também as sensíveis alterações de posições entre as UFs (em relação à edição de 2016) nos pilares de solidez fiscal e de segurança pública.

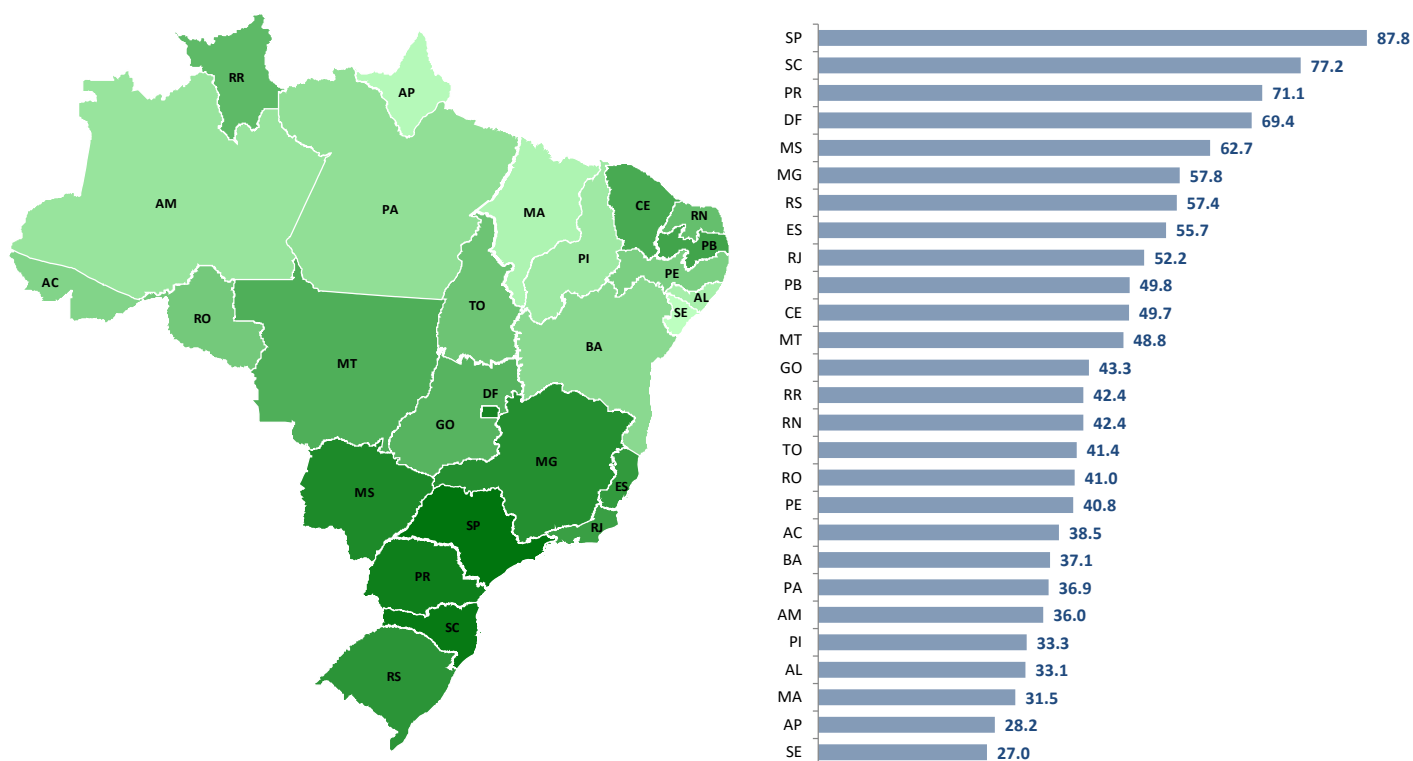
A situação fiscal dos Estados e municípios brasileiros apresentou sensível deterioração em 2016, sendo que alguns Estados já declararam calamidade financeira (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) ao passo que uma série de outros também mostra uma situação financeira bastante fragilizada.

Ainda assim, a severa recessão observada em 2015 e 2016 impactou de forma distinta as UFs, tanto pelo impacto em termos de queda da arrecadação quanto pelo aumento do serviço da dívida. Mesmo alguns estados que mostraram um considerável esforço de ajuste dos gastos correntes, isso se deu às custas muitas vezes de uma elevação do contingenciamento de despesas, afetando o grau de execução do orçamento e o nível do investimento público. E para alguns estados com elevado endividamento, o esforço de geração de resultados primários acabou se mostrando insuficiente para deter a piora do déficit nominal e do endividamento. A deterioração da situação fiscal preocupa também na medida que passa a afetar também os demais pilares e indicadores de competitividade e bem-estar social dos estados, tanto no presente quanto no futuro.

No caso do pilar de segurança pública, há dois fatores que explicam a forte “dança das cadeiras” entre as UFs nesse pilar. Em primeiro lugar, houve forte revisão nas séries históricas das fontes oficiais, principalmente no indicador de roubo e furtos de veículos. Além disso, também foi implementada uma alteração na fonte das estatísticas do indicador de ‘mortes a esclarecer’. Até a edição de 2016 era adotada a série do Fórum de Segurança Pública, substituída pela do Datasus, que dentre as vantagens, disponibiliza estatísticas para todas as UFs (ver Anexo 2 – Mudanças metodológicas – edição 2017).

Finalmente, o pilar de potencial de mercado também apresentou mudanças significativas. Como já comentado anteriormente, a atividade econômica das UFs foi afetada distintamente pela recessão dos dois últimos. Como agravante, em 2016 vários Estados do Nordeste e Centro-Oeste também foram severamente afetados pela estiagem.

Ranking de Competitividade dos Estados - 2017



São Paulo segue na 1ª colocação em quatro pilares: Infraestrutura, Educação, Inovação e Potencial de Mercado. Ademais, o Estado também manteve a 2ª colocação em Segurança Pública, em Sustentabilidade Social e em Eficiência da Máquina Pública em relação ao Ranking de 2016. No pilar de Capital Humano, SP caiu duas posições (da 3ª para a 5ª posição). No pilar de Solidez Fiscal, que já era seu ponto fraco, SP piorou bastante, caindo 6 posições (da 15ª para a 21ª).

A subida de Santa Catarina para a 2ª colocação no ranking geral se deu por conta da melhora relativa da UF nos pilares de: Segurança Pública (de 4º para 1º colocado), Solidez Fiscal (de 10º para 7º), Capital Humano (de 6º para 3º), Infraestrutura (de 4º para 3º) e Potencial de Mercado (de 19º para 10º). Além disso, SC manteve a primeira colocação em Sustentabilidade Social e a 3ª colocação em Educação. O único ponto negativo para a UF se deu no pilar de Sustentabilidade Ambiental, onde caiu duas posições (do 9º para o 11º).

Já o Paraná perdeu a medalha de prata por conta da sua piora relativa em pilares importantes, como Segurança Pública (da 1ª para a 4ª colocação), Sustentabilidade Social (da 3ª para a 5ª colocação), Solidez Fiscal (da 5ª para a 12ª), Educação (da 4ª para a 6ª) e Eficiência da Máquina Pública (da 3ª para a 6ª). Nos pilares de Capital Humano e Infraestrutura, PR mostrou melhoras, de 9º para 7º e de 5º para 2º, respectivamente.

Na outra extremidade, Sergipe passou para a última colocação do ranking geral, caindo uma posição em relação ao ranking de 2016. O Estado mostra posições muito ruins nos pilares de Capital Humano, Educação, Potencial de Mercado e Segurança Pública.

Já o Alagoas, que vinha como o último colocado nas duas últimas edições do ranking, saiu da lanterna e subiu 3 posições, com as melhoras nos pilares de Solidez Fiscal, Potencial de Mercado e Capital Humano e uma melhora modesta em Segurança Pública.

Os Estados que mais avançaram no *Ranking* geral entre a edição de 2016 e a de 2017 foram Acre (subindo da 25ª para a 19ª posição), Rondônia (da 22ª para a 17ª) e Paraíba (da 15ª para a 10ª). O Acre melhorou nos pilares de Solidez Fiscal, Segurança Pública e Potencial de Mercado. Rondônia melhorou sua colocação frente às demais UFs nos pilares de Infraestrutura, de Solidez Fiscal e de Potencial de Mercado. Já a Paraíba avançou nos pilares de Educação, Segurança Pública e Sustentabilidade Social.

Vale destacar também o desempenho do Ceará, que avançou três posições no ranking (de 14º para 11º), com melhoras em importantes pilares, como Educação (+3), Infraestrutura (+2), Solidez Fiscal (+6), Segurança Pública (+2) e Sustentabilidade Social (+2).

Por outro lado, o Amapá foi a UF que mais perdeu posições, caindo da 16ª para a 26ª colocação entre as edições de 2016 e 2017. O Estado perdeu posições nos pilares de Capital Humano (-16), Segurança Pública (-15), Solidez Fiscal (-15) e Potencial de Mercado (-12).

Os desempenhos dos Estados em cada pilar estão nas próximas duas tabelas:

Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100.0	1	90.8	2	96.4	2	100.0	1	51.9	21
SC	65.9	3	100.0	1	100.0	1	83.1	3	76.4	7
PR	69.9	2	84.0	5	79.8	4	72.0	6	69.7	12
DF	50.7	11	84.2	4	65.3	9	72.1	5	46.4	22
MS	63.0	5	70.0	9	76.4	5	51.8	11	64.2	16
MG	59.4	6	78.7	6	65.9	8	87.1	2	22.2	25
RS	40.1	18	88.7	3	68.4	6	58.5	10	21.3	26
ES	54.2	9	70.7	8	50.9	11	73.8	4	54.4	20
RJ	31.2	22	76.0	7	42.4	16	60.4	8	0.0	27
PB	65.5	4	40.4	16	47.6	13	41.2	14	65.8	14
CE	55.9	7	37.6	18	4.2	24	66.9	7	100.0	1
MT	55.2	8	61.9	11	35.4	18	48.4	12	75.9	8
GO	29.3	23	66.4	10	17.2	22	59.0	9	45.3	23
RR	11.4	25	32.3	20	66.5	7	36.3	16	38.2	24
RN	53.4	10	42.6	13	39.7	17	35.1	17	58.9	18
TO	34.3	21	41.2	14	60.6	10	45.9	13	66.9	13
RO	50.0	13	49.9	12	50.4	12	35.0	18	81.6	4
PE	50.6	12	36.4	19	0.0	27	38.2	15	74.3	9
AC	0.0	27	23.6	24	91.9	3	20.8	20	65.3	15
BA	39.6	19	40.8	15	12.0	23	18.1	23	87.5	3
PA	24.0	24	23.7	23	26.7	20	17.0	25	78.2	5
AM	4.9	26	21.5	25	35.1	19	20.0	22	70.5	11
PI	44.9	16	30.9	21	46.8	14	34.9	19	77.1	6
AL	45.9	15	19.8	26	1.2	25	9.4	26	98.0	2
MA	44.6	17	0.0	27	43.4	15	20.2	21	73.3	10
AP	36.1	20	27.0	22	23.2	21	0.0	27	55.9	19
SE	46.8	14	38.1	17	0.7	26	17.4	24	64.0	17

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	94.8	2	65.1	5	78.9	4	100.0	1	100.0	1
SC	86.4	7	70.4	3	57.1	11	43.8	10	62.2	3
PR	87.8	6	56.1	7	84.7	2	32.5	18	60.4	5
DF	89.2	5	100.0	1	100.0	1	52.2	6	47.1	6
MS	74.3	12	60.1	6	52.2	16	71.4	4	29.8	9
MG	92.8	3	41.1	13	56.2	12	16.5	23	43.7	7
RS	100.0	1	33.9	18	52.3	15	42.6	11	75.3	2
ES	91.2	4	67.1	4	59.2	9	2.0	26	15.2	14
RJ	81.6	8	95.5	2	67.2	5	35.8	15	60.9	4
PB	57.9	17	35.4	16	53.2	14	49.4	8	33.1	8
CE	80.6	9	35.3	17	56.0	13	37.5	12	22.6	12
MT	75.8	11	48.5	10	10.9	25	45.2	9	9.5	21
GO	61.5	14	46.6	11	61.0	7	37.5	13	11.7	17
RR	15.7	25	51.3	9	82.9	3	92.2	2	8.6	22
RN	51.7	18	35.4	15	47.7	18	21.3	21	26.2	10
TO	0.0	27	43.8	12	35.7	21	49.6	7	6.2	25
RO	20.9	24	37.4	14	0.0	27	36.2	14	7.1	24
PE	78.4	10	32.3	19	60.3	8	20.8	22	25.0	11
AC	39.1	22	27.7	22	40.7	20	62.4	5	1.2	26
BA	58.1	16	24.3	23	52.0	17	14.9	25	18.5	13
PA	71.6	13	21.4	24	26.3	23	78.6	3	11.1	18
AM	60.1	15	56.1	8	67.0	6	27.2	20	14.8	15
PI	25.8	23	4.3	26	3.6	26	16.0	24	7.2	23
AL	40.4	21	31.1	20	44.5	19	27.7	19	10.2	19
MA	42.2	20	15.5	25	16.5	24	33.6	17	9.5	20
AP	13.7	26	28.5	21	57.5	10	34.9	16	0.0	27
SE	42.9	19	0.0	27	31.5	22	0.0	27	12.2	16

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2016 – I
Ranking Geral

UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		2		2		1	
SC	2	1 ▲	3	1 ▲	1		1	3 ▲	3	
PR	3	-1 ▼	2	3 ▲	5	-2 ▼	4	-3 ▼	6	-2 ▼
DF	4		11	-1 ▼	4	1 ▲	9	11 ▲	5	
MS	5		5	2 ▲	9		5	9 ▲	11	
MG	6	1 ▲	6		6	1 ▲	8	1 ▲	2	
RS	7	2 ▲	18	3 ▲	3	1 ▲	6	2 ▲	10	-3 ▼
ES	8	-2 ▼	9	4 ▲	8	2 ▲	11		4	2 ▲
RJ	9	-1 ▼	22	1 ▲	7	-1 ▼	16	6 ▲	8	1 ▲
PB	10	5 ▲	4	-2 ▼	16	3 ▲	13	11 ▲	14	5 ▲
CE	11	3 ▲	7	2 ▲	18	2 ▲	24	2 ▲	7	3 ▲
MT	12	-2 ▼	8	6 ▲	11		18		12	3 ▲
GO	13	-1 ▼	23	1 ▲	10	-2 ▼	22	-7 ▼	9	-1 ▼
RR	14	-3 ▼	25	-6 ▼	20	-3 ▼	7	-4 ▼	16	1 ▲
RN	15	3 ▲	10	-7 ▼	13	3 ▲	17	6 ▲	17	3 ▲
TO	16	3 ▲	21	-1 ▼	14		10	-3 ▼	13	1 ▲
RO	17	5 ▲	13	5 ▲	12	1 ▲	12	1 ▲	18	-5 ▼
PE	18	-5 ▼	12	-4 ▼	19	-4 ▼	27	-6 ▼	15	-3 ▼
AC	19	6 ▲	27		24		3	2 ▲	20	-4 ▼
BA	20		19	-2 ▼	15	3 ▲	23	-7 ▼	23	-1 ▼
PA	21		24	1 ▲	23	2 ▲	20	-1 ▼	25	1 ▲
AM	22	-5 ▼	26		25	-2 ▼	19	-9 ▼	22	-1 ▼
PI	23	1 ▲	16	-1 ▼	21		14	3 ▲	19	-1 ▼
AL	24	3 ▲	15	-3 ▼	26		25	2 ▲	26	1 ▲
MA	25	-2 ▼	17	-1 ▼	27		15	-3 ▼	21	2 ▲
AP	26	-10 ▼	20	2 ▲	22		21	-15 ▼	27	-2 ▼
SE	27	-1 ▼	14	-3 ▼	17	-5 ▼	26	-1 ▼	24	

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Ranking Geral

UF	Nota Geral		Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		21	-6 ▼	2		5	-2 ▼
SC	2	1 ▲	7	3 ▲	7		3	3 ▲
PR	3	-1 ▼	12	-7 ▼	6	-3 ▼	7	2 ▲
DF	4		22	-3 ▼	5	1 ▲	1	1 ▲
MS	5		16	-13 ▼	12		6	1 ▲
MG	6	1 ▲	25	2 ▲	3	2 ▲	13	-2 ▼
RS	7	2 ▲	26		1	3 ▲	18	-4 ▼
ES	8	-2 ▼	20	-9 ▼	4	-3 ▼	4	4 ▲
RJ	9	-1 ▼	27	-3 ▼	8	3 ▲	2	-1 ▼
PB	10	5 ▲	14	-1 ▼	17	1 ▲	16	2 ▲
CE	11	3 ▲	1	6 ▲	9		17	-1 ▼
MT	12	-2 ▼	8	-2 ▼	11	2 ▲	10	
GO	13	-1 ▼	23	-7 ▼	14		11	6 ▲
RR	14	-3 ▼	24	-23 ▼	25	-3 ▼	9	13 ▲
RN	15	3 ▲	18	-10 ▼	18	-2 ▼	15	8 ▲
TO	16	3 ▲	13	8 ▲	27		12	1 ▲
RO	17	5 ▲	4	16 ▲	24	1 ▲	14	-2 ▼
PE	18	-5 ▼	9	5 ▲	10		19	-4 ▼
AC	19	6 ▲	15	10 ▲	22	-2 ▼	22	-2 ▼
BA	20		3	9 ▲	16	3 ▲	23	-4 ▼
PA	21		5	-3 ▼	13	-5 ▼	24	
AM	22	-5 ▼	11	-2 ▼	15		8	-4 ▼
PI	23	1 ▲	6	11 ▲	23	1 ▲	26	
AL	24	3 ▲	2	21 ▲	21		20	5 ▲
MA	25	-2 ▼	10	8 ▲	20	-3 ▼	25	-4 ▼
AP	26	-10 ▼	19	-15 ▼	26		21	-16 ▼
SE	27	-1 ▼	17	5 ▲	19	4 ▲	27	

Posição das UF's em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2016 – III

Ranking Geral

UF	Nota Geral		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		4	1 ▲	1		1	
SC	2	1 ▲	11	-2 ▼	10	9 ▲	3	
PR	3	-1 ▼	2		18	-1 ▼	5	
DF	4		1		6	7 ▲	6	
MS	5		16	-4 ▼	4	3 ▲	9	1 ▲
MG	6	1 ▲	12	-2 ▼	23	3 ▲	7	
RS	7	2 ▲	15	2 ▲	11	13 ▲	2	
ES	8	-2 ▼	9	-1 ▼	26	-12 ▼	14	-1 ▼
RJ	9	-1 ▼	5	1 ▲	15	6 ▲	4	
PB	10	5 ▲	14	1 ▲	8	-2 ▼	8	
CE	11	3 ▲	13	-2 ▼	12		12	
MT	12	-2 ▼	25		9	-7 ▼	21	-2 ▼
GO	13	-1 ▼	7		13	-2 ▼	17	-1 ▼
RR	14	-3 ▼	3		2	1 ▲	22	4 ▲
RN	15	3 ▲	18	3 ▲	21	-3 ▼	10	-1 ▼
TO	16	3 ▲	21	1 ▲	7	-2 ▼	25	-1 ▼
RO	17	5 ▲	27	-1 ▼	14	11 ▲	24	-2 ▼
PE	18	-5 ▼	8	8 ▲	22	-6 ▼	11	
AC	19	6 ▲	20		5	3 ▲	26	-1 ▼
BA	20		17	-4 ▼	25	-2 ▼	13	1 ▲
PA	21		23		3	12 ▲	18	
AM	22	-5 ▼	6	-2 ▼	20		15	2 ▲
PI	23	1 ▲	26	-2 ▼	24	-14 ▼	23	
AL	24	3 ▲	19	-1 ▼	19	8 ▲	19	1 ▲
MA	25	-2 ▼	24	3 ▲	17	-8 ▼	20	1 ▲
AP	26	-10 ▼	10	4 ▲	16	-12 ▼	27	
SE	27	-1 ▼	22	-3 ▼	27	-5 ▼	16	-1 ▼



INFRAESTRUTURA

A crônica deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhora da competitividade do País, juntamente com a deficiência na educação.

De acordo com a edição 2016-2017 do *Global Competitiveness Report*, publicação do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está apenas na 72ª colocação dos 138 países avaliados no pilar infraestrutura, não assinalando progressos significativos nas últimas edições do ranking internacional.

Este quadro ruim é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Enquanto o Brasil investia mais de 5% do PIB em infraestrutura na década de 1970, nos últimos anos essa taxa recuou para pouco mais de 2% do PIB.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura pode ser encontrada também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta do atual nível de carência de infraestrutura dos Estados, bem como por sua importância decisiva para a competitividade, este pilar apresenta o segundo maior peso entre os 10 pilares que compõem o *Ranking de Competitividade dos Estados* (13,0% do cômputo geral).

Neste pilar, buscou-se compilar indicadores para os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia e telecomunicações – embora, assim como ocorre em outros pilares, nem todos os atributos dispusessem de estatísticas para a sua mensuração e inclusão no ranking.

Ao incluir indicadores de acesso, custo e qualidade dos serviços ligados à infraestrutura, o pilar também buscou contemplar as diferentes dimensões do problema (situações de *trade-off*) e que afetam a competitividade dos Estados. Em alguns casos, o problema maior está na ausência pura e simples da infraestrutura; em outros casos a infraestrutura existe, porém é de má qualidade; finalmente, pode haver casos ainda em que há disponibilidade de infraestrutura de boa qualidade, mas com tarifas muito elevadas.

Na composição do pilar, pesos maiores foram dados aos indicadores de qualidade das rodovias, mobilidade urbana e custos de combustíveis, considerados os indicadores mais críticos deste pilar (ver sobre critérios de ponderação no anexo 2). Já o indicador de acesso à energia elétrica recebeu menor peso, tendo em vista que a cobertura deste serviço já é bastante elevada em praticamente todas as UFs.

As UFs mais bem colocadas foram as seguintes: SP e PR.

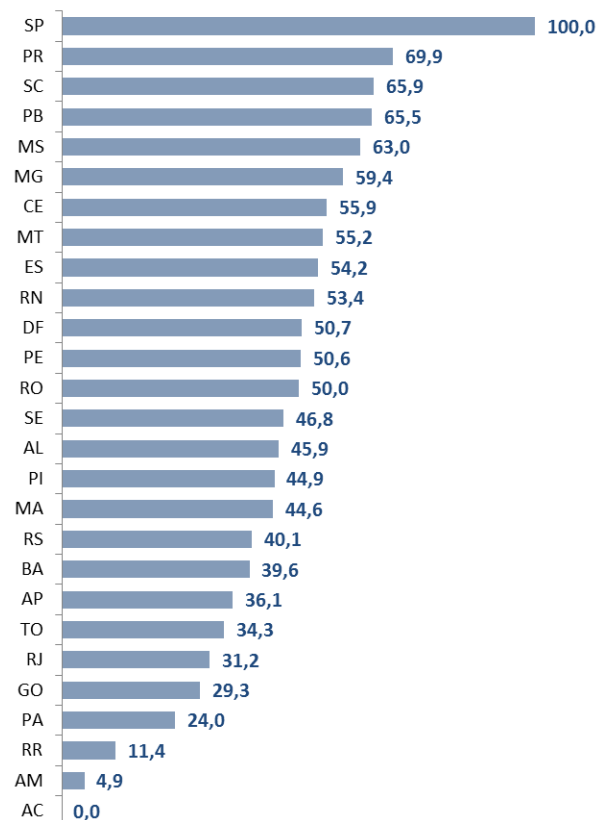
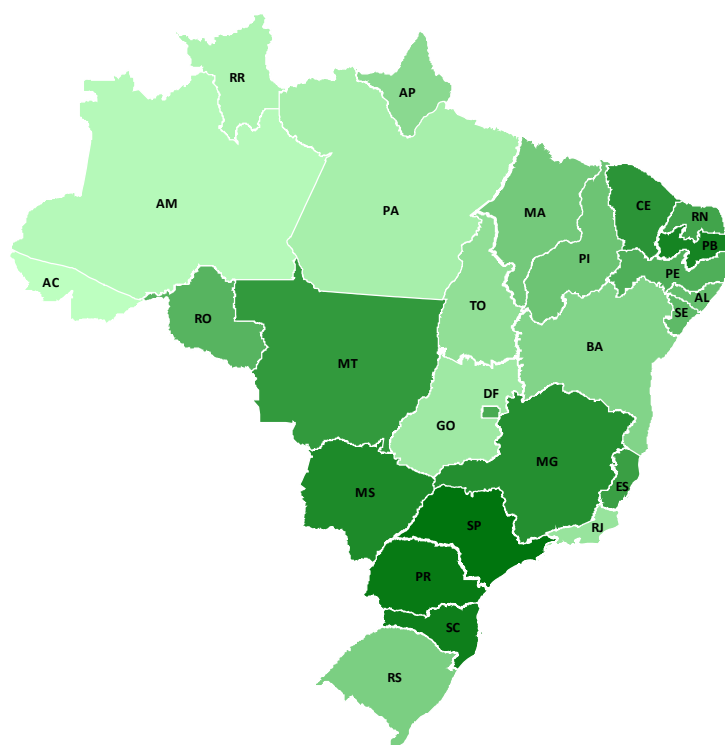
São Paulo ganhou destaque no pilar por estar bem posicionado em indicadores como custo de combustíveis, disponibilidade de voos diretos, qualidade das rodovias e qualidade do serviço de telecomunicações. Em contraposição, SP está mal colocado em mobilidade urbana e qualidade da energia elétrica. Já o Paraná se destacou em custo de combustíveis e qualidade do serviço de telecomunicações. Em relação ao ranking de 2016, PR subiu três colocações no pilar de infraestrutura, passando da 5ª para a 2ª colocação.

Mato Grosso, Rondônia e Espírito Santo apresentaram os maiores ganhos de posições em relação ao Ranking de 2016. O MT subiu 6 colocações no pilar (de 14º para 8º), com melhoras relativas no custo de combustíveis, qualidade da energia elétrica, mobilidade urbana e qualidade das rodovias. Rondônia avançou 5 posições (18º para 13º), com melhoras relativas em todos os indicadores, exceto em custo da energia elétrica, mobilidade urbana e qualidade das rodovias.



INFRAESTRUTURA

Ranking - Infraestrutura



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos por 100 habitantes (telefonia móvel e banda larga*)	ANATEL	2016
Custo de Combustíveis	Preço pago em reais por consumidores finais (etanol, gasolina e diesel)	ANP	2016
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição (reais por m3)	SNIS	2015
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos	ANAC	2016
Acesso à Energia Elétrica	Proporção de domicílios com acesso a energia elétrica (iluminação elétrica).	PNAD/IBGE	2015
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média praticada (R\$/MWh) para o consumo comercial, residencial e industrial.	ANEEL	2016
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, que considera a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	ANEEL	2016
Mobilidade Urbana	Tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho (minutos)	PNAD/IBGE	2015
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias (nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo) ponderada pela extensão pesquisada)	CNT	2016
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média do ranking de banda larga fixa e do de telefonia móvel (percentual de indicadores com cumprimento de metas)	ANATEL	2016

Desempenhos das UF's em cada indicador – I

Infraestrutura - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Custo de Combustíveis	Custo de Saneamento Básico	Disponibilidade de Voos Diretos	Acesso à Energia Elétrica
SP	100,0	160,0	R\$ 3,05	R\$ 2,43	235.132	99,7%
PR	69,9	138,5	R\$ 3,11	R\$ 3,03	44.901	99,7%
SC	65,9	134,6	R\$ 3,18	R\$ 3,45	26.516	99,3%
PB	65,5	113,1	R\$ 3,23	R\$ 3,03	6.270	99,8%
MS	63,0	136,5	R\$ 3,29	R\$ 3,64	8.308	99,7%
MG	59,4	123,4	R\$ 3,21	R\$ 2,67	56.690	99,8%
CE	55,9	115,8	R\$ 3,44	R\$ 2,28	22.010	99,6%
MT	55,2	133,9	R\$ 3,33	R\$ 2,36	16.626	99,6%
ES	54,2	108,6	R\$ 3,26	R\$ 2,55	13.456	99,9%
RN	53,4	116,1	R\$ 3,37	R\$ 3,09	7.541	99,7%
DF	50,7	197,9	R\$ 3,36	R\$ 4,37	65.206	99,9%
PE	50,6	117,6	R\$ 3,25	R\$ 3,14	30.009	99,8%
RO	50,0	120,1	R\$ 3,52	R\$ 3,25	4.974	99,8%
SE	46,8	102,2	R\$ 3,26	R\$ 3,59	4.779	99,7%
AL	45,9	103,5	R\$ 3,32	R\$ 3,43	6.916	99,7%
PI	44,9	117,6	R\$ 3,32	R\$ 2,69	4.865	98,2%
MA	44,6	86,0	R\$ 3,26	R\$ 2,55	8.232	99,5%
RS	40,1	140,2	R\$ 3,36	R\$ 4,45	32.294	99,9%
BA	39,6	106,6	R\$ 3,27	R\$ 3,39	39.286	99,0%
AP	36,1	100,4	R\$ 3,59	R\$ 2,33	2.357	99,0%
TO	34,3	122,3	R\$ 3,36	R\$ 3,58	3.632	98,4%
RJ	31,2	150,4	R\$ 3,39	R\$ 3,66	89.481	99,9%
GO	29,3	134,3	R\$ 3,26	R\$ 4,04	14.916	99,2%
PA	24,0	95,6	R\$ 3,57	R\$ 1,69	21.998	98,1%
RR	11,4	99,8	R\$ 3,54	R\$ 2,34	1.128	96,2%
AM	4,9	93,1	R\$ 3,39	R\$ 4,03	12.585	97,0%
AC	0,0	102,9	R\$ 3,73	R\$ 1,97	2.004	96,1%

Desempenhos das UF's em cada indicador – II

Infraestrutura - II						
UF	Pilar Nota: 0-100	Custo da Energia Elétrica	Qualidade da Energia Elétrica	Mobilidade Urbana	Qualidade das Rodovias	Qualidade do Serviço de Telecomunicações
SP	100,0	R\$ 573,53	1,12	34,4	4,31	73,30
PR	69,9	R\$ 679,24	0,90	25,7	3,32	72,40
SC	65,9	R\$ 583,48	0,94	22,8	3,27	68,90
PB	65,5	R\$ 542,37	0,65	24,4	3,07	70,75
MS	63,0	R\$ 623,69	0,77	24,5	3,41	70,45
MG	59,4	R\$ 705,89	0,85	26,5	3,17	68,75
CE	55,9	R\$ 591,56	0,65	27,1	3,07	67,85
MT	55,2	R\$ 666,91	0,81	25,8	3,32	61,65
ES	54,2	R\$ 659,07	0,78	28,8	3,32	67,50
RN	53,4	R\$ 501,28	0,88	26,5	2,74	72,15
DF	50,7	R\$ 569,49	0,95	40,6	3,69	64,75
PE	50,6	R\$ 538,90	0,89	31,2	3,04	67,20
RO	50,0	R\$ 610,90	1,30	20,4	3,33	68,70
SE	46,8	R\$ 542,25	0,80	26,6	2,70	69,90
AL	45,9	R\$ 552,89	1,48	27,4	3,51	68,85
PI	44,9	R\$ 577,24	1,15	23,4	3,01	63,10
MA	44,6	R\$ 550,64	0,64	26,6	2,92	58,70
RS	40,1	R\$ 670,90	1,16	26,1	3,22	65,60
BA	39,6	R\$ 536,03	1,18	27,8	3,07	61,20
AP	36,1	R\$ 344,33	1,94	22,9	3,08	60,30
TO	34,3	R\$ 620,24	0,92	23,9	2,68	62,55
RJ	31,2	R\$ 746,89	1,32	43,3	3,77	66,95
GO	29,3	R\$ 684,39	1,71	29,0	3,10	68,05
PA	24,0	R\$ 674,92	0,88	27,5	2,81	56,40
RR	11,4	R\$ 412,27	2,51	22,8	2,83	58,05
AM	4,9	R\$ 470,21	0,83	33,3	2,01	59,05
AC	0,0	R\$ 617,57	1,82	27,6	2,30	64,65

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I

Infraestrutura

UF	Ranking do Pilar		Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações		Custo de Combustíveis		Custo de Saneamento Básico		Disponibilidade de Voos Diretos	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		1		7		1	
PR	2	3 ▲	5		2	1 ▲	12		5	
SC	3	1 ▲	7		3	1 ▲	19	3 ▲	9	1 ▲
PB	4	-2 ▼	17		5	-3 ▼	12	2 ▲	20	
MS	5	2 ▲	6	2 ▲	12	4 ▲	22	-4 ▼	16	1 ▲
MG	6		10	2 ▲	4	1 ▲	10		4	
CE	7	2 ▲	16	-3 ▼	22	-2 ▼	3	2 ▲	10	1 ▲
MT	8	6 ▲	9		15	4 ▲	6	-2 ▼	12	
ES	9	4 ▲	18	2 ▲	10	4 ▲	8	1 ▲	14	1 ▲
RN	10	-7 ▼	15	-4 ▼	19	-8 ▼	14	-1 ▼	18	
DF	11	-1 ▼	1		16	6 ▲	26		3	
PE	12	-4 ▼	13	-3 ▼	6		15		8	1 ▲
RO	13	5 ▲	12	2 ▲	23	2 ▲	16	5 ▲	21	1 ▲
SE	14	-3 ▼	22		8		21	-1 ▼	23	1 ▲
AL	15	-3 ▼	20	-2 ▼	13	-3 ▼	18	-3 ▼	19	
PI	16	-1 ▼	14	2 ▲	14	-1 ▼	11		22	-1 ▼
MA	17	-1 ▼	27		9	-2 ▼	8	-3 ▼	17	-1 ▼
RS	18	3 ▲	4		18	-9 ▼	27		7	
BA	19	-2 ▼	19		11	4 ▲	17		6	
AP	20	2 ▲	23	-2 ▼	26	-5 ▼	4	4 ▲	25	
TO	21	-1 ▼	11	4 ▲	17		20	-1 ▼	24	-1 ▼
RJ	22	1 ▲	3		21	-3 ▼	23	1 ▲	2	
GO	23	1 ▲	8	-2 ▼	7	5 ▲	25	-2 ▼	13	
PA	24	1 ▲	25	-1 ▼	25	-1 ▼	1		11	-3 ▼
RR	25	-6 ▼	24	1 ▲	24	2 ▲	5	-2 ▼	27	
AM	26		26		20	3 ▲	24	1 ▲	15	-1 ▼
AC	27		21	2 ▲	27		2		26	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Infraestrutura

UF	Ranking do Pilar		Acesso à Energia Elétrica		Custo da Energia Elétrica		Qualidade da Energia Elétrica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		13	-11 ▼	12		17	2 ▲
PR	2	3 ▲	9	-5 ▼	24	3 ▲	13	1 ▲
SC	3	1 ▲	18	-12 ▼	14	-3 ▼	15	-2 ▼
PB	4	-2 ▼	8	-3 ▼	8		2	
MS	5	2 ▲	14		19	-5 ▼	4	5 ▲
MG	6		7	2 ▲	26	-3 ▼	9	-3 ▼
CE	7	2 ▲	15	-3 ▼	15		3	5 ▲
MT	8	6 ▲	16		21	-1 ▼	7	9 ▲
ES	9	4 ▲	4	-1 ▼	20	4 ▲	5	-2 ▼
RN	10	-7 ▼	10	-9 ▼	4		10	-3 ▼
DF	11	-1 ▼	1	10 ▲	11	-1 ▼	16	4 ▲
PE	12	-4 ▼	6	4 ▲	6		12	
RO	13	5 ▲	5	10 ▲	16		21	3 ▲
SE	14	-3 ▼	11	6 ▲	7	2 ▲	6	-1 ▼
AL	15	-3 ▼	12	7 ▲	10	3 ▲	23	2 ▲
PI	16	-1 ▼	23	2 ▲	13	6 ▲	18	
MA	17	-1 ▼	17	1 ▲	9	-2 ▼	1	
RS	18	3 ▲	3	5 ▲	22	-1 ▼	19	-4 ▼
BA	19	-2 ▼	21		5		20	-3 ▼
AP	20	2 ▲	20	3 ▲	1		26	1 ▲
TO	21	-1 ▼	22	-2 ▼	18		14	-4 ▼
RJ	22	1 ▲	2	11 ▲	27	-1 ▼	22	-1 ▼
GO	23	1 ▲	19	-12 ▼	25		24	2 ▲
PA	24	1 ▲	24		23	-1 ▼	10	1 ▲
RR	25	-6 ▼	26	-4 ▼	2	1 ▲	27	-5 ▼
AM	26		25	1 ▲	3	-1 ▼	8	-4 ▼
AC	27		27		17		25	-2 ▼

Posição das UF's em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – III

Infraestrutura

UF	Ranking do Pilar		Mobilidade Urbana		Qualidade das Rodovias		Qualidade do Serviço de Telecomunicação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		25		1		1	
PR	2	3 ▲	9	-1 ▼	7	-1 ▼	2	4 ▲
SC	3	1 ▲	2		10	7 ▲	7	1 ▲
PB	4	-2 ▼	7	2 ▲	16	-9 ▼	4	1 ▲
MS	5	2 ▲	8	-2 ▼	5	3 ▲	5	-2 ▼
MG	6		13	-2 ▼	12	-1 ▼	9	
CE	7	2 ▲	16		17	-7 ▼	12	5 ▲
MT	8	6 ▲	10	5 ▲	9	3 ▲	21	-3 ▼
ES	9	4 ▲	21	-2 ▼	8	10 ▲	13	-1 ▼
RN	10	-7 ▼	12	5 ▲	23	-8 ▼	3	-1 ▼
DF	11	-1 ▼	26		3		17	-7 ▼
PE	12	-4 ▼	23		18	-4 ▼	14	-1 ▼
RO	13	5 ▲	1		6	-1 ▼	10	4 ▲
SE	14	-3 ▼	14	-7 ▼	24	-2 ▼	6	5 ▲
AL	15	-3 ▼	17	5 ▲	4	-2 ▼	8	-4 ▼
PI	16	-1 ▼	5		19	-6 ▼	19	
MA	17	-1 ▼	15	-1 ▼	20		25	2 ▲
RS	18	3 ▲	11	-1 ▼	11	10 ▲	16	
BA	19	-2 ▼	20		15	-6 ▼	22	1 ▲
AP	20	2 ▲	4	8 ▲	14	10 ▲	23	-2 ▼
TO	21	-1 ▼	6	-2 ▼	25	-2 ▼	20	2 ▲
RJ	22	1 ▲	27		2	2 ▲	15	
GO	23	1 ▲	22	-1 ▼	13	3 ▲	11	-4 ▼
PA	24	1 ▲	18		22	3 ▲	27	-1 ▼
RR	25	-6 ▼	3		21	-2 ▼	26	-1 ▼
AM	26		24		27	-1 ▼	24	
AC	27		19	-6 ▼	26	1 ▲	18	2 ▲



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. Grosso modo, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

Esta visão mais holística da questão social está em linha com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do *Ranking de Competitividade dos Estados* como um todo. É um dos três pilares com maior peso no cômputo geral do ranking (12,4%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. Além disso, juntamente com o pilar de educação, o pilar de sustentabilidade social é o que mostra a maior aderência com o ranking geral, marcando também um completo contraste regional, com todos os estados das regiões Sul e Sudeste, acrescidos do DF, dominando as primeiras posições do ranking, ao passo que os estados do Norte e Nordeste, sem exceção, ocupam as últimas posições.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano.

A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia do mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia – o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção de reforçarmos um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade.

Assim, foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia e saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram SC, SP e RS. Em relação à edição passada, a ocupação das duas primeiras posições não sofreu alterações, enquanto o RS subiu uma posição e o PR (antes na terceira colocação) caiu para o quinto lugar.

Voltando a atenção às evoluções positivas, destacam-se os estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais subiram três posições neste pilar. BA se destacou pelo avanço de seis posições no indicador de desigualdade de renda, PB avançou 7 posições em inserção econômica e mortalidade na infância e RN ganhou 8 posições em mortalidade materna.

Esses três estados, juntamente com Rondônia e Tocantins (que já mostravam posições relativamente mais favoráveis no pilar) se colocam em evidência frente a seus respectivos vizinhos que compõem as regiões Norte e Nordeste do País, regiões onde os aspectos sociais aqui avaliados estão, de modo geral, muito aquém do que se observa em UFs localizadas no eixo Centro-Sul do Brasil e principalmente da realidade dos membros da OCDE.

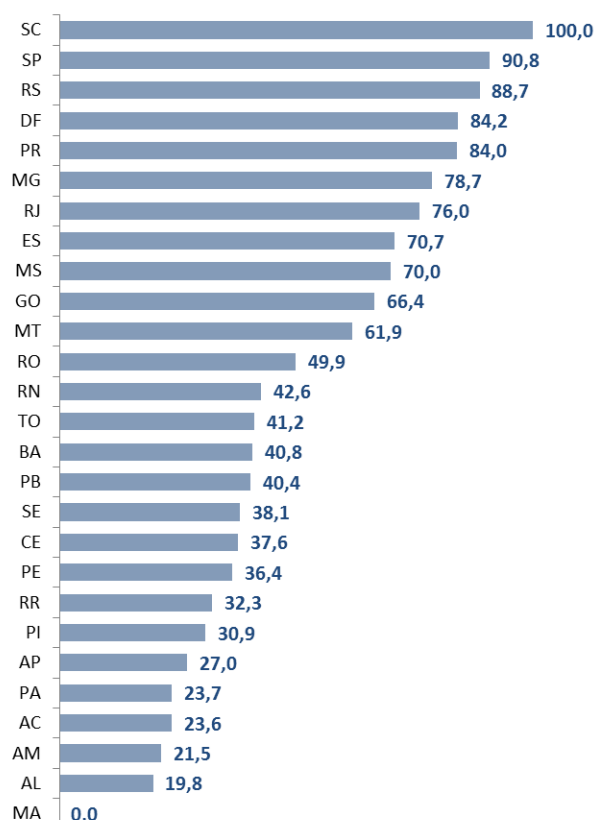
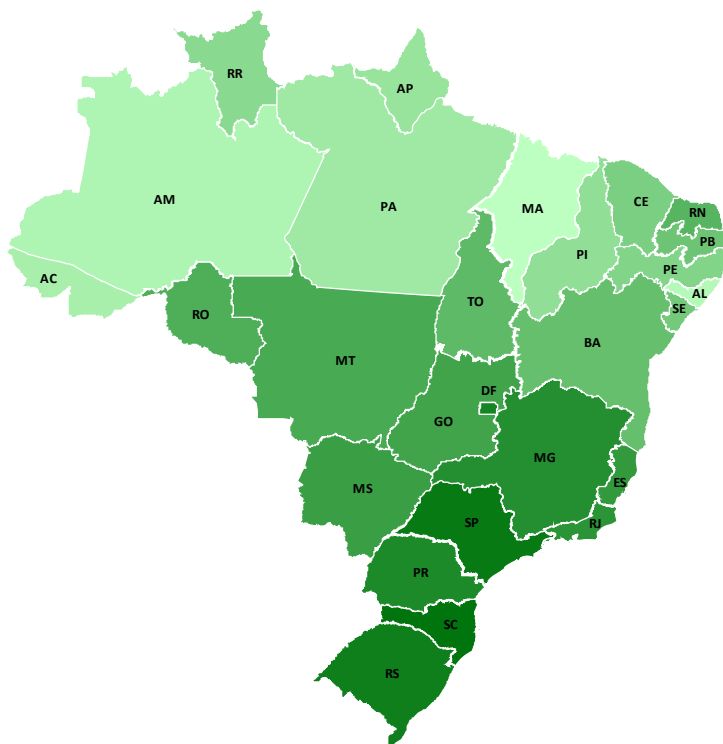
Como destaques negativos estão os estados de Pernambuco, que recuou 4 posições no ranking do pilar, e Sergipe, que recuou 5 posições, sendo essa uma importante razão do porque esse último estado caiu uma posição no ranking geral, chegando a última posição da ranking de competitividade dos estados. Isso apesar de no pilar de sustentabilidade social especificamente o estado ainda não esteja em posição tão desfavorável (17ª).

Sergipe perdeu 3 ou 4 posições em 6 indicadores dos 14 indicadores que compõem o pilar, explicando a queda no cômputo geral do pilar. Já no caso de Pernambuco, o estado foi prejudicado pela perda de 10 posições em mortalidade materna e de 7 em mortalidade precoce.



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ranking – Sustentabilidade Social



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Segurança Alimentar	% domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS)	Ipea	2014
Inadequação de Moradia	% de moradias que apresentam, entre outras características, coabitação familiar e/ou habitação precária (metodologia da Fundação João Pinheiro)	PNAD/IBGE	2014
Famílias abaixo da linha da pobreza	% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é definida pelo decreto 7492 (abaixo de R\$77,00 mensais)	PNAD/IBGE	2015
Desigualdade de renda	Coefficiente de gini (1=Desigualdade Máxima/0=Igualdade Máxima)	Ipea	2015
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição	PNAD/IBGE	2015
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto	PNAD/IBGE	2015
Mortes Evitáveis	Razão de Mortalidade Proporcional: mortes abaixo de 50 anos/total de óbitos	Datasus	2015
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média da diferença da faixa etária em que os óbitos registrados ocorreram e a expectativa de vida ao nascer do Brasil.	Datasus	2015
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de empregados de 10 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada em relação ao total de ocupados	PNAD / IBGE	2015
Inserção Econômica	Proporção de ocupados em relação a População Economicamente Ativa	IBGE	2016
IDH	IDH estadual	PNUD	2014
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens que estudam ou trabalham	IBGE	2015
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação a população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datasus	2015
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datasus	2015
Mortalidade na infância	Óbitos de menores de cinco anos por grupo de 1.000 nascidos vivos	Datasus	2015
Previdência Social	Proporção de idosos (mais de 60 anos) que recebem previdência social	IBGE	2015

Desempenhos das UF's em cada indicador – I

Sustentabilidade Social - I							
UF	Pilar Nota: 0-100	Segurança Alimentar	Inadequação de Moradia	Famílias abaixo da linha da pobreza	Desigualdade de renda	Acesso ao Saneamento Básico - Água	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto
SC	100,0	121,1%	2,6%	0,7%	0,42	84,1%	38,2%
SP	90,8	198,6%	3,8%	2,3%	0,46	95,9%	91,8%
RS	88,7	170,5%	2,9%	1,6%	0,45	88,2%	40,0%
DF	84,2	113,8%	4,9%	1,7%	0,56	94,2%	84,6%
PR	84,0	146,4%	3,0%	1,7%	0,47	90,4%	65,2%
MG	78,7	218,6%	3,1%	2,6%	0,48	86,4%	77,7%
RJ	76,0	161,2%	2,9%	1,2%	0,50	89,3%	81,7%
ES	70,7	167,1%	3,2%	2,5%	0,47	86,9%	76,3%
MS	70,0	114,5%	3,8%	2,0%	0,48	86,5%	38,5%
GO	66,4	108,5%	3,6%	2,8%	0,44	83,6%	45,7%
MT	61,9	163,8%	3,3%	1,9%	0,44	80,0%	21,4%
RO	49,9	379,5%	4,1%	1,8%	0,45	47,4%	8,5%
RN	42,6	605,5%	5,0%	4,6%	0,49	84,9%	22,9%
TO	41,2	557,3%	6,8%	3,7%	0,50	80,1%	23,7%
BA	40,8	636,9%	5,2%	4,2%	0,48	83,5%	53,6%
PB	40,4	710,6%	6,7%	5,0%	0,51	80,1%	49,0%
SE	38,1	446,2%	5,0%	4,7%	0,47	86,2%	40,3%
CE	37,6	830,3%	5,8%	5,7%	0,45	76,3%	33,3%
PE	36,4	711,1%	4,5%	4,9%	0,49	77,4%	46,8%
RR	32,3	295,7%	9,8%	2,8%	0,50	84,9%	27,6%
PI	30,9	747,3%	7,7%	6,5%	0,50	83,1%	2,4%
AP	27,0	214,9%	11,5%	3,8%	0,46	51,9%	4,4%
PA	23,7	597,6%	9,7%	3,9%	0,46	50,6%	4,6%
AC	23,6	646,7%	10,9%	5,4%	0,50	49,8%	31,6%
AM	21,5	518,6%	11,8%	5,7%	0,48	72,7%	27,6%
AL	19,8	966,0%	6,5%	5,9%	0,44	73,5%	21,5%
MA	0,0	1032,6%	17,6%	9,2%	0,51	55,8%	15,8%

Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Sustentabilidade Social - II							
UF	Pilar Nota: 0-100	Mortes Evitáveis	Anos potenciais de vida perdidos	Formalidade do Mercado de Trabalho	Inserção Econômica	IDH	Inserção Econômica dos Jovens
SC	100,0	19,6%	7,2	76,0%	93,8%	0,81	85,7%
SP	90,8	17,9%	6,2	75,5%	87,6%	0,82	78,8%
RS	88,7	16,4%	5,3	71,1%	91,8%	0,78	82,4%
DF	84,2	27,9%	11,6	61,5%	86,1%	0,84	85,5%
PR	84,0	20,6%	7,6	70,9%	91,9%	0,79	81,1%
MG	78,7	20,4%	7,1	63,6%	88,9%	0,77	80,3%
RJ	76,0	18,0%	6,5	69,4%	86,6%	0,78	78,3%
ES	70,7	24,3%	9,3	65,1%	86,4%	0,77	79,7%
MS	70,0	24,0%	9,4	61,9%	91,9%	0,76	81,7%
GO	66,4	26,9%	10,7	62,5%	88,8%	0,75	81,3%
MT	61,9	31,6%	13,5	62,1%	90,5%	0,77	79,0%
RO	49,9	31,5%	13,3	52,7%	92,2%	0,72	77,0%
RN	42,6	24,9%	9,0	48,9%	85,3%	0,72	75,9%
TO	41,2	31,0%	12,2	38,8%	86,9%	0,73	80,9%
BA	40,8	26,8%	10,2	49,7%	83,4%	0,70	76,9%
PB	40,4	22,4%	7,3	42,7%	88,0%	0,70	74,6%
SE	38,1	29,9%	11,9	49,5%	85,0%	0,68	78,5%
CE	37,6	25,3%	8,9	48,7%	87,6%	0,72	73,6%
PE	36,4	24,2%	9,0	54,7%	84,4%	0,71	73,4%
RR	32,3	41,3%	19,9	36,2%	91,0%	0,73	80,3%
PI	30,9	25,5%	9,4	43,5%	91,2%	0,68	78,9%
AP	27,0	42,0%	19,7	52,8%	83,1%	0,75	73,6%
PA	23,7	34,9%	15,1	43,5%	87,3%	0,68	78,9%
AC	23,6	34,6%	15,5	42,6%	88,2%	0,72	77,1%
AM	21,5	37,7%	17,1	50,3%	85,2%	0,71	75,0%
AL	19,8	28,7%	11,8	55,1%	85,2%	0,67	69,6%
MA	0,0	31,9%	13,3	38,4%	87,0%	0,68	74,8%

Desempenhos das UFs em cada indicador – III

Sustentabilidade Social - III					
UF	Pilar Nota: 0-100	Mortalidade Materna	Mortalidade Precoce	Previdência Social	Mortalidade na infância
SC	100,0	1,5	75,5	76,0%	11,0
SP	90,8	2,4	55,0	61,8%	12,4
RS	88,7	1,9	88,9	75,5%	11,9
DF	84,2	1,7	81,8	62,2%	12,4
PR	84,0	2,7	101,5	64,6%	12,7
MG	78,7	2,2	87,4	68,3%	13,0
RJ	76,0	3,4	106,7	60,0%	14,4
ES	70,7	3,3	126,4	63,3%	13,4
MS	70,0	4,3	89,7	53,4%	14,1
GO	66,4	2,7	137,3	60,3%	14,5
MT	61,9	4,6	122,8	68,2%	16,4
RO	49,9	2,8	104,2	68,6%	15,6
RN	42,6	2,5	138,8	69,9%	15,5
TO	41,2	4,6	113,8	65,9%	14,9
BA	40,8	3,1	136,5	70,8%	16,3
PB	40,4	3,5	126,9	72,5%	13,4
SE	38,1	2,8	160,8	71,9%	18,4
CE	37,6	2,7	152,6	73,6%	13,8
PE	36,4	3,7	132,3	64,8%	16,2
RR	32,3	8,0	117,2	59,7%	18,6
PI	30,9	4,6	103,7	81,1%	17,7
AP	27,0	6,2	106,3	65,1%	19,6
PA	23,7	4,0	126,9	64,9%	17,1
AC	23,6	4,7	84,4	64,6%	19,6
AM	21,5	4,8	117,3	53,6%	18,5
AL	19,8	3,2	158,4	69,0%	16,8
MA	0,0	5,5	118,6	78,3%	17,3

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I
Sustentabilidade Social

UF	Ranking do Pilar		Segurança Alimentar		Inadequação de Moradia		Famílias abaixo da linha da pobreza		Desigualdade de renda	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		4		1		1		1	
SP	2		10		10		9	-2 ▼	10	3 ▲
RS	3	1 ▲	9		2		3	3 ▲	7	
DF	4	1 ▲	2		13		4	1 ▲	27	
PR	5	-2 ▼	5		4		5	-3 ▼	11	-8 ▼
MG	6	1 ▲	12		5		11	1 ▲	15	-6 ▼
RJ	7	-1 ▼	6		3		2	1 ▲	22	
ES	8	2 ▲	8		6		10		13	-1 ▼
MS	9		3		9		8	-4 ▼	16	-5 ▼
GO	10	-2 ▼	1		8		13	-4 ▼	2	
MT	11		7		7		7	1 ▲	4	
RO	12	1 ▲	14		11		6	7 ▲	5	1 ▲
RN	13	3 ▲	19		15		18	1 ▲	18	-4 ▼
TO	14		17		20		14	8 ▲	23	-2 ▼
BA	15	3 ▲	20		16		17	-1 ▼	17	6 ▲
PB	16	3 ▲	22		19		21	4 ▲	26	-6 ▼
SE	17	-5 ▼	15		14		19	-4 ▼	12	-4 ▼
CE	18	2 ▲	25		17		24		6	12 ▲
PE	19	-4 ▼	23		12		20	3 ▲	19	
RR	20	-3 ▼	13		23		12	-1 ▼	21	-4 ▼
PI	21		24		21		26	-5 ▼	24	-8 ▼
AP	22		11		25		15	-1 ▼	8	-3 ▼
PA	23	2 ▲	18		22		16	4 ▲	9	1 ▲
AC	24		21		24		22	-4 ▼	20	6 ▲
AM	25	-2 ▼	16		26		23	-6 ▼	14	11 ▲
AL	26		26		18		25	1 ▲	3	12 ▲
MA	27		27		27		27		25	-1 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II
Sustentabilidade Social

UF	Ranking do Pilar		Acesso ao Saneamento Básico - Água		Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto		Mortes Evitáveis		Anos Potenciais de Vida Perdidos	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		12	1 ▲	14	2 ▲	4		5	-1 ▼
SP	2		1		1		2		2	
RS	3	1 ▲	5		12	1 ▲	1		1	
DF	4	1 ▲	2		2	1 ▲	16		16	
PR	5	-2 ▼	3		6		6		7	-1 ▼
MG	6	1 ▲	8	-1 ▼	4		5		4	1 ▲
RJ	7	-1 ▼	4		3	-1 ▼	3		3	
ES	8	2 ▲	6		5		10		11	
MS	9		7	3 ▲	13	1 ▲	8	1 ▲	12	
GO	10	-2 ▼	13	-1 ▼	10	1 ▲	15	-1 ▼	15	-1 ▼
MT	11		18	-2 ▼	22	-4 ▼	21	1 ▲	22	
RO	12	1 ▲	27		24		20	-1 ▼	21	-1 ▼
RN	13	3 ▲	10	-1 ▼	20		11		10	-1 ▼
TO	14		16	2 ▲	19		19	-2 ▼	19	-2 ▼
BA	15	3 ▲	14		7		14	1 ▲	14	1 ▲
PB	16	3 ▲	17	-2 ▼	8		7		6	1 ▲
SE	17	-5 ▼	9	-1 ▼	11	-1 ▼	18		18	
CE	18	2 ▲	20	-1 ▼	15	-3 ▼	12	1 ▲	8	2 ▲
PE	19	-4 ▼	19	-2 ▼	9		9	-1 ▼	9	-1 ▼
RR	20	-3 ▼	11		17	5 ▲	26		27	-1 ▼
PI	21		15	5 ▲	27		13	-1 ▼	13	
AP	22		24		26		27		26	1 ▲
PA	23	2 ▲	25		25		24		23	
AC	24		26		16	1 ▲	23		24	
AM	25	-2 ▼	22		18	-3 ▼	25		25	
AL	26		21		21		17	3 ▲	17	2 ▲
MA	27		23		23		22	-1 ▼	20	1 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – III

Sustentabilidade Social

UF	Ranking do Pilar		Formalidade do Mercado de Trabalho		Inserção Econômica		IDH		Inserção Econômica dos Jovens	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		1		1		3		1	
SP	2		2		13	9 ▲	2		14	-4 ▼
RS	3	1 ▲	3	1 ▲	5	1 ▲	5	1 ▲	3	2 ▲
DF	4	1 ▲	11		20		1		2	
PR	5	-2 ▼	4	-1 ▼	3		4	1 ▲	6	-2 ▼
MG	6	1 ▲	7	-1 ▼	9	8 ▲	8	1 ▲	8	
RJ	7	-1 ▼	5		18	-6 ▼	6	-2 ▼	16	-1 ▼
ES	8	2 ▲	6	1 ▲	19	-4 ▼	7		10	-3 ▼
MS	9		10		4		10		4	-1 ▼
GO	10	-2 ▼	8	1 ▲	10	-2 ▼	11	-3 ▼	5	1 ▲
MT	11		9	-1 ▼	8	-6 ▼	9	2 ▲	11	-2 ▼
RO	12	1 ▲	15	-2 ▼	2	3 ▲	18	-3 ▼	18	-2 ▼
RN	13	3 ▲	19	-2 ▼	21	4 ▲	16		20	5 ▲
TO	14		25	-4 ▼	17	-1 ▼	13	1 ▲	7	6 ▲
BA	15	3 ▲	17	3 ▲	26		21	1 ▲	19	-2 ▼
PB	16	3 ▲	23	2 ▲	12	7 ▲	22	1 ▲	23	-2 ▼
SE	17	-5 ▼	18	1 ▲	24	-3 ▼	23	-3 ▼	15	-3 ▼
CE	18	2 ▲	20	-2 ▼	14		17		25	-5 ▼
PE	19	-4 ▼	13	-1 ▼	25	-2 ▼	19		26	-3 ▼
RR	20	-3 ▼	27	-1 ▼	7	3 ▲	13		9	15 ▲
PI	21		22	1 ▲	6	1 ▲	24		13	-2 ▼
AP	22		14	2 ▲	27		12		24	2 ▲
PA	23	2 ▲	21	3 ▲	15	-2 ▼	26	-2 ▼	12	2 ▲
AC	24		24	-2 ▼	11	-2 ▼	15	6 ▲	17	5 ▲
AM	25	-2 ▼	16	-1 ▼	23	-5 ▼	19	-1 ▼	21	-2 ▼
AL	26		12	2 ▲	22	2 ▲	27		27	
MA	27		26	1 ▲	16	-5 ▼	24	2 ▲	22	-4 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – IV

Sustentabilidade Social

UF	Ranking do Pilar		Mortalidade Materna		Mortalidade Precoce		Previdência Social		Mortalidade na infância	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		1		2		3		1	
SP	2		5	-1 ▼	1		22	-2 ▼	3	2 ▲
RS	3	1 ▲	3	-1 ▼	6	-3 ▼	4		2	
DF	4	1 ▲	2	4 ▲	3	4 ▲	21	2 ▲	4	7 ▲
PR	5	-2 ▼	9	-4 ▼	8	4 ▲	19	-1 ▼	5	-1 ▼
MG	6	1 ▲	4	-1 ▼	5	1 ▲	12	1 ▲	6	-3 ▼
RJ	7	-1 ▼	15	3 ▲	12	3 ▲	24	-3 ▼	11	1 ▲
ES	8	2 ▲	14	9 ▲	18	5 ▲	20	-3 ▼	8	-2 ▼
MS	9		19	-4 ▼	7	6 ▲	27		10	3 ▲
GO	10	-2 ▼	8	1 ▲	23	-2 ▼	23	-1 ▼	12	-2 ▼
MT	11		20	1 ▲	17	5 ▲	13	2 ▲	18	
RO	12	1 ▲	10	12 ▲	10	-5 ▼	11	3 ▲	15	
RN	13	3 ▲	6	8 ▲	24	1 ▲	9	1 ▲	14	-7 ▼
TO	14		21	-11 ▼	13	-2 ▼	14	-6 ▼	13	-4 ▼
BA	15	3 ▲	12	1 ▲	22	-2 ▼	8	3 ▲	17	2 ▲
PB	16	3 ▲	16	-8 ▼	20	-1 ▼	6	1 ▲	7	7 ▲
SE	17	-5 ▼	11		27	-3 ▼	7	-1 ▼	23	
CE	18	2 ▲	7	5 ▲	25	1 ▲	5		9	-1 ▼
PE	19	-4 ▼	17	-10 ▼	21	-7 ▼	17	2 ▲	16	
RR	20	-3 ▼	27	-11 ▼	14	-6 ▼	25	-1 ▼	25	2 ▲
PI	21		22	-5 ▼	9	7 ▲	1		22	
AP	22		26	-6 ▼	11	-2 ▼	15	-3 ▼	26	
PA	23	2 ▲	18	7 ▲	19	-1 ▼	16		20	1 ▲
AC	24		23	-4 ▼	4		18	8 ▲	27	-2 ▼
AM	25	-2 ▼	24	3 ▲	15	-5 ▼	26	-1 ▼	24	
AL	26		13	13 ▲	26	1 ▲	10	-1 ▼	19	-2 ▼
MA	27		25	-1 ▼	16	1 ▲	2		21	-1 ▼



SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é a variável que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais, ao longo de toda história, se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento. O Estado moderno nasceu para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade política. A segurança pública, no limite, é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para a competitividade dos Estados. A boa execução das políticas de segurança melhora a relação de confiança entre indivíduos e contribui decisivamente para a qualidade das políticas públicas do Estado.

Trata-se de um conjunto de políticas públicas que está na fronteira da relação entre eficiência estatal e ambiente econômico. As concepções mais modernas de competitividade superaram a dicotomia entre público e privado. A boa governança pública é essencial para a redução dos riscos da atividade econômica. A relação entre segurança pública e competitividade estadual ocorre por meio de três canais principais: 1) construção de confiança interpessoal, que é central para o bom funcionamento das economias de mercado; 2) ambiente de estabilidade para a inserção do indivíduo no sistema econômico; e 3) preservação da propriedade privada.

A inclusão de um pilar de segurança pública é justificada por razões de duas naturezas: a) constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança; e b) empírica: preocupação com segurança pública ganha crescente destaque na opinião pública e, segundo dados mais recentes dos *benchmarks* internacionais da Edição de 2016, há evidências de que o Brasil permanece longe da realidade de membros da OCDE. A ausência de um programa nacional de segurança pública amplia a importância das decisões dos Estados para solucionar um dos principais dilemas do Brasil atual. O pilar de segurança pública, portanto, é elencado como prioritário no Ranking de Competitividade deste ano (peso de 13,3%).

As variáveis que compõem o pilar da segurança pública procuram mensurar os diferentes impactos na competitividade. Assim, o pilar conta com indicadores de segurança pessoal, segurança patrimonial e eficiência governamental no aspecto punitivo, resultando em uma abordagem ampla para este problema complexo.

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram as seguintes: SC, SP e AC.

Frente à Edição de 2016, houve fortes mudanças nas posições dos estados, em virtude da revisão dos dados do penúltimo ano das fontes oficiais, a qual alterou a base de comparação do último dado, e da mudança na fonte do indicador 'mortes e esclarecer' para o Datasus.

Santa Catarina se encontra bem posicionada em indicadores como mortes a esclarecer e segurança pessoal. SC subiu três colocações no pilar, passando da 4ª para a 1ª colocação, com melhora na posição do indicador de segurança no trânsito.

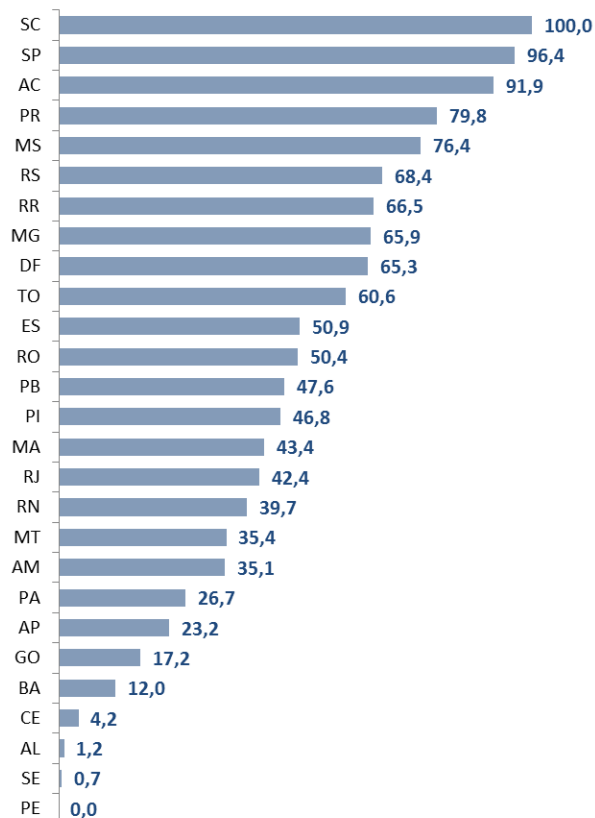
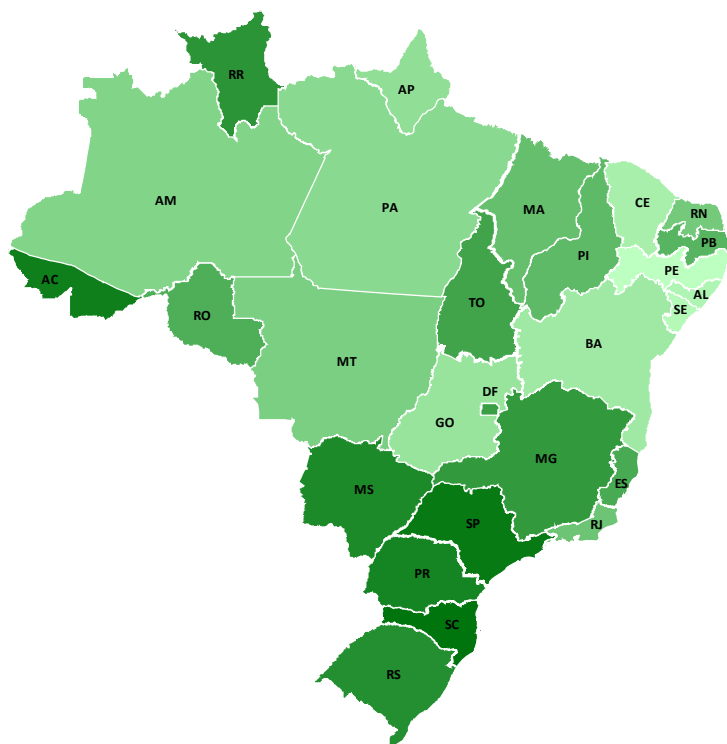
São Paulo se destacou em atuação do sistema de justiça criminal, segurança no trânsito e segurança pessoal. Destaque para a melhora dos indicadores de déficit carcerário e mortes a esclarecer.

Distrito Federal, Paraíba e Mato Grosso do Sul apresentaram os maiores ganhos de posições em relação ao Ranking de 2016. DF e PB subiram 11 colocações no pilar (de 20º para 9º e de 24º para 13º, respectivamente), com melhoras relativas em 'mortes a esclarecer'. Já MS avançou 9 posições (14º para 5º), com melhoras relativas também em segurança no trânsito e segurança patrimonial.



SEGURANÇA PÚBLICA

Ranking – Segurança pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Total da população carcerária (regime fechado) em relação ao número de homicídios.	Fórum de Segurança Pública	2015
Déficit Carcerário	Relação detentos / Vagas	Fórum de Segurança Pública	2015
Mortes a esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes	DataSUS	2015
Segurança no trânsito	Óbitos por causas externas (acidentes em transporte terrestre) em relação ao total de habitantes.	Datasus	2015
Segurança Pessoal	Óbitos resultantes de agressões (homicídios) em relação a população total.	Fórum de Segurança Pública	2015
Segurança Patrimonial	Roubos e furto de veículos em relação a frota total (por 100 mil veículos).	Fórum de Segurança Pública	2015

Desempenhos das UFs em cada indicador

Segurança Pública							
UF	Pilar Nota: 0-100	Déficit Carcerário	Mortes a esclarecer	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Segurança no Trânsito	Segurança Pessoal	Segurança Patrimonial
SC	100,0	1,40	0,7	8,5	29,0	12,1	378,4
SP	96,4	1,64	5,0	30,1	17,8	8,9	711,7
AC	91,9	1,69	0,9	12,4	31,1	23,9	186,5
PR	79,8	1,03	3,2	4,4	31,2	21,6	380,4
MS	76,4	1,99	2,3	12,5	37,0	21,0	333,4
RS	68,4	1,32	2,3	3,7	21,8	23,2	597,0
RR	66,5	1,49	4,1	5,3	59,8	14,6	370,1
MG	65,9	1,54	6,6	4,0	29,3	20,0	396,4
DF	65,3	1,95	0,9	9,3	22,2	21,5	684,9
TO	60,6	1,22	1,3	2,6	62,7	24,4	352,8
ES	50,9	1,23	5,6	4,5	35,2	35,4	343,2
RO	50,4	1,58	1,5	8,7	43,6	29,6	588,9
PB	47,6	1,39	1,0	3,2	58,7	37,0	282,9
PI	46,8	1,43	3,3	1,5	75,5	19,0	440,9
MA	43,4	1,23	2,0	0,7	67,1	29,1	431,8
RJ	42,4	1,43	5,7	3,0	24,4	25,4	775,8
RN	39,7	1,54	4,8	2,3	34,9	40,5	343,4
MT	35,4	1,72	3,6	3,3	45,5	38,2	398,4
AM	35,1	2,30	1,5	1,2	32,0	33,3	584,7
PA	26,7	1,52	1,9	1,4	55,1	41,0	485,2
AP	23,2	1,79	4,8	4,7	31,7	33,1	824,3
GO	17,2	1,70	1,6	1,8	40,3	40,1	798,0
BA	12,0	1,42	11,7	0,6	38,4	37,5	549,1
CE	4,2	1,88	6,3	1,2	54,6	44,1	512,8
AL	1,2	2,14	0,3	0,8	64,0	49,6	544,1
SE	0,7	1,82	4,2	1,4	53,6	53,3	467,0
PE	0,0	2,36	9,1	2,3	45,6	40,1	544,4

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I

Segurança Pública

UF	Ranking do Pilar		Atuação do Sistema de Justiça Criminal		Déficit Carcerário		Mortes a esclarecer	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	3 ▲	6	-2 ▼	7		2	25 ▲
SP	2		1		16	4 ▲	21	6 ▲
AC	3	2 ▲	3		17	-1 ▼	3	3 ▲
PR	4	-3 ▼	10	-3 ▼	1	1 ▲	14	-5 ▼
MS	5	9 ▲	2		24		13	14 ▲
RS	6	2 ▲	12	-1 ▼	5	-2 ▼	12	15 ▲
RR	7	-4 ▼	7	2 ▲	11	2 ▲	17	-1 ▼
MG	8	1 ▲	11	-1 ▼	13	1 ▲	25	2 ▲
DF	9	11 ▲	4	1 ▲	23		4	23 ▲
TO	10	-3 ▼	16	-4 ▼	2	9 ▲	6	7 ▲
ES	11		9	4 ▲	4	1 ▲	22	-19 ▼
RO	12	1 ▲	5	3 ▲	15	-9 ▼	7	10 ▲
PB	13	11 ▲	14	1 ▲	6	9 ▲	5	22 ▲
PI	14	3 ▲	20	3 ▲	10	12 ▲	15	-7 ▼
MA	15	-3 ▼	26	-1 ▼	3	-2 ▼	11	-4 ▼
RJ	16	6 ▲	15	2 ▲	9	-1 ▼	23	4 ▲
RN	17	6 ▲	18		14	4 ▲	19	-9 ▼
MT	18		13	1 ▲	19	-15 ▼	16	-5 ▼
AM	19	-9 ▼	23	-4 ▼	26		8	-6 ▼
PA	20	-1 ▼	21		12	-3 ▼	10	-6 ▼
AP	21	-15 ▼	8	-2 ▼	20	-10 ▼	20	-19 ▼
GO	22	-7 ▼	19	1 ▲	18	-1 ▼	9	3 ▲
BA	23	-7 ▼	27		8	4 ▲	27	-22 ▼
CE	24	2 ▲	24	-2 ▼	22	-1 ▼	24	-9 ▼
AL	25	2 ▲	25	1 ▲	25		1	17 ▲
SE	26	-1 ▼	22	2 ▲	21	-2 ▼	18	1 ▲
PE	27	-6 ▼	17	-1 ▼	27		26	-12 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Segurança Pública

UF	Ranking do Pilar		Segurança no trânsito		Segurança Pessoal		Segurança Patrimonial	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	3 ▲	5	1 ▲	2		8	-1 ▼
SP	2		1		1		24	
AC	3	2 ▲	7	3 ▲	10	2 ▲	1	18 ▲
PR	4	-3 ▼	8	1 ▲	8	1 ▲	9	-3 ▼
MS	5	9 ▲	13	4 ▲	6	2 ▲	3	1 ▲
RS	6	2 ▲	2		9	-4 ▼	22	-6 ▼
RR	7	-4 ▼	23	-3 ▼	3		7	-6 ▼
MG	8	1 ▲	6	-1 ▼	5	-1 ▼	10	-2 ▼
DF	9	11 ▲	3		7	4 ▲	23	3 ▲
TO	10	-3 ▼	24		11	-4 ▼	6	-3 ▼
ES	11		12		17	3 ▲	4	5 ▲
RO	12	1 ▲	16		14		21	-8 ▼
PB	13	11 ▲	22	-1 ▼	18	1 ▲	2	18 ▲
PI	14	3 ▲	27		4	2 ▲	13	-2 ▼
MA	15	-3 ▼	26		13		12	-7 ▼
RJ	16	6 ▲	4		12	3 ▲	25	-2 ▼
RN	17	6 ▲	11	-4 ▼	23	2 ▲	5	17 ▲
MT	18		17	1 ▲	20	2 ▲	11	3 ▲
AM	19	-9 ▼	10	-2 ▼	16	-6 ▼	20	-2 ▼
PA	20	-1 ▼	21	1 ▲	24	-1 ▼	15	-5 ▼
AP	21	-15 ▼	9	2 ▲	15	1 ▲	27	-12 ▼
GO	22	-7 ▼	15		21		26	-24 ▼
BA	23	-7 ▼	14		19	-1 ▼	19	-2 ▼
CE	24	2 ▲	20	3 ▲	25	1 ▲	16	11 ▲
AL	25	2 ▲	25		26	1 ▲	17	4 ▲
SE	26	-1 ▼	19		27	-3 ▼	14	11 ▲
PE	27	-6 ▼	18	-5 ▼	22	-5 ▼	18	-6 ▼



EDUCAÇÃO

As graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão indubitavelmente entre os principais desafios para a melhora da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Na edição 2015 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ficou entre os últimos colocados. Dos 70 países que participaram do exame, o Brasil ficou em 59º em leitura, 66º em matemática e 63º em ciências.

Segundo especialistas da área, há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhora da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de frequência líquida e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do IOEB (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).

Em razão da sua importância econômica e social e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,4% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

Na edição deste ano, realizamos mudanças e inclusão de indicador neste pilar. Alteramos os indicadores de taxa de abandono dos ensinos fundamental e médio para um que apresenta um conceito um pouco mais amplo, o de taxa de frequência líquida dos ensinos fundamental e médio. Isto por que, enquanto o primeiro considerava a população que já estava na escola, o segundo leva em conta a população que deveria estar na escola, mas não está. Além disso, incluímos também o indicador de taxa de atendimento do ensino infantil.

A última mudança feita foi na metodologia do indicador de "avaliação da educação". Até a edição de 2016, este indicador era binário, apresentando a nota '1' se a UF possuía um programa estadual de avaliação da educação básica. Caso contrário, a UF recebia a nota 'zero'. No entanto, este ano, além de premiar as UFs que possuam uma avaliação estadual, também incluímos na métrica a frequência e atualização dessas avaliações. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no estado: peso 20 para 2016; 50

para 2015; 30 para 2014; e 10 para "sistema de avaliação em implementação". Dessa forma, recebem nota máxima somente os estados que tenham realizado e divulgado os exames nos 3 últimos anos (2014 a 2016): 100 pontos. A partir desse novo critério, UFs que tinham realizado e divulgado sua última edição da avaliação estadual antes de 2014 passaram a receber nota 'zero', como foi o caso da Bahia.

Da divulgação do Ranking de 2016 até o período de fechamento desta edição não houve divulgação de novos dados somente para o IOEB.

São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina seguem com as primeiras posições no ranking de educação.

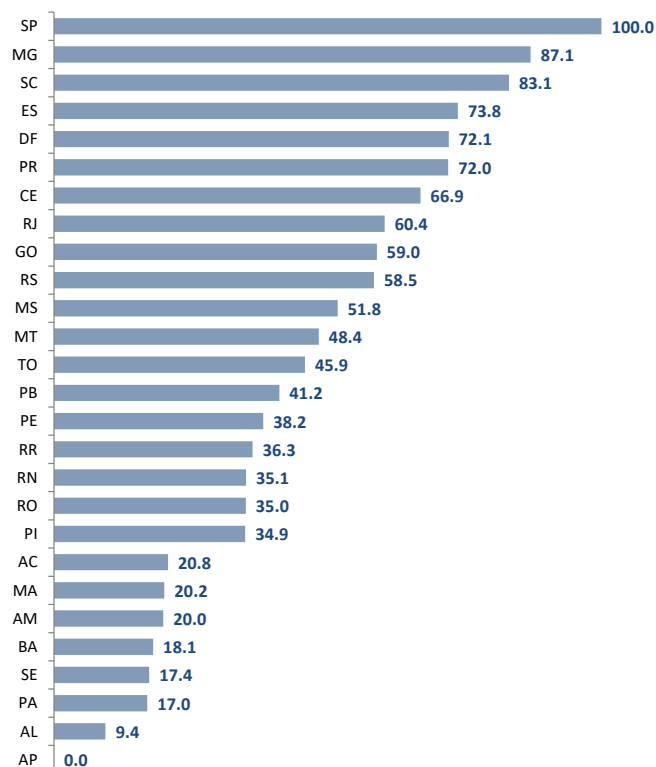
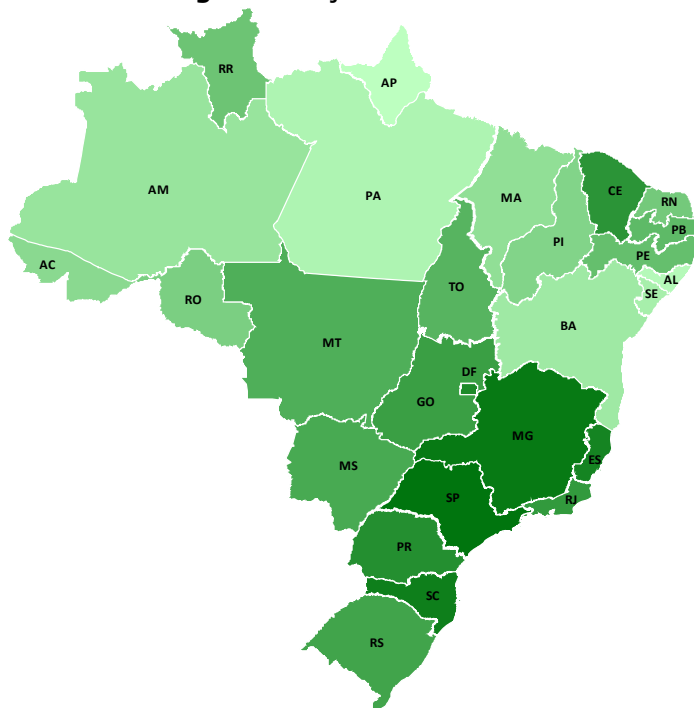
São Paulo se encontra bem posicionado nos indicadores: avaliação da educação, IDEB, IOEB, taxa de frequência líquida do ensino fundamental, taxa de frequência líquida do ensino médio e taxa de atendimento do ensino infantil.

A Paraíba merece destaque neste pilar, com o ganho de 5 posições em relação à edição passada (de 19ª para 14ª colocação) por conta do ganho com os indicadores de taxa de frequência líquida do ensino fundamental e taxa de frequência líquida do ensino médio. Já o Acre caiu 4 posições, passando da 16ª para a 20ª colocação, com o desempenho ruim da taxa de frequência líquida do ensino fundamental.



EDUCAÇÃO

Ranking – Educação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica	Secretarias Estaduais de Educação	2017
IDEB	Qualidade da educação básica do Brasil, considera fluxo escolar e média de desempenhos nas avaliações de toda a rede de ensino (nota de 0 a 10)	INEP	2015
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas (nota de 0 a 1000).	INEP	2015
PISA	Desempenho dos estudantes na faixa dos 15 anos no Programa internacional de avaliação dos estudantes (Nota: 0-1000)	PISA	2015
Índice de Oportunidade da Educação Brasileira	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados (Nota: 0-10)	CLP/Metas	2015
Taxa de frequência líquida do ensino fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola ou classe de alfabetização foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.	PNUD e PNAD/IBGE	2015
Taxa de frequência líquida do ensino médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.	PNUD e PNAD/IBGE	2015
Taxa de atendimento do ensino infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	PNAD/IBGE	2015

Desempenhos das UFs em cada indicador

Educação									
UF	Pilar Nota: 0-100	Avaliação da Educação	IDEB	ENEM	PISA	Índice de Oportunidade da Educação	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil
SP	100	100	100	96	69	100	81	100	100
MG	87	100	84	84	86	95	100	64	66
SC	83	0	96	72	79	93	93	62	95
ES	74	100	67	56	100	71	90	56	70
DF	72	0	75	95	87	71	98	73	58
PR	72	30	81	100	92	87	45	68	74
CE	67	100	75	7	60	73	87	57	75
RJ	60	80	59	86	44	42	95	49	72
GO	59	100	78	44	65	70	74	61	32
RS	58	20	56	71	66	66	75	54	63
MS	52	50	61	47	59	54	89	33	56
MT	48	10	53	22	50	65	82	69	34
TO	46	100	31	0	17	52	82	61	51
PB	41	100	20	38	28	40	75	38	56
PE	38	100	37	47	35	36	56	37	54
RR	36	0	32	16	51	28	95	67	34
RN	35	20	12	45	24	24	99	18	71
RO	35	50	50	28	38	61	60	27	29
PI	35	100	27	26	25	25	75	38	53
AC	21	100	56	4	55	48	0	43	13
MA	20	10	8	5	13	7	84	43	50
AM	20	80	47	8	56	31	45	40	0
BA	18	0	5	49	10	11	75	26	46
SE	17	0	0	47	21	22	66	0	55
PA	17	100	4	42	38	0	63	25	28
AL	9	100	2	26	0	14	36	12	36
AP	0	0	2	11	27	14	38	35	1

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I

Educação

UF	Ranking do Pilar		Avaliação da Educação		IDEB		ENEM		PISA	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		1		2	-1 ▼	6	1 ▲
MG	2		1		3	-1 ▼	5	-1 ▼	4	2 ▲
SC	3		27		2	1 ▲	6		5	-1 ▼
ES	4	2 ▲	1		8		8	1 ▲	1	
DF	5		27		6	-1 ▼	3	-1 ▼	3	-1 ▼
PR	6	-2 ▼	16	-15 ▼	4	2 ▲	1	4 ▲	2	6 ▲
CE	7	3 ▲	1		7	3 ▲	24	-1 ▼	9	6 ▲
RJ	8	1 ▲	12	-11 ▼	10	-1 ▼	4	-1 ▼	15	-5 ▼
GO	9	-1 ▼	1		5	-1 ▼	14	-2 ▼	8	6 ▲
RS	10	-3 ▼	17	-16 ▼	11	-4 ▼	7		7	-4 ▼
MS	11		14	-13 ▼	9	3 ▲	12	-2 ▼	10	-5 ▼
MT	12	3 ▲	19	8 ▲	13	1 ▲	20	-2 ▼	14	5 ▲
TO	13	1 ▲	1		18	-3 ▼	27		24	-4 ▼
PB	14	5 ▲	1		20		16	-2 ▼	19	-10 ▼
PE	15	-3 ▼	1		16	1 ▲	10	1 ▲	18	6 ▲
RR	16	1 ▲	27		17	-1 ▼	21	-1 ▼	13	10 ▲
RN	17	3 ▲	17	10 ▲	21		13		22	-6 ▼
RO	18	-5 ▼	14	-13 ▼	14	-1 ▼	17	2 ▲	16	-3 ▼
PI	19	-1 ▼	1		19		18	3 ▲	21	-10 ▼
AC	20	-4 ▼	1		12	-1 ▼	26		12	10 ▲
MA	21	2 ▲	19	-18 ▼	22	1 ▲	25	-1 ▼	25	1 ▲
AM	22	-1 ▼	12	-11 ▼	15	3 ▲	23	-1 ▼	11	14 ▲
BA	23	-1 ▼	27	-26 ▼	23	1 ▲	9	-1 ▼	26	-9 ▼
SE	24		27	-26 ▼	27	-5 ▼	11	6 ▲	23	-11 ▼
PA	25	1 ▲	1		24	1 ▲	15	1 ▲	16	5 ▲
AL	26	1 ▲	1		26	1 ▲	19	-4 ▼	27	
AP	27	-2 ▼	27		25	1 ▲	22	3 ▲	20	-2 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Educação										
Ranking do Pilar			Índice de Oportunidade da Educação		Taxa de frequência líquida do ensino fundamental		Taxa de frequência líquida do ensino médio		Taxa de atendimento do ensino infantil	
UF	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		13		1		1	
MG	2		2		1		6		8	
SC	3		3		6		7		2	
ES	4	2 ▲	7		7		11		7	
DF	5		6		3		2		10	
PR	6	-2 ▼	4		24		4		4	
CE	7	3 ▲	5		9		10		3	
RJ	8	1 ▲	15		4		13		5	
GO	9	-1 ▼	8		18		8		22	
RS	10	-3 ▼	9		15		12		9	
MS	11		12		8		21		12	
MT	12	3 ▲	10		12		3		20	
TO	13	1 ▲	13		11		9		16	
PB	14	5 ▲	16		14		18		11	
PE	15	-3 ▼	17		22		19		14	
RR	16	1 ▲	19		5		5		21	
RN	17	3 ▲	21		2		25		6	
RO	18	-5 ▼	11		21		22		23	
PI	19	-1 ▼	20		16		17		15	
AC	20	-4 ▼	14		27		14		25	
MA	21	2 ▲	26		10		15		17	
AM	22	-1 ▼	18		23		16		27	
BA	23	-1 ▼	25		17		23		18	
SE	24		22		19		27		13	
PA	25	1 ▲	27		20		24		24	
AL	26	1 ▲	23		26		26		19	
AP	27	-2 ▼	24		25		20		26	



SOLIDEZ FISCAL

A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando em aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira promove retração dos investimentos e dos negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.

Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal. Os indicadores presentes na edição de 2017 são os mesmos da edição de 2016: solvência fiscal (razão entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida); resultado primário (diferença entre receita primária realizada e a despesa primária liquidada no ano dividido pelo PIB do estado); resultado nominal (diferença entre receitas e despesas primárias no período, acrescidas das despesas com juros nominais incidentes sobre a dívida pública interna e externa, dividido pelo PIB do estado); sucesso da execução orçamentária (razão entre a despesa liquidada e a despesa total); capacidade de investimento (razão entre o investimento liquidado e a receita corrente líquida) e autonomia fiscal (razão entre receitas correntes próprias sobre a receita corrente total).

Os resultados para o pilar de solidez fiscal na edição de 2017 refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2016, que sabemos, foi marcado por uma continuidade e até mesmo intensificação da crise econômica e fiscal observada em 2015. De modo geral, houve uma piora do resultado primário nos Estados no ano de 2016, que juntos somaram um déficit total de R\$ 2,7 bilhões (-0,04% do PIB), ante um superávit primário de R\$ 12,7 bilhões (0,2% do PIB) em 2015. O desempenho primário é bastante heterogêneo entre as regiões, tendo se destacado a forte deterioração do primário nas regiões S e SE, com destaque para as quedas observadas em ES, MG, PR, SC e SP. Os casos do ES e MG sofreram o prejuízo adicional da tragédia da Samarco, afetando a produção extrativa mineral, importante fonte de receitas desses estados. As regiões S e SE, mais ricas e menos dependentes de transferências federais, vêm sofrendo de forma mais aguda os

efeitos da recessão econômica sobre a arrecadação de tributos, cuja base de incidência é fortemente atrelada ao consumo das famílias, ao setor de serviços e à produção industrial, cujas quedas reais em 2016 foram respectivamente de 4,2%, 2,7% e 3,8%.

Estados que conseguiram entregar resultados primários elevados podem tê-lo feito à custa de elevado contingenciamento de despesas, diminuindo assim o grau de execução do orçamento e o nível de investimentos. São os casos, por exemplo, dos estados de RR e AC. Os estados do MS e PI, por outro lado, apresentam fracos resultados primários, mas elevado grau de investimento em 2016.

Paradoxalmente, apesar da piora do resultado primário nos Estados no ano passado, houve uma melhora do resultado nominal, que em 2016 atingiu um déficit total de R\$ 15,8 bilhões (-0,3% do PIB) ante déficit de R\$ 102,2 bilhões (-1,7% do PIB) em 2015. Parte significativa dessa melhora reflete a troca dos indexadores da dívida dos Estados e Municípios junto à União (LC 148/2014), que passou a valer em 2016 e que aliviou o custo do serviço da dívida desses entes. Naquele ano também foram iniciadas as negociações envolvendo o refinanciamento (carência e alongamento) do serviço da dívida, resultando até mesmo em paralisação temporária dos pagamentos em função de judicialização do assunto no STF. Essas mudanças, somadas com desempenhos primários distintos, promoveram forte alteração do resultado nominal em alguns estados, com destaque para a forte alta observada nos estados do AC, AL e CE.

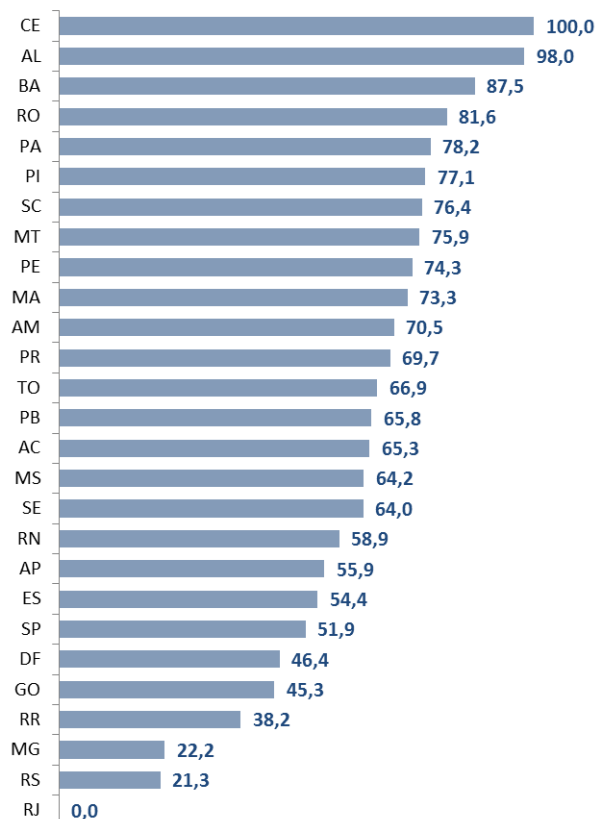
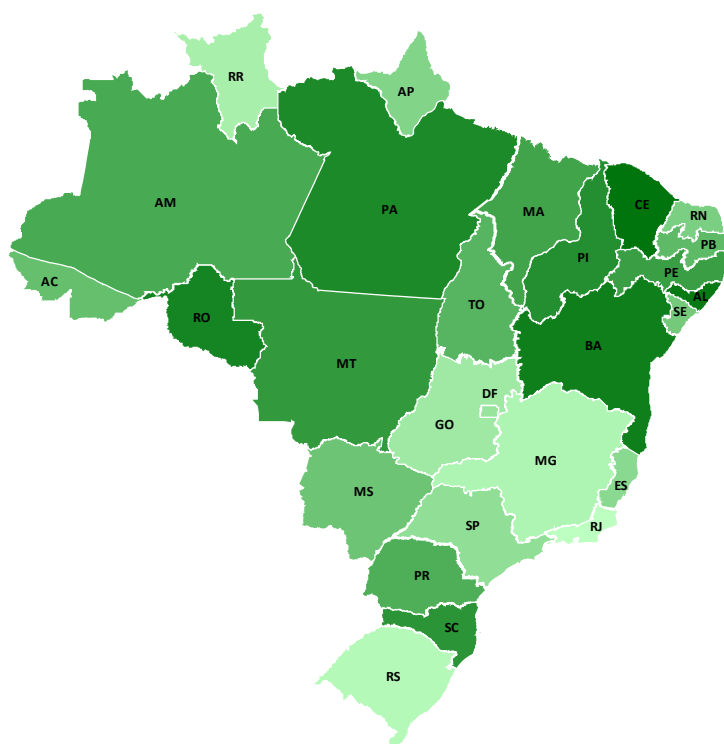
Os casos do CE e AL são interessantes, pois esses Estados apresentam, no conjunto, um bom equilíbrio dentre os 6 indicadores do pilar de sustentabilidade fiscal: apesar de terem um nível de endividamento entre médio a alto, estão entre os Estados que apresentam resultados primário e nominal positivos, ao mesmo tempo em que apresentam bom nível de execução orçamentária e de investimento, apesar de serem Estados relativamente dependentes financeiramente.

Em relação à edição de 2016, os Estados que mais subiram de posição foram AL, PI e RO, enquanto as maiores quedas ocorreram no AP, MS e RR. No caso do AL, a subida foi motivada por bom desempenho generalizado. No caso do PI, a subida foi sustentada por bons dados de resultado nominal e investimentos. Para RO, a alta foi motivada por melhora no desempenho dos indicadores de sucesso da execução orçamentária, investimentos e solvência fiscal. Já a queda do AP decorreu principalmente da forte piora em investimentos e resultado primário. A queda do MS foi causada principalmente por uma piora relativa em execução orçamentária, resultados primário e nominal, além de piora na autonomia fiscal. Finalmente, a queda de RR foi motivada por queda em todos os indicadores, com exceção do resultado primário, no qual o estado manteve a liderança. O caso de RR é um bom exemplo dos *trade-offs* envolvidos na gestão fiscal: apesar de fechar as contas no azul, o estado tem baixos níveis de execução do orçamento e de investimentos.



SOLIDEZ FISCAL

Ranking – Solidez fiscal



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Capacidade de Investimento	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2016
Resultado Nominal	Diferença entre receitas e despesas primárias no período acrescidas das despesas com juros nominais incidentes sobre a dívida pública interna e externa, dividido pelo PIB	Siconfi	2016
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2016
Sucesso da Execução Orçamentária	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2016
Autonomia Fiscal	Grau de autonomia financeira do Estado tendo por base a participação das receitas correntes próprias (realizadas) sobre a receita corrente total, dado pela fórmula: $1 - (\text{transferências correntes} / \text{receita corrente total})$	Siconfi	2016
Resultado Primário	O resultado primário líquido é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária liquidada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi	2016

Desempenhos das UFs em cada indicador

Solidez Fiscal							
UF	Pilar Nota: 0-100	Autonomia Fiscal	Capacidade de Investimento	Resultado Nominal	Solvência Fiscal	Sucesso da Execução Orçamentária	Resultado Primário
CE	100.0	64.5%	11.1%	4.2%	43.6%	89.4%	2.3%
AL	98.0	54.5%	6.8%	20.7%	102.9%	100.3%	8.8%
BA	87.5	68.3%	11.0%	-0.5%	55.8%	86.9%	-1.6%
RO	81.6	65.7%	4.9%	2.3%	50.1%	100.3%	3.7%
PA	78.2	64.3%	5.2%	0.9%	9.3%	91.7%	1.6%
PI	77.1	44.1%	10.7%	2.2%	45.2%	88.4%	-3.1%
SC	76.4	76.5%	8.0%	0.4%	50.2%	82.2%	-1.0%
MT	75.9	69.8%	6.2%	1.9%	44.0%	88.1%	1.2%
PE	74.3	65.0%	5.5%	3.5%	60.7%	94.1%	1.6%
MA	73.3	50.7%	6.6%	4.3%	43.7%	90.7%	2.4%
AM	70.5	68.2%	6.2%	2.5%	40.5%	81.7%	1.6%
PR	69.7	79.8%	4.0%	2.6%	38.8%	86.3%	-0.4%
TO	66.9	49.9%	6.5%	1.4%	33.0%	87.9%	0.8%
PB	65.8	48.8%	7.1%	3.7%	30.2%	80.0%	1.9%
AC	65.3	31.8%	5.5%	14.9%	72.7%	85.4%	8.7%
MS	64.2	69.3%	8.2%	0.4%	78.2%	78.1%	-0.7%
SE	64.0	45.7%	5.4%	3.0%	60.4%	94.3%	2.3%
RN	58.9	52.5%	4.6%	0.1%	12.4%	84.7%	0.2%
AP	55.9	46.9%	2.1%	25.0%	14.4%	85.2%	-11.2%
ES	54.4	67.1%	4.0%	0.8%	26.4%	75.9%	0.8%
SP	51.9	90.2%	5.0%	-1.9%	175.5%	89.8%	0.3%
DF	46.4	71.6%	2.8%	0.9%	29.9%	73.4%	-1.1%
GO	45.3	76.3%	2.7%	-0.9%	95.0%	81.6%	2.2%
RR	38.2	37.9%	3.1%	-25.8%	34.8%	80.6%	23.8%
MG	22.2	80.3%	2.8%	-4.2%	203.1%	86.0%	-2.0%
RS	21.3	83.0%	1.8%	-4.7%	212.9%	87.6%	0.8%
RJ	0.0	80.9%	5.4%	-3.4%	233.8%	57.1%	-3.0%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I

Solidez Fiscal

UF	Ranking do Pilar		Capacidade de Investimento		Resultado Nominal		Solvência Fiscal	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
CE	1	6 ▲	1		5	18 ▲	11	5 ▲
AL	2	21 ▲	7	1 ▲	2	23 ▲	23	1 ▲
BA	3	9 ▲	2	4 ▲	21	-3 ▼	17	-3 ▼
RO	4	16 ▲	18	4 ▲	11	-5 ▼	15	3 ▲
PA	5	-3 ▼	16	-9 ▼	16	-7 ▼	1	2 ▲
PI	6	11 ▲	3	6 ▲	12	7 ▲	14	-1 ▼
SC	7	3 ▲	5		19	-7 ▼	16	-4 ▼
MT	8	-2 ▼	10	7 ▲	13	-5 ▼	13	-2 ▼
PE	9	5 ▲	13	3 ▲	7	7 ▲	19	-2 ▼
MA	10	8 ▲	8	3 ▲	4	11 ▲	12	3 ▲
AM	11	-2 ▼	11	-1 ▼	10	10 ▲	10	-1 ▼
PR	12	-7 ▼	20	6 ▲	9	-4 ▼	9	1 ▲
TO	13	8 ▲	9	11 ▲	14	2 ▲	7	
PB	14	-1 ▼	6	-3 ▼	6	7 ▲	6	2 ▲
AC	15	10 ▲	12	-8 ▼	3	24 ▲	20	1 ▲
MS	16	-13 ▼	4	9 ▲	18	-14 ▼	21	-1 ▼
SE	17	5 ▲	14	4 ▲	8	14 ▲	18	1 ▲
RN	18	-10 ▼	19	4 ▲	20	-17 ▼	2	-1 ▼
AP	19	-15 ▼	26	-14 ▼	1		3	2 ▲
ES	20	-9 ▼	21		17	-10 ▼	4	2 ▲
SP	21	-6 ▼	17	-2 ▼	23	-6 ▼	24	-1 ▼
DF	22	-3 ▼	23	2 ▲	15	-5 ▼	5	-1 ▼
GO	23	-7 ▼	25	-11 ▼	22	-11 ▼	22	
RR	24	-23 ▼	22	-3 ▼	27	-25 ▼	8	-6 ▼
MG	25	2 ▲	24		25	1 ▲	25	1 ▲
RS	26		27		26	-5 ▼	26	1 ▲
RJ	27	-3 ▼	15	-13 ▼	24		27	-2 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Solidez Fiscal

UF	Ranking do Pilar		Sucesso da Execução Orçamentária		Autonomia Fiscal		Resultado Primário	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
CE	1	6 ▲	8	4 ▲	16		6	19 ▲
AL	2	21 ▲	2	7 ▲	18	2 ▲	2	2 ▲
BA	3	9 ▲	13	-9 ▼	11		23	-1 ▼
RO	4	16 ▲	1	25 ▲	14	4 ▲	4	1 ▲
PA	5	-3 ▼	5	-2 ▼	17	-2 ▼	12	2 ▲
PI	6	11 ▲	9	1 ▲	25	-1 ▼	26	-10 ▼
SC	7	3 ▲	19		6	2 ▲	21	-2 ▼
MT	8	-2 ▼	10	1 ▲	9		13	-5 ▼
PE	9	5 ▲	4	4 ▲	15	-1 ▼	11	6 ▲
MA	10	8 ▲	6	11 ▲	20	-1 ▼	5	5 ▲
AM	11	-2 ▼	20	-14 ▼	12	-2 ▼	10	5 ▲
PR	12	-7 ▼	14		5		19	-12 ▼
TO	13	8 ▲	11	13 ▲	21	1 ▲	15	-9 ▼
PB	14	-1 ▼	23	-8 ▼	22	-1 ▼	9	11 ▲
AC	15	10 ▲	16	-9 ▼	27	-1 ▼	3	21 ▲
MS	16	-13 ▼	24	-8 ▼	10	-4 ▼	20	-18 ▼
SE	17	5 ▲	3	2 ▲	24	-1 ▼	7	14 ▲
RN	18	-10 ▼	18	3 ▲	19	-2 ▼	18	-6 ▼
AP	19	-15 ▼	17	10 ▲	23	4 ▲	27	-24 ▼
ES	20	-9 ▼	25	-7 ▼	13		14	-1 ▼
SP	21	-6 ▼	7	-6 ▼	1		17	-6 ▼
DF	22	-3 ▼	26	-3 ▼	8	4 ▲	22	5 ▲
GO	23	-7 ▼	21	1 ▲	7		8	1 ▲
RR	24	-23 ▼	22	-2 ▼	26	-1 ▼	1	
MG	25	2 ▲	15	-2 ▼	4		24	-6 ▼
RS	26		12	-10 ▼	2	1 ▲	16	7 ▲
RJ	27	-3 ▼	27	-2 ▼	3	-1 ▼	25	1 ▲



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da eficiência da máquina traduz uma das motivações centrais para a construção do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a saber: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública não apenas são centrais na competitividade dos estados, mas partes fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

A eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento. A eclosão de conflitos políticos ao redor do mundo, seja em países desenvolvidos, seja em nações em desenvolvimento, mostra como a eficiência do Estado em resolver os problemas demandados pela sociedade é central para a estabilidade do regime democrático. Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios. A falta de confiança no órgão regulador das atividades econômicas mina a produtividade das economias.

A forma federativa do Estado brasileiro compartilha o poder decisório em diferentes esferas de poder. Isso significa que o agente econômico sofre influência dos três níveis geográficos. Nesse sentido, a distribuição de eficiência e inovação no tocante à gestão pública ajuda a entender a disparidade de competitividade ao longo do território brasileiro. Essa competição pela inovação do setor público é uma das justificativas para a opção federativa. Sendo assim, o ranking de competitividade faz um esforço para criar métricas de comparação que levem em conta os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social entre os Estados da federação.

O pilar da eficiência da máquina pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando

as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 7,6% no ranking final, foram agregados indicadores de transparência do gasto público, eficiência do judiciário, além de indicadores de custos do executivo, legislativo e judiciário.

Ao observarmos os resultados para o pilar de eficiência da máquina pública na edição de 2017, percebemos uma predominância de bons desempenhos dos Estados do Sul e Sudeste. As UFs mais bem colocadas neste pilar em 2017 foram RS, SP e MG, enquanto as piores colocadas foram RR, AP e TO.

Os desempenhos mais fortes dos Estados do Sul e Sudeste sugerem que, apesar do maior tamanho de suas economias, não houve uma explosão no tamanho e custo dos serviços públicos. Em outras palavras, nesses Estados parece haver certo equilíbrio entre os recursos econômicos – que geram receitas aos governos – e os custos de manutenção do governo. Já em Estados como RR, AP e TO, parece haver uma desproporção entre o custo de manutenção da administração pública e o poder econômico desses entes, o que seria um indício de Estados pesados, inchados e, portanto, ineficientes.

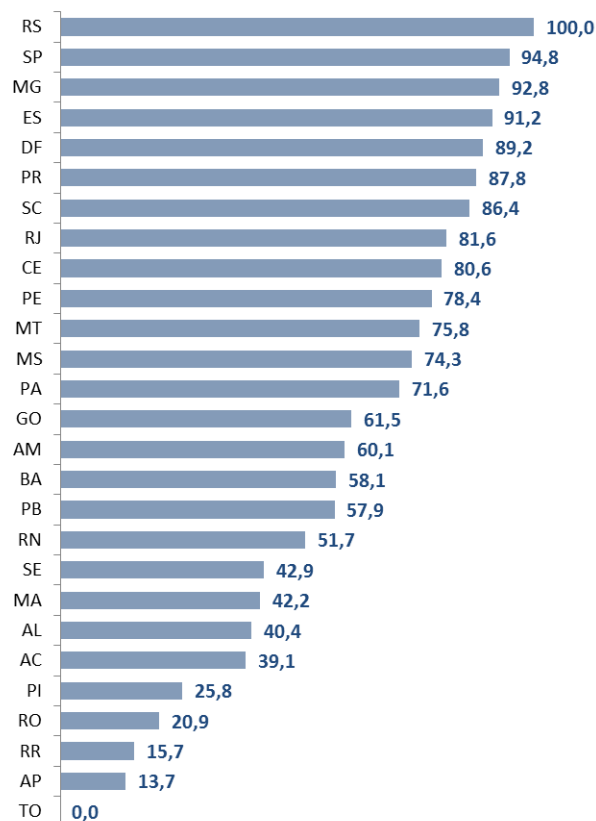
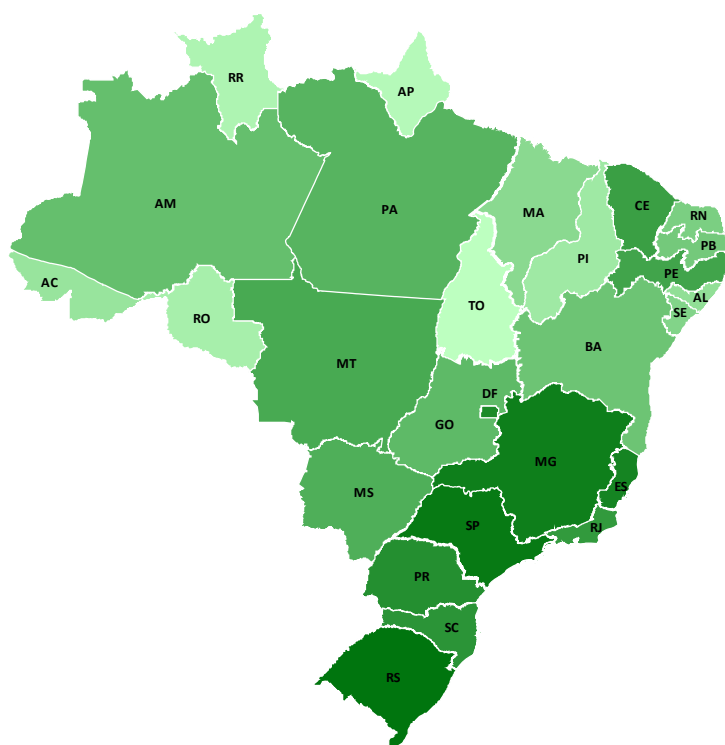
Chamam a atenção, por exemplo, os casos do CE e PE, Estados cujas economias são relativamente pequenas, mas que apresentam um bom desempenho na eficiência da máquina pública. O caso desses dois Estados sugere que eles vêm buscando equilibrar os setores privado e público no interior de suas economias, o que é um sinal de potencial dinamismo econômico futuro.

Em relação à edição de 2016, os Estados que mais subiram de posição foram SE (aumento de 4 posições), e BA, RJ e RS (aumento de 3 posições). Enquanto as maiores quedas ocorreram no PA (queda de 5 posições), e ES, MA, PR e RR (queda de 3 posições). No caso do SE, por exemplo, o fato de ter conseguido elevar sua posição deu-se, principalmente, pela subida de 15 posições no indicador de eficiência do judiciário. Já a queda do PA decorreu, basicamente, da queda de 20 colocações neste mesmo indicador.



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

Ranking – Eficiência da máquina pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de congestionamento = 1 - (processos baixados)/(casos novos + casos pendentes)	Justiça em Números/CNJ	2015
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB	FINBRA/Siconfi	2016
Índice de Transparência	Avaliação dos portais de acesso a informações de gastos estaduais (Nota: 0-10)	Associação Contas Abertas	2014
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB	FINBRA/Siconfi	2016
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB	FINBRA/Siconfi	2016
% Servidores Comissionados	% de cargos comissionados no total de cargos públicos	IBGE/Estadic	2014

Desempenhos das UFs em cada indicador

Eficiência da Máquina Pública							
UF	Pilar Nota: 0-100	Eficiência do Judiciário	Custo do Executivo/PIB	Índice de Transparência	Custo do Judiciário/PIB	Custo do Legislativo/PIB	% Servidores Comissionados
RS	100,0	62,0%	0,4%	6,6	0,6%	0,2%	1,7%
SP	94,8	78,9%	0,2%	8,0	0,5%	0,1%	2,6%
MG	92,8	68,1%	0,4%	6,7	0,7%	0,3%	1,2%
ES	91,2	76,5%	0,3%	9,0	0,7%	0,2%	4,7%
DF	89,2	54,0%	1,1%	6,9		0,4%	6,2%
PR	87,8	68,4%	0,9%	5,8	0,6%	0,2%	1,3%
SC	86,4	79,5%	0,7%	7,6	0,6%	0,2%	1,4%
RJ	81,6	79,1%	0,4%	6,7	0,6%	0,2%	3,8%
CE	80,6	71,5%	0,8%	6,8	0,9%	0,5%	1,7%
PE	78,4	80,0%	0,9%	8,1	0,9%	0,5%	1,5%
MT	75,8	68,1%	0,7%	6,9	1,1%	0,5%	5,5%
MS	74,3	70,1%	0,9%	6,1	1,0%	0,5%	3,1%
PA	71,6	80,3%	0,6%	6,4	0,7%	0,6%	3,0%
GO	61,5	74,4%	1,2%	4,8	0,7%	0,3%	8,8%
AM	60,1	85,6%	0,8%	6,0	0,8%	0,6%	5,1%
BA	58,1	75,4%	0,7%	4,2	1,0%	0,4%	6,0%
PB	57,9	67,6%	1,0%	5,1	1,3%	0,8%	5,4%
RN	51,7	79,0%	1,3%	5,3	1,4%	0,7%	2,8%
SE	42,9	54,4%	1,9%	2,4	1,4%	0,9%	8,6%
MA	42,2	78,2%	1,2%	4,1	1,4%	0,7%	5,9%
AL	40,4	67,8%	4,0%	4,7	1,2%	0,6%	6,1%
AC	39,1	53,9%	2,1%	3,6	1,8%	1,4%	4,5%
PI	25,8	75,8%	3,6%	4,2	1,3%	1,3%	3,5%
RO	20,9	55,1%	2,6%	0,9	2,0%	1,0%	7,4%
RR	15,7	46,5%	1,9%	3,5	1,5%	2,5%	15,6%
AP	13,7	49,9%	3,8%	5,7	2,3%	1,6%	15,5%
TO	0,0	65,5%	6,5%	3,9	2,0%	1,2%	5,7%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – I

Eficiência da Máquina Pública

UF	Ranking do Pilar		Eficiência do Judiciário		Custo do Executivo/PIB		Custo do Judiciário/PIB	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1	3 ▲	7	5 ▲	4	2 ▲	2	
SP	2		21	6 ▲	1		1	
MG	3	2 ▲	11	7 ▲	5		9	
ES	4	-3 ▼	19		2	1 ▲	8	2 ▲
DF	5	1 ▲	4	-1 ▼	16		27	
PR	6	-3 ▼	13	-2 ▼	12	-10 ▼	3	
SC	7		24	-2 ▼	9	3 ▲	5	1 ▲
RJ	8	3 ▲	23	3 ▲	3	1 ▲	4	1 ▲
CE	9		15	-1 ▼	11		11	
PE	10		25	-4 ▼	13		12	2 ▲
MT	11	2 ▲	12	4 ▲	8	2 ▲	15	-2 ▼
MS	12		14	-7 ▼	14	1 ▲	13	2 ▲
PA	13	-5 ▼	26	-20 ▼	6	2 ▲	7	1 ▲
GO	14		16	-8 ▼	17	1 ▲	6	-2 ▼
AM	15		27	-2 ▼	10	-1 ▼	10	-3 ▼
BA	16	3 ▲	17	7 ▲	7		14	-2 ▼
PB	17	1 ▲	9		15	4 ▲	18	
RN	18	-2 ▼	22	-7 ▼	19	-2 ▼	19	1 ▲
SE	19	4 ▲	5	15 ▲	20	1 ▲	21	-2 ▼
MA	20	-3 ▼	20	-10 ▼	18	-4 ▼	20	-3 ▼
AL	21		10	7 ▲	26		16	5 ▲
AC	22	-2 ▼	3	-1 ▼	22		23	-1 ▼
PI	23	1 ▲	18	5 ▲	24	1 ▲	17	-1 ▼
RO	24	1 ▲	6	-1 ▼	23		24	
RR	25	-3 ▼	1	3 ▲	21	-1 ▼	22	5 ▲
AP	26		2	-1 ▼	25	-1 ▼	26	-1 ▼
TO	27		8	5 ▲	27		25	-2 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016 – II

Eficiência da Máquina Pública

UF	Ranking do Pilar		Custo do Legislativo/PIB		Índice de Transparência		% Servidores Comissionados	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1	3 ▲	4	3 ▲	10		6	
SP	2		1		3		7	
MG	3	2 ▲	7	-2 ▼	8		1	
ES	4	-3 ▼	5	-1 ▼	1		14	
DF	5	1 ▲	9	-1 ▼	5		22	
PR	6	-3 ▼	2		14		2	
SC	7		6		4		3	
RJ	8	3 ▲	3		8		12	
CE	9		13	-2 ▼	7		5	
PE	10		14	-2 ▼	2		4	
MT	11	2 ▲	12	4 ▲	6		17	
MS	12		11	2 ▲	12		10	
PA	13	-5 ▼	15	-1 ▼	11		9	
GO	14		8	1 ▲	18		25	
AM	15		16	-1 ▼	13		15	
BA	16	3 ▲	10		20		20	
PB	17	1 ▲	20	-1 ▼	17		16	
RN	18	-2 ▼	18	2 ▲	16		8	
SE	19	4 ▲	21		26		24	
MA	20	-3 ▼	19	-2 ▼	22		19	
AL	21		17	5 ▲	19		21	
AC	22	-2 ▼	25	1 ▲	24		13	
PI	23	1 ▲	24	1 ▲	21		11	
RO	24	1 ▲	22	1 ▲	27		23	
RR	25	-3 ▼	27	-9 ▼	25		27	
AP	26		26	1 ▲	15		26	
TO	27		23	1 ▲	23		18	



CAPITAL HUMANO

Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País.

Enquanto o trabalhador brasileiro possui 7,4 anos de escolaridade em média, nos países da OCDE a escolaridade média é de 11,8 anos.

Embora este pilar não esteja entre os de maior peso (8,2%), existe uma complementariedade com o pilar educação, cujo peso é de 11,4%. Enquanto o primeiro pilar avalia o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, o segundo analisa as condições atuais da educação no País e que irão determinar, portanto, a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

No pilar capital humano, foram considerados indicadores de qualificação do trabalhador (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (PIB pela população ocupada). Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação e produtividade, são relevantes para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas. De todo modo, os indicadores de qualificação e produtividade possuem em seu conjunto um peso maior dentro do pilar do que o indicador de custo de mão de obra.

Distrito Federal e Rio de Janeiro permaneceram nas duas primeiras colocações, enquanto Santa Catarina subiu três posições, ocupando agora o 3º lugar neste pilar. DF e RJ seguem com bons desempenhos nos indicadores de produtividade do trabalho, qualificação dos trabalhadores e proporção de trabalhadores com ensino superior. Naturalmente, porém, no indicador de custo da mão de obra, tais UF's se encontram nas últimas colocações, respectivamente 27ª e 25ª colocação.

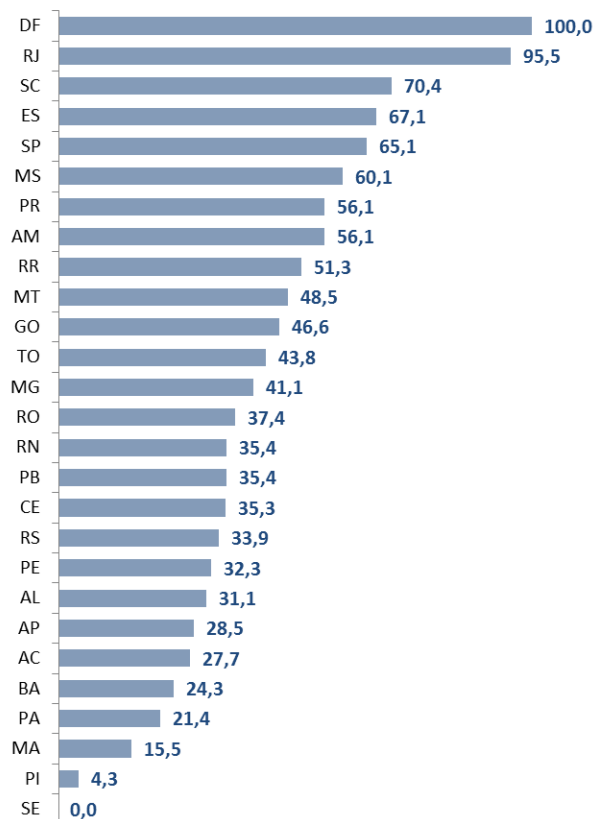
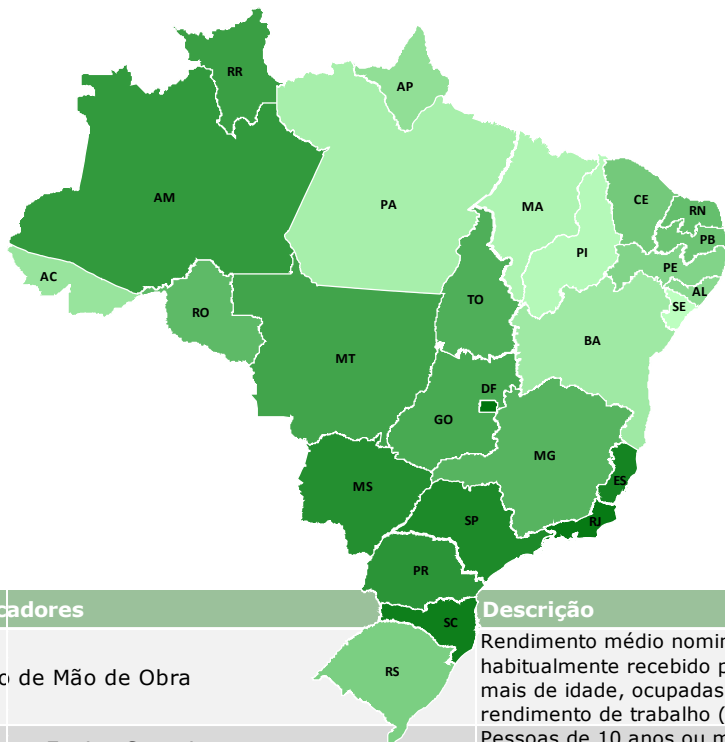
Na comparação com a edição anterior, as UF's que mais se destacaram positivamente foram RR, com avanço de 13 posições, RN (+8) e GO (+6). Os três Estados melhoraram suas posições nos indicadores de qualificação dos trabalhadores e de PEA com ensino superior. No primeiro caso, os três estados mostraram ganho de cerca de meio ano de escolaridade na média de seus trabalhadores. Já a proporção de trabalhadores com ensino superior mostrou elevação de 3,5 pontos percentuais em RR e de 2,5 pp em GO e RN. RR também melhorou em produtividade do trabalho.

Em contraposição, Amapá foi o destaque negativo em relação à edição anterior, tendo recuado 16 posições no pilar. Embora o estado não tenha registrado quedas relativas muito acentuadas em nenhum dos 4 indicadores que compõem o pilar de capital humano, o fato de ter perdido posições em todos esses indicadores explica a piora expressiva no pilar como um todo.



CAPITAL HUMANO

Ranking – Capital humano



Indicadores	Descrição
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal habitualmente recebido por mais de idade, ocupadas no rendimento de trabalho (Real)
PEA com Ensino Superior	Pessoas de 10 anos ou mais estudo/população economicamente ativa
Produtividade do Trabalho	PIB pelo total de pessoas ocupadas
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudos da população economicamente ativa

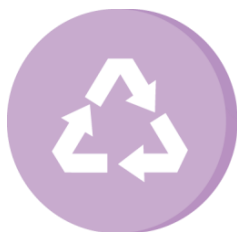
Ranking
2016
2015
2016
2015

Desempenhos das UFs em cada indicador

Capital Humano					
UF	Pilar Nota: 0-100	Custo de Mão de Obra	PEA com Ensino Superior	Produtividade do Trabalho	Qualificação dos Trabalhadores
DF	100,0	R\$ 3.656	28,9%	130,18	12,0
RJ	95,5	R\$ 2.274	17,8%	85,92	11,0
SC	70,4	R\$ 2.103	15,8%	66,01	10,7
ES	67,1	R\$ 1.918	14,9%	64,27	10,1
SP	65,1	R\$ 2.602	17,8%	81,06	11,2
MS	60,1	R\$ 1.942	15,1%	61,33	10,0
PR	56,1	R\$ 2.153	16,0%	59,71	10,6
AM	56,1	R\$ 1.603	11,1%	50,35	9,9
RR	51,3	R\$ 2.048	15,6%	51,21	10,5
MT	48,5	R\$ 1.970	12,8%	62,40	10,0
GO	46,6	R\$ 1.880	13,4%	48,71	10,2
TO	43,8	R\$ 1.680	13,5%	39,42	9,8
MG	41,1	R\$ 1.770	11,7%	49,03	9,8
RO	37,4	R\$ 1.631	12,0%	40,53	9,6
RN	35,4	R\$ 1.518	11,1%	37,01	9,4
PB	35,4	R\$ 1.379	11,8%	33,37	9,0
CE	35,3	R\$ 1.289	8,6%	33,49	9,2
RS	33,9	R\$ 2.229	14,1%	59,87	10,2
PE	32,3	R\$ 1.536	11,0%	40,62	9,2
AL	31,1	R\$ 1.311	10,3%	34,60	8,8
AP	28,5	R\$ 2.030	14,1%	40,38	10,3
AC	27,7	R\$ 1.618	11,8%	44,43	9,0
BA	24,3	R\$ 1.319	8,0%	33,18	9,0
PA	21,4	R\$ 1.352	7,6%	37,11	8,8
MA	15,5	R\$ 1.089	6,8%	27,96	8,2
PI	4,3	R\$ 1.287	8,8%	26,13	8,3
SE	0,0	R\$ 1.566	8,2%	37,37	8,6

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016
Capital Humano

UF	Ranking do Pilar		Custo de Mão de Obra		PEA com Ensino Superior		Produtividade do Trabalho		Qualificação dos Trabalhadores	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1	1 ▲	27		1		1		1	
RJ	2	-1 ▼	25	-1 ▼	2	1 ▲	2	1 ▲	3	
SC	3	3 ▲	22	1 ▲	5	-1 ▼	4		4	
ES	4	4 ▲	17	2 ▲	8	2 ▲	5		10	1 ▲
SP	5	-2 ▼	26		3	-1 ▼	3	-1 ▼	2	
MS	6	1 ▲	18	-1 ▼	7		7	3 ▲	11	-1 ▼
PR	7	2 ▲	23	2 ▲	4	1 ▲	9	-1 ▼	5	
AM	8	-4 ▼	11	3 ▲	19	-6 ▼	11	-2 ▼	13	-4 ▼
RR	9	13 ▲	21		6	5 ▲	10	3 ▲	6	2 ▲
MT	10		19	1 ▲	13	-4 ▼	6	1 ▲	12	
GO	11	6 ▲	16	2 ▲	12	2 ▲	13	-1 ▼	9	4 ▲
TO	12	1 ▲	14	-1 ▼	11	5 ▲	18	-2 ▼	15	
MG	13	-2 ▼	15		17	-5 ▼	12	-1 ▼	14	
RO	14	-2 ▼	13	-1 ▼	14	1 ▲	16	-1 ▼	16	
RN	15	8 ▲	8	1 ▲	18	2 ▲	21		17	2 ▲
PB	16	2 ▲	7		16	3 ▲	24	1 ▲	20	2 ▲
CE	17	-1 ▼	3		23	1 ▲	23		18	2 ▲
RS	18	-4 ▼	24	-2 ▼	10	-2 ▼	8	-2 ▼	8	-1 ▼
PE	19	-4 ▼	9	1 ▲	20	-2 ▼	15	3 ▲	19	-2 ▼
AL	20	5 ▲	4		21	2 ▲	22	2 ▲	24	2 ▲
AP	21	-16 ▼	20	-4 ▼	9	-3 ▼	17	-3 ▼	7	-1 ▼
AC	22	-2 ▼	12	-1 ▼	15	2 ▲	14	3 ▲	22	-4 ▼
BA	23	-4 ▼	5	1 ▲	25	-4 ▼	25	-3 ▼	21	
PA	24		6	-1 ▼	26		20		23	
MA	25	-4 ▼	1		27		26		27	-3 ▼
PI	26		2		22		27		26	1 ▲
SE	27		10	-2 ▼	24	1 ▲	19		25	



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico.

Para medirmos a sustentabilidade ambiental dos Estados, foram utilizados quatro indicadores:

1. Emissões de CO₂: áreas verdes e de conservação são fundamentais para a preservação do equilíbrio de diversos ecossistemas. Ações humanas orientadas para objetivos econômicos podem, em muitos casos, gerar prejuízos ambientais irreversíveis. Desmatamentos, inundação de áreas para formação de represas e queimadas são exemplos de ações que diminuem as áreas de conservação e ampliam a emissão de gás carbônico, o que aumenta o efeito estufa e desequilibra o meio ambiente. Assim, quanto maior a emissão de CO₂, pior colocado fica o Estado nesse indicador.
2. Serviços urbanos: indicador medido pela oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana. Em muitos casos, a capacidade de os governos ofertarem soluções e serviços eficazes depende de cooperação e coordenação intergovernamental. Ainda que a limpeza urbana seja uma competência fundamentalmente municipal, os problemas em muitos casos transcendem os limites de um município, surgindo assim problemas intermunicipais e regionais. Nesses casos, os governos estaduais têm papel fundamental na coordenação de soluções conjuntas com diversos municípios. Entendemos que os governos estaduais devem ampliar suas responsabilidades sobre questões intermunicipais e regionais como essas. Neste caso, quanto maior for a oferta de serviços de coleta de materiais especiais e limpeza urbana, melhor será a pontuação do Estado.
3. Destinação do lixo: indicador medido pela destinação adequada para tipos de resíduos sólidos e qualidade das unidades de destino em solo. Da mesma forma que no item anterior, entendemos que a solução para o tratamento do lixo e dos resíduos sólidos passa por uma atuação conjunta dos governos estadual e municipal.
4. Tratamento de esgoto: indicador medido pela parcela de água tratada sobre o total de água consumida no Estado. O tratamento do esgoto não é só uma

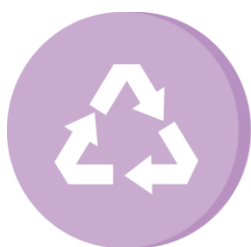
questão ambiental, mas também de saúde pública, principalmente em aglomerações, centros urbanos e regiões metropolitanas, em que o adensamento populacional impõe pressão sobre a disponibilidade de água tratada de qualidade. Parte significativa do tratamento de água no País é feita por empresas estatais estaduais. Quando feita por empresas locais (privadas ou públicas), ainda assim o governo estadual tem grande responsabilidade sobre a oferta da água, através de concessões, regulações e outorgas.

Permanecem como mais bem colocadas neste pilar as seguintes UFs: DF, PR e RR.

Distrito Federal ficou na 1ª colocação nos indicadores de serviços urbanos, tratamento de esgoto e destinação de lixo. A gestão de resíduos sólidos, expressa no indicador destinação de lixo, demonstrou melhor desempenho ao observado na edição de 2016 do Ranking, de modo que o Distrito Federal ganhou sete posições nesse indicador. Por outro lado, o mesmo não ocorre com seu Estado vizinho Goiás, o qual perdeu 8 posições em serviços urbanos e 5 em destinação do lixo, ainda que tenha subido 4 posições em emissões de CO₂.

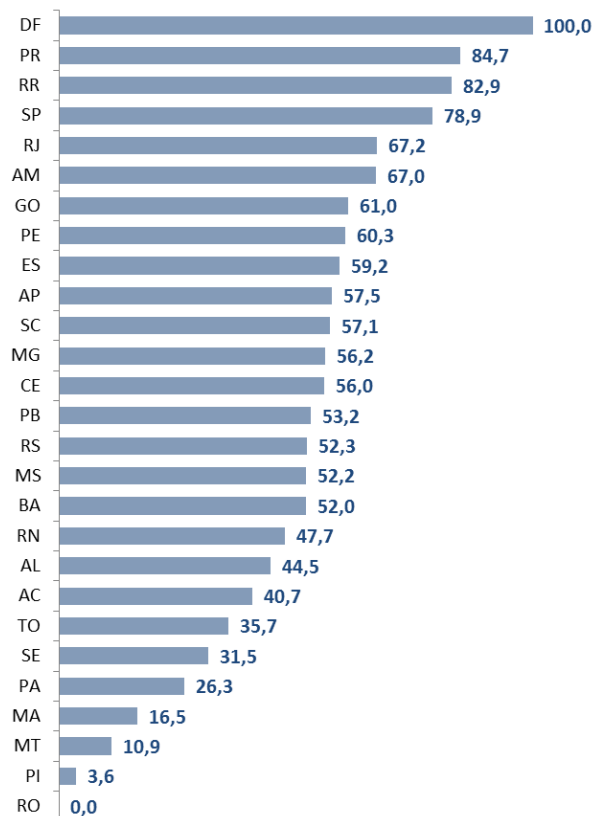
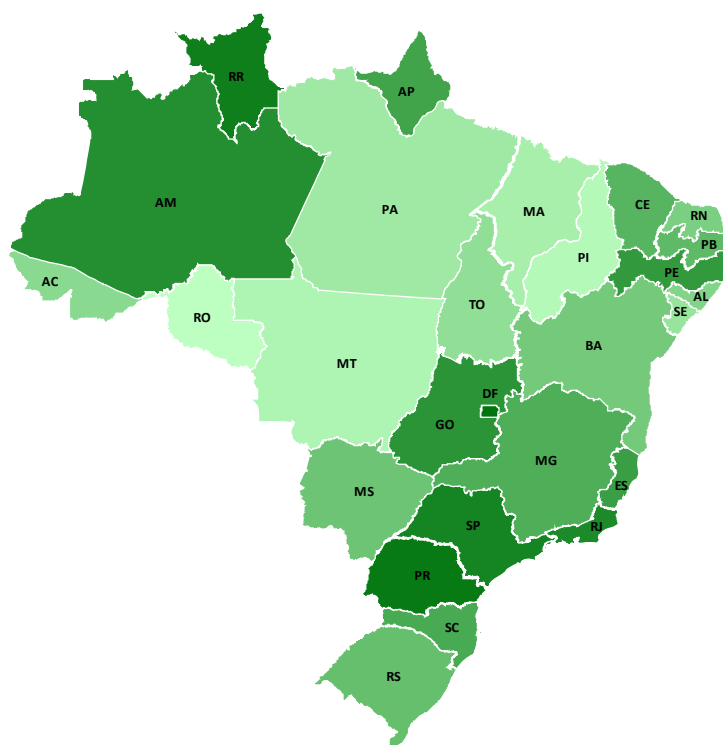
A 2ª posição ocupada pelo Paraná no pilar de sustentabilidade ambiental se justifica pela boa classificação em tratamento de esgoto e destinação de lixo.

Em comparação à edição de 2016, o principal destaque é Pernambuco, que avançou 8 posições (da 16ª para a 8ª) com destaque para o significativo avanço no indicador de destinação do lixo. O estado, que na edição de 2015 estava em uma das piores posições do ranking nesse indicador (23ª) e que já havia saltado para a 12ª posição no ranking de 2016, mostrou um novo salto para a 4ª posição nesta edição.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ranking – Sustentabilidade ambiental



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	CO2 emitido e derivado de remoção de unidades de conservação (toneladas por habitante).	SEEG/OC	2015
Serviços Urbanos	Oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana (Nota: 0-2).	SNIS	2015
Destinação do Lixo	Destinação adequada para o tipo de resíduo sólido e qualidade das unidades de destino em solo (Nota: 0-1)	SNIS	2015
Tratamento de Esgoto	Parcela tratada do total de água consumida no estado.	SNIS	2015

Desempenhos das UFs em cada indicador

Sustentabilidade Ambiental					
UF	Pilar Nota: 0-100	Emissões de CO2	Serviços Urbanos	Destinação do Lixo	Tratamento de Esgoto
DF	100,0	2,0	2,0	0,6	82,2%
PR	84,7	2,5	1,1	0,6	67,7%
RR	82,9	-14,2	1,1	0,4	57,2%
SP	78,9	2,1	1,4	0,5	61,3%
RJ	67,2	3,8	1,3	0,6	33,7%
AM	67,0	-14,7	0,9	0,5	23,0%
GO	61,0	3,9	0,8	0,4	47,1%
PE	60,3	1,6	0,8	0,5	27,1%
ES	59,2	5,7	1,2	0,5	33,2%
AP	57,5	-14,6	1,2	0,3	13,2%
SC	57,1	3,4	1,0	0,5	24,3%
MG	56,2	5,6	1,1	0,4	34,9%
CE	56,0	2,3	0,9	0,4	34,5%
PB	53,2	2,1	0,8	0,3	45,2%
RS	52,3	4,0	1,0	0,4	24,2%
MS	52,2	7,9	1,1	0,4	39,1%
BA	52,0	5,8	0,6	0,3	45,7%
RN	47,7	2,1	0,8	0,4	22,4%
AL	44,5	0,9	0,7	0,3	20,1%
AC	40,7	9,9	0,9	0,4	18,2%
TO	35,7	16,8	0,9	0,4	23,1%
SE	31,5	2,1	0,9	0,1	24,7%
PA	26,3	6,2	0,8	0,3	1,2%
MA	16,5	6,2	0,2	0,1	12,0%
MT	10,9	34,3	0,7	0,2	25,3%
PI	3,6	26,2	0,6	0,1	9,6%
RO	0,0	32,8	0,3	0,2	4,2%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016

Sustentabilidade Ambiental

UF	Ranking do Pilar		Emissões de CO2		Serviços Urbanos		Destinação do Lixo		Tratamento de Esgoto	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		6	2 ▲	1		1	7 ▲	1	
PR	2		12	1 ▲	6	-3 ▼	2		2	
RR	3		3	-1 ▼	7	9 ▲	12	-1 ▼	4	7 ▲
SP	4	1 ▲	7	5 ▲	2		6	1 ▲	3	
RJ	5	1 ▲	14	4 ▲	3	2 ▲	3	-2 ▼	11	-2 ▼
AM	6	-2 ▼	1		15	-7 ▼	8	1 ▲	19	-5 ▼
GO	7		15	4 ▲	19	-8 ▼	11	-5 ▼	5	
PE	8	8 ▲	5	1 ▲	20	-1 ▼	4	8 ▲	13	
ES	9	-1 ▼	18	3 ▲	5	7 ▲	7	-3 ▼	12	
AP	10	4 ▲	2	1 ▲	4		19		23	2 ▲
SC	11	-2 ▼	13	2 ▲	10	-3 ▼	5	-2 ▼	16	
MG	12	-2 ▼	17	-1 ▼	9	1 ▲	10		9	-1 ▼
CE	13	-2 ▼	11	-2 ▼	13	-4 ▼	13		10	
PB	14	1 ▲	8	-1 ▼	17	-2 ▼	21	5 ▲	7	-1 ▼
RS	15	2 ▲	16	1 ▲	11	3 ▲	9	-4 ▼	17	5 ▲
MS	16	-4 ▼	22		8	-2 ▼	17	-1 ▼	8	-1 ▼
BA	17	-4 ▼	19	-5 ▼	25	-5 ▼	20	3 ▲	6	-2 ▼
RN	18	3 ▲	10	1 ▲	18	-1 ▼	15	7 ▲	20	-2 ▼
AL	19	-1 ▼	4		22	-1 ▼	18	-3 ▼	21	-1 ▼
AC	20		23	-3 ▼	12	1 ▲	14	3 ▲	22	-1 ▼
TO	21	1 ▲	24	1 ▲	14	4 ▲	16	-2 ▼	18	1 ▲
SE	22	-3 ▼	9	1 ▲	16	6 ▲	27	-9 ▼	15	
PA	23		21	-16 ▼	21	2 ▲	22	2 ▲	27	
MA	24	3 ▲	20	4 ▲	27		26	1 ▲	24	-1 ▼
MT	25		27		23	2 ▲	24	1 ▲	14	3 ▲
PI	26	-2 ▼	25	-2 ▼	24		25	-4 ▼	25	-1 ▼
RO	27	-1 ▼	26		26		23	-3 ▼	26	



POTENCIAL DE MERCADO

Neste pilar, foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos 4 anos e também o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores unidades da federação.

Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. Da mesma forma, o ritmo de crescimento da população em idade de trabalho constitui um dos principais determinantes do crescimento econômico de longo prazo.

Embora seja o indicador mais importante do pilar, o peso do indicador *tamanho de mercado* recebe um redutor em razão do critério de 'dispersão' – o primeiro (SP) tendo mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (RJ) (ver anexo 2).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram SP, RR e PA. São Paulo ficou na 1ª colocação no indicador de tamanho do mercado, bem à frente dos demais; porém, ficou apenas na 22ª colocação no indicador de dinamismo econômico e na 23ª posição no crescimento potencial da força de trabalho.

Em Roraima, a situação é exatamente a oposta. Embora ainda seja a menor unidade da federação em termos de PIB, o Estado apresentou a maior taxa de crescimento do PIB dos últimos anos e também está na segunda colocação em termos de crescimento potencial da força de trabalho (perdendo apenas para o AP).

O pilar foi um dos que mais sofreram alterações de posições nesta edição do ranking, concentradas no indicador de crescimento do PIB (média dos últimos 4 anos – 2013 a 2016). Os maiores ganhos de posições nesse indicador foram obtidos pelo RS (16 posições), RO (15 posições) e PA (13). No caso do RS, o ganho se deveu a retirada da base de cálculo do ano de 2012, quando o PIB do estado recuou 2,1%, resultado da severa quebra de safra que acometeu o estado (a queda do PIB Agro alcançou 32,4%).

Já nos casos de RO e PA, os ganhos de posições se deveram ao fato de esses dois estados terem sofrido um quadro recessivo mais atenuado em 2016, com quedas do PIB de, respectivamente, 1,1% e 1,3%, em comparação com a queda de 3,6% na média do País. RO registrou um bom desempenho do PIB Agro (+4,0%) em

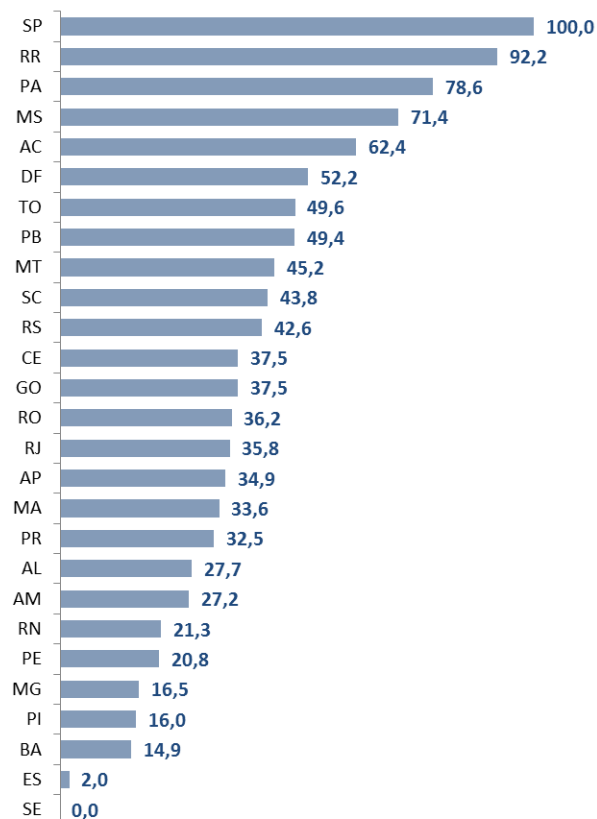
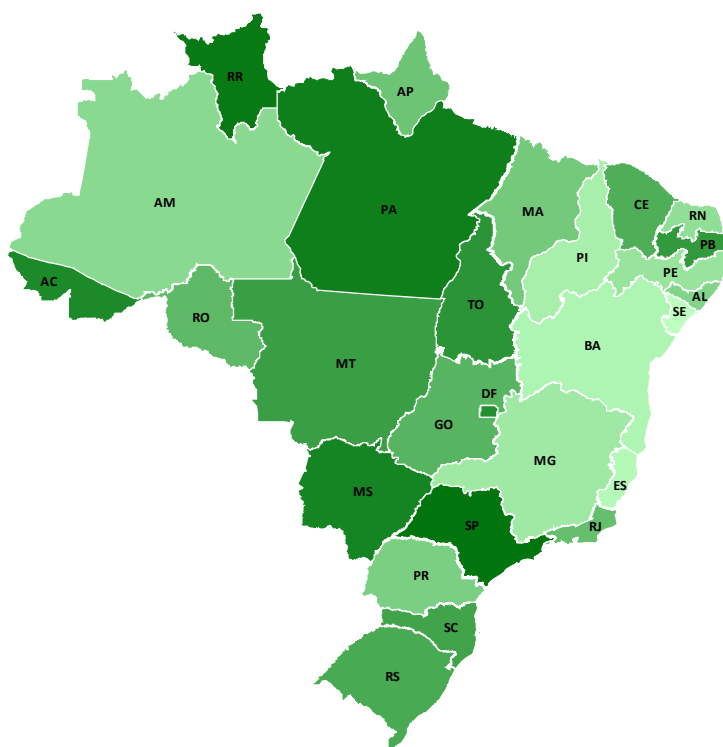
contraste com a quebra da safra no País como um todo (-6,6%) ao passo que a economia do PA foi beneficiada pela maturação de importantes projetos no setor de mineração.

Em contraposição, as UFs que mais sofreram quedas de posições no indicador de crescimento do PIB foram AP e ES, que perderam 17 e 16 posições, respectivamente. Os dois estados enfrentaram um quadro recessivo bem mais severo em 2016 que a média do País, com quedas do PIB de 5,0% e 10,0%. Enquanto AP apresentou uma forte queda no consumo (-16,3%), ES sofreu as consequências da interrupção das operações da mineradora Samarco.



POTENCIAL DE MERCADO

Ranking – Potencial de mercado



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de mercado	Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de 2014	IBGE/CAGED	2016
Taxa de crescimento	Média Móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB	IBGE/CAGED	2016
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos)	IBGE	2016

Desempenhos das UFs em cada indicador

Potencial de Mercado				
UF	Pilar Nota: 0-100	Tamanho de mercado	Taxa de crescimento	Crescimento Potencial da Força de Trabalho
SP	100,0	1.728,46	-1,4%	0,6%
RR	92,2	9,73	2,0%	2,2%
PA	78,6	123,86	1,5%	1,6%
MS	71,4	76,83	1,7%	1,1%
AC	62,4	12,75	0,3%	2,1%
DF	52,2	182,80	-0,5%	1,8%
TO	49,6	24,26	0,2%	1,5%
PB	49,4	49,92	0,7%	0,9%
MT	45,2	93,59	0,0%	1,2%
SC	43,8	226,13	-0,3%	1,0%
RS	42,6	334,23	0,4%	0,0%
CE	37,5	114,04	-0,1%	0,9%
GO	37,5	152,66	-0,7%	1,3%
RO	36,2	32,04	-0,3%	1,3%
RJ	35,8	621,64	-1,2%	0,2%
AP	34,9	11,84	-1,7%	2,6%
MA	33,6	68,15	-0,5%	1,2%
PR	32,5	324,43	-0,7%	0,6%
AL	27,7	38,21	-0,4%	0,9%
AM	27,2	76,95	-1,7%	2,0%
RN	21,3	48,55	-1,1%	1,1%
PE	20,8	140,82	-1,2%	0,9%
MG	16,5	476,83	-2,0%	0,5%
PI	16,0	33,74	-0,8%	0,6%
BA	14,9	204,01	-1,4%	0,6%
ES	2,0	113,76	-2,2%	0,9%
SE	0,0	33,45	-2,4%	1,3%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016

Potencial de Mercado

UF	Ranking do Pilar		Tamanho de mercado		Taxa de crescimento		Crescimento potencial da Força de Trabalho	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		22	3 ▲	23	-1 ▼
RR	2	1 ▲	27		1	3 ▲	2	
PA	3	12 ▲	11	2 ▲	3	13 ▲	6	
MS	4	3 ▲	16	1 ▲	2	3 ▲	13	1 ▲
AC	5	3 ▲	25		6	5 ▲	3	
DF	6	7 ▲	8		13	6 ▲	5	
TO	7	-2 ▼	24		7	-4 ▼	7	
PB	8	-2 ▼	18		4	-2 ▼	16	2 ▲
MT	9	-7 ▼	14		8	-7 ▼	12	-1 ▼
SC	10	9 ▲	6	1 ▲	10	7 ▲	15	
RS	11	13 ▲	4		5	16 ▲	27	
CE	12		12		9		18	-1 ▼
GO	13	-2 ▼	9		15	-3 ▼	8	1 ▲
RO	14	11 ▲	23		11	15 ▲	10	
RJ	15	6 ▲	2		20	3 ▲	26	
AP	16	-12 ▼	26		24	-17 ▼	1	
MA	17	-8 ▼	17	-1 ▼	14	-6 ▼	11	1 ▲
PR	18	-1 ▼	5		16	-1 ▼	24	
AL	19	8 ▲	20		12	12 ▲	20	
AM	20		15		23	-1 ▼	4	
RN	21	-3 ▼	19		18	-4 ▼	14	-1 ▼
PE	22	-6 ▼	10		19	-6 ▼	19	
MG	23	3 ▲	3		25	2 ▲	25	
PI	24	-14 ▼	21	1 ▲	17	-11 ▼	21	
BA	25	-2 ▼	7	-1 ▼	21	-1 ▼	22	1 ▲
ES	26	-12 ▼	13	-2 ▼	26	-16 ▼	17	-1 ▼
SE	27	-5 ▼	22	-1 ▼	27	-9 ▼	9	-1 ▼



INOVAÇÃO

Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação contempla três indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação:

1. Produção acadêmica: indicador medido pelo número de artigos científicos publicados para cada mil habitantes. A publicação de artigos científicos em periódicos de relevância nas várias áreas de pesquisa sintetiza o conhecimento mais profundo e atualizado sobre aquelas áreas, sendo, portanto, fonte para inovações.
2. Investimentos em P&D: indicador medido pelo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em proporção do PIB. É uma síntese do quanto a renda produzida em determinado Estado (seja ele rico ou pobre) é destinada à pesquisa científica. A divisão pelo PIB é importante para evitar comparações injustas, uma vez que é natural que Estados mais ricos invistam mais do que os mais pobres.
3. Patentes: indicador medido pelo número de registros de patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição como proporção do PIB (em bilhões de reais). Medir a inovação a partir do número de patentes baseia-se na

premissa de que os retornos econômicos e sociais de uma inovação somente produzirão efeitos quando efetivamente aplicadas e introduzidas nos processos produtivos. O registro de patentes é etapa fundamental desse processo, pois garante retornos mínimos aos investimentos feitos em P&D pelos proprietários da ideia. Mais uma vez, dada a forte associação entre inovação e a presença do setor privado – o que, por sua vez, está associada à renda –, optamos por dividir o número de patentes pelo PIB de forma a capturar o quanto se registra de patentes para cada unidade de renda (medida em R\$) gerada no Estado. Quanto maior o número de patentes registradas, melhor.

Houve divulgação de dados novos somente para o indicador de investimentos em P&D. No entanto, as Contas Regionais do IBGE foram atualizadas, de sorte que os números de PIB Estadual foram revisados e, dado que entram no cômputo dos indicadores, gera mudanças pontuais.

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram as seguintes: SP, RS e SC.

São Paulo ficou em 1º lugar nos indicadores de investimentos em P&D, 2º em produção acadêmica e 3º em número de patentes.

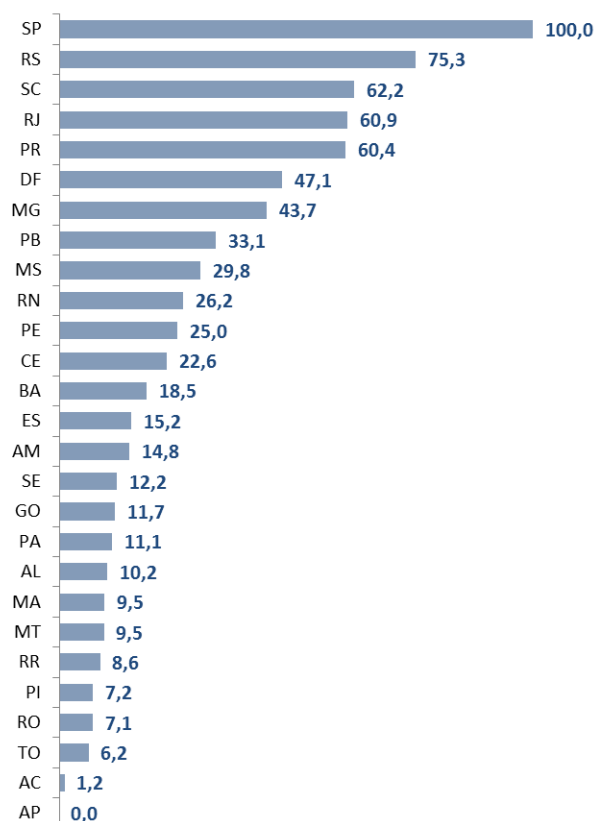
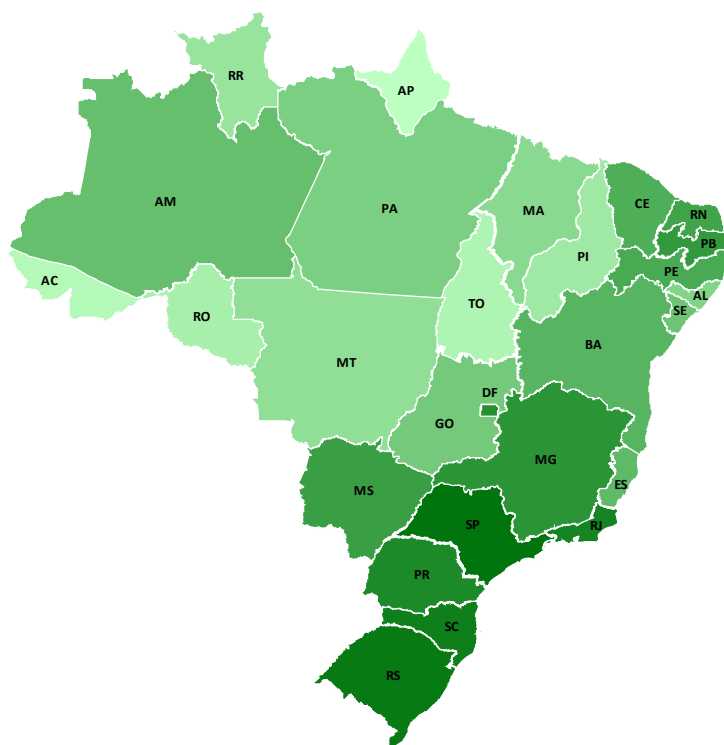
Rio Grande do Sul destacou-se em 1º lugar em produção acadêmica e patentes. Já no indicador de investimentos em P&D, RS ficou apenas na 23ª colocação (com perda de duas posições em relação à edição anterior).

Santa Catarina obteve a 2ª colocação no indicador de patentes. Já nos indicadores de produção acadêmica e em investimentos em P&D, SC ficou nas 8ª e 11ª colocações, respectivamente.



INOVAÇÃO

Ranking – Inovação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Produção Acadêmica	Total de documentos publicados em periódicos acadêmicos indexados no Scopus em relação à população total.	SCImago IR	2014
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual	Min.CT&I	2014
Patentes	Total de concessões de patentes, englobando os tipos: "Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição" em relação ao PIB.	INPI	2012

Desempenhos das UFs em cada indicador

Inovação				
UF	Pilar Nota: 0-100	Produção Acadêmica	Investimentos Públicos em P&D	Patentes
SP	100,0	1,1	0,5%	0,2
RS	75,3	1,2	0,0%	0,3
SC	62,2	0,6	0,1%	0,3
RJ	60,9	0,9	0,2%	0,2
PR	60,4	0,8	0,2%	0,2
DF	47,1	1,1	0,0%	0,1
MG	43,7	0,7	0,1%	0,2
PB	33,1	0,7	0,1%	0,0
MS	29,8	0,4	0,2%	0,0
RN	26,2	0,6	0,1%	0,0
PE	25,0	0,5	0,1%	0,0
CE	22,6	0,3	0,1%	0,0
BA	18,5	0,2	0,1%	0,0
ES	15,2	0,3	0,0%	0,0
AM	14,8	0,1	0,1%	0,0
SE	12,2	0,3	0,0%	0,0
GO	11,7	0,2	0,0%	0,0
PA	11,1	0,2	0,0%	0,0
AL	10,2	0,2	0,1%	0,0
MA	9,5	0,1	0,1%	0,0
MT	9,5	0,2	0,0%	0,0
RR	8,6	0,0	0,1%	0,0
PI	7,2	0,2	0,0%	0,0
RO	7,1	0,0	0,0%	0,1
TO	6,2	0,2	0,0%	0,0
AC	1,2	0,0	0,0%	0,0
AP	0,0	0,0	0,0%	0,0

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2016

Inovação

UF	Ranking do Pilar		Produção Acadêmica		Investimentos Públicos em P&D		Patentes	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		1		3	
RS	2		1		23	-2 ▼	1	
SC	3		8		11	-6 ▼	2	
RJ	4		4		4	-1 ▼	4	
PR	5		5		2		5	
DF	6		3		17	8 ▲	8	
MG	7		6		14	-3 ▼	6	
PB	8		7		7	-1 ▼	17	
MS	9	1 ▲	11		3	4 ▲	11	
RN	10	-1 ▼	9		12	-2 ▼	17	
PE	11		10		10	3 ▲	15	
CE	12		12		6	3 ▲	17	
BA	13	1 ▲	17		5	-1 ▼	16	
ES	14	-1 ▼	14		24	-5 ▼	9	
AM	15	2 ▲	22		9	-1 ▼	14	
SE	16	-1 ▼	13		22		17	
GO	17	-1 ▼	15		19	-5 ▼	13	
PA	18		21		16	1 ▲	10	
AL	19	1 ▲	19		15		17	
MA	20	1 ▲	23		13	-1 ▼	12	
MT	21	-2 ▼	16		18		17	
RR	22	4 ▲	24		8	12 ▲	17	
PI	23		18		21	3 ▲	17	
RO	24	-2 ▼	24		27		7	
TO	25	-1 ▼	20		25	-2 ▼	17	
AC	26	-1 ▼	24		20	-4 ▼	17	
AP	27		24		26		17	

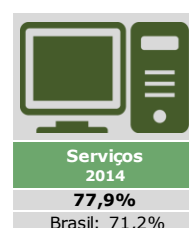
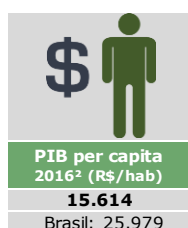
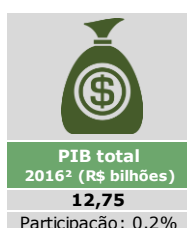
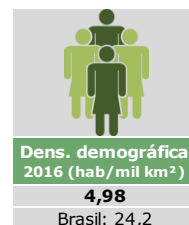
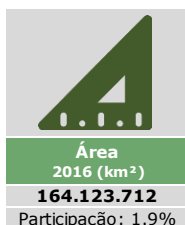
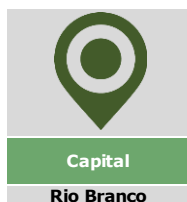


PERFIL DOS ESTADOS

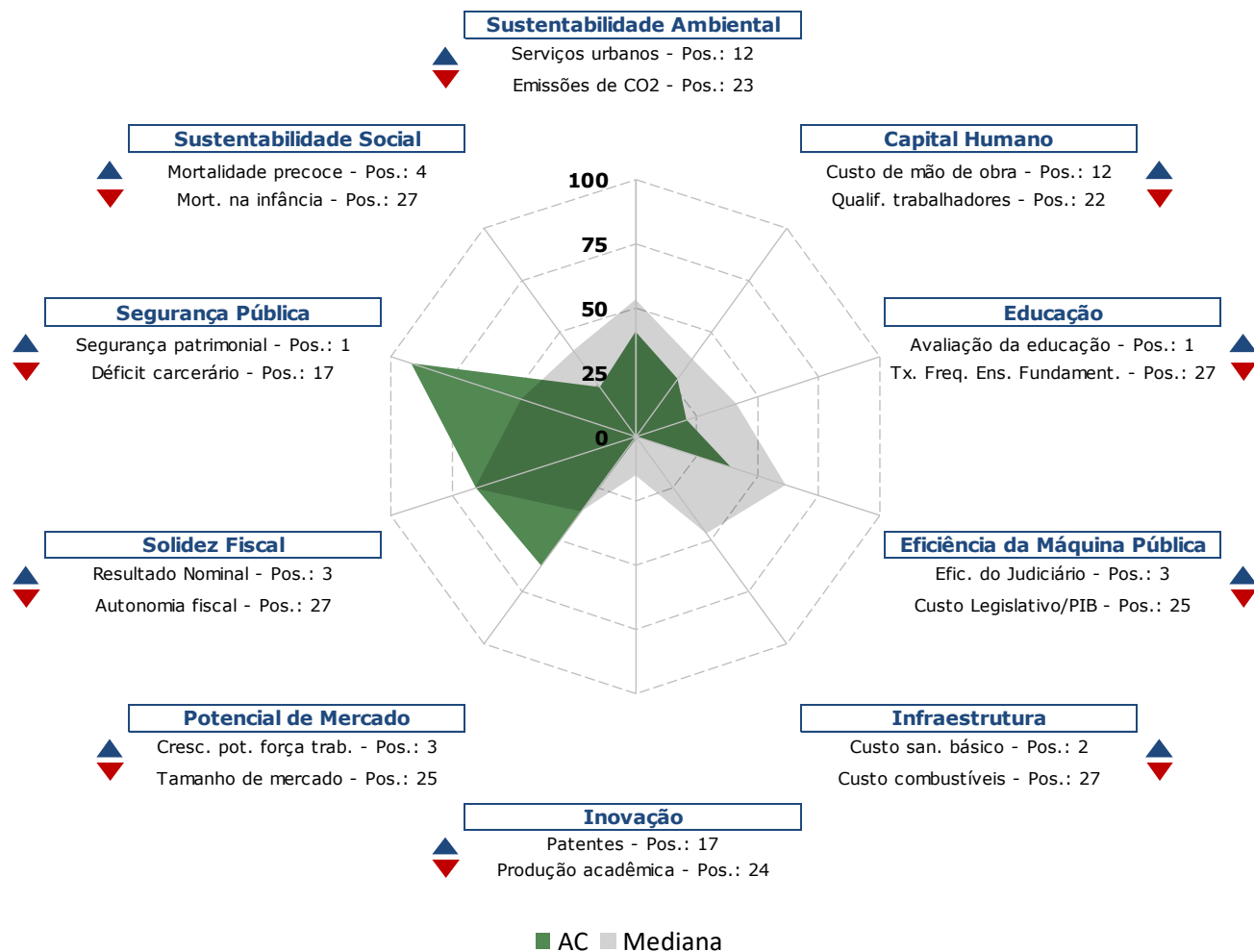


Acre

Posição no Ranking Geral: 19



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

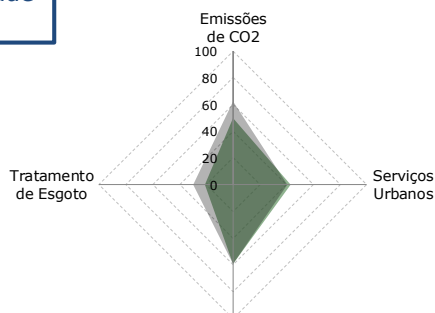


Acre

Posição no Ranking Geral: 19

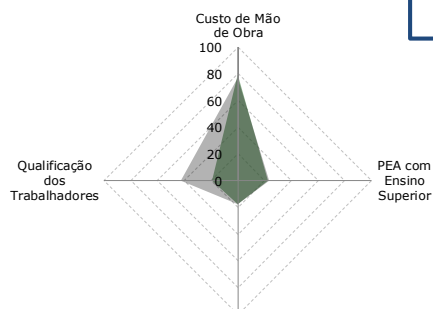
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
20



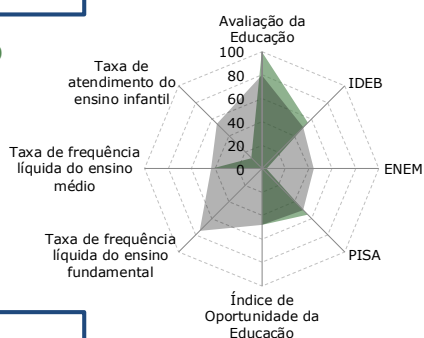
Capital Humano

Posição:
22



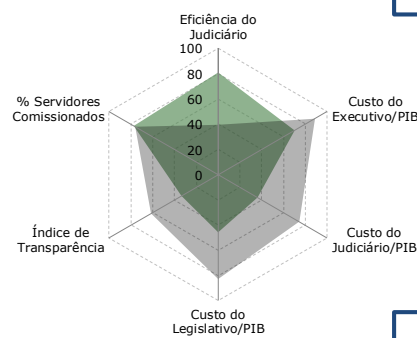
Educação

Posição:
20



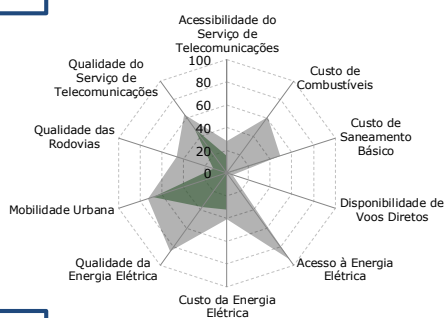
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
22



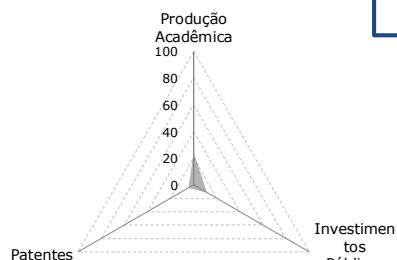
Infraestrutura

Posição:
27



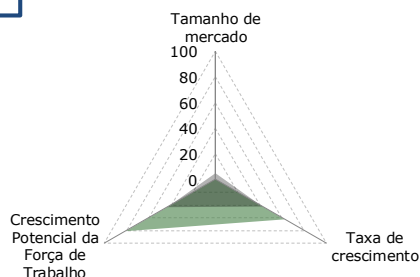
Inovação

Posição:
26



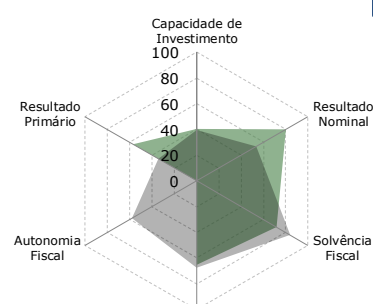
Potencial de Mercado

Posição:
5



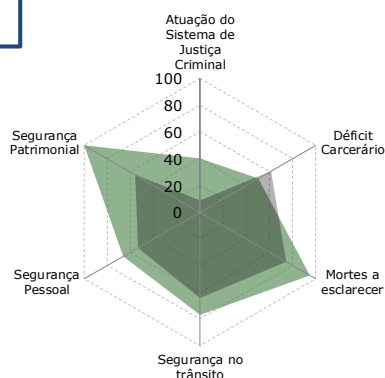
Solidez Fiscal

Posição:
15



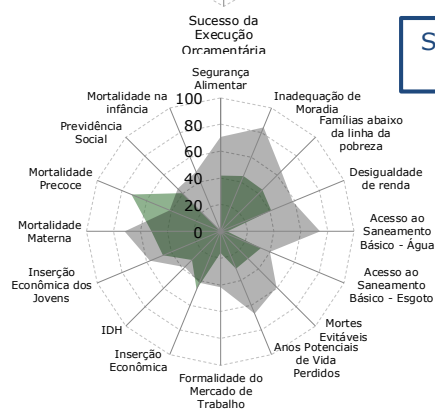
Segurança Pública

Posição:
3



Sustentabilidade Social

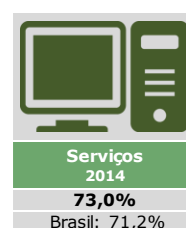
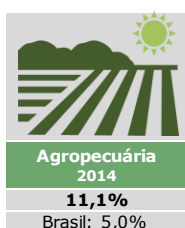
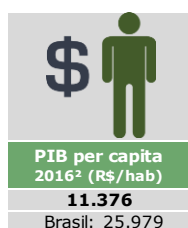
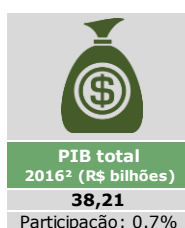
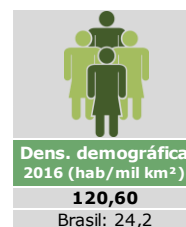
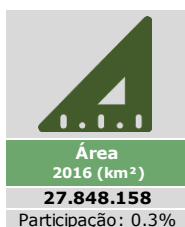
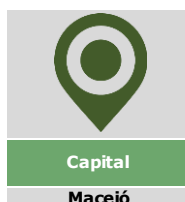
Posição:
24



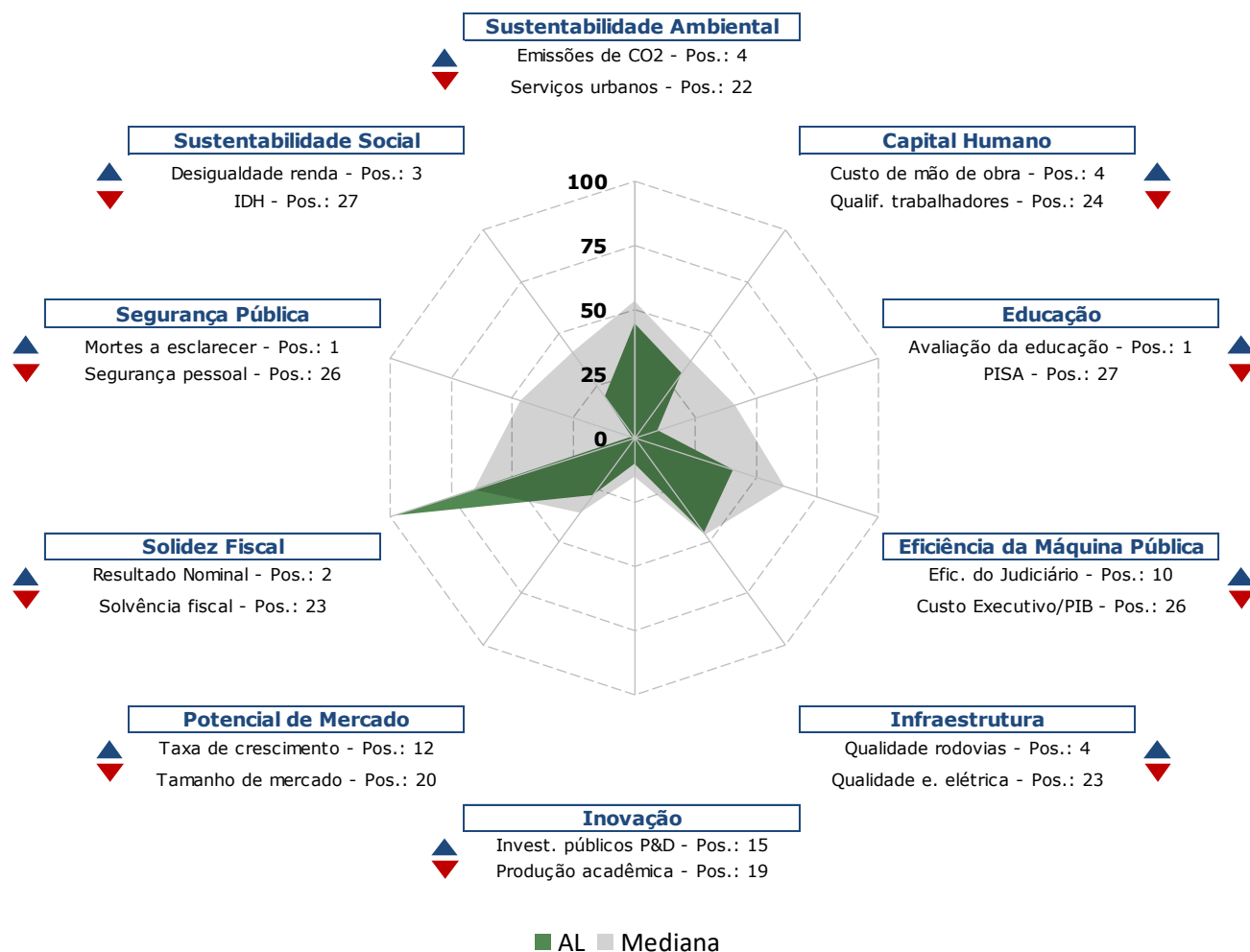


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 24



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

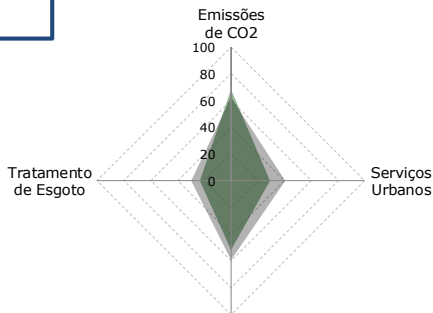


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 24

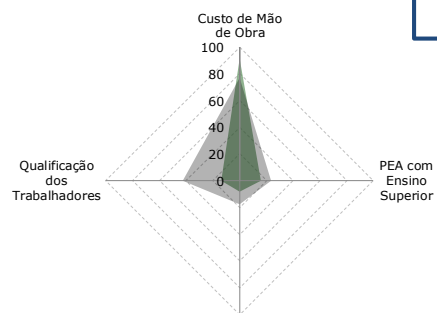
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
19



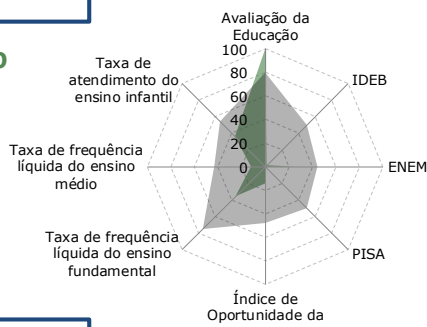
Capital Humano

Posição:
20



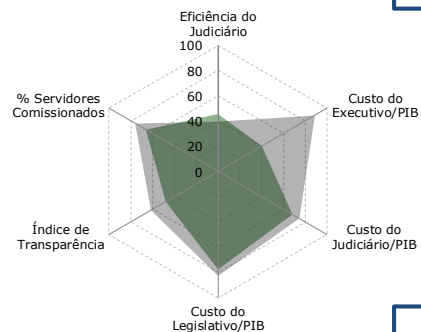
Educação

Posição:
26



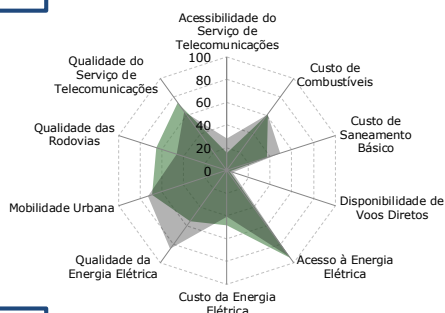
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
21



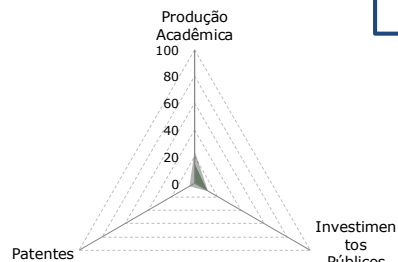
Infraestrutura

Posição:
15



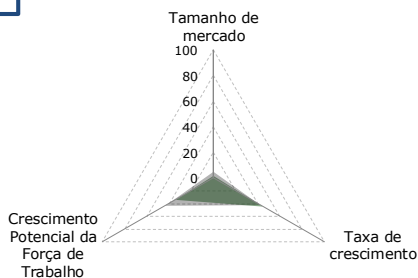
Inovação

Posição:
19



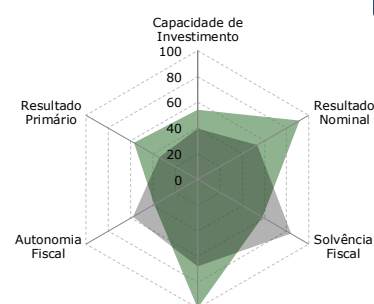
Potencial de Mercado

Posição:
19



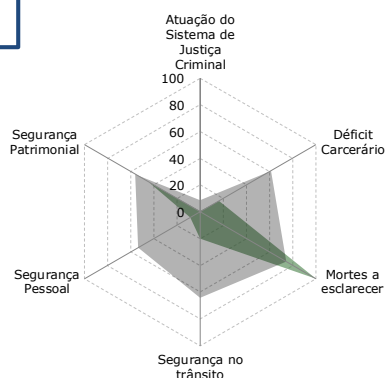
Solidez Fiscal

Posição:
2



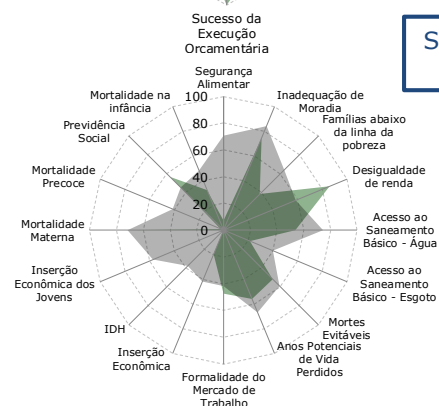
Segurança Pública

Posição:
25



Sustentabilidade Social

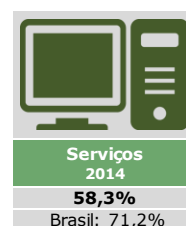
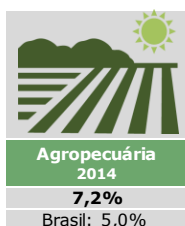
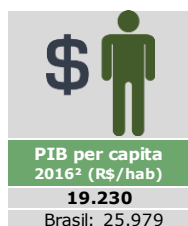
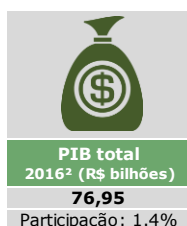
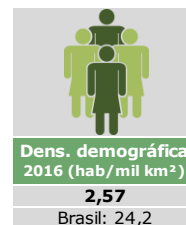
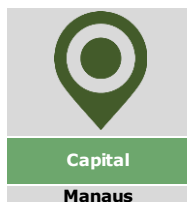
Posição:
26



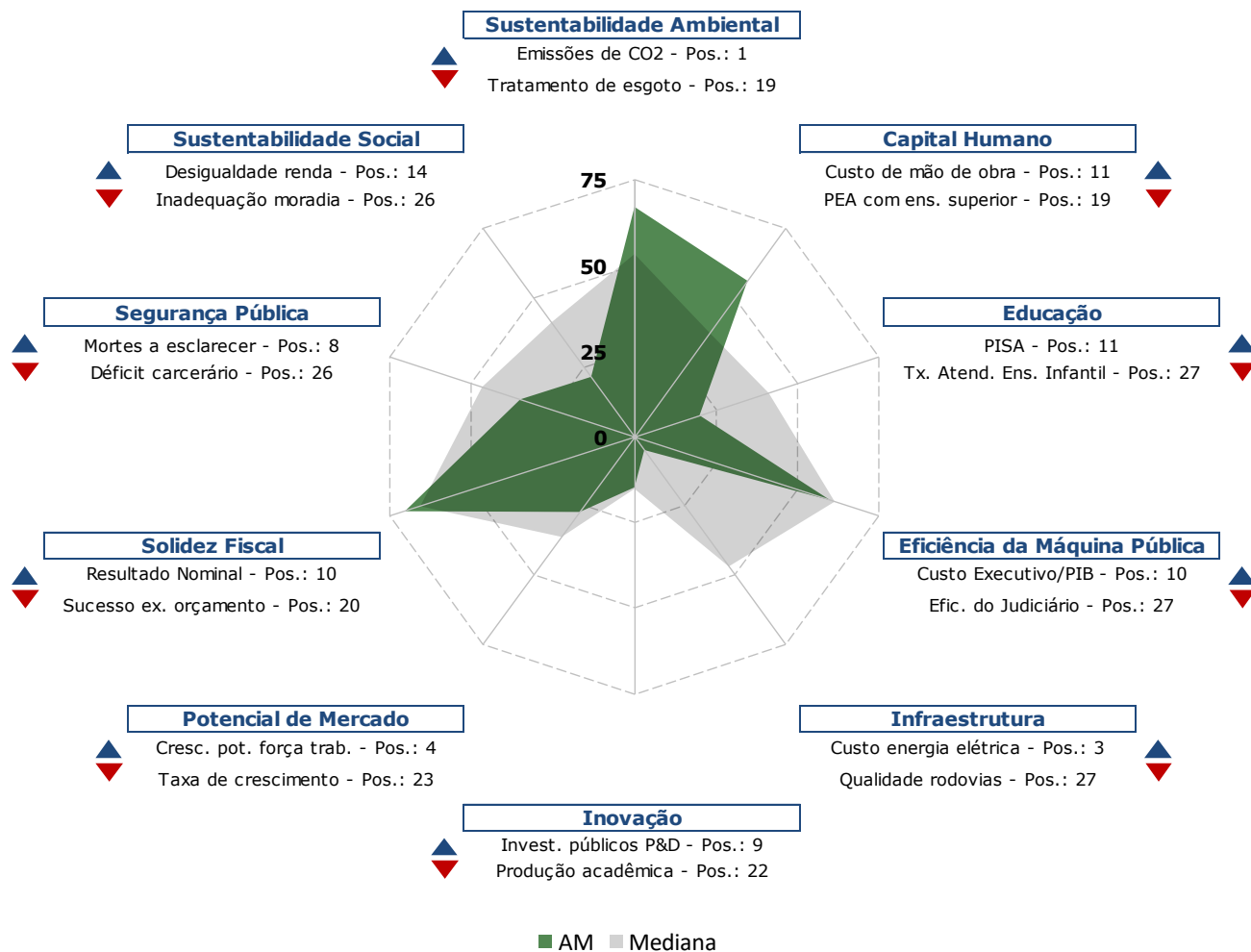


Amazonas

Posição no Ranking Geral: 22



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



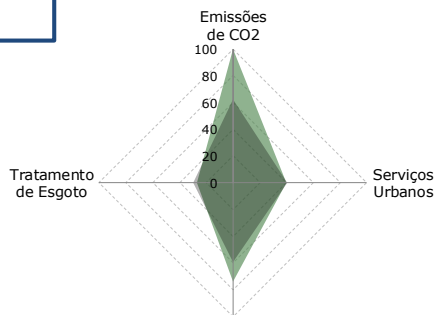
Amazonas

Posição no Ranking Geral: 22

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

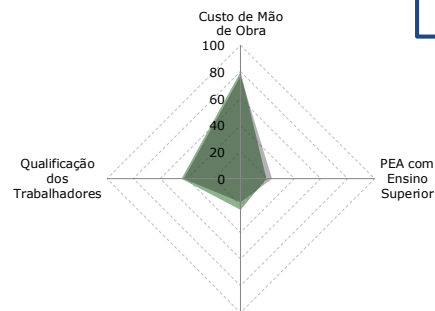
6



Capital Humano

Posição

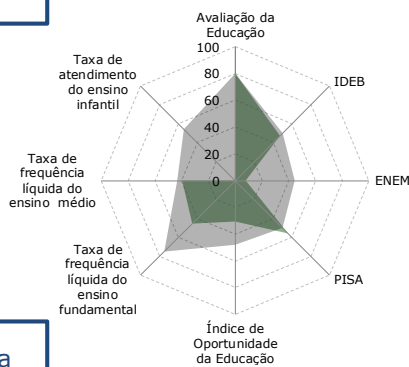
8



Educação

Posição

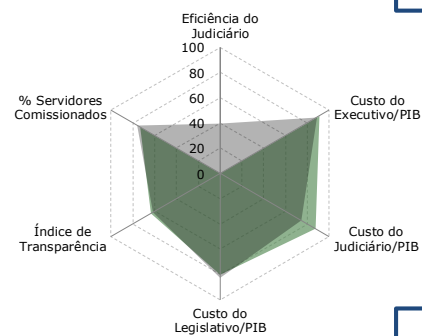
22



Eficiência da Máquina Pública

Posição

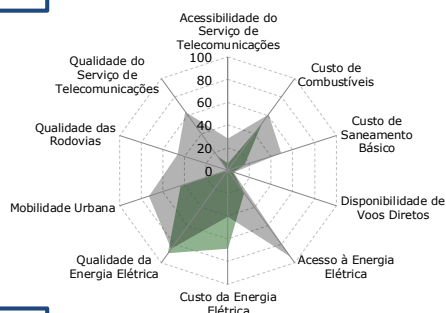
15



Infraestrutura

Posição

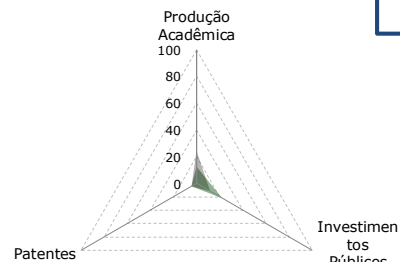
26



Inovação

Posição

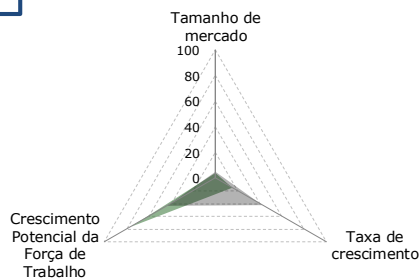
15



Potencial de Mercado

Posição

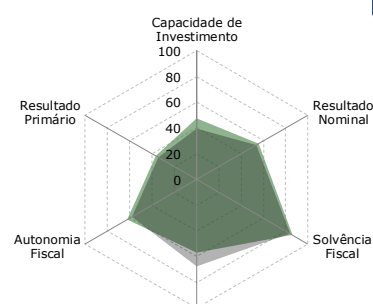
20



Solidez Fiscal

Posição

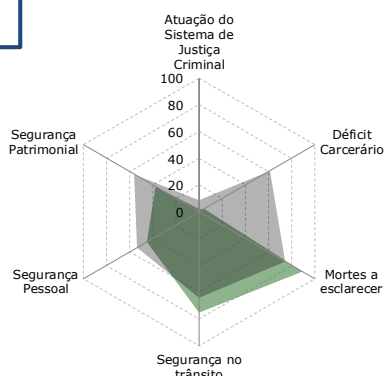
11



Segurança Pública

Posição

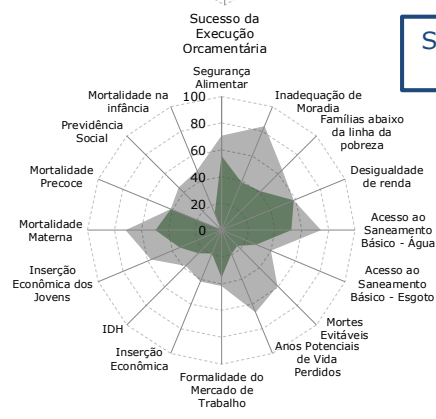
19



Sustentabilidade Social

Posição

25





Amapá

Posição no Ranking Geral: 26



Capital

Macapá



Número de municípios

16

Participação: 0.3%



Área 2016 (km²)

142.828.523

Participação: 1.7%



População 2016¹

782.295

Participação: 0.4%



Dens. demográfica 2016 (hab./mil km²)

5,48

Brasil: 24,2



PIB total 2016² (R\$ bilhões)

11,84

Participação: 0.2%



PIB per capita 2016² (R\$/hab)

15.136

Brasil: 25.979



Agropecuária 2014

2,2%

Brasil: 5,0%



Indústria 2014

10,5%

Brasil: 23,8%

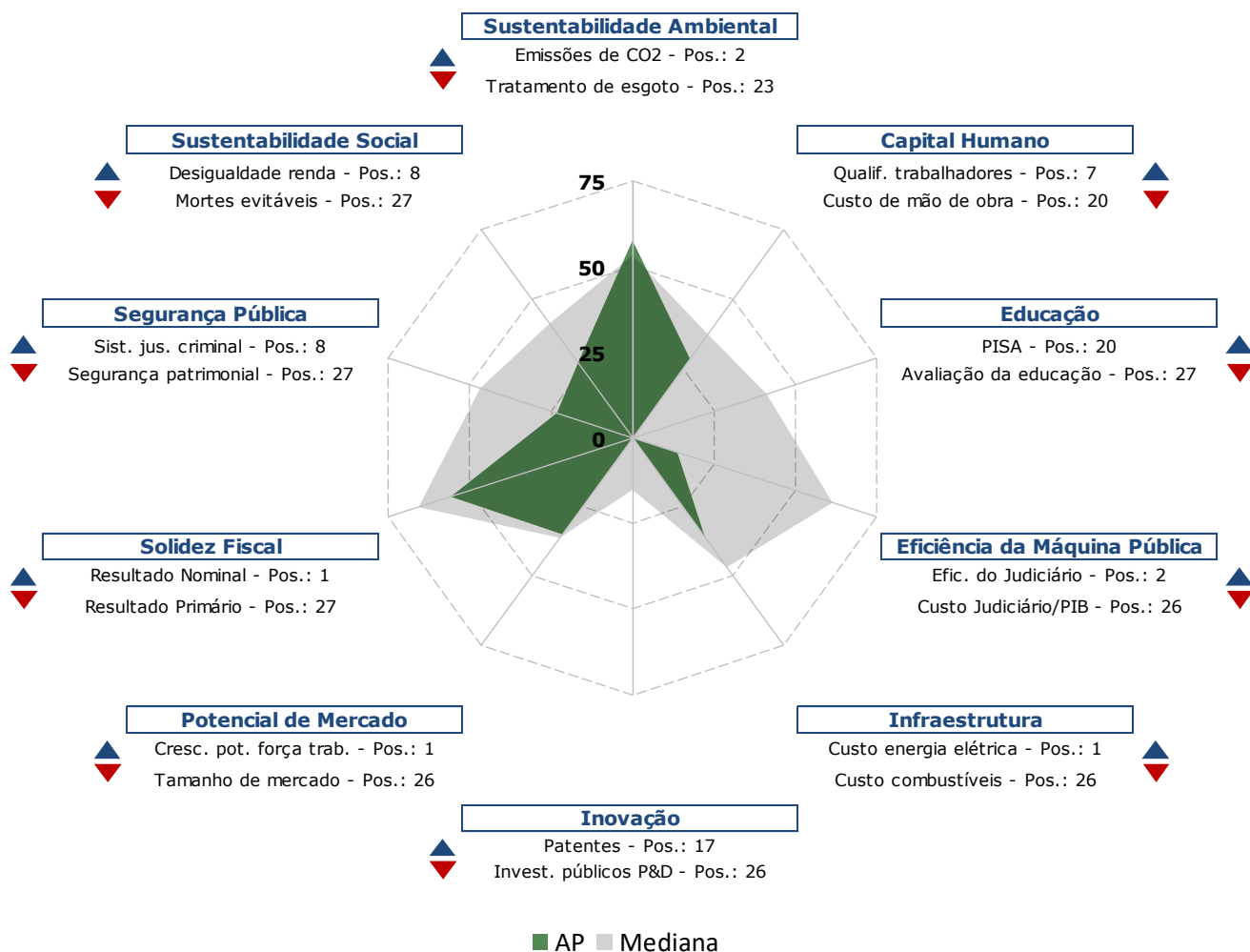


Serviços 2014

87,4%

Brasil: 71,2%

Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

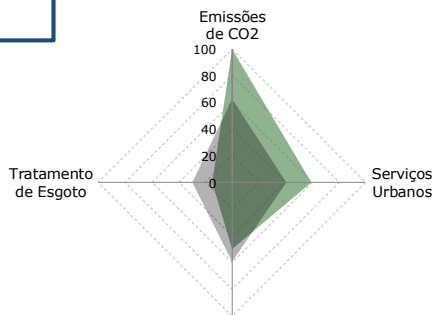


Amapá

Posição no Ranking Geral: 26

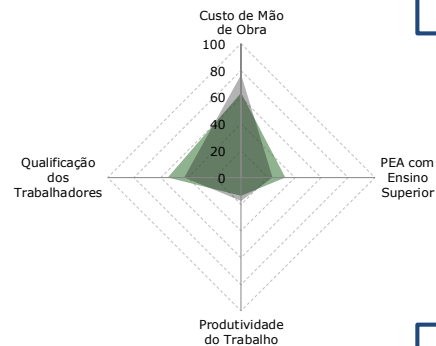
Sustentabilidade
Ambiental

Posição:
10



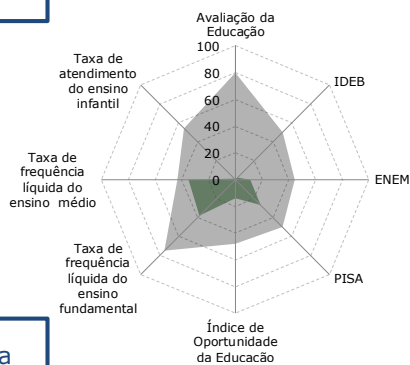
Capital Humano

Posição:
21



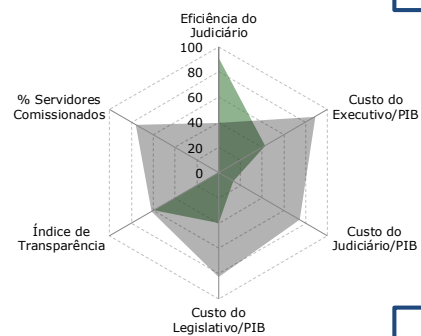
Educação

Posição:
27



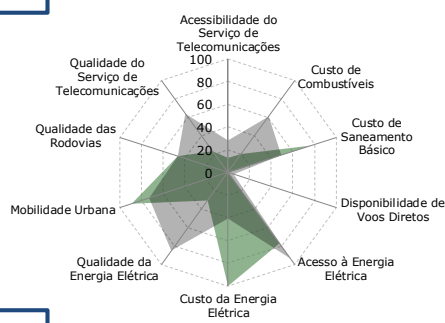
Eficiência da
Máquina Pública

Posição:
26



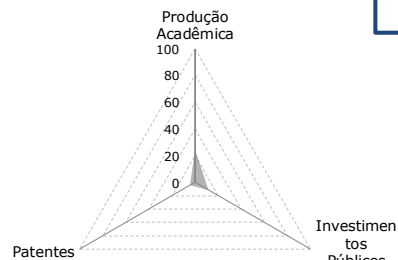
Infraestrutura

Posição:
20



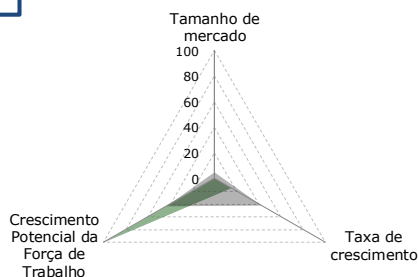
Inovação

Posição:
27



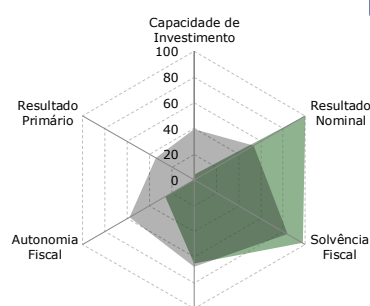
Potencial de
Mercado

Posição:
16



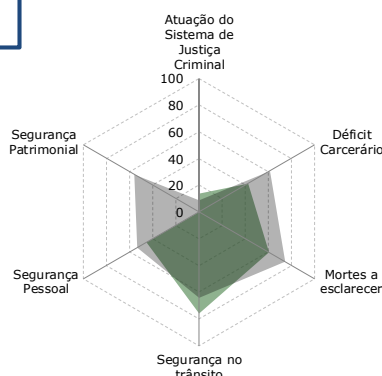
Solidez
Fiscal

Posição:
19



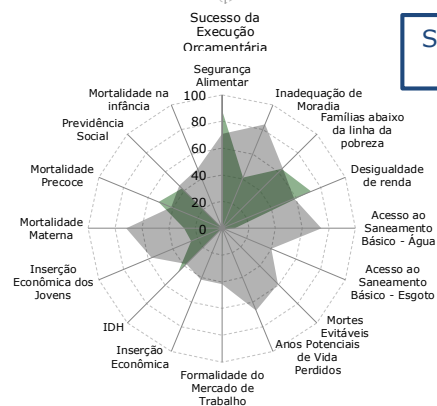
Segurança
Pública

Posição:
21



Sustentabilidade
Social

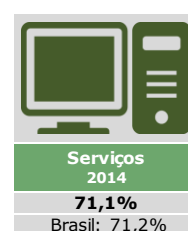
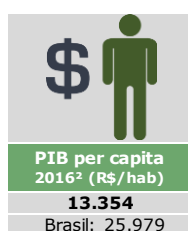
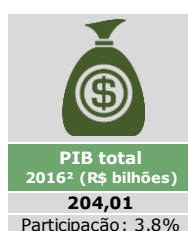
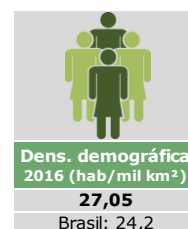
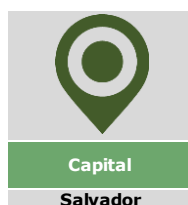
Posição:
22



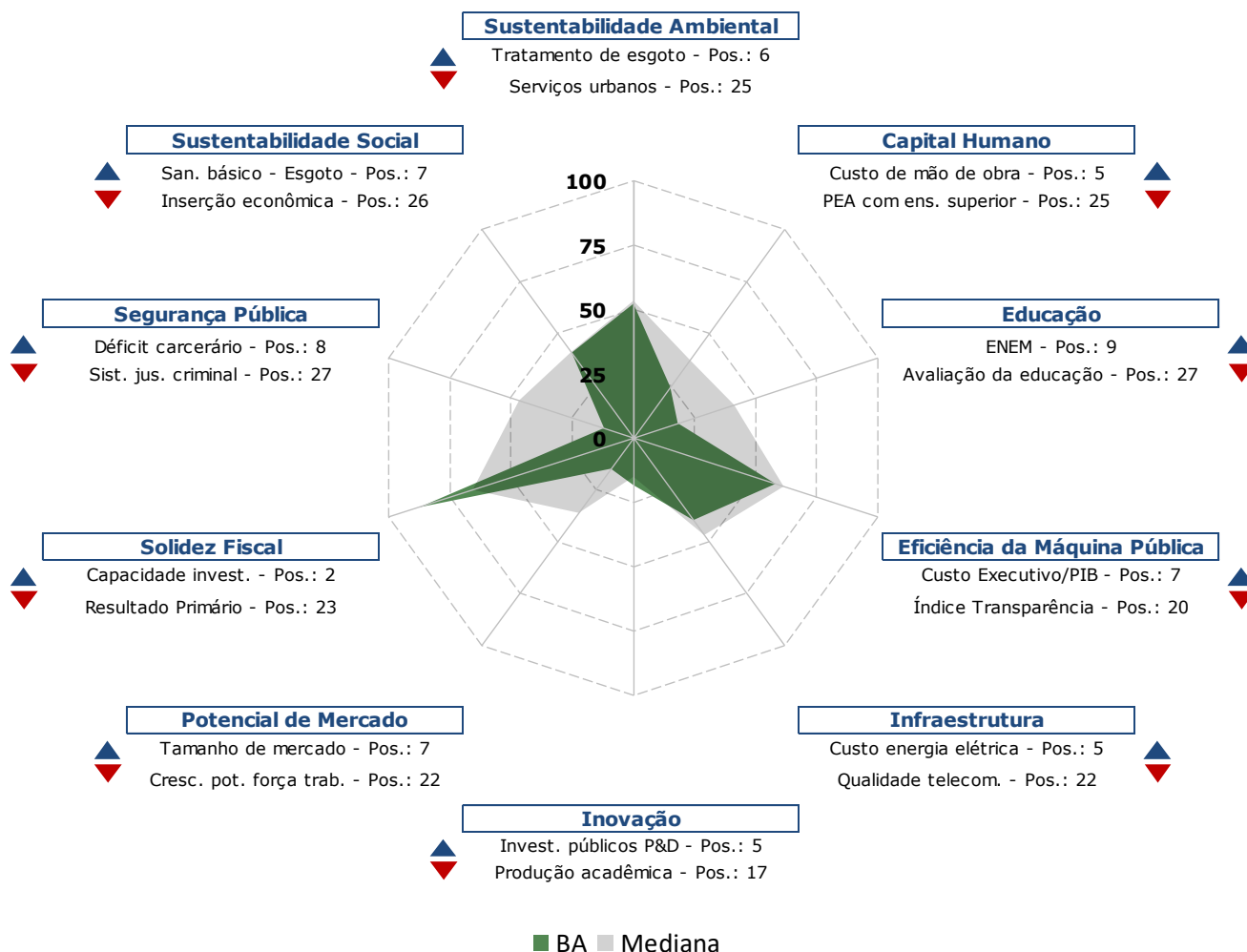


Bahia

Posição no Ranking Geral: 20



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

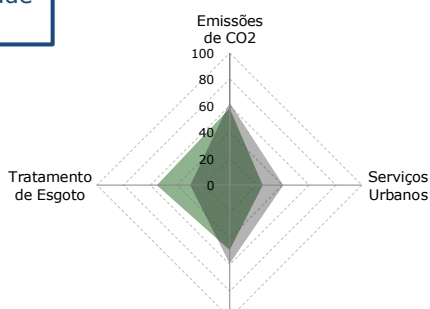


Bahia

Posição no Ranking Geral: 20

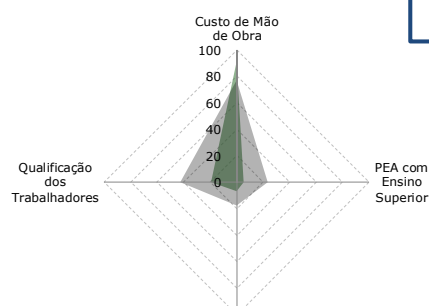
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
17



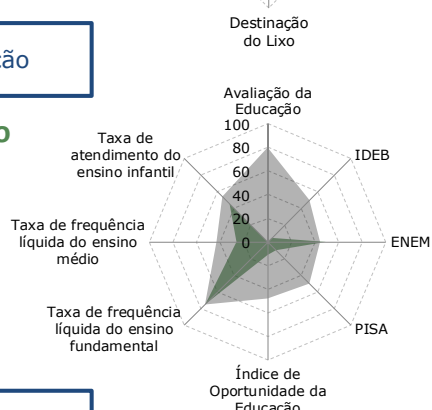
Capital Humano

Posição
23



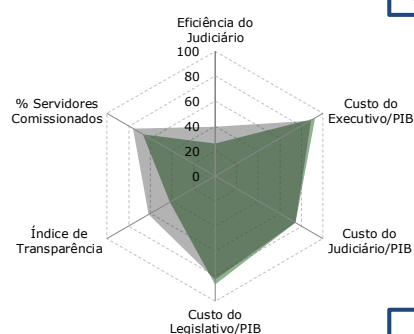
Educação

Posição
23



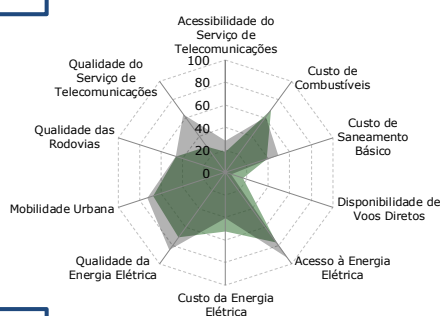
Eficiência da Máquina Pública

Posição
16



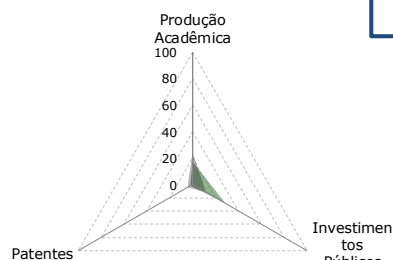
Infraestrutura

Posição
19



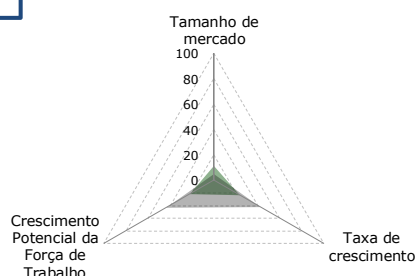
Inovação

Posição
13



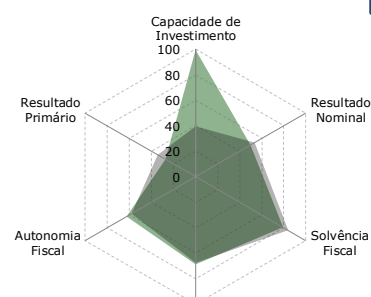
Potencial de Mercado

Posição
25



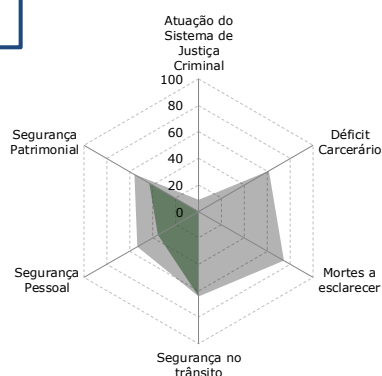
Solidez Fiscal

Posição
3



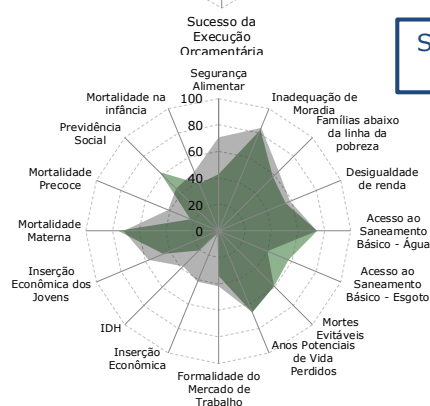
Segurança Pública

Posição
23



Sustentabilidade Social

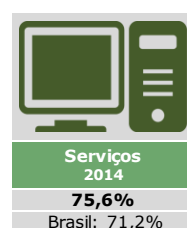
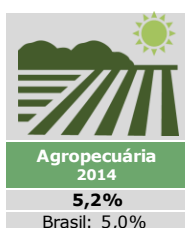
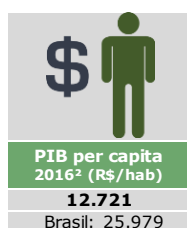
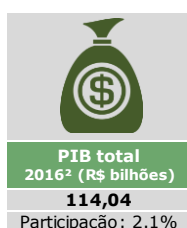
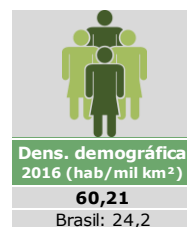
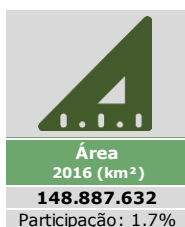
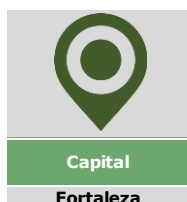
Posição
15



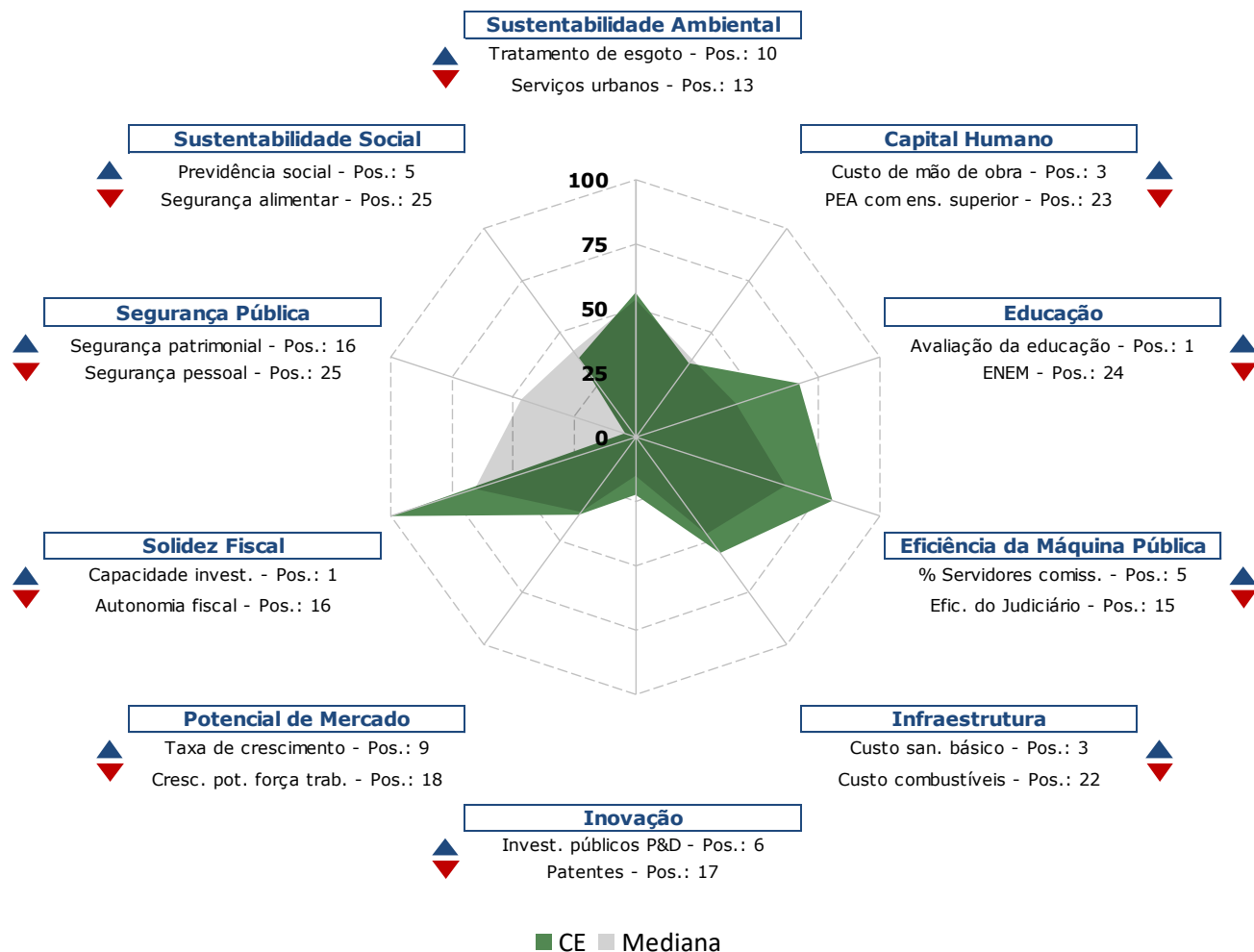


Ceará

Posição no Ranking Geral: 11



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

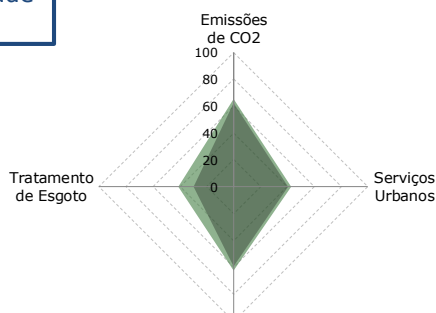


Ceará

Posição no Ranking Geral: 11

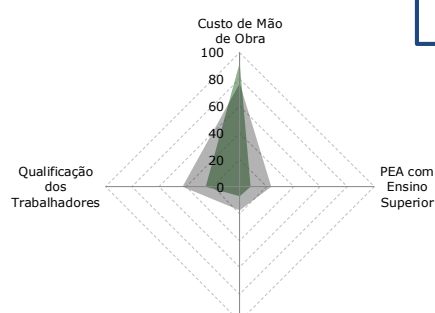
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
13



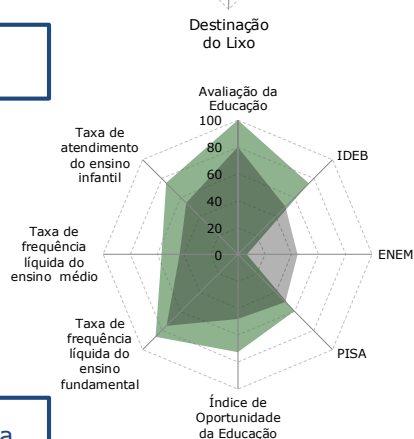
Capital Humano

Posição:
17



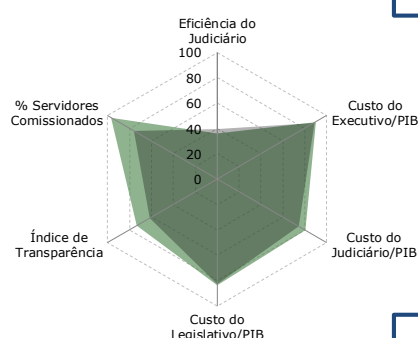
Educação

Posição:
7



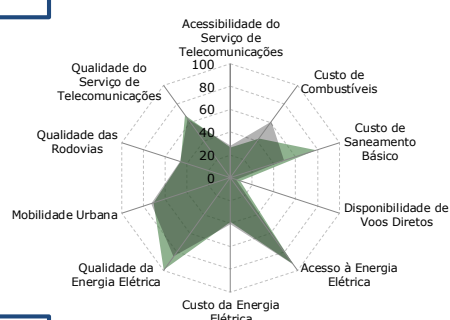
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
9



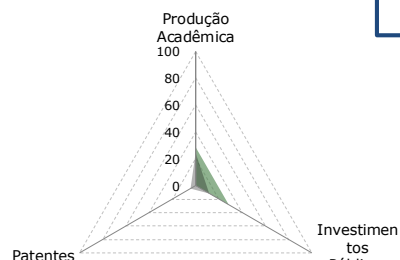
Infraestrutura

Posição:
7



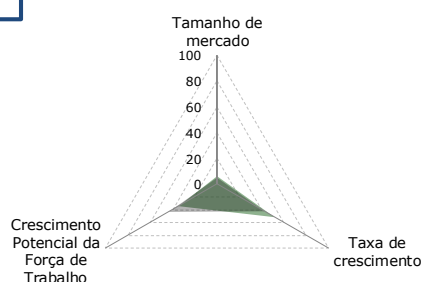
Inovação

Posição:
12



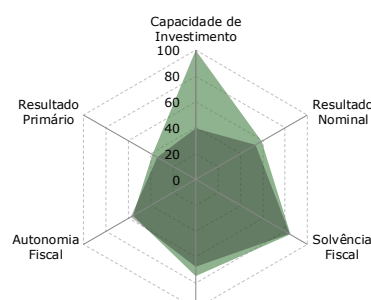
Potencial de Mercado

Posição:
12



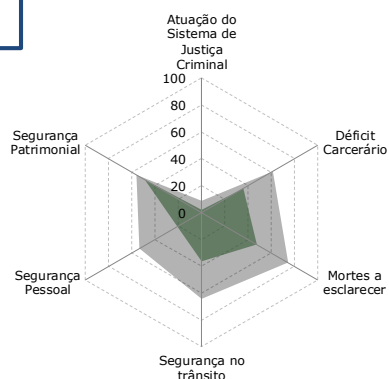
Solidez Fiscal

Posição:
1



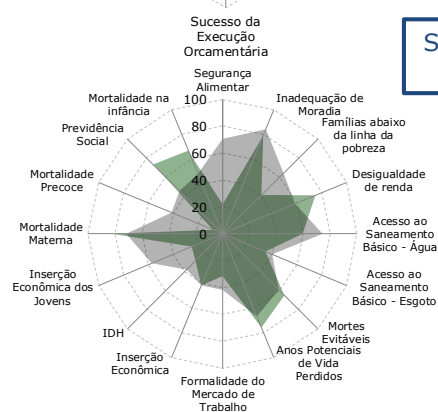
Segurança Pública

Posição:
24



Sustentabilidade Social

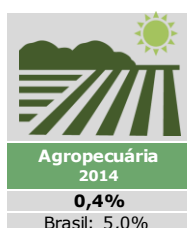
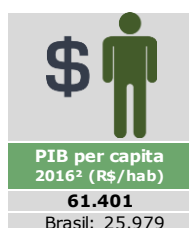
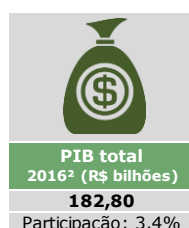
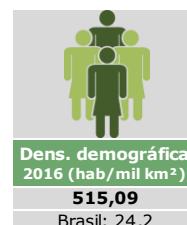
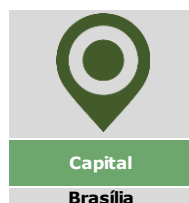
Posição:
18



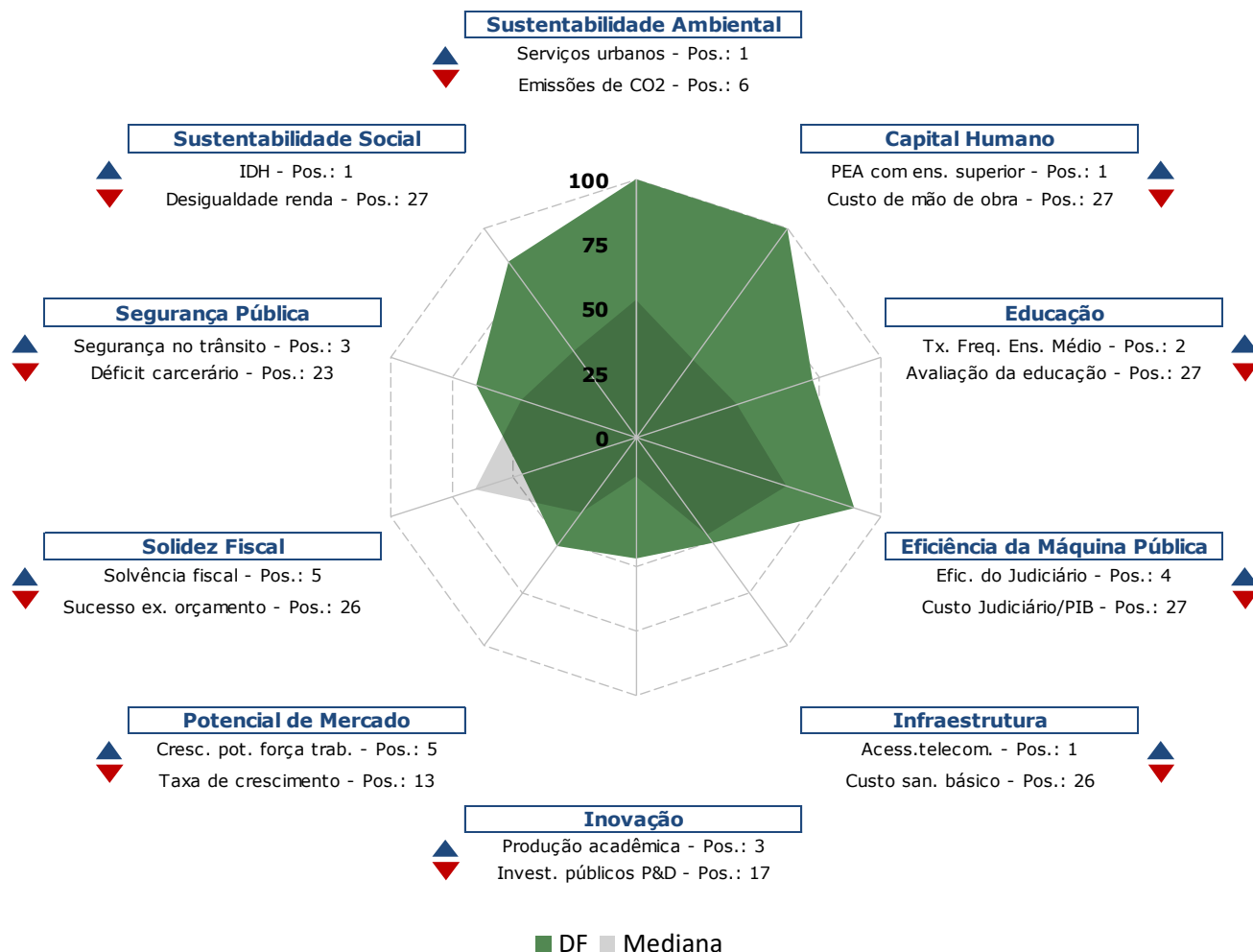


Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 4



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



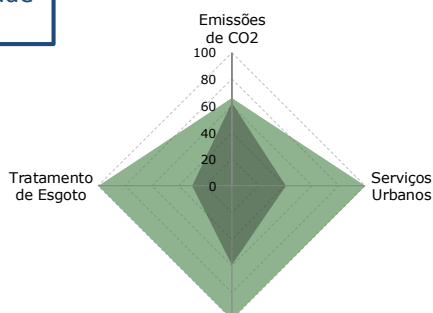
Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 4

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

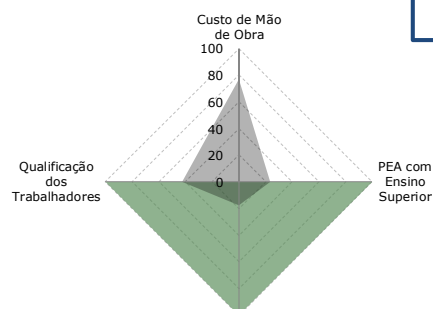
1



Capital Humano

Posição

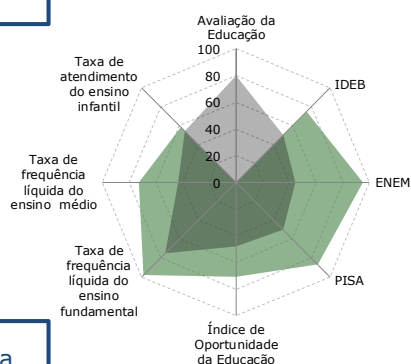
1



Educação

Posição

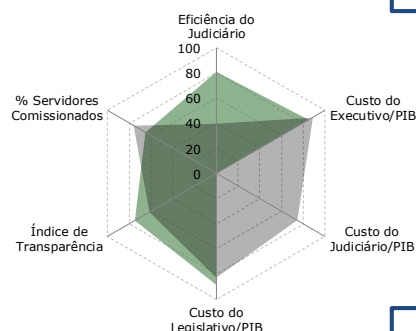
5



Eficiência da Máquina Pública

Posição

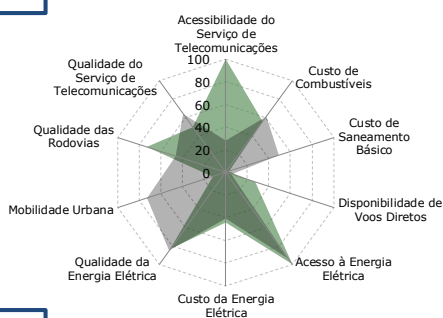
5



Infraestrutura

Posição

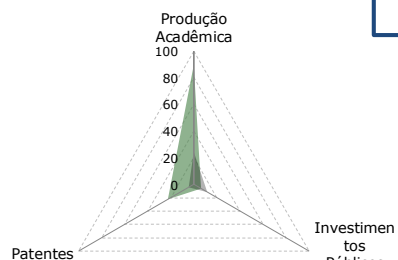
11



Inovação

Posição

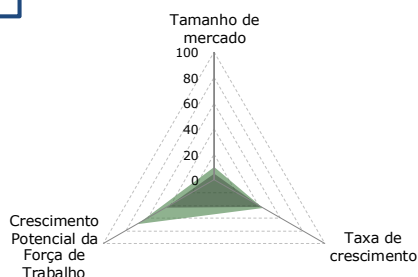
6



Potencial de Mercado

Posição

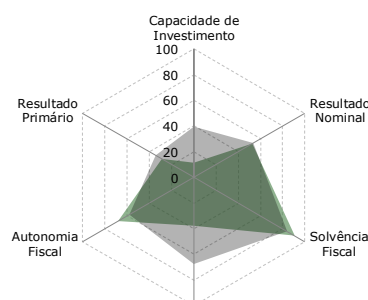
6



Solidez Fiscal

Posição

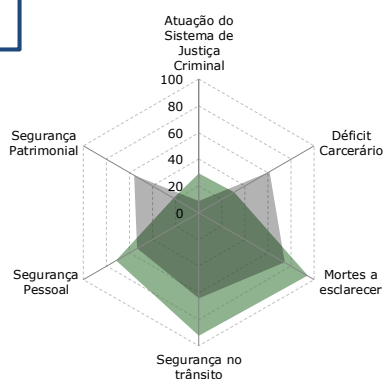
22



Segurança Pública

Posição

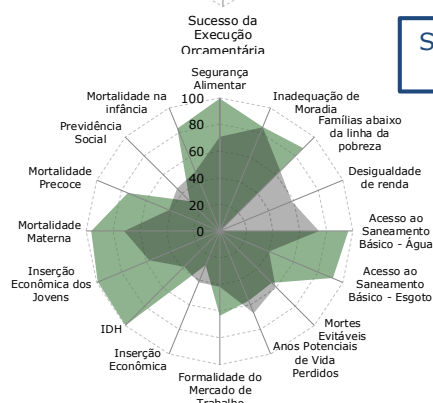
9



Sustentabilidade Social

Posição

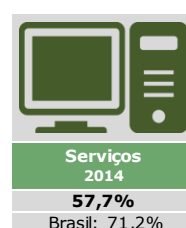
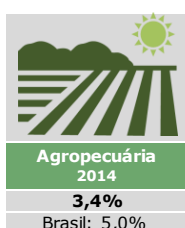
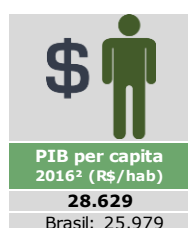
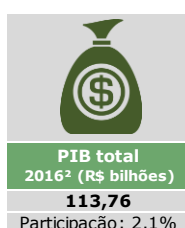
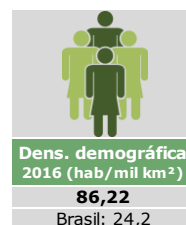
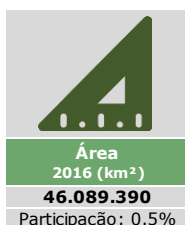
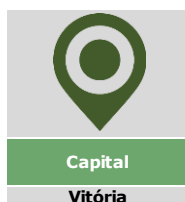
4



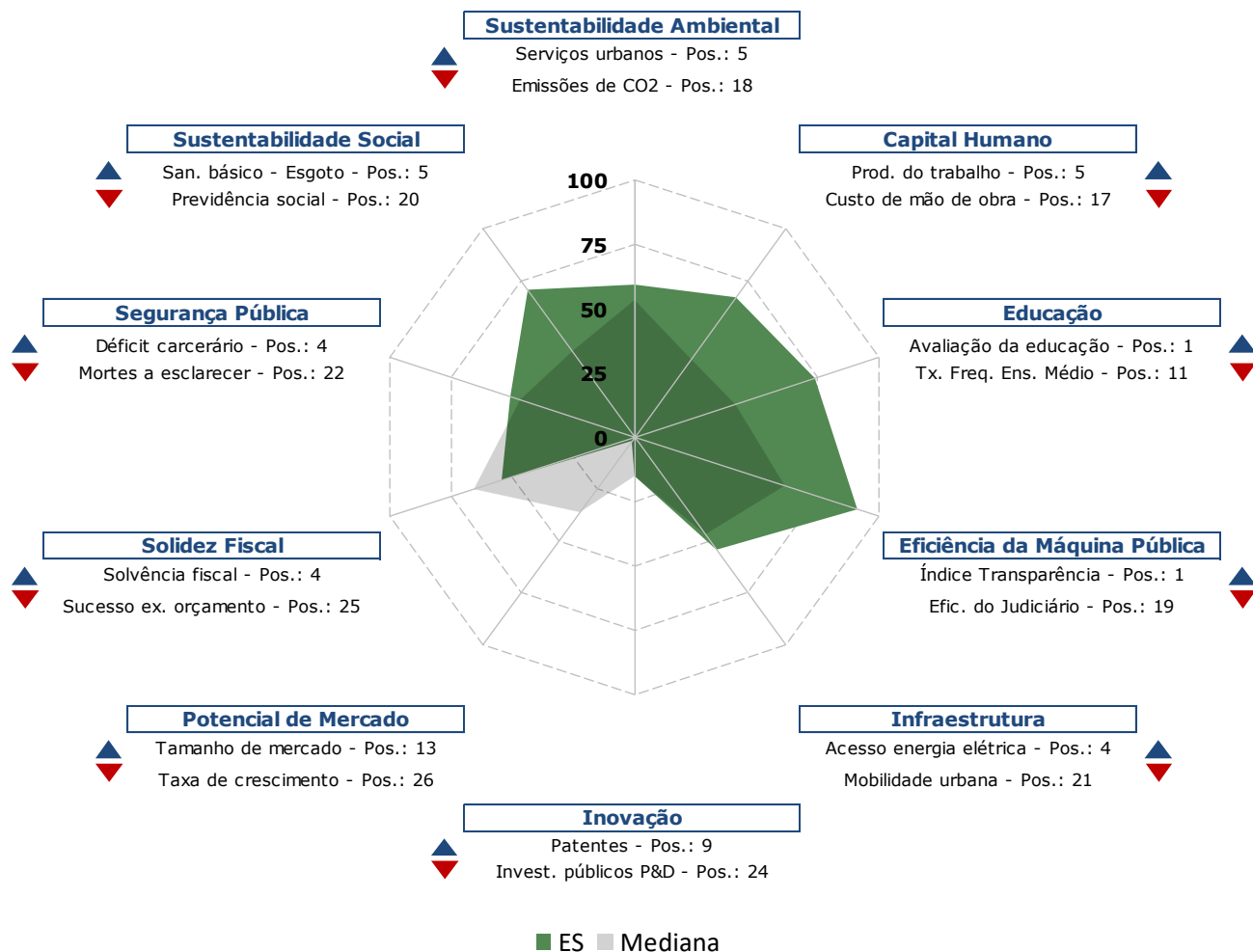


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 8



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



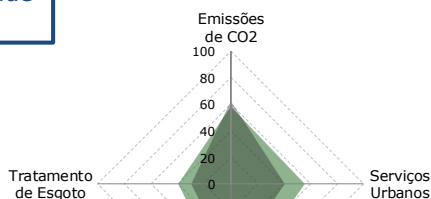
Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 8

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

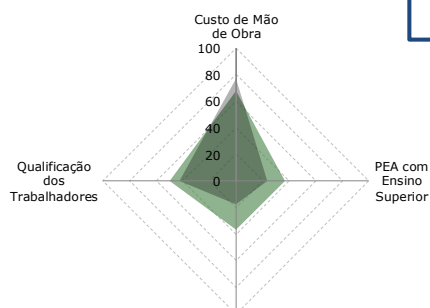
9



Capital Humano

Posição

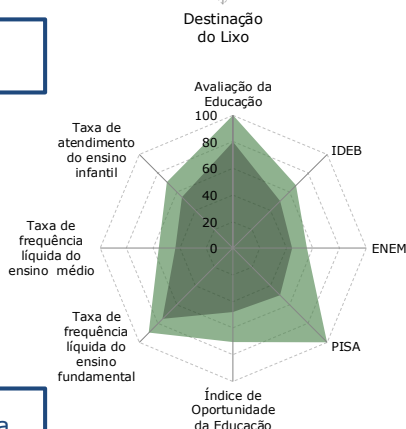
4



Educação

Posição

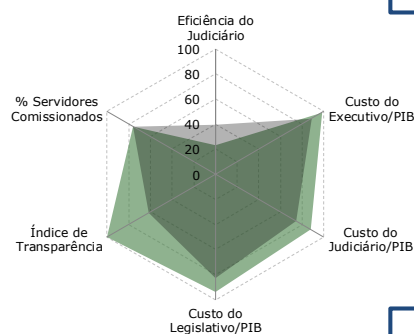
4



Eficiência da Máquina Pública

Posição

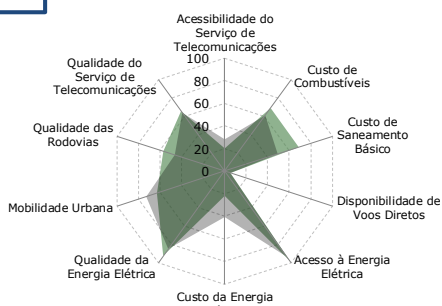
4



Infraestrutura

Posição

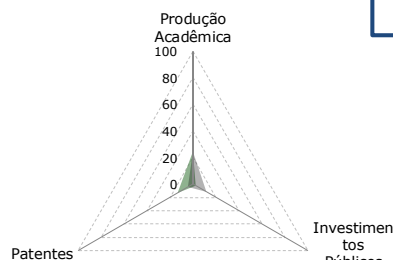
9



Inovação

Posição

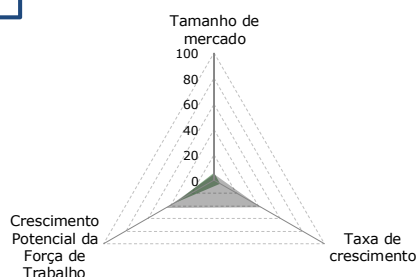
14



Potencial de Mercado

Posição

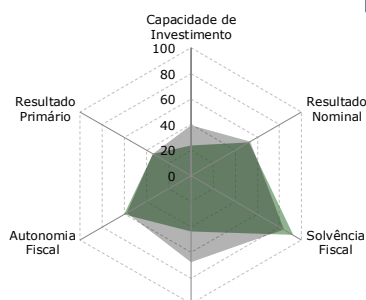
26



Solidez Fiscal

Posição

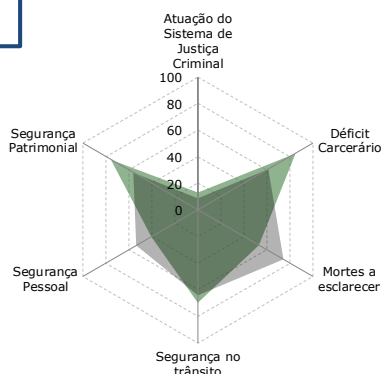
20



Segurança Pública

Posição

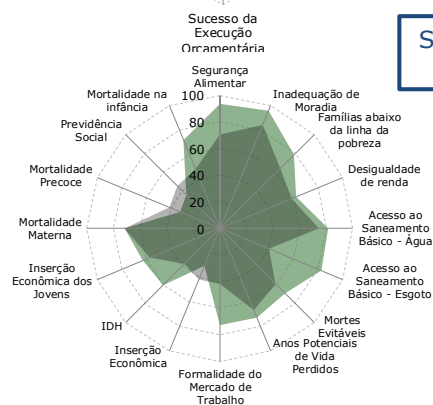
11



Sustentabilidade Social

Posição

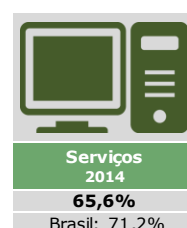
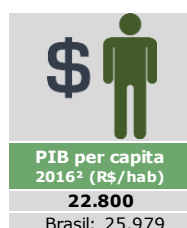
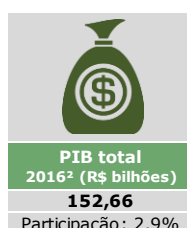
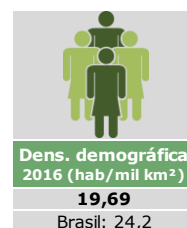
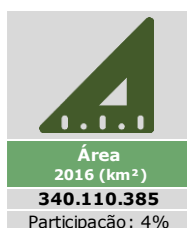
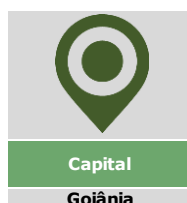
8



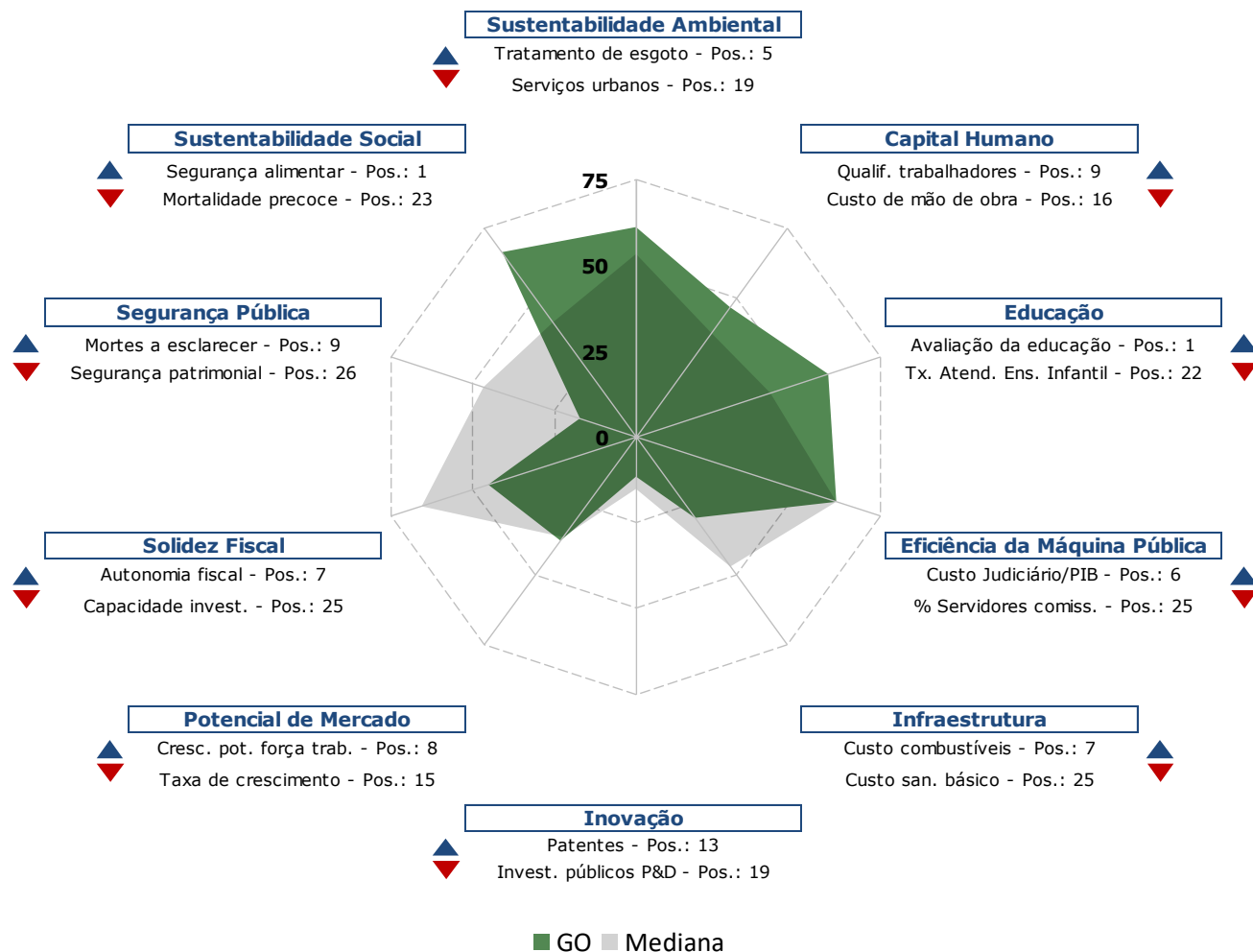


Goiás

Posição no Ranking Geral: 13



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



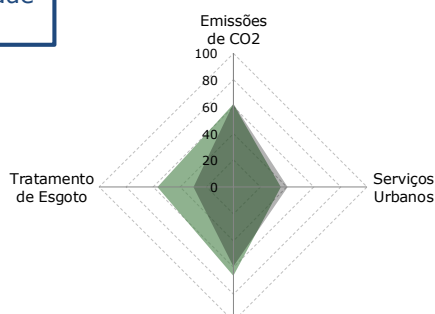
Goiás

Posição no Ranking Geral: 13

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

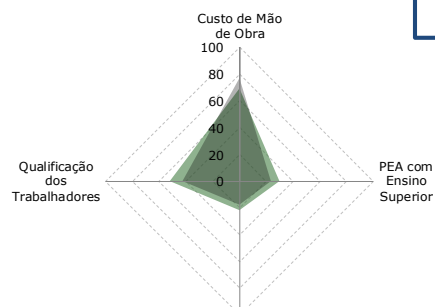
7



Capital Humano

Posição

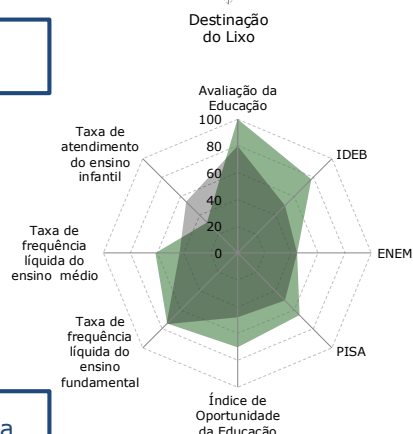
11



Educação

Posição

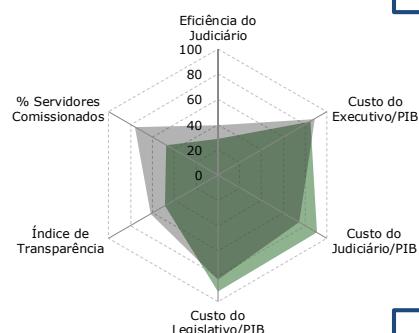
9



Eficiência da Máquina Pública

Posição

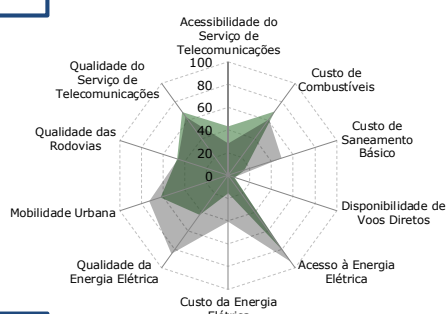
14



Infraestrutura

Posição

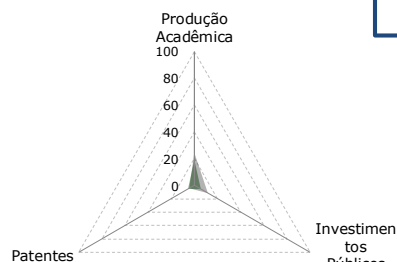
23



Inovação

Posição

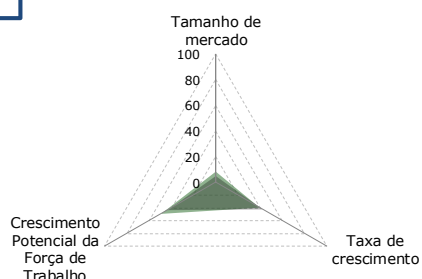
17



Potencial de Mercado

Posição

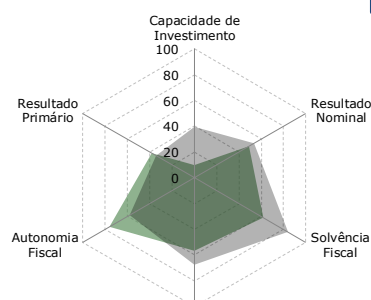
13



Solidez Fiscal

Posição

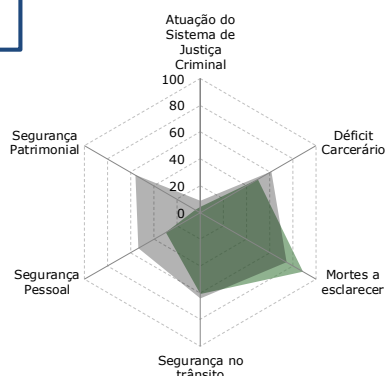
23



Segurança Pública

Posição

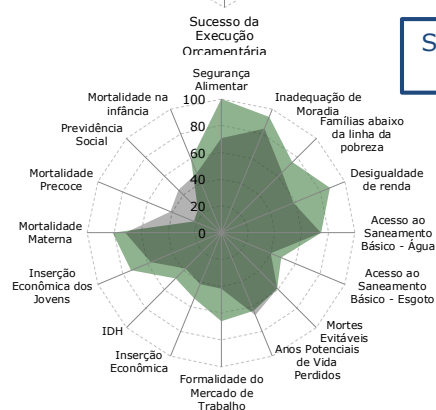
22



Sustentabilidade Social

Posição

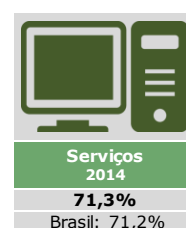
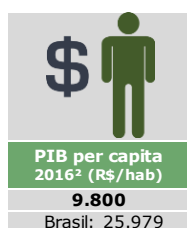
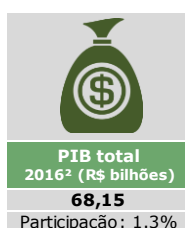
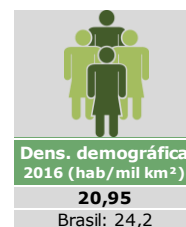
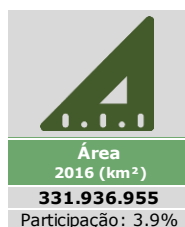
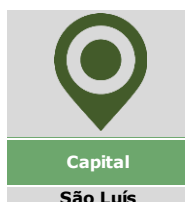
10



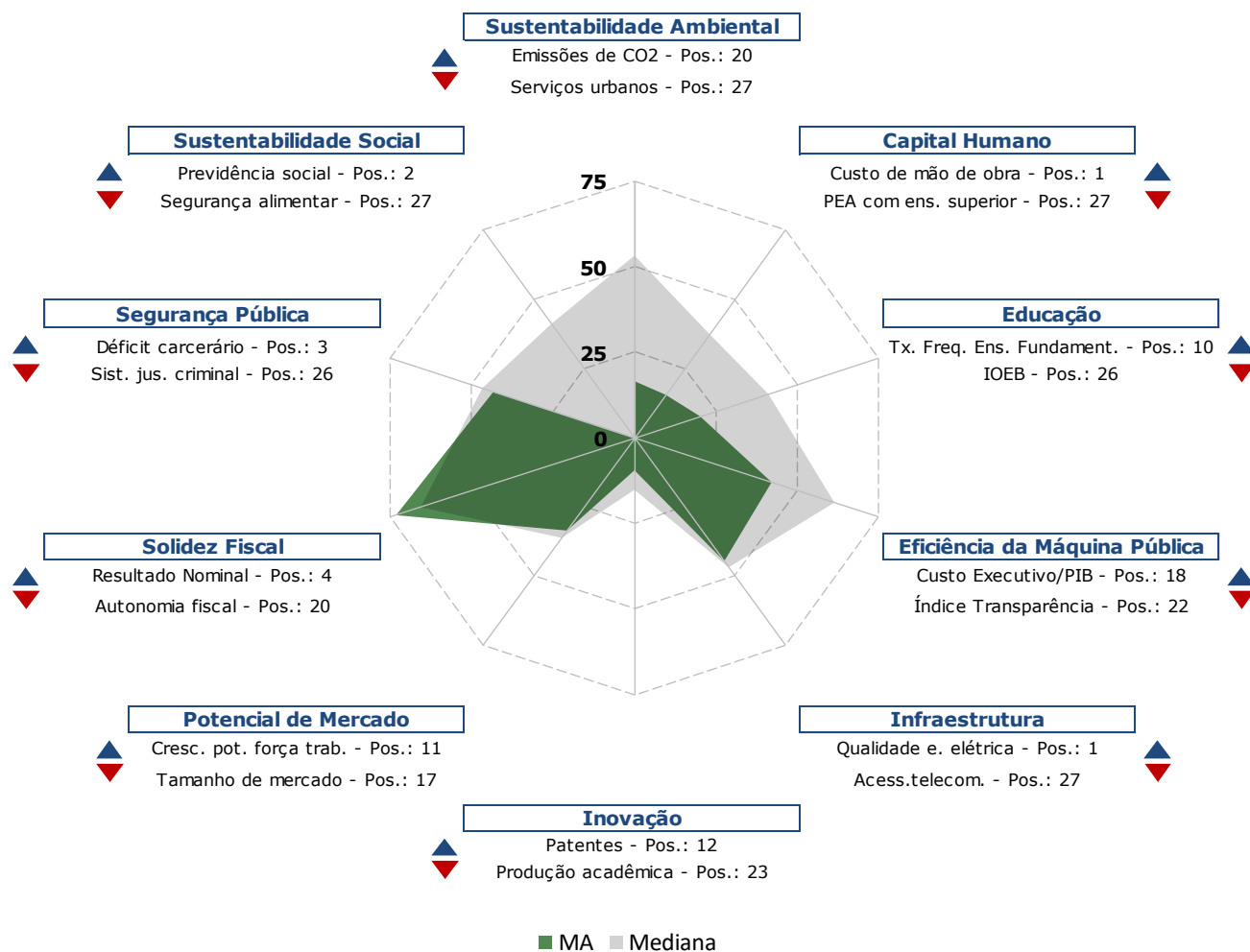


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 25



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1.Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

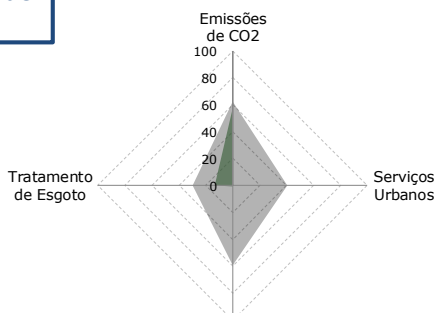


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 25

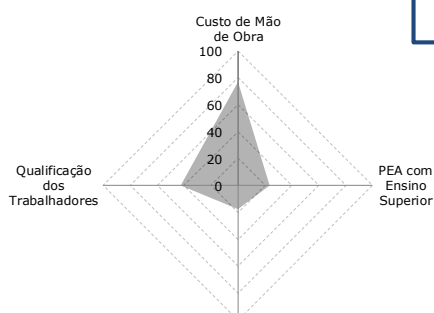
Sustentabilidade
Ambiental

Posição:
24



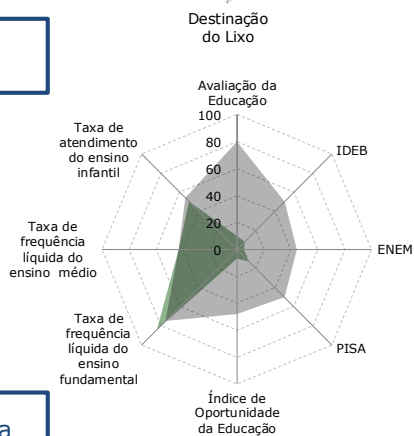
Capital Humano

Posição:
25



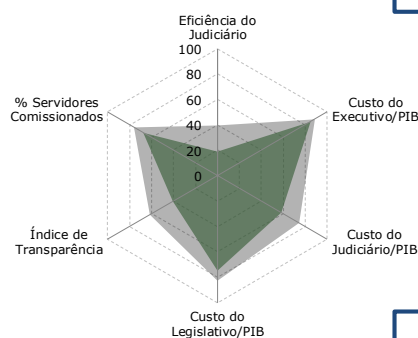
Educação

Posição:
21



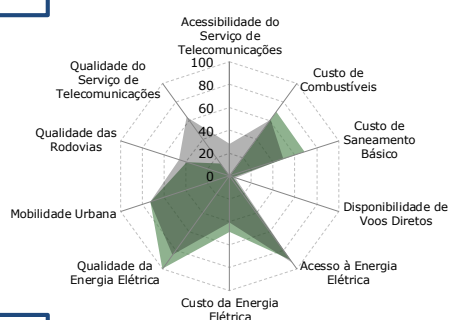
Eficiência da
Máquina Pública

Posição:
20



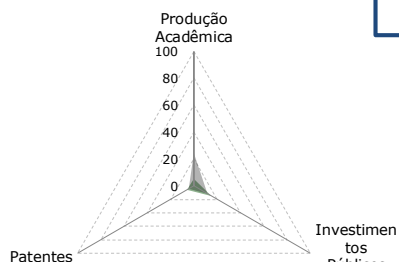
Infraestrutura

Posição:
17



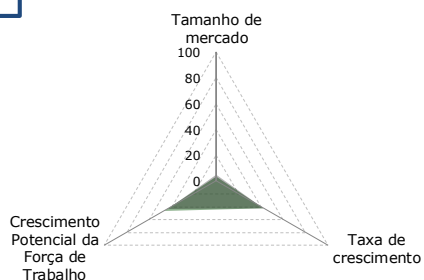
Inovação

Posição:
20



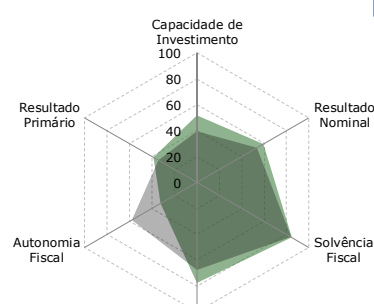
Potencial de
Mercado

Posição:
17



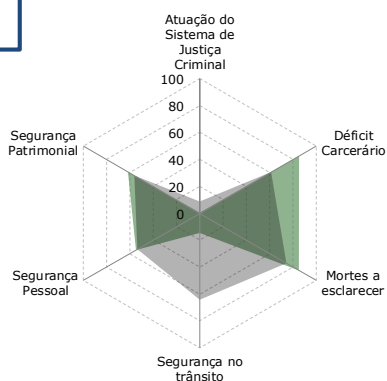
Solidez
Fiscal

Posição:
10



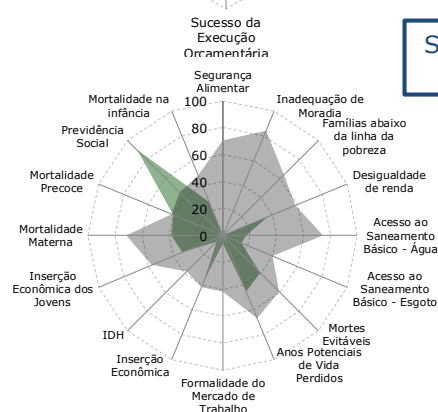
Segurança
Pública

Posição:
15



Sustentabilidade
Social

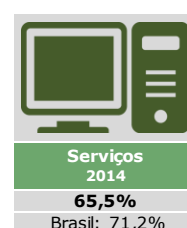
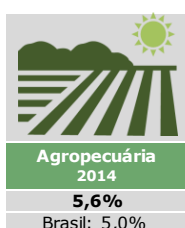
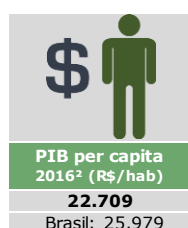
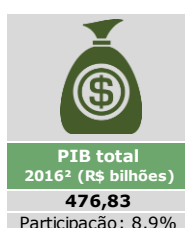
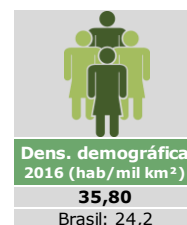
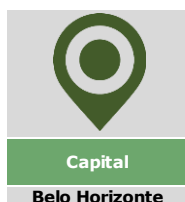
Posição:
27



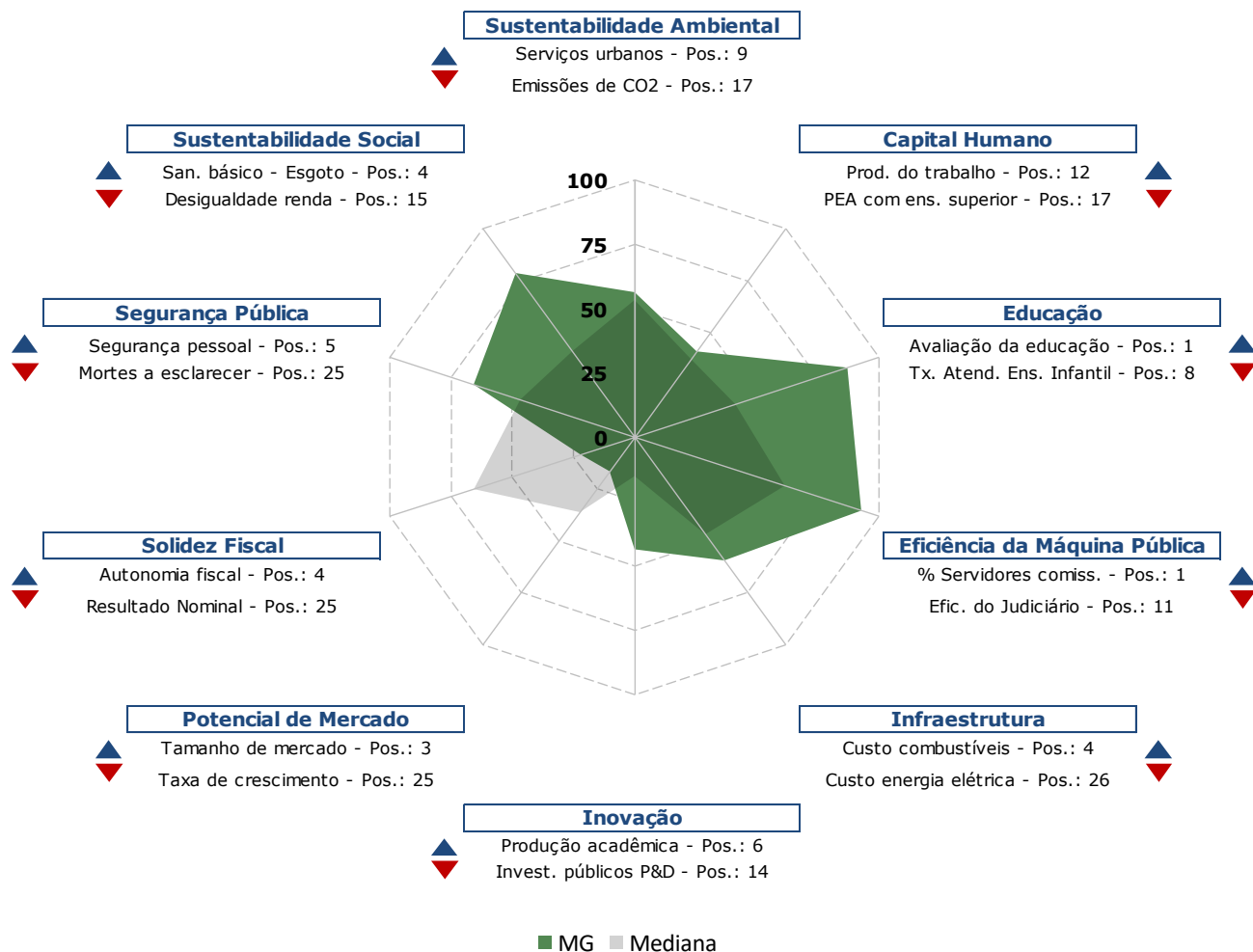


Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 6



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



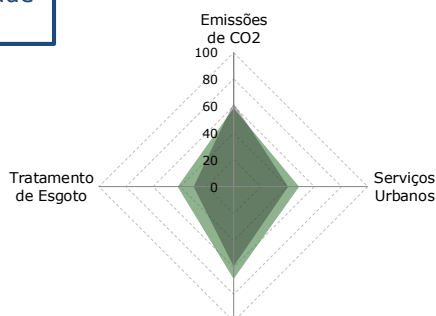
Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 6

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

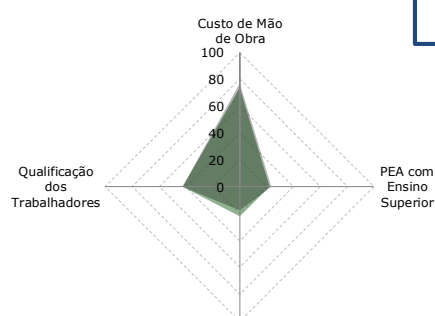
12



Capital Humano

Posição:

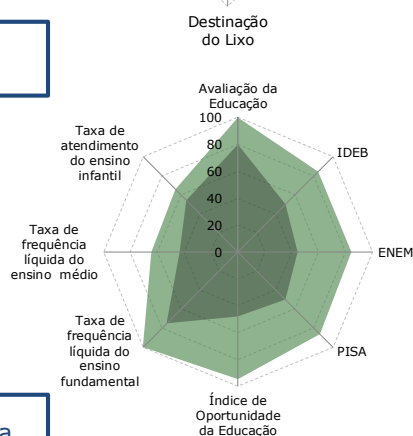
13



Educação

Posição:

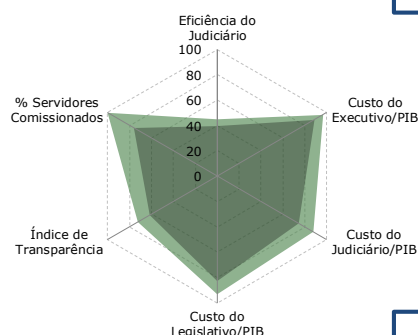
2



Eficiência da Máquina Pública

Posição:

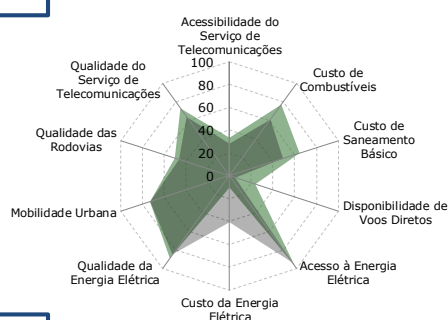
3



Infraestrutura

Posição:

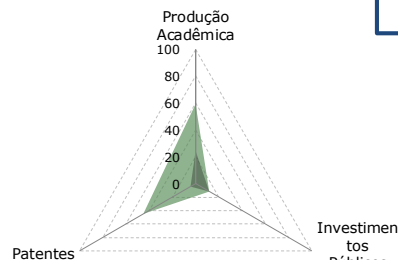
6



Inovação

Posição:

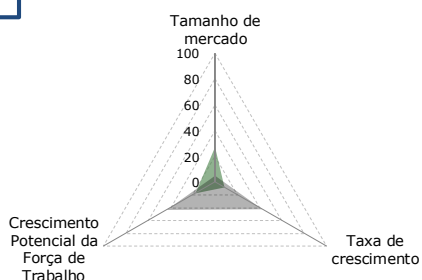
7



Potencial de Mercado

Posição:

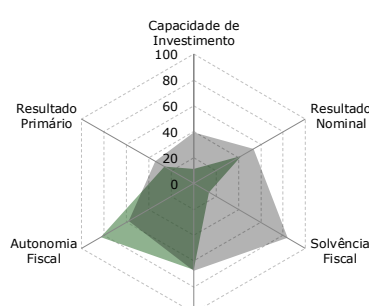
23



Solidez Fiscal

Posição:

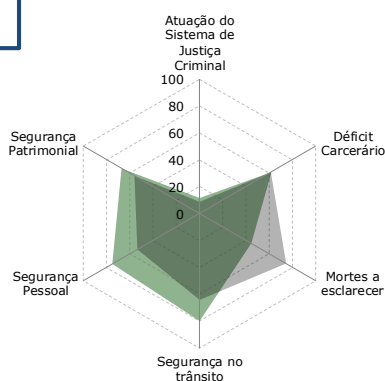
25



Segurança Pública

Posição:

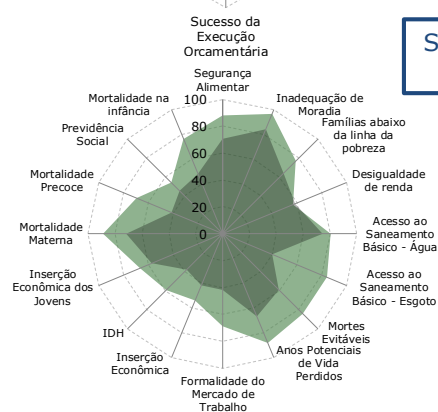
8



Sustentabilidade Social

Posição:

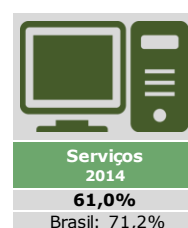
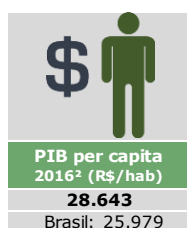
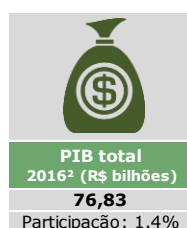
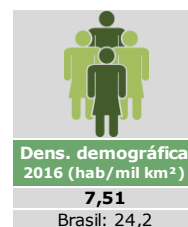
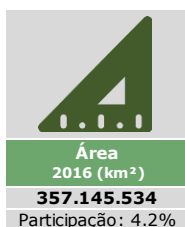
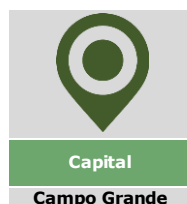
6



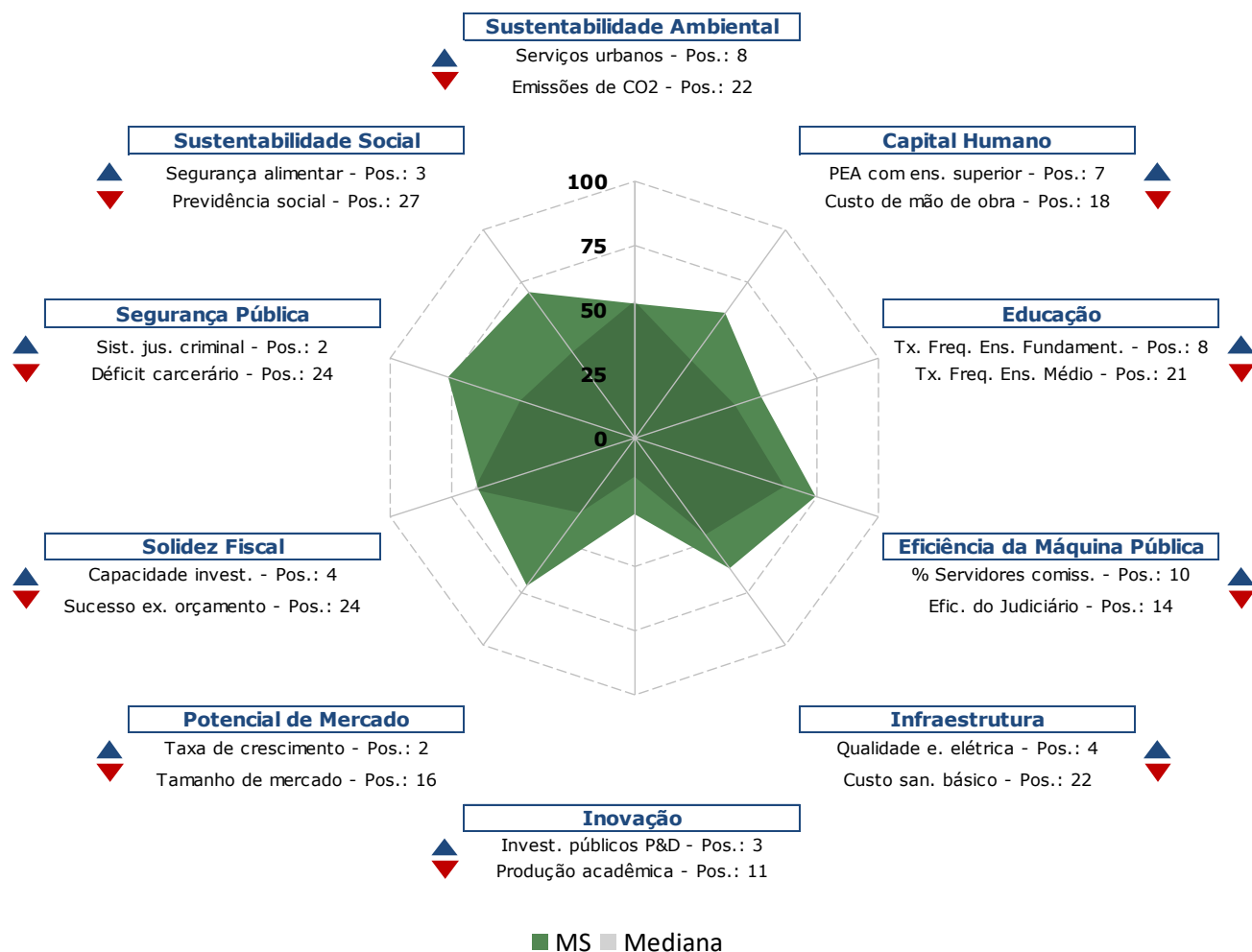


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 5



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

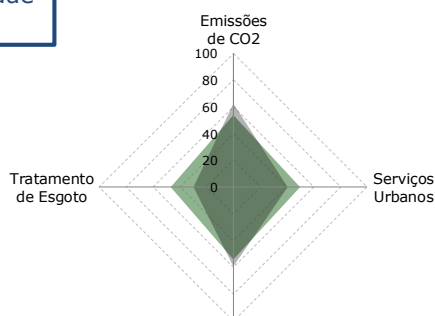


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 5

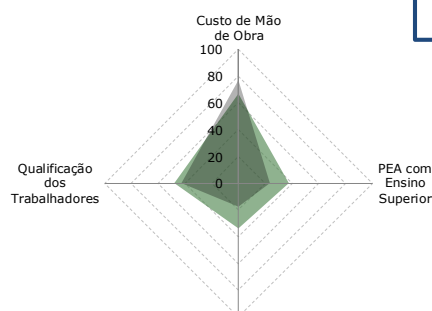
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
16



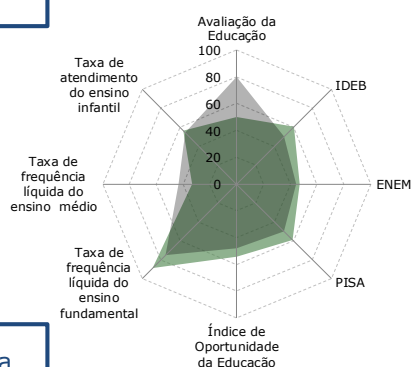
Capital Humano

Posição:
6



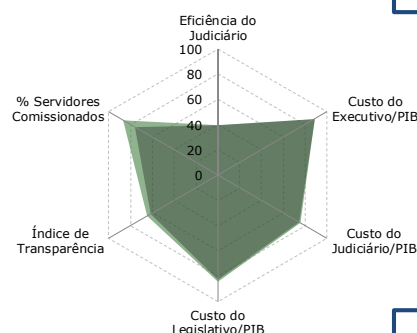
Educação

Posição:
11



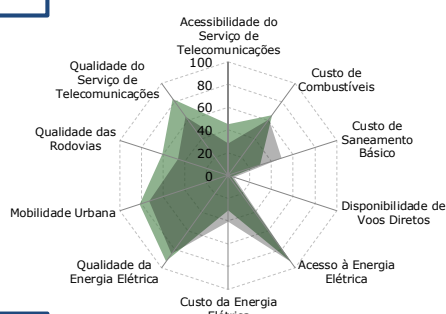
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
12



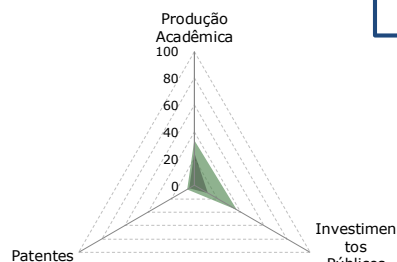
Infraestrutura

Posição:
5



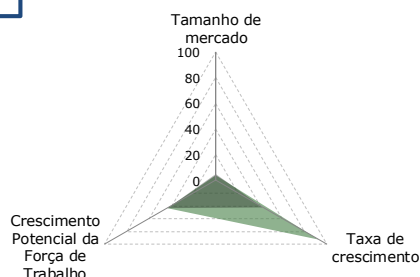
Inovação

Posição:
9



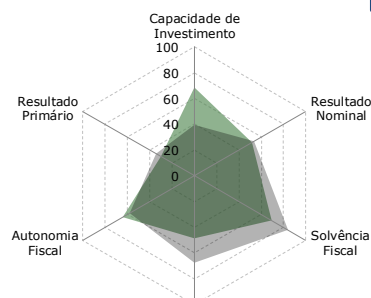
Potencial de Mercado

Posição:
4



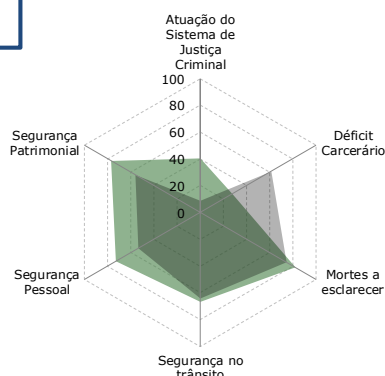
Solidez Fiscal

Posição:
16



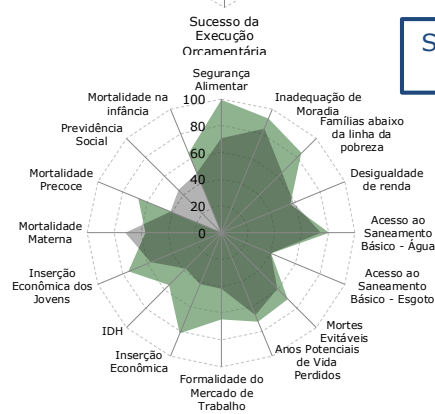
Segurança Pública

Posição:
5



Sustentabilidade Social

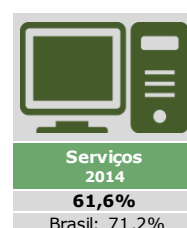
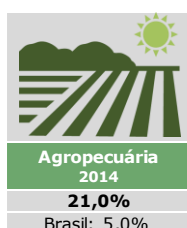
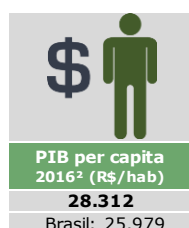
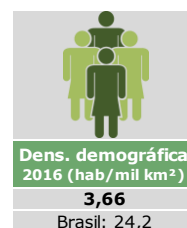
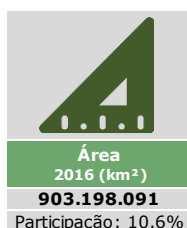
Posição:
9



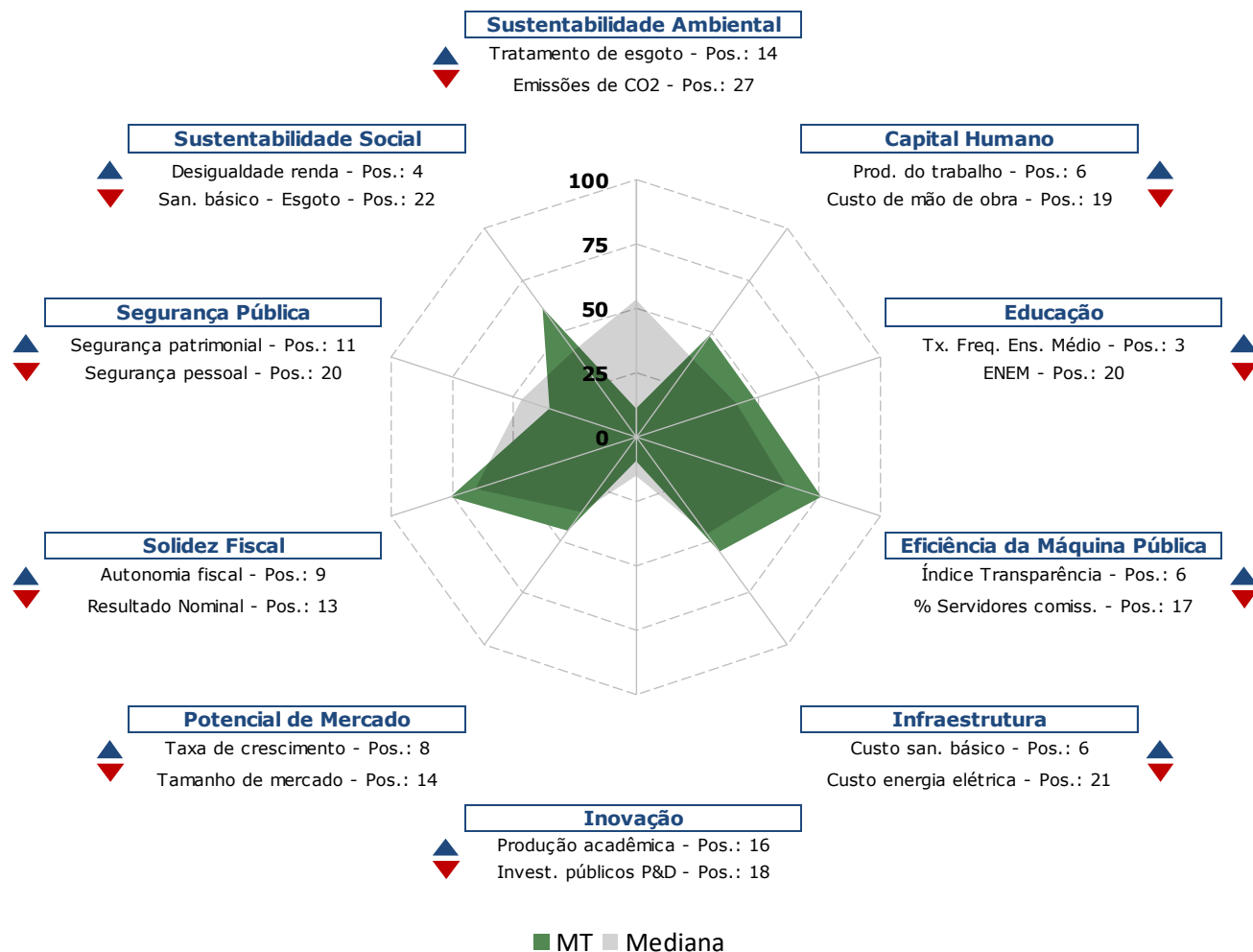


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 12



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

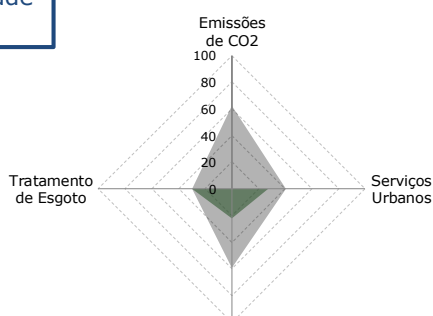


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 12

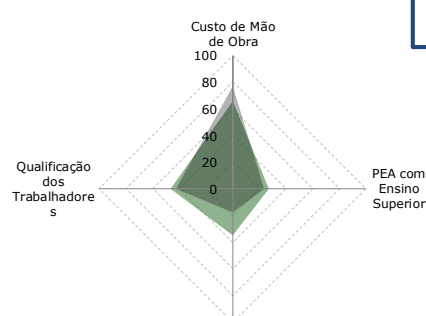
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
25



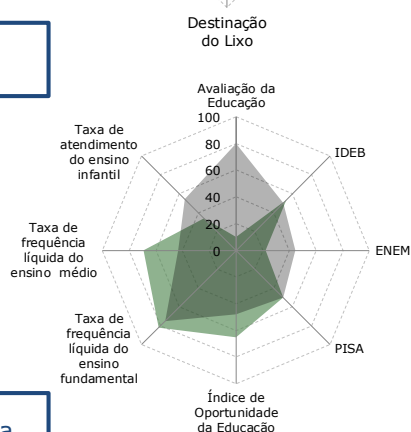
Capital Humano

Posição:
10



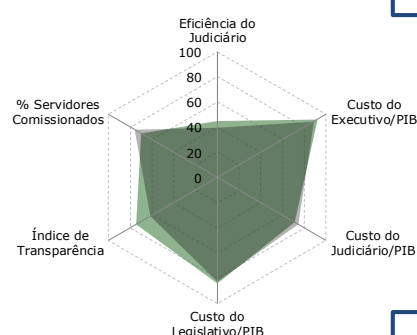
Educação

Posição:
12



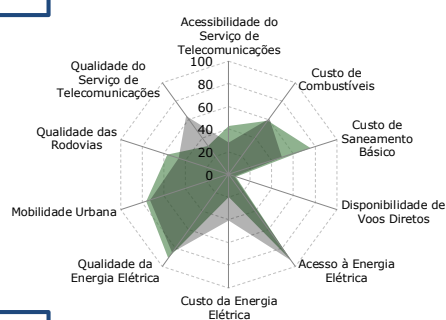
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
11



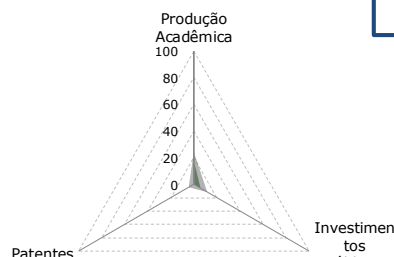
Infraestrutura

Posição:
8



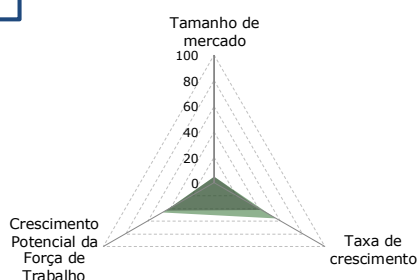
Inovação

Posição:
21



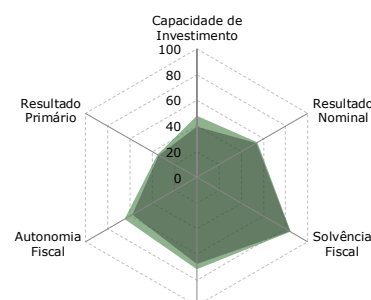
Potencial de Mercado

Posição:
9



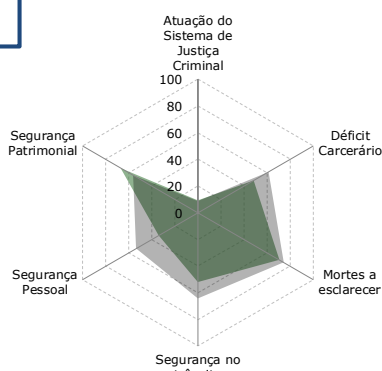
Solidez Fiscal

Posição:
8



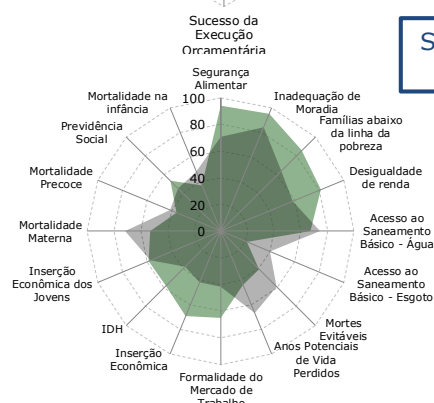
Segurança Pública

Posição:
18



Sustentabilidade Social

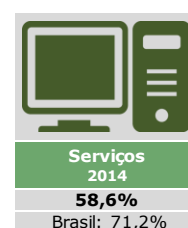
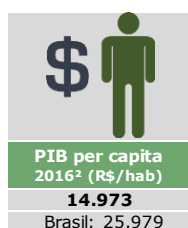
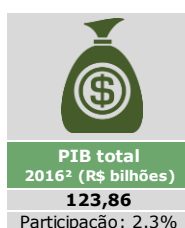
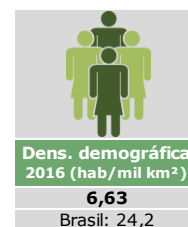
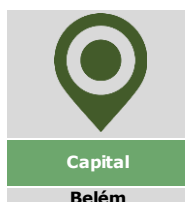
Posição:
11



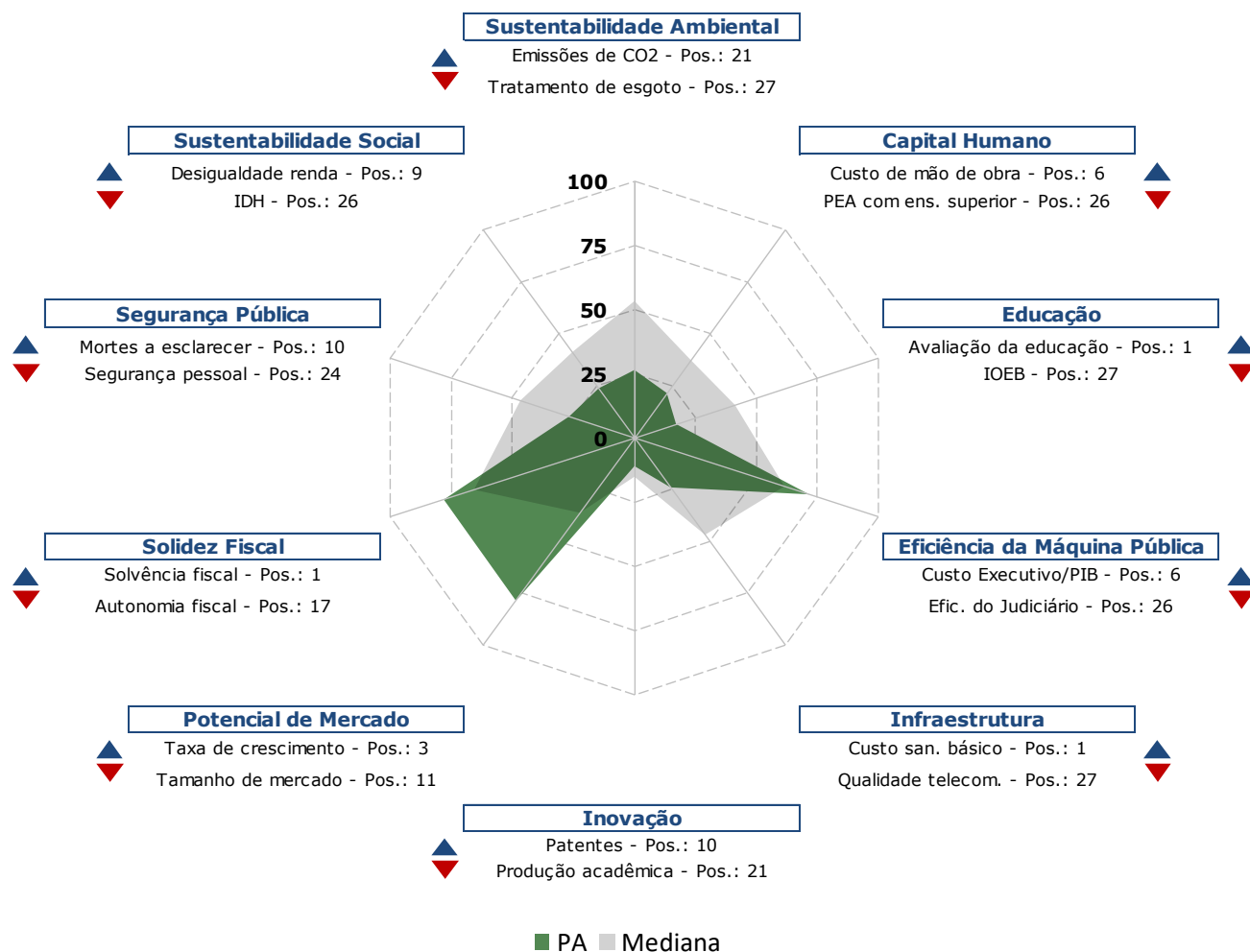


Pará

Posição no Ranking Geral: 21



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

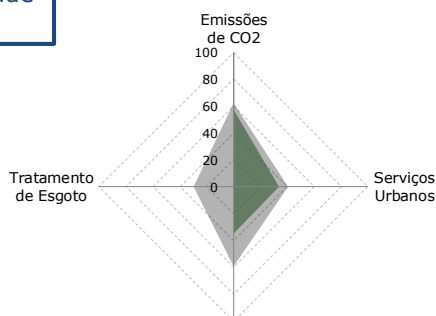


Pará

Posição no Ranking Geral: 21

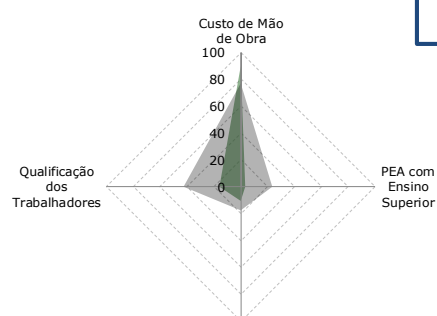
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
23



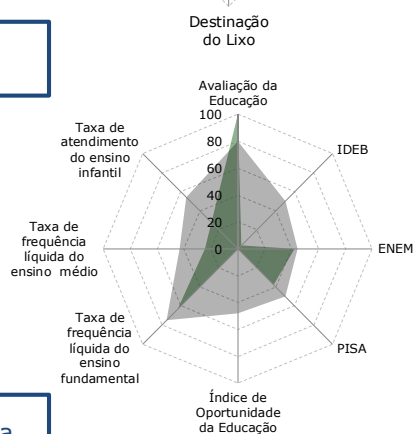
Capital Humano

Posição:
24



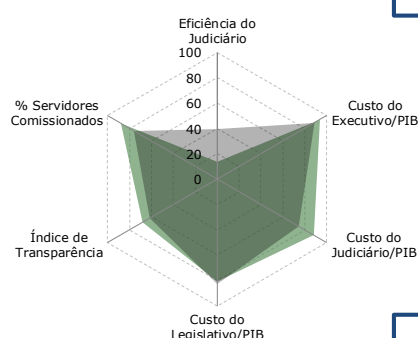
Educação

Posição:
25



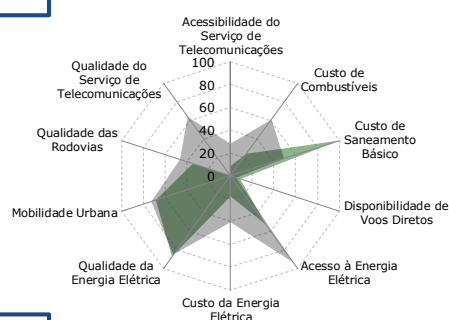
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
13



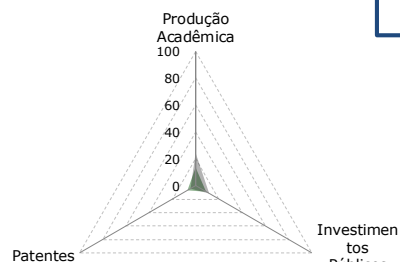
Infraestrutura

Posição:
24



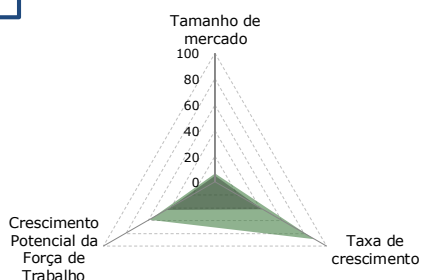
Inovação

Posição:
18



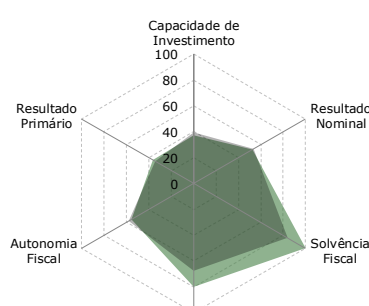
Potencial de Mercado

Posição:
3



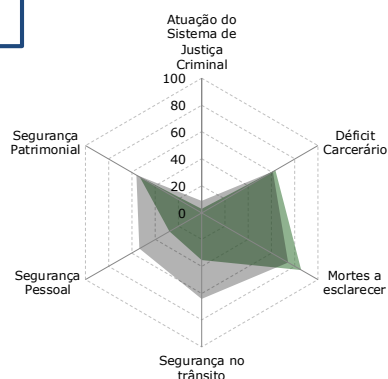
Solidez Fiscal

Posição:
5



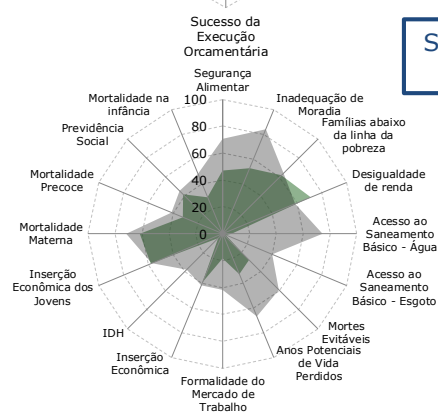
Segurança Pública

Posição:
20



Sustentabilidade Social

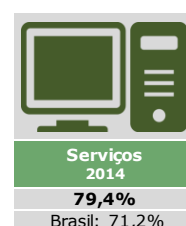
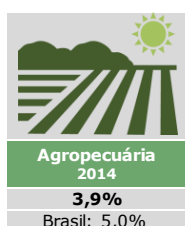
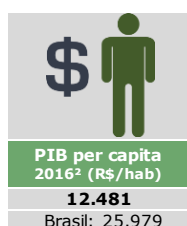
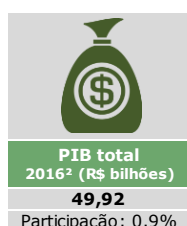
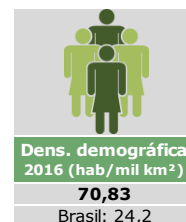
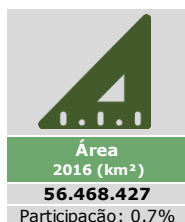
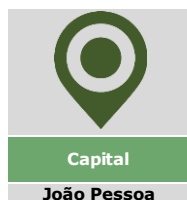
Posição:
23



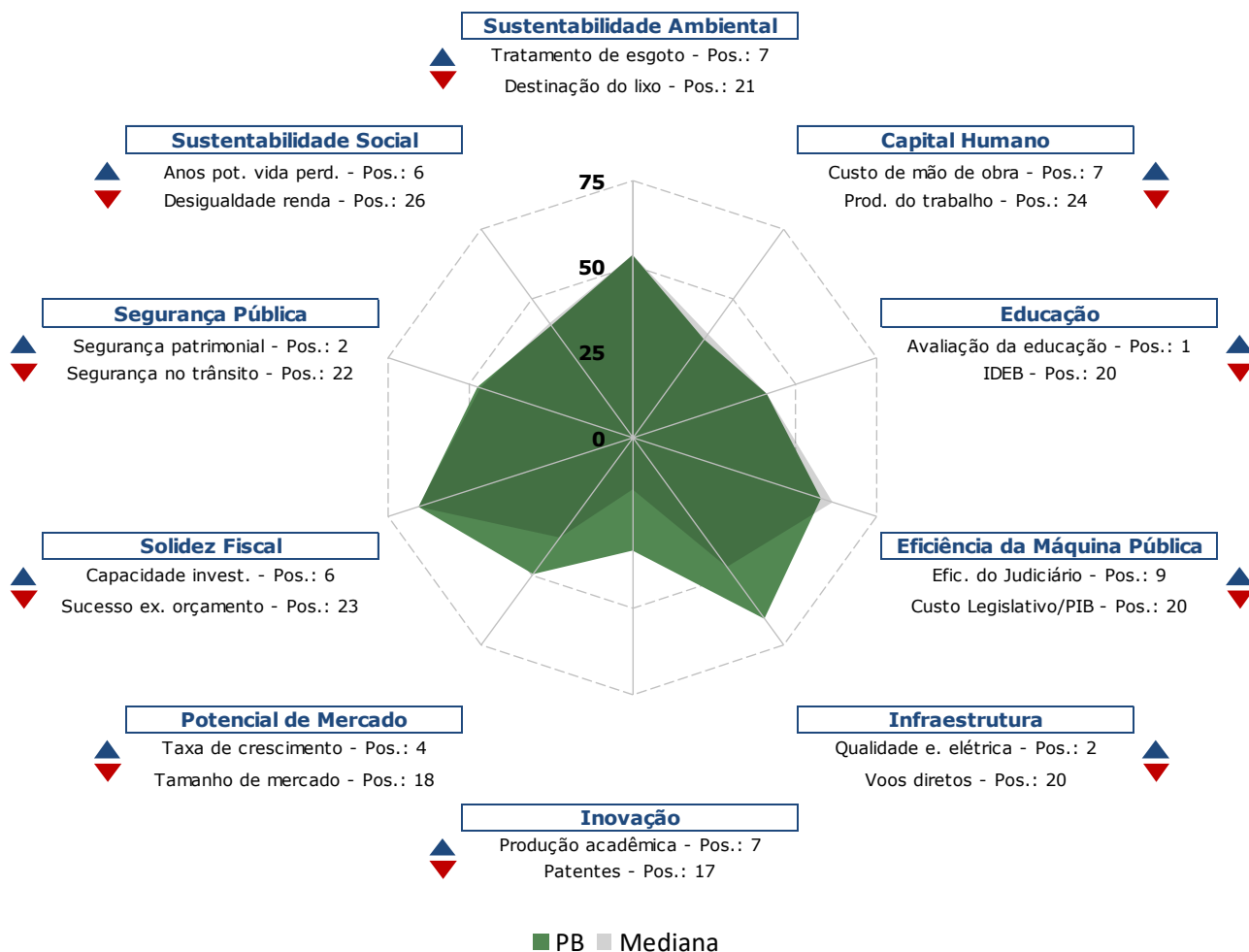


Paraíba

Posição no Ranking Geral: 10



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

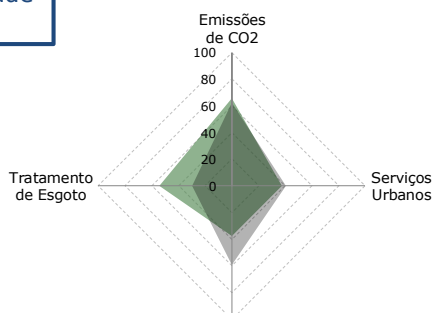
NEGO

Paraíba

Posição no Ranking Geral: 10

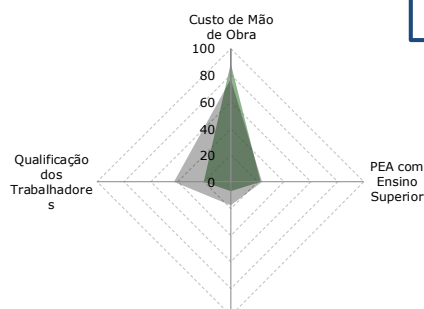
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
14



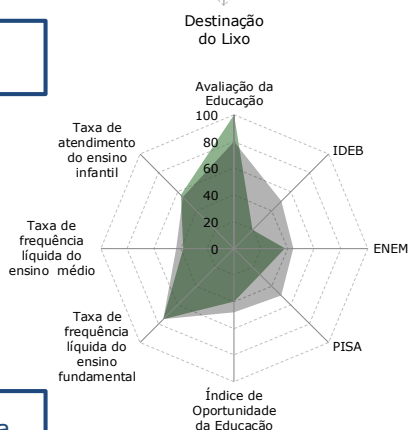
Capital Humano

Posição:
16



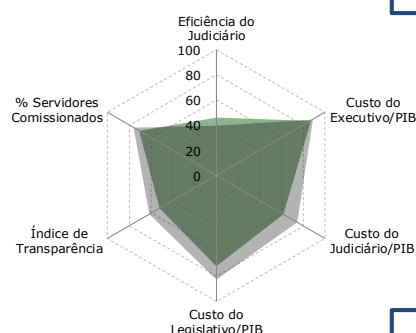
Educação

Posição:
14



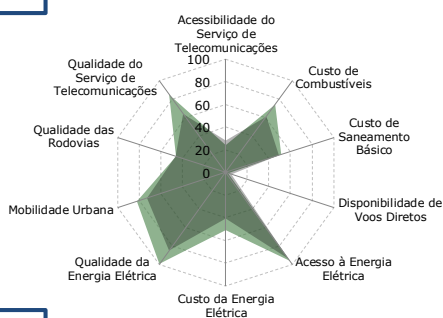
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
17



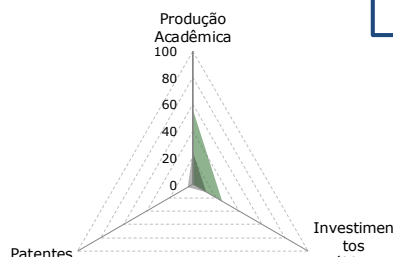
Infraestrutura

Posição:
4



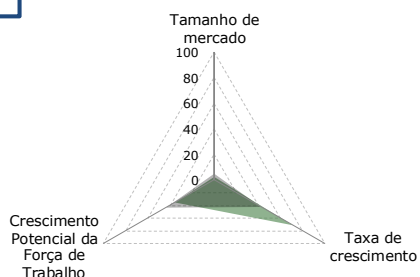
Inovação

Posição:
8



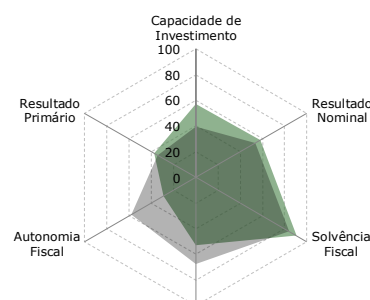
Potencial de Mercado

Posição:
8



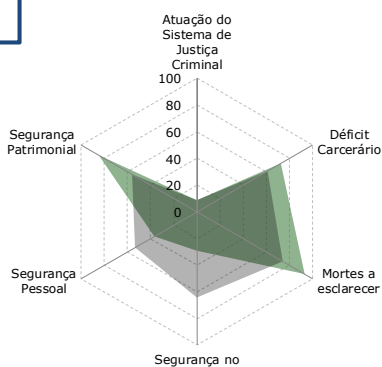
Solidez Fiscal

Posição:
14



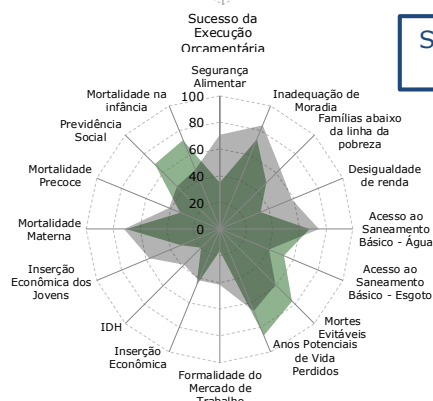
Segurança Pública

Posição:
13



Sustentabilidade Social

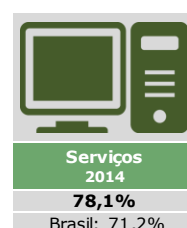
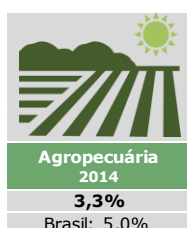
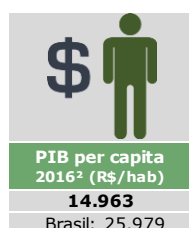
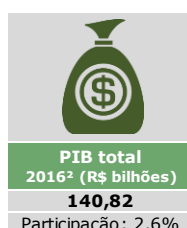
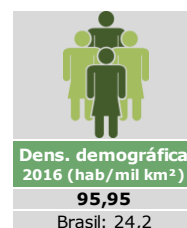
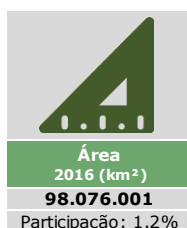
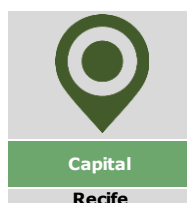
Posição:
16



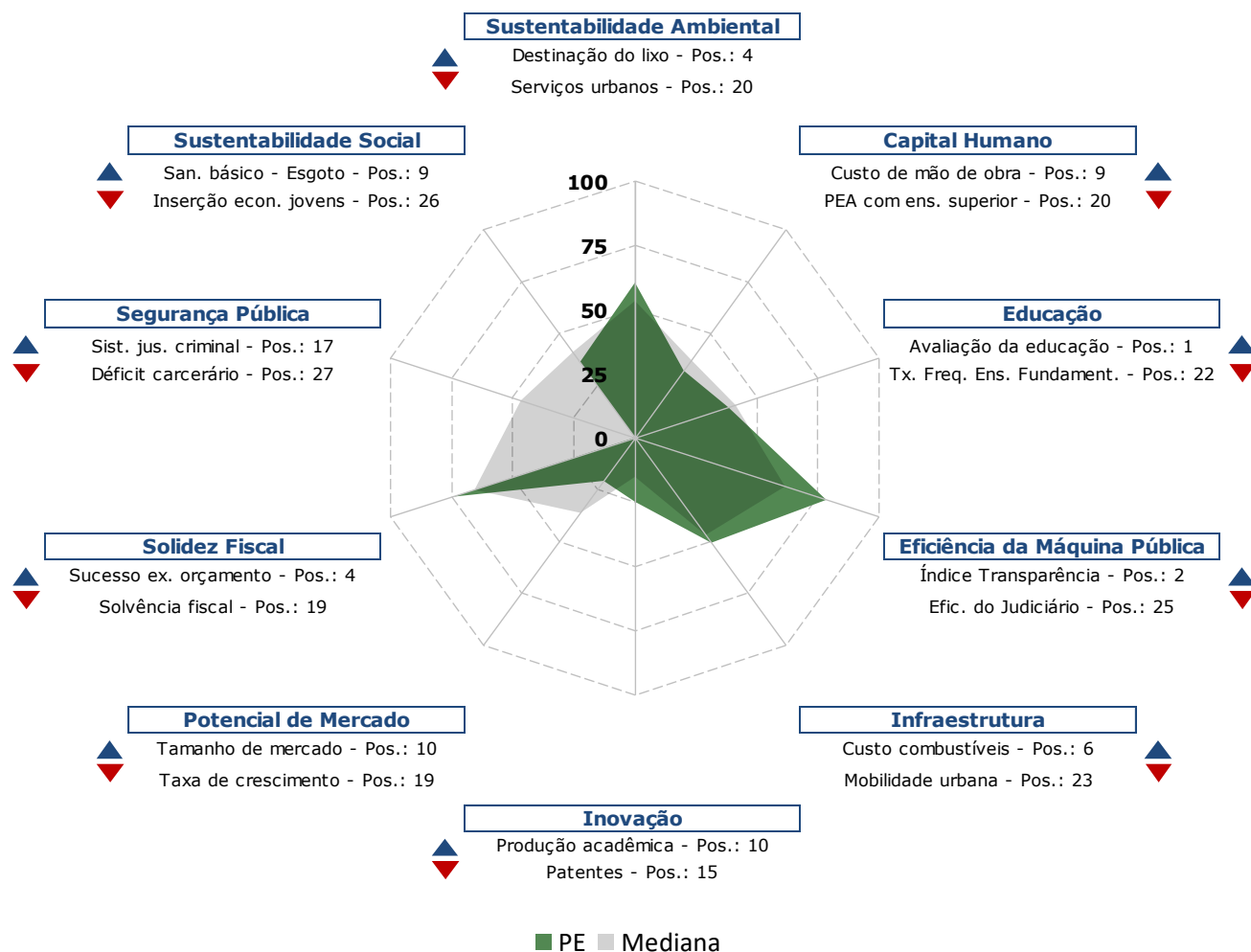


Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 18



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



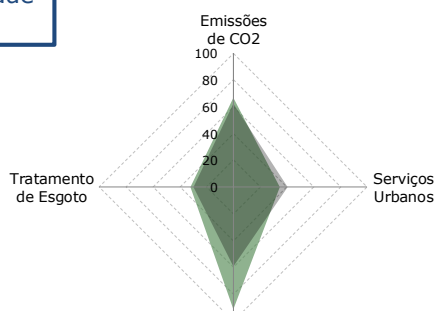
Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 18

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

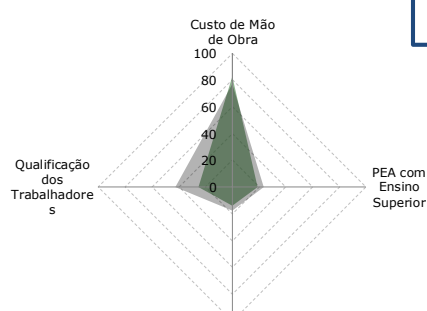
8



Capital Humano

Posição

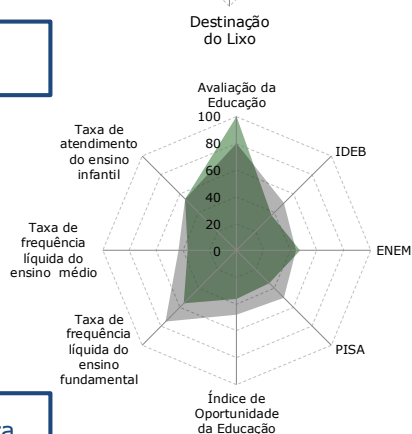
19



Educação

Posição

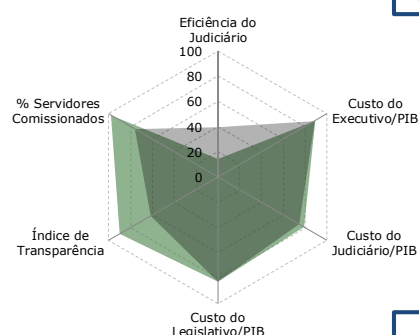
15



Eficiência da Máquina Pública

Posição

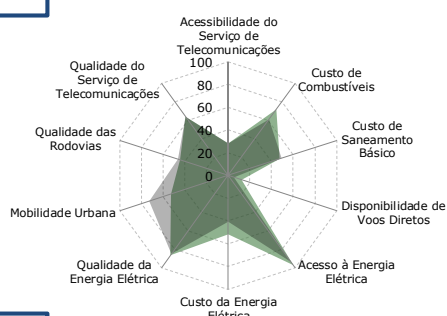
10



Infraestrutura

Posição

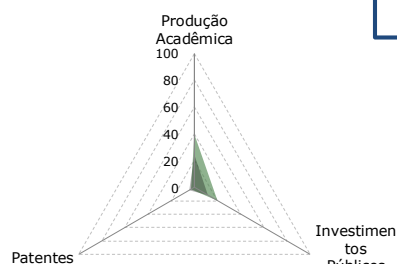
12



Inovação

Posição

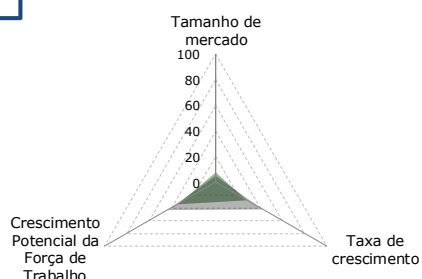
11



Potencial de Mercado

Posição

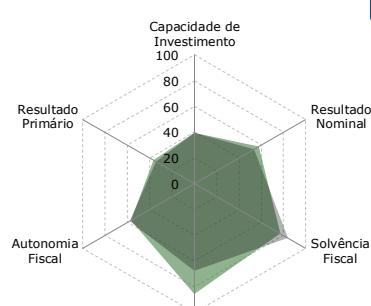
22



Solidez Fiscal

Posição

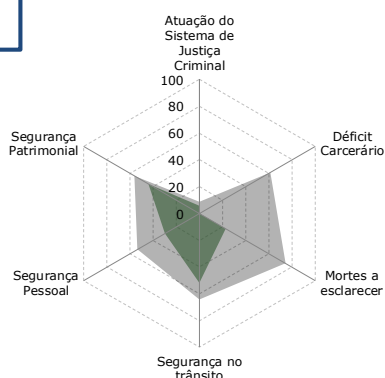
9



Segurança Pública

Posição

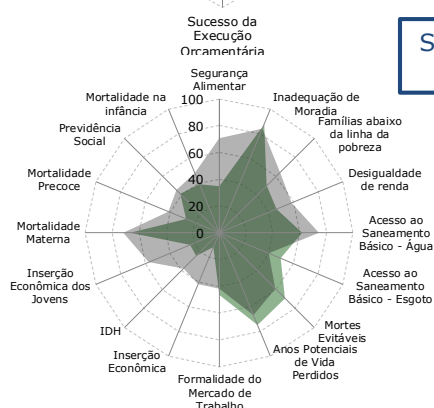
27



Sustentabilidade Social

Posição

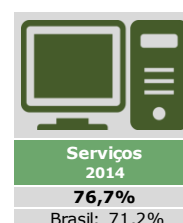
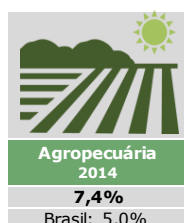
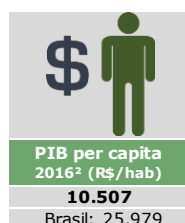
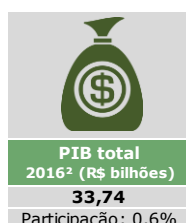
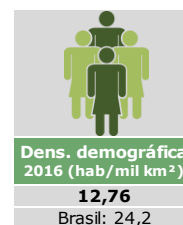
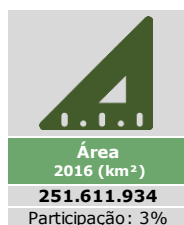
19



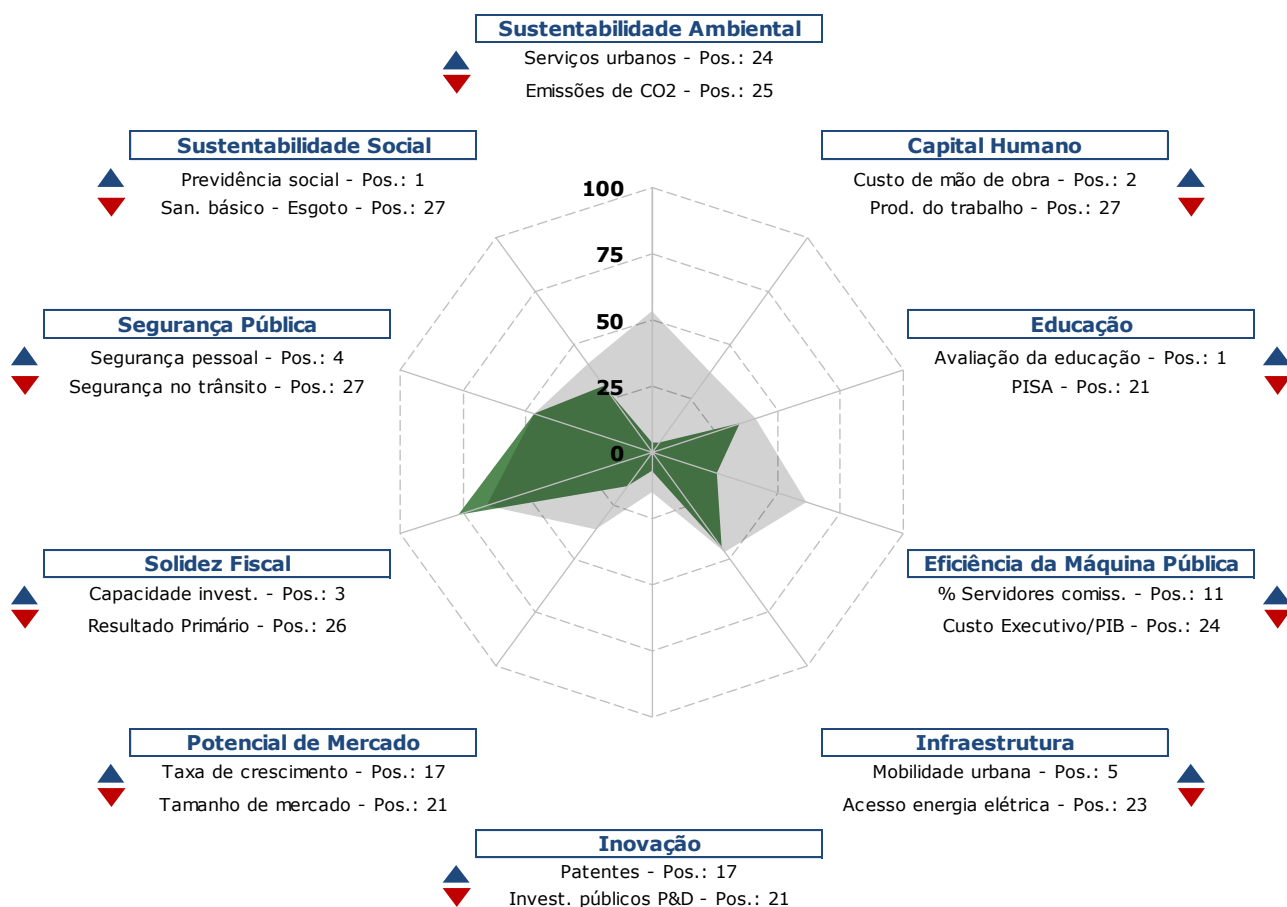


Piauí

Posição no Ranking Geral: 23



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

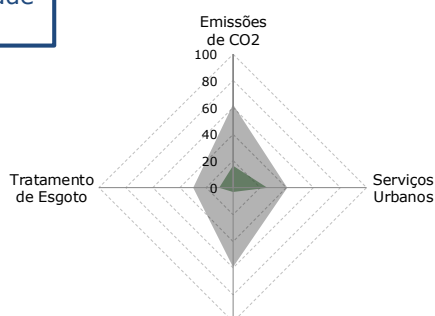


Piauí

Posição no Ranking Geral: 23

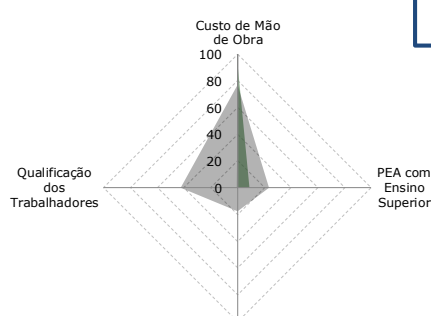
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
26



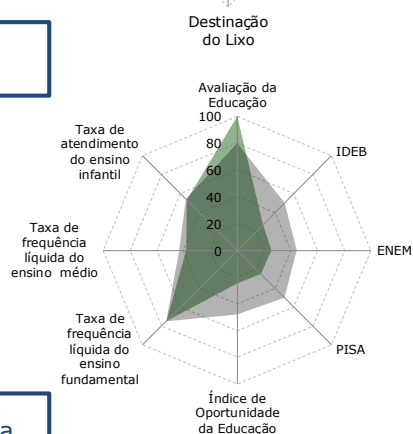
Capital Humano

Posição:
26



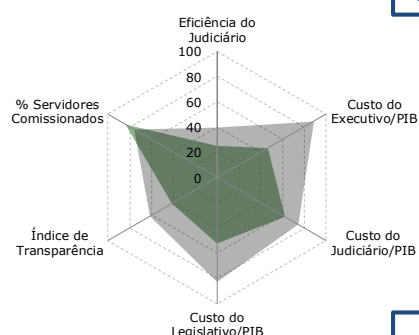
Educação

Posição:
19



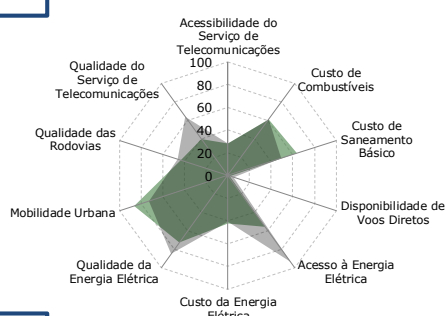
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
23



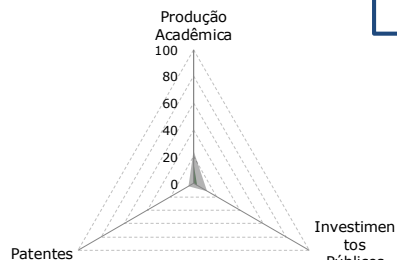
Infraestrutura

Posição:
16



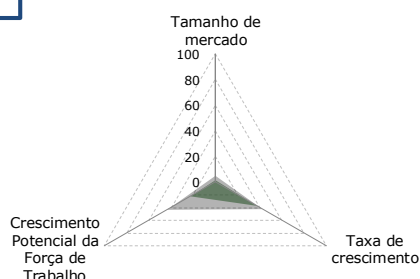
Inovação

Posição:
23



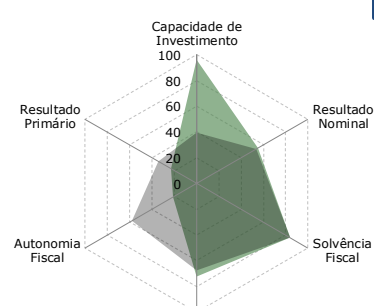
Potencial de Mercado

Posição:
24



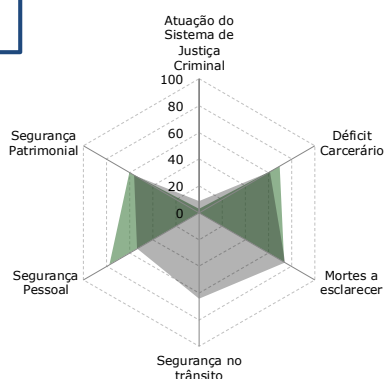
Solidez Fiscal

Posição:
6



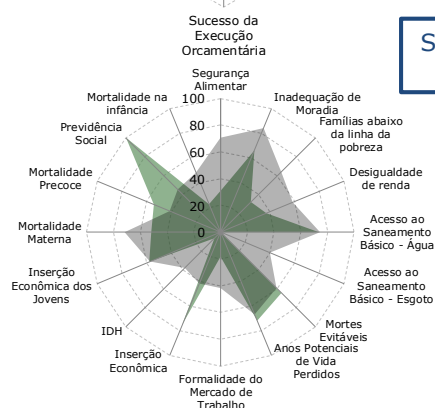
Segurança Pública

Posição:
14



Sustentabilidade Social

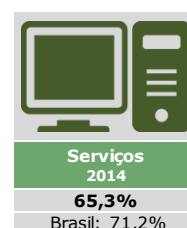
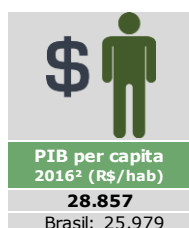
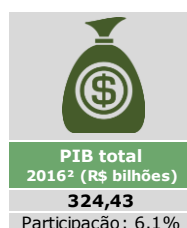
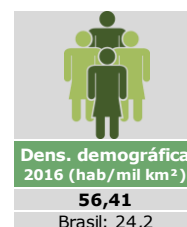
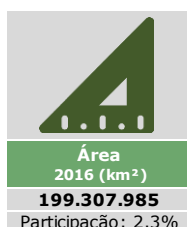
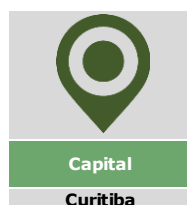
Posição:
21



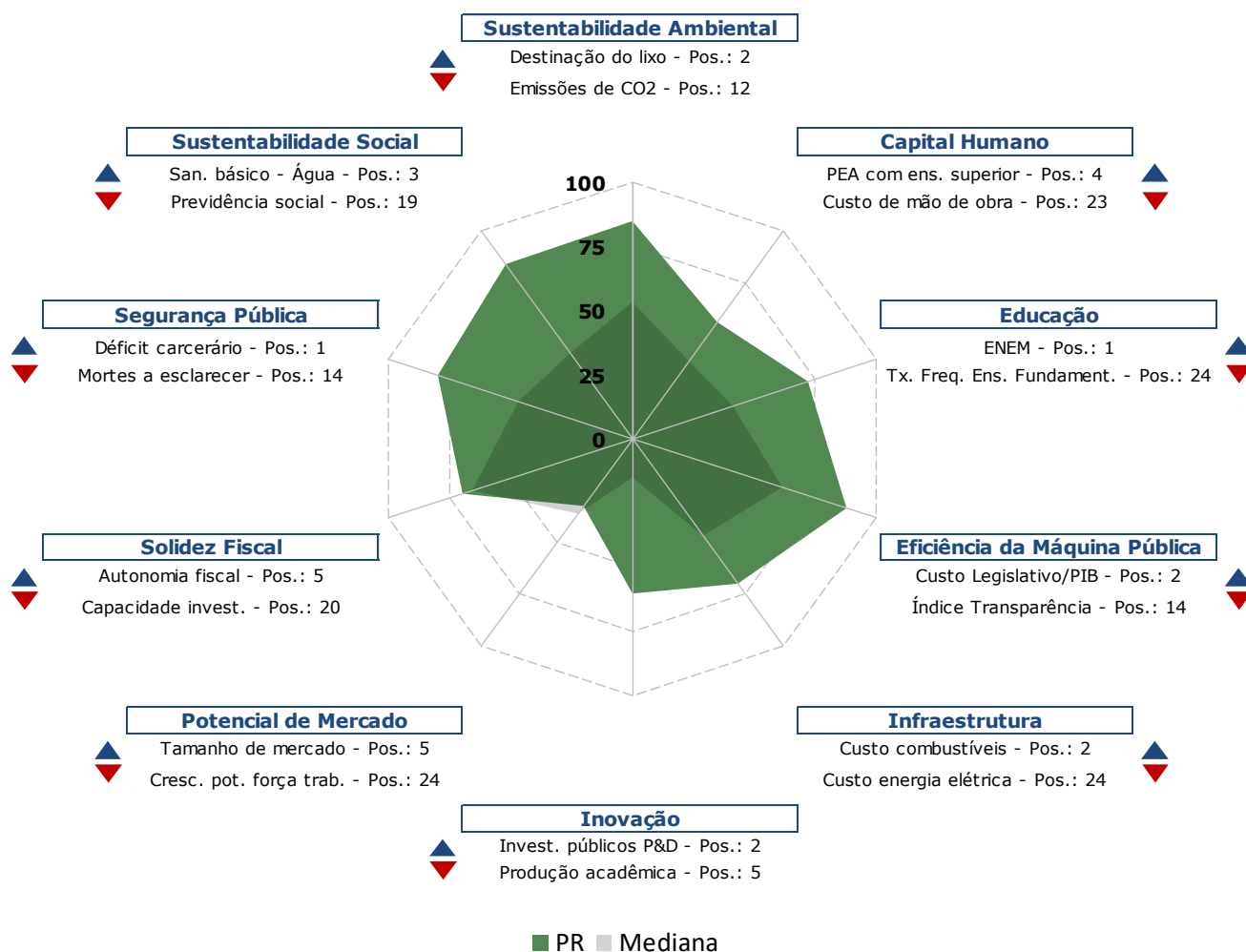


Paraná

Posição no Ranking Geral: 3



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



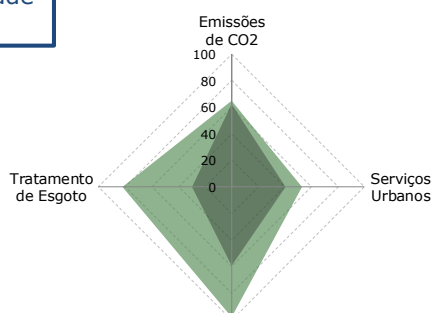
Paraná

Posição no Ranking Geral: 3

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

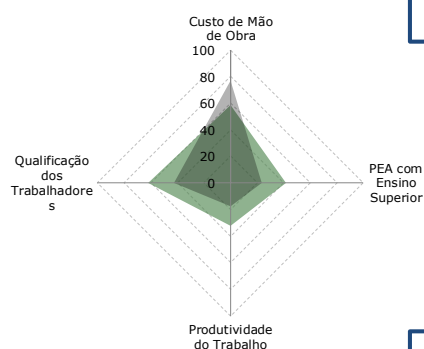
2



Capital Humano

Posição

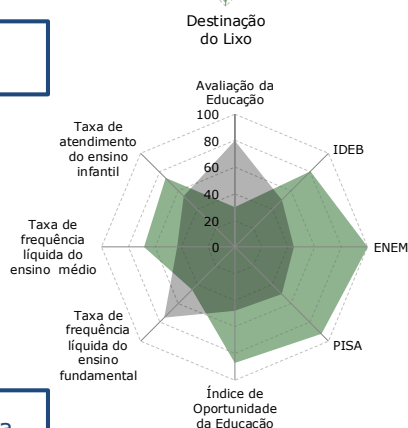
7



Educação

Posição

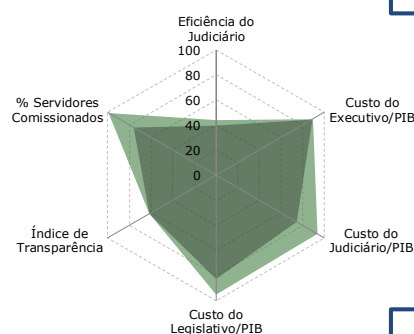
6



Eficiência da Máquina Pública

Posição

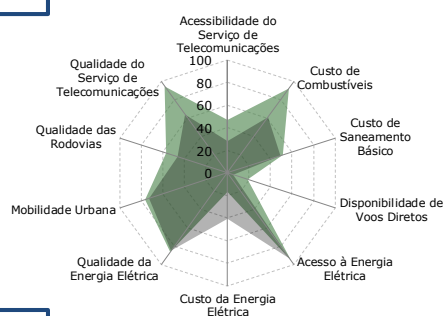
6



Infraestrutura

Posição

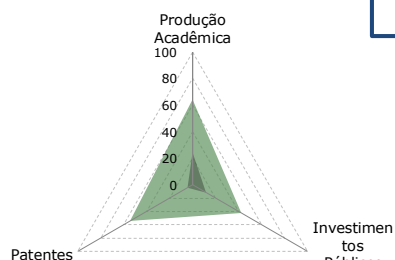
2



Inovação

Posição

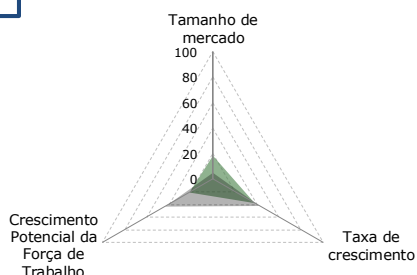
5



Potencial de Mercado

Posição

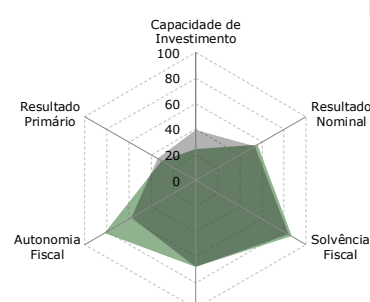
18



Solidez Fiscal

Posição

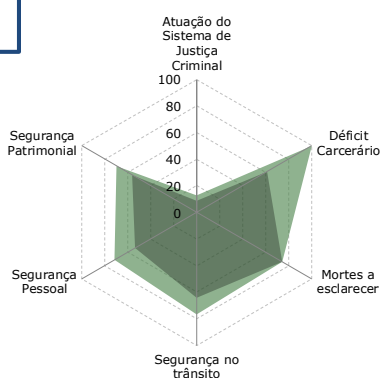
12



Segurança Pública

Posição

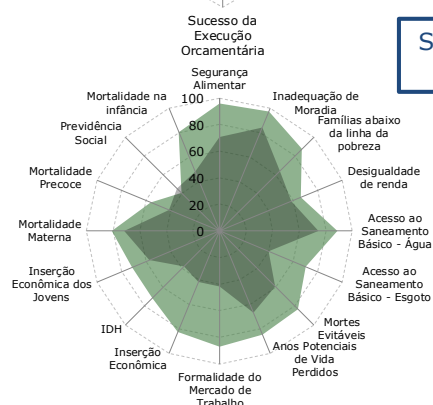
4



Sustentabilidade Social

Posição

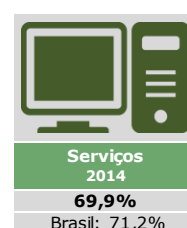
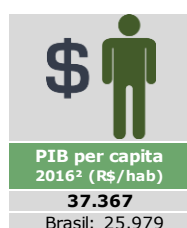
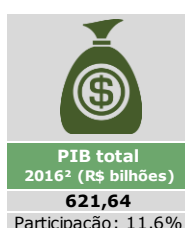
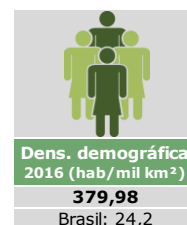
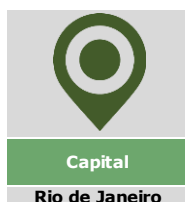
5



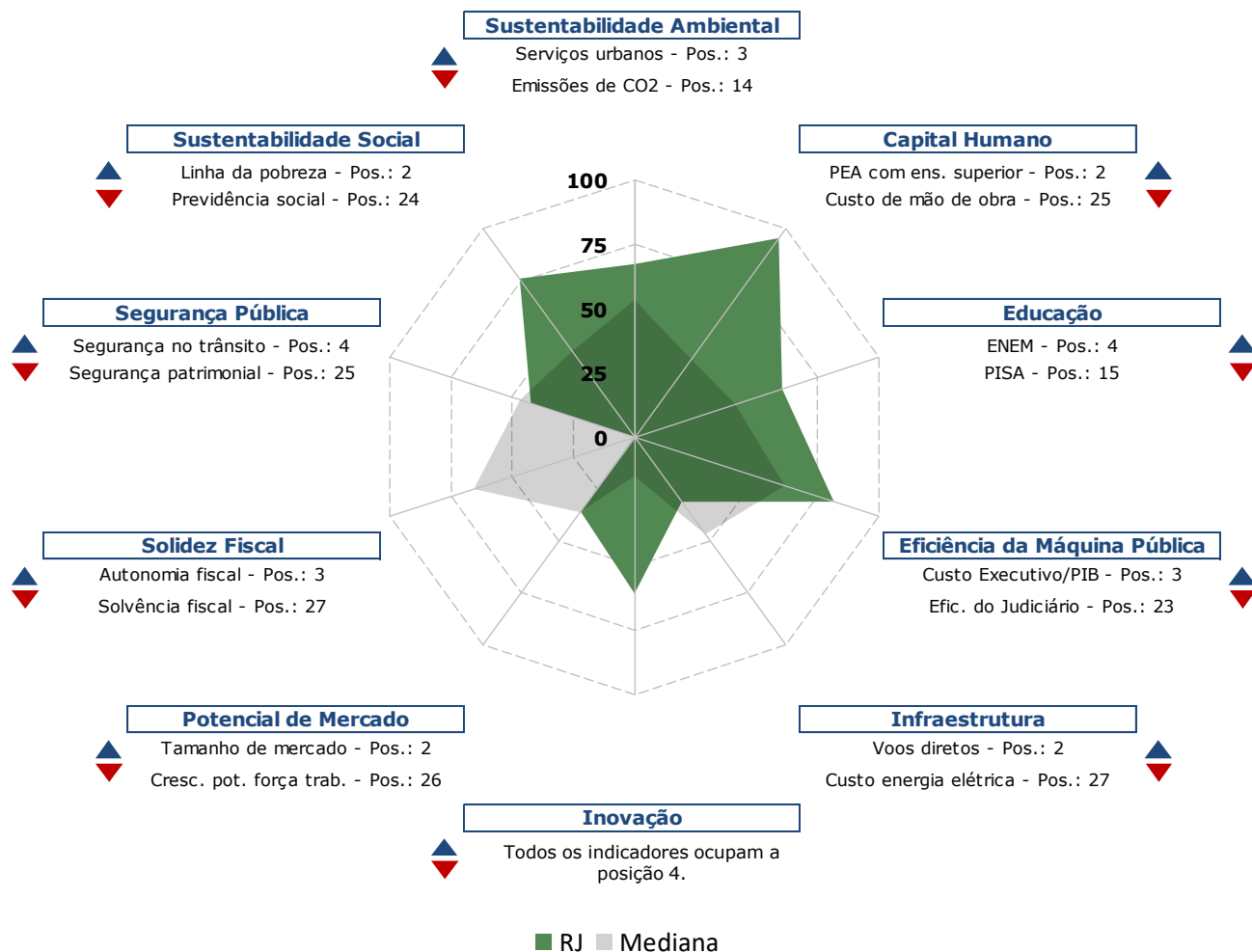


Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 9



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



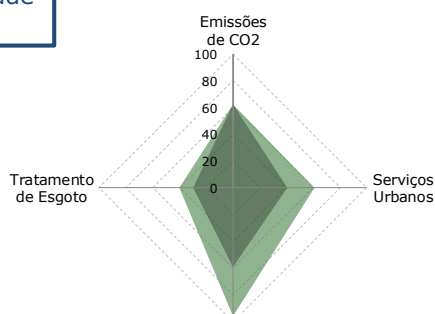
Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 9

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

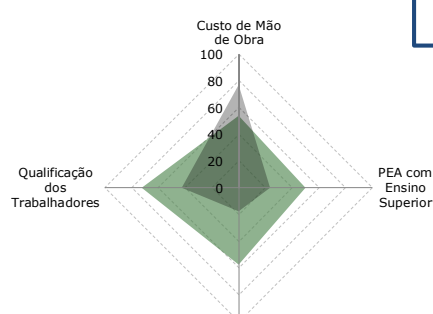
5



Capital Humano

Posição

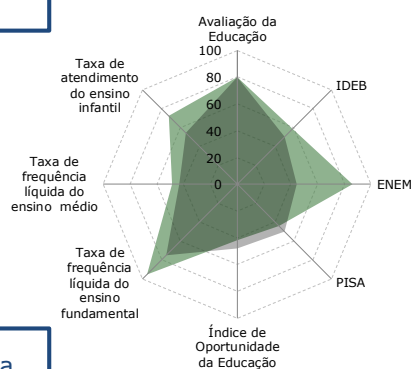
2



Educação

Posição

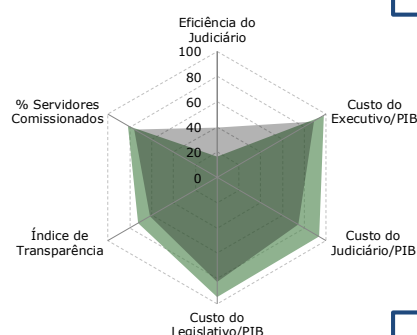
8



Eficiência da Máquina Pública

Posição

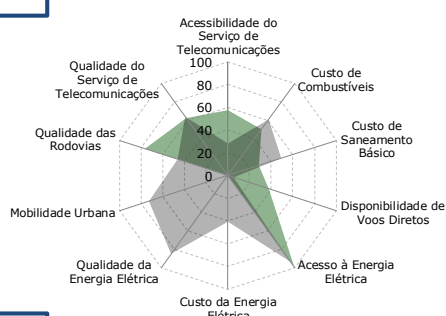
8



Infraestrutura

Posição

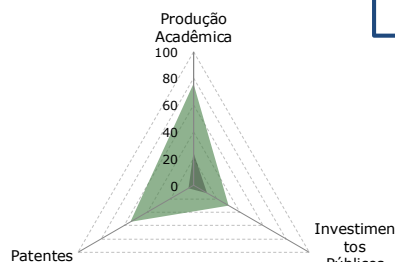
22



Inovação

Posição

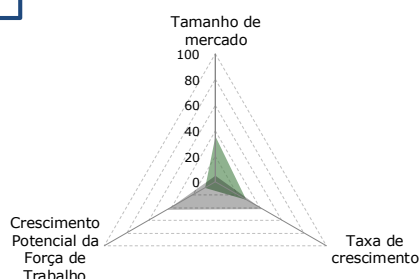
4



Potencial de Mercado

Posição

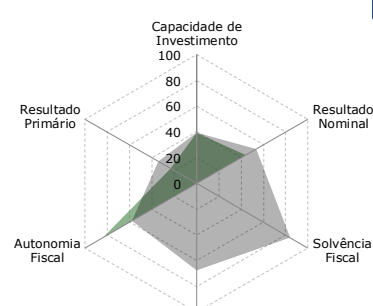
15



Solidez Fiscal

Posição

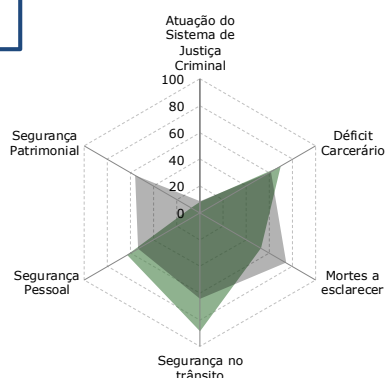
27



Segurança Pública

Posição

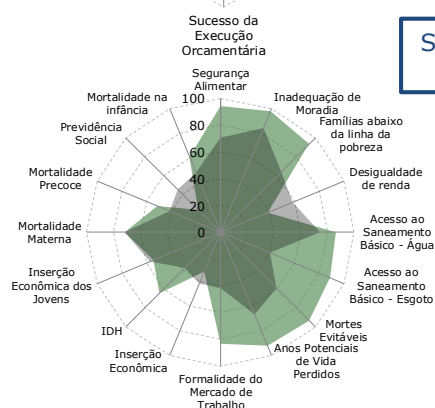
16



Sustentabilidade Social

Posição

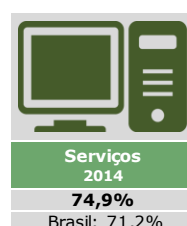
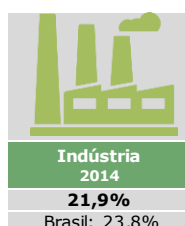
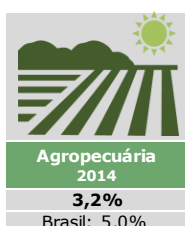
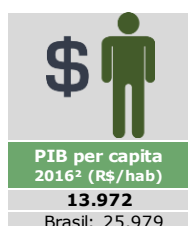
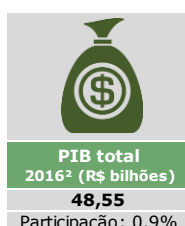
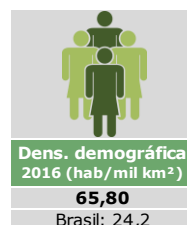
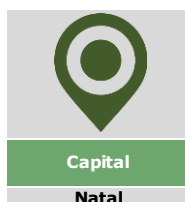
7



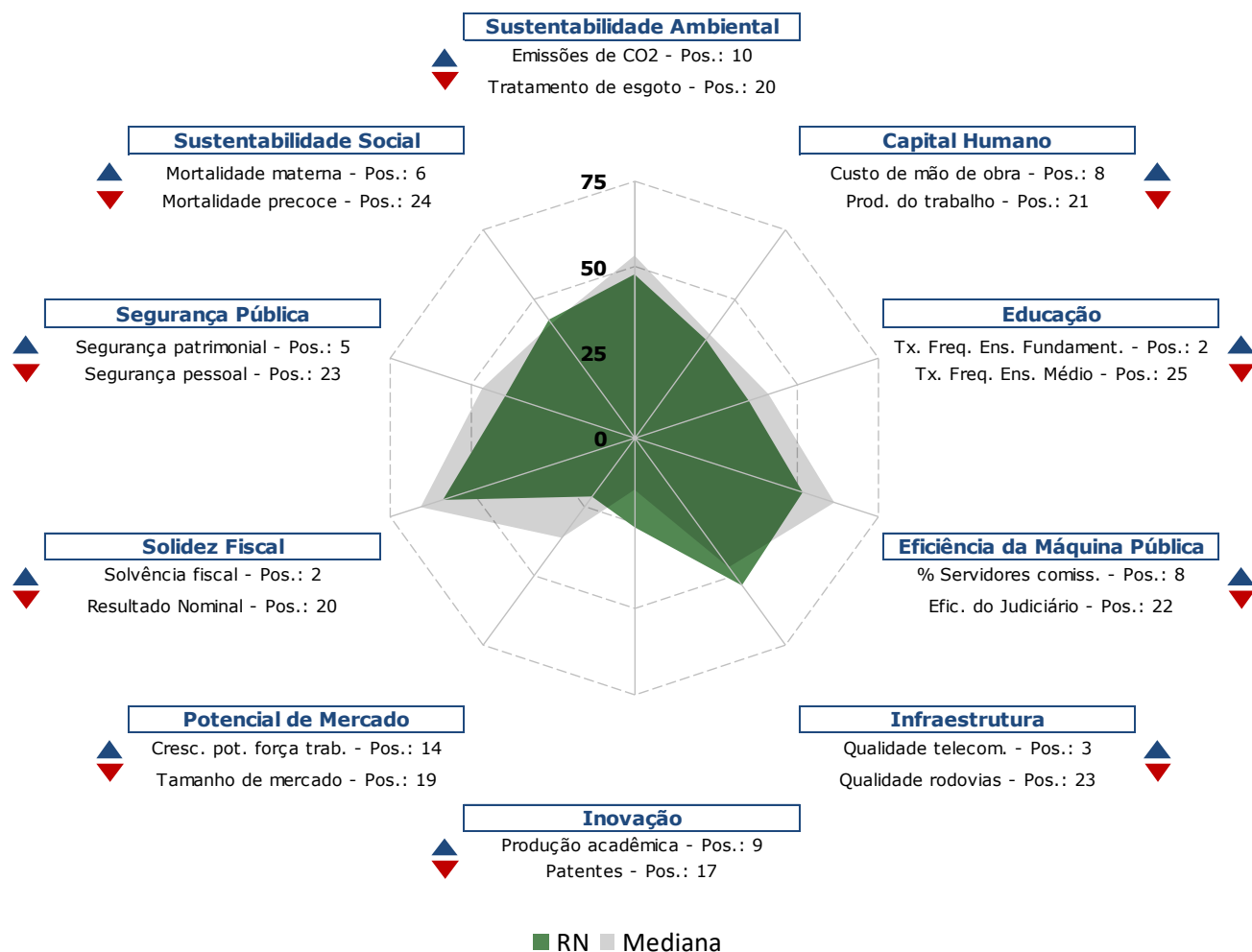


Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 15



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

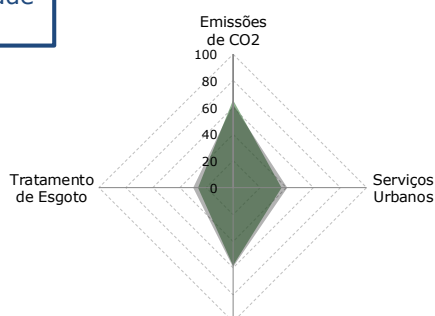


Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 15

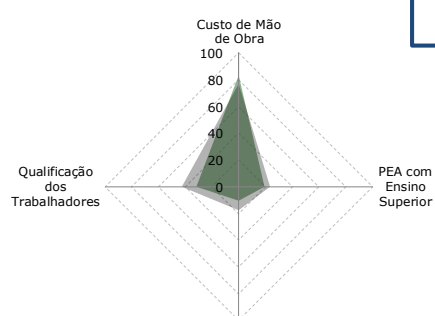
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
18



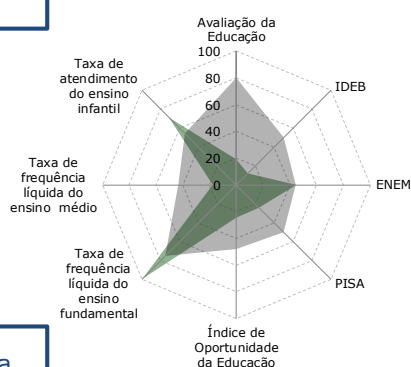
Capital Humano

Posição:
15



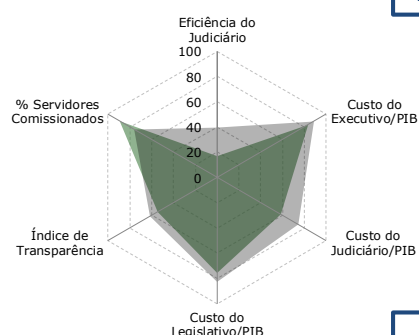
Educação

Posição:
17



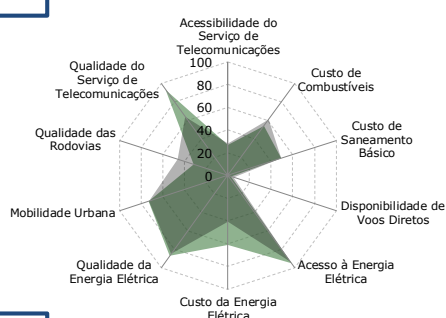
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
18



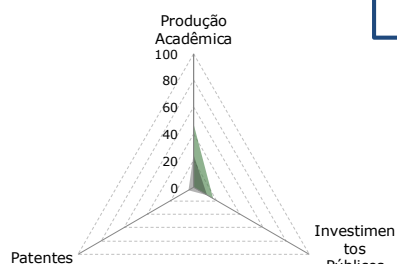
Infraestrutura

Posição:
10



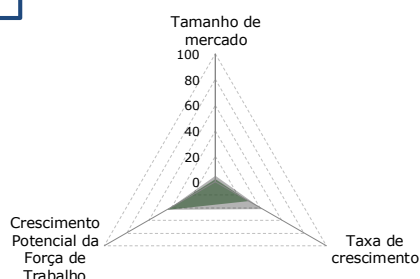
Inovação

Posição:
10



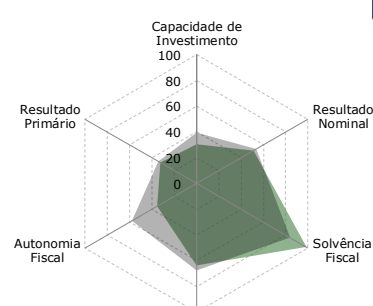
Potencial de Mercado

Posição:
21



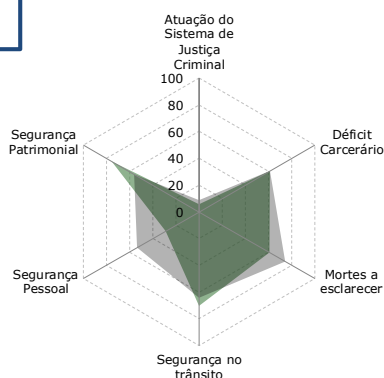
Solidez Fiscal

Posição:
18



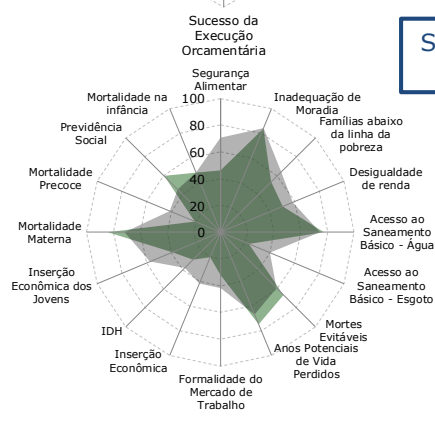
Segurança Pública

Posição:
17



Sustentabilidade Social

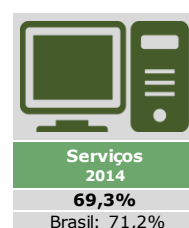
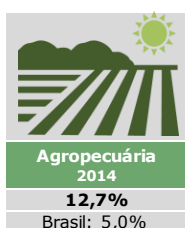
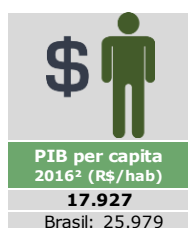
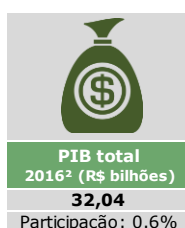
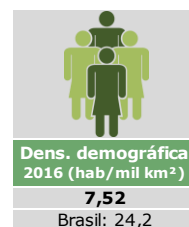
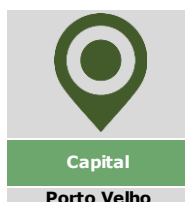
Posição:
13



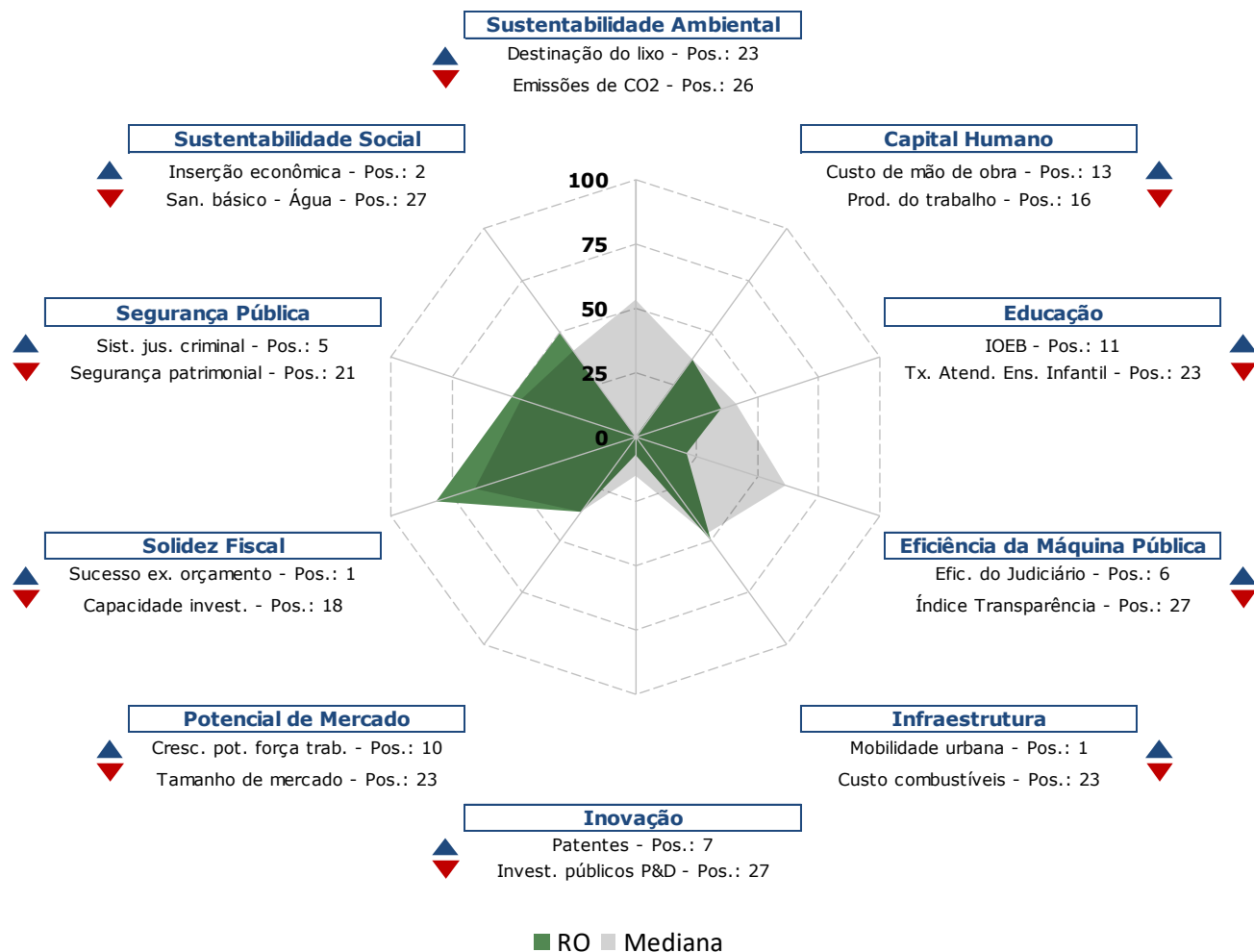


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 17



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

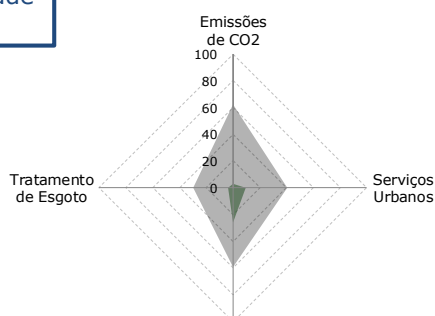


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 17

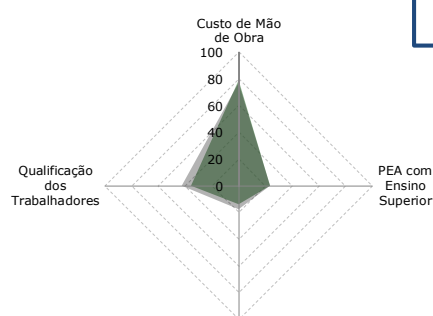
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
27



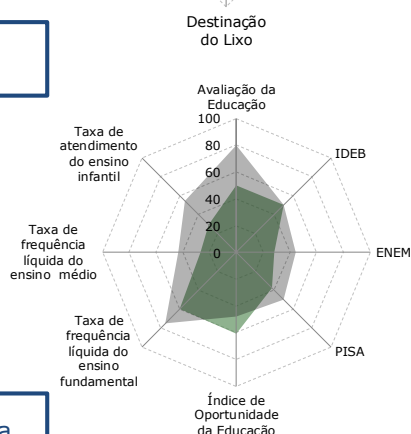
Capital Humano

Posição:
14



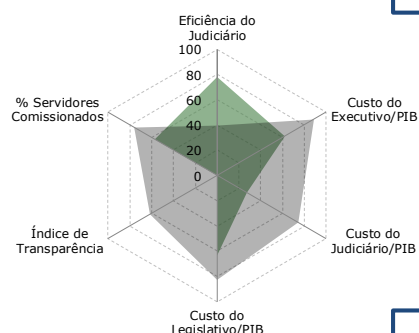
Educação

Posição:
18



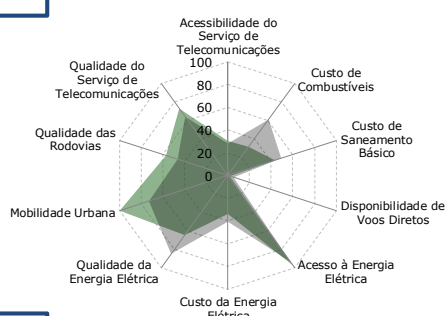
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
24



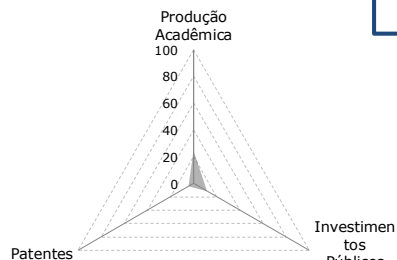
Infraestrutura

Posição:
13



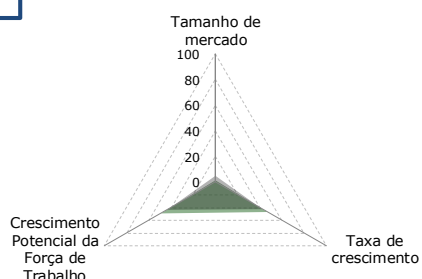
Inovação

Posição:
24



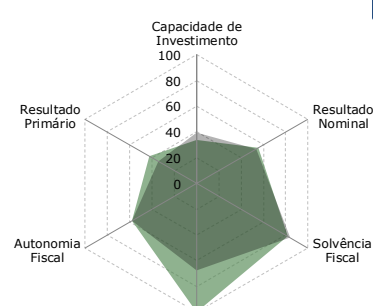
Potencial de Mercado

Posição:
14



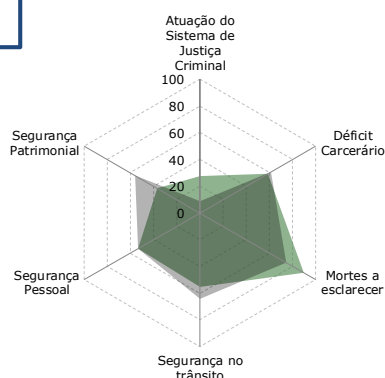
Solidez Fiscal

Posição:
4



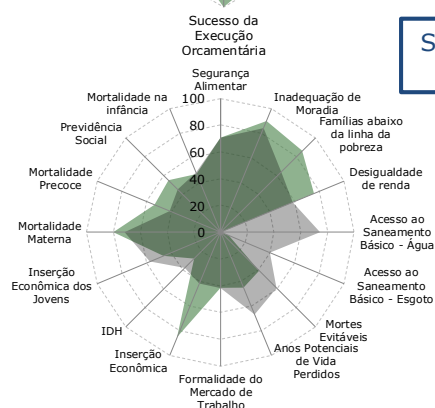
Segurança Pública

Posição:
12



Sustentabilidade Social

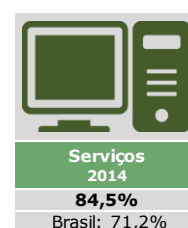
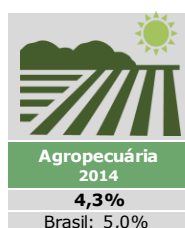
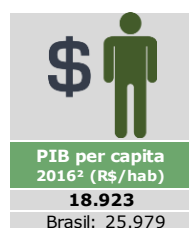
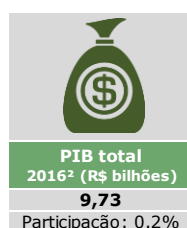
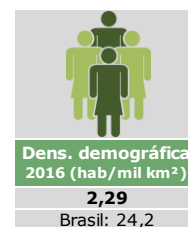
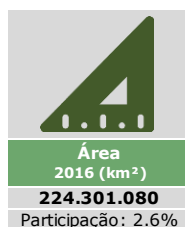
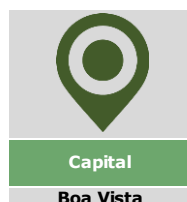
Posição:
12



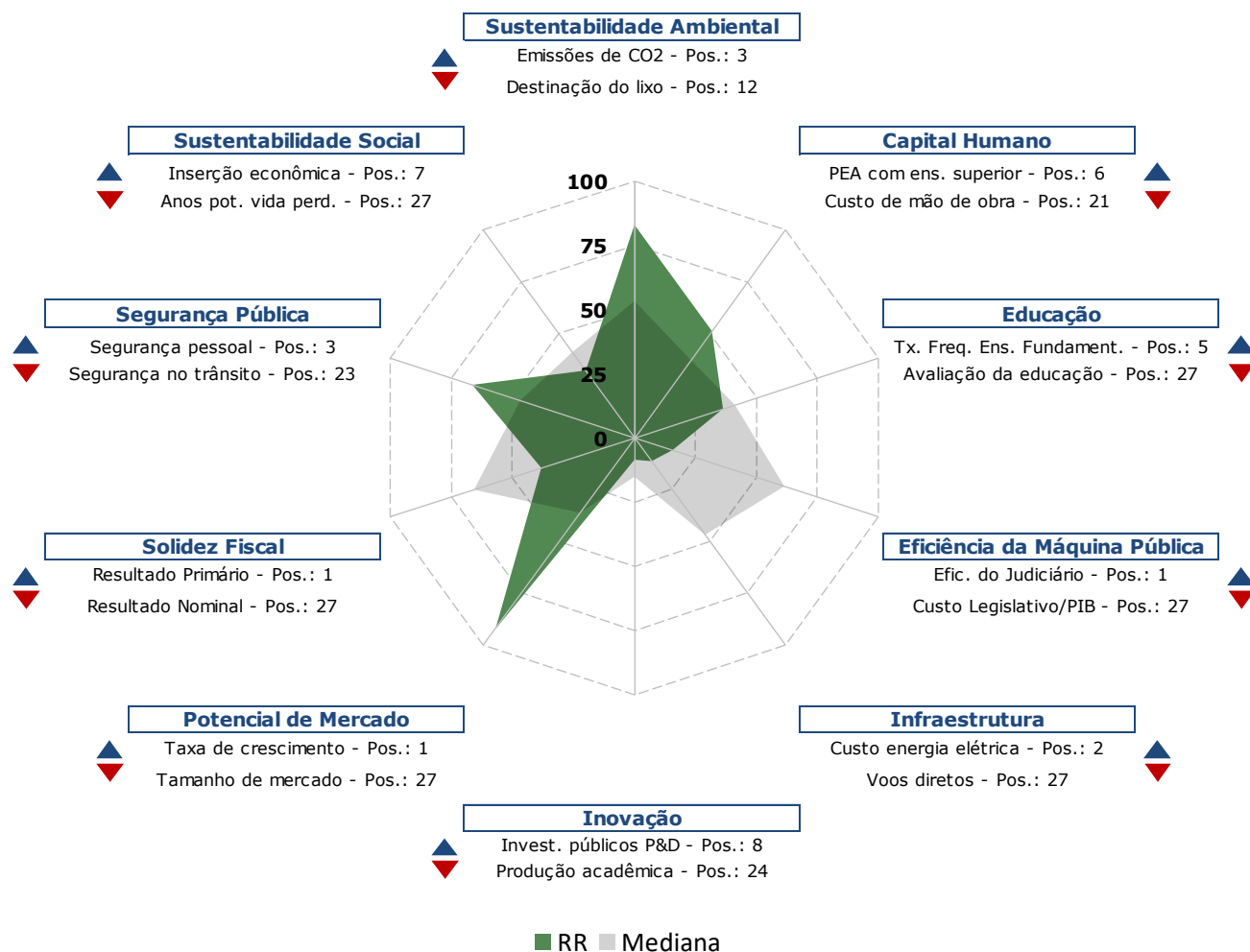


Roraima

Posição no Ranking Geral: 14



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



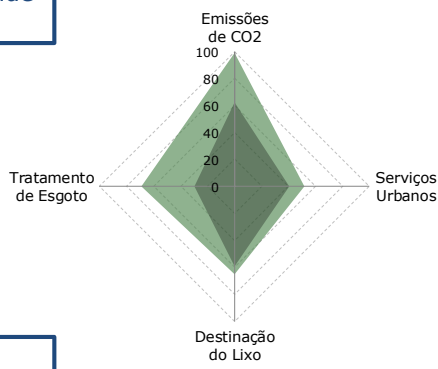
Roraima

Posição no Ranking Geral: 14

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

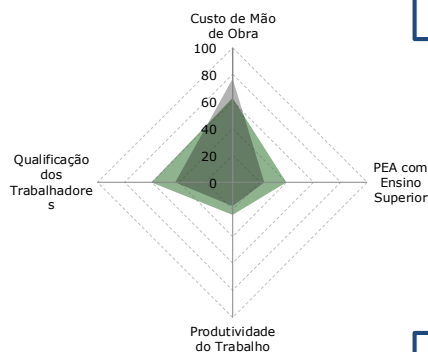
3



Capital Humano

Posição:

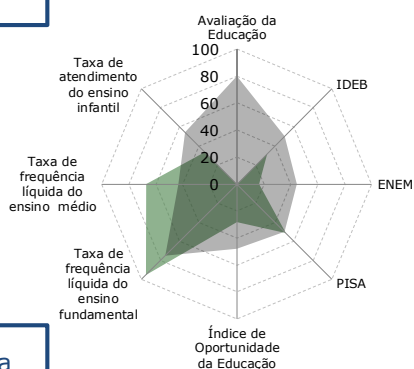
9



Educação

Posição:

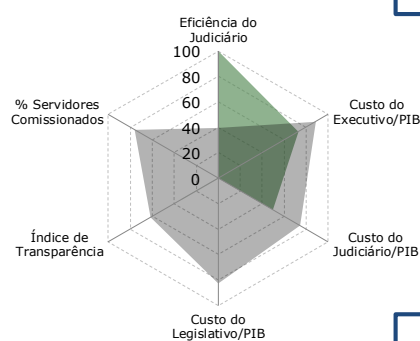
16



Eficiência da Máquina Pública

Posição:

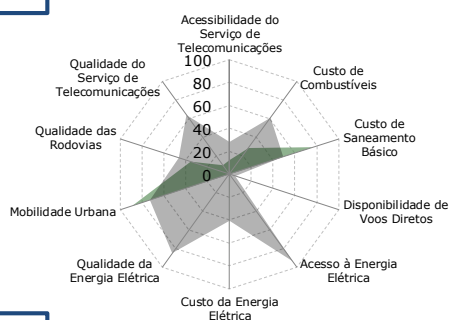
25



Infraestrutura

Posição:

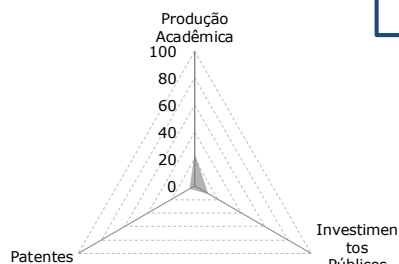
25



Inovação

Posição:

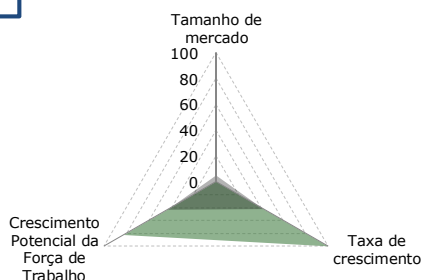
22



Potencial de Mercado

Posição:

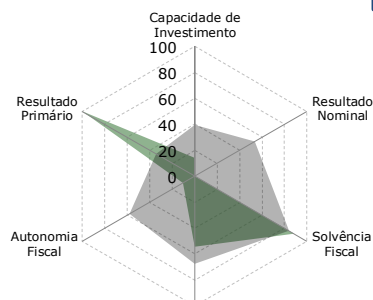
2



Solidez Fiscal

Posição:

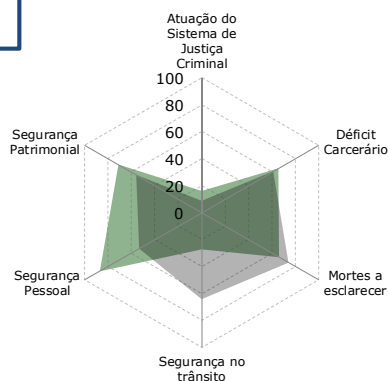
24



Segurança Pública

Posição:

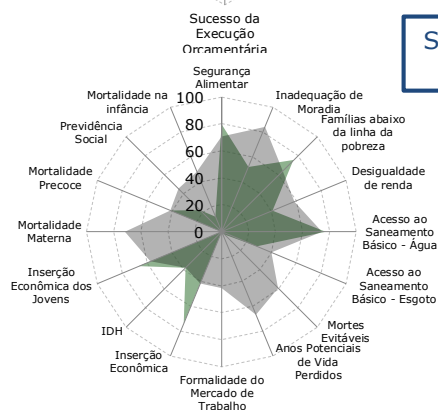
7



Sustentabilidade Social

Posição:

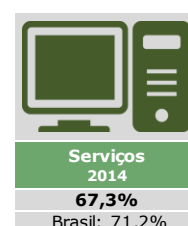
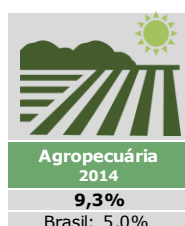
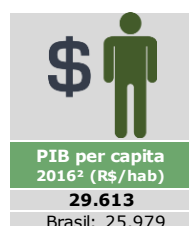
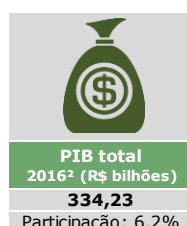
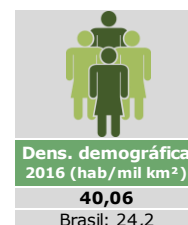
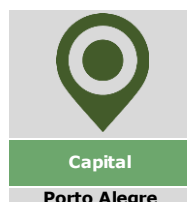
20



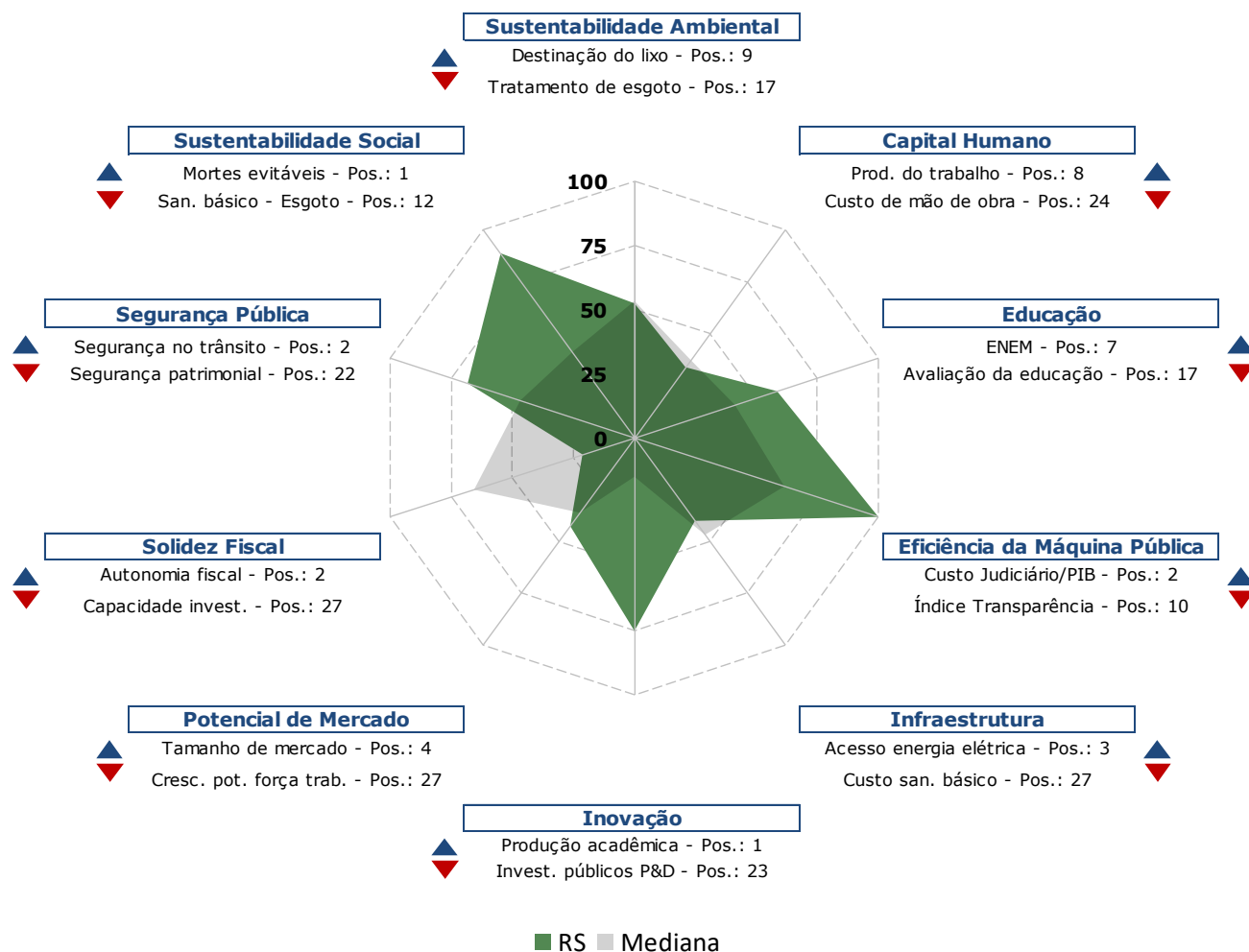


Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 7



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

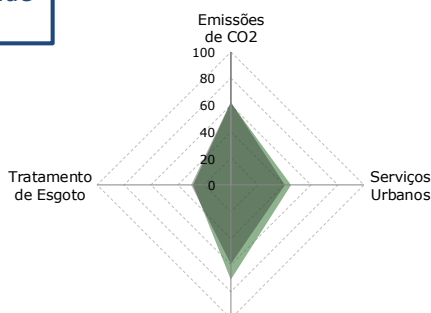


Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 7

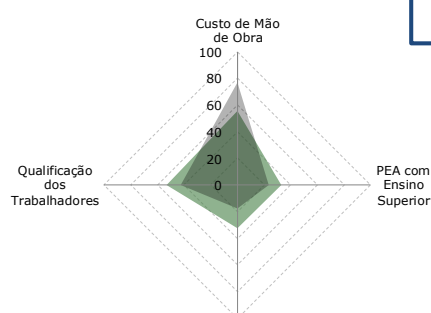
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
15



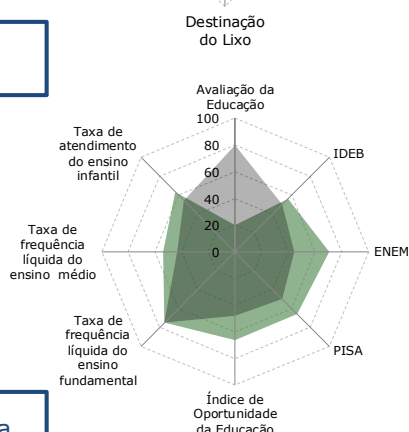
Capital Humano

Posição:
18



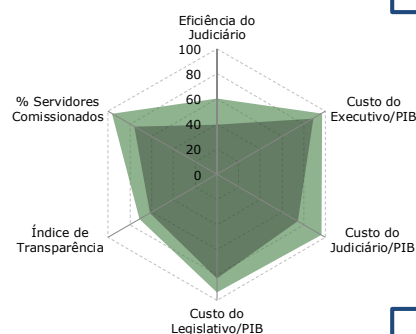
Educação

Posição:
10



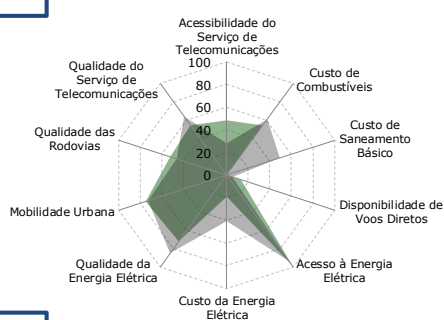
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
1



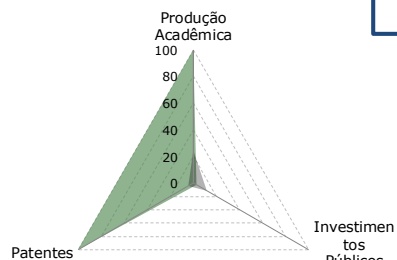
Infraestrutura

Posição:
18



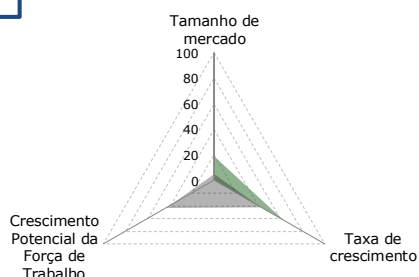
Inovação

Posição:
2



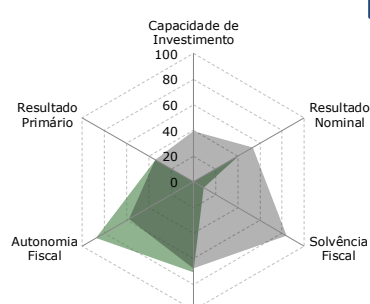
Potencial de Mercado

Posição:
11



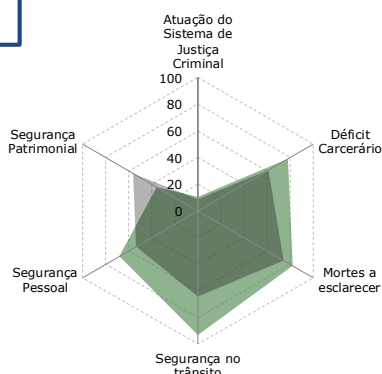
Solidez Fiscal

Posição:
26



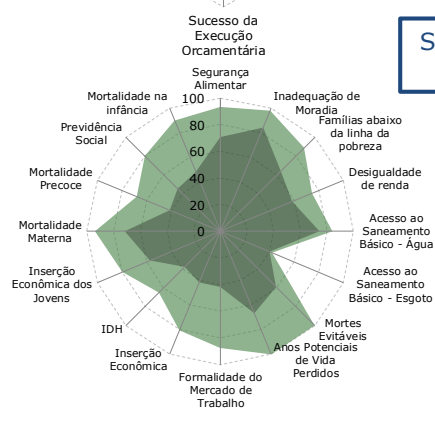
Segurança Pública

Posição:
6



Sustentabilidade Social

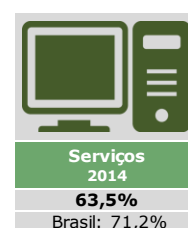
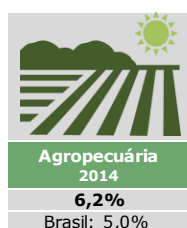
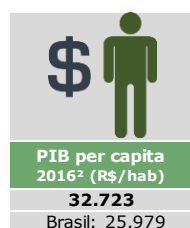
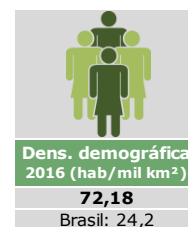
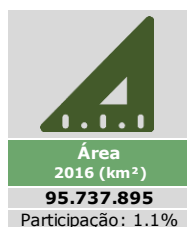
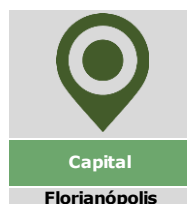
Posição:
3



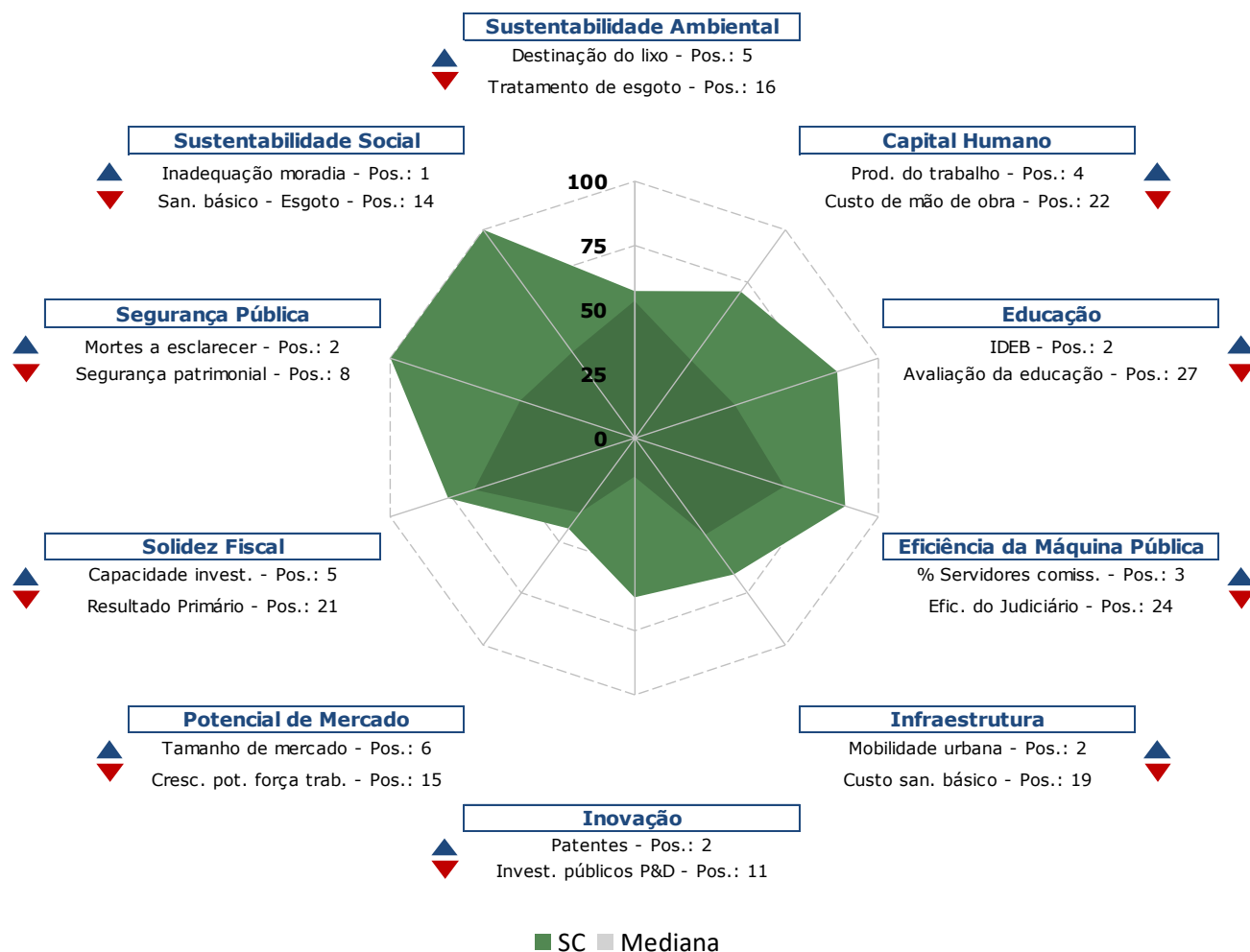


Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



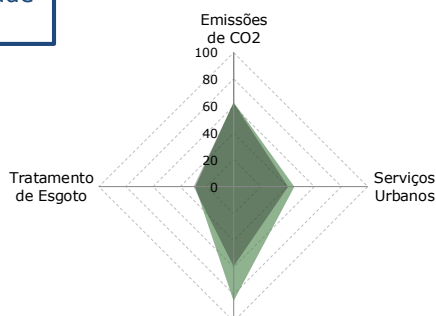
Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

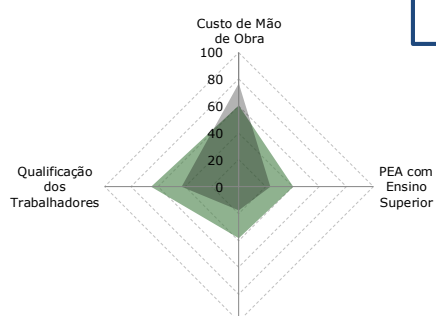
11



Capital Humano

Posição:

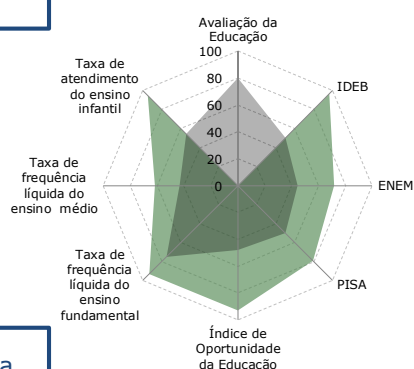
3



Educação

Posição:

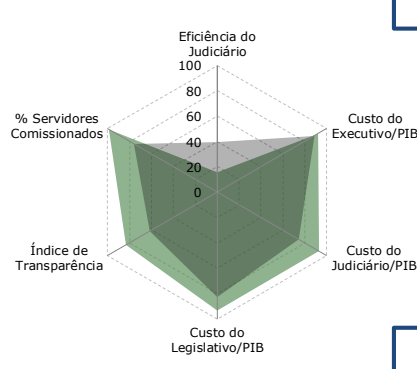
3



Eficiência da Máquina Pública

Posição:

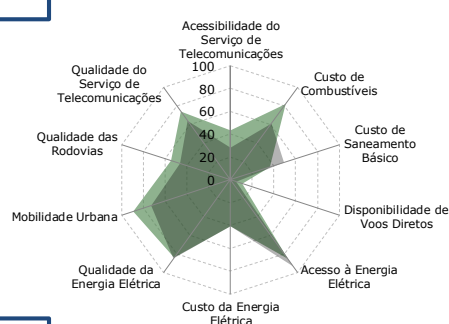
7



Infraestrutura

Posição:

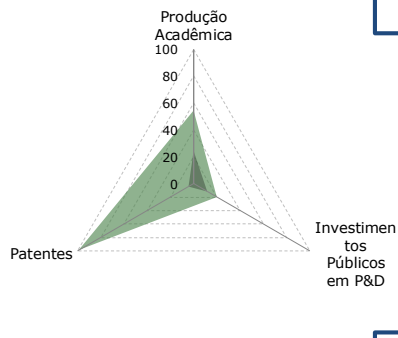
3



Inovação

Posição:

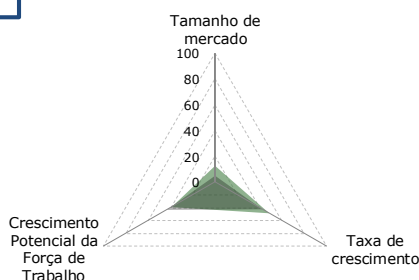
3



Potencial de Mercado

Posição:

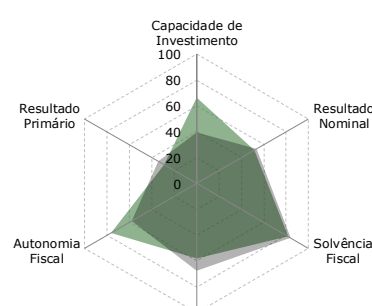
10



Solidez Fiscal

Posição:

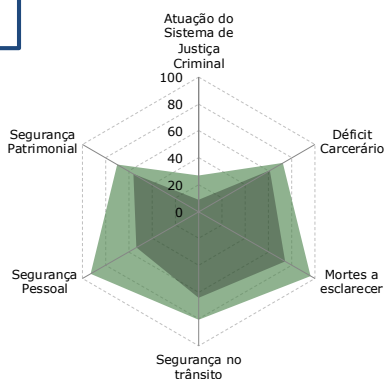
7



Segurança Pública

Posição:

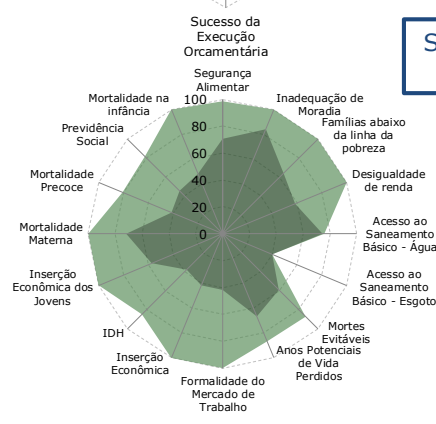
1



Sustentabilidade Social

Posição:

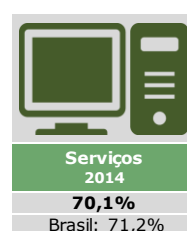
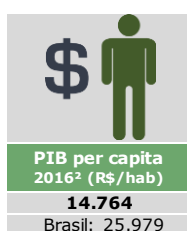
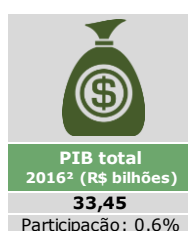
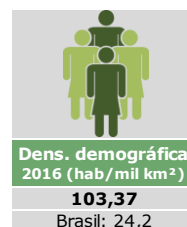
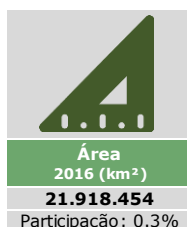
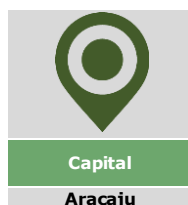
1



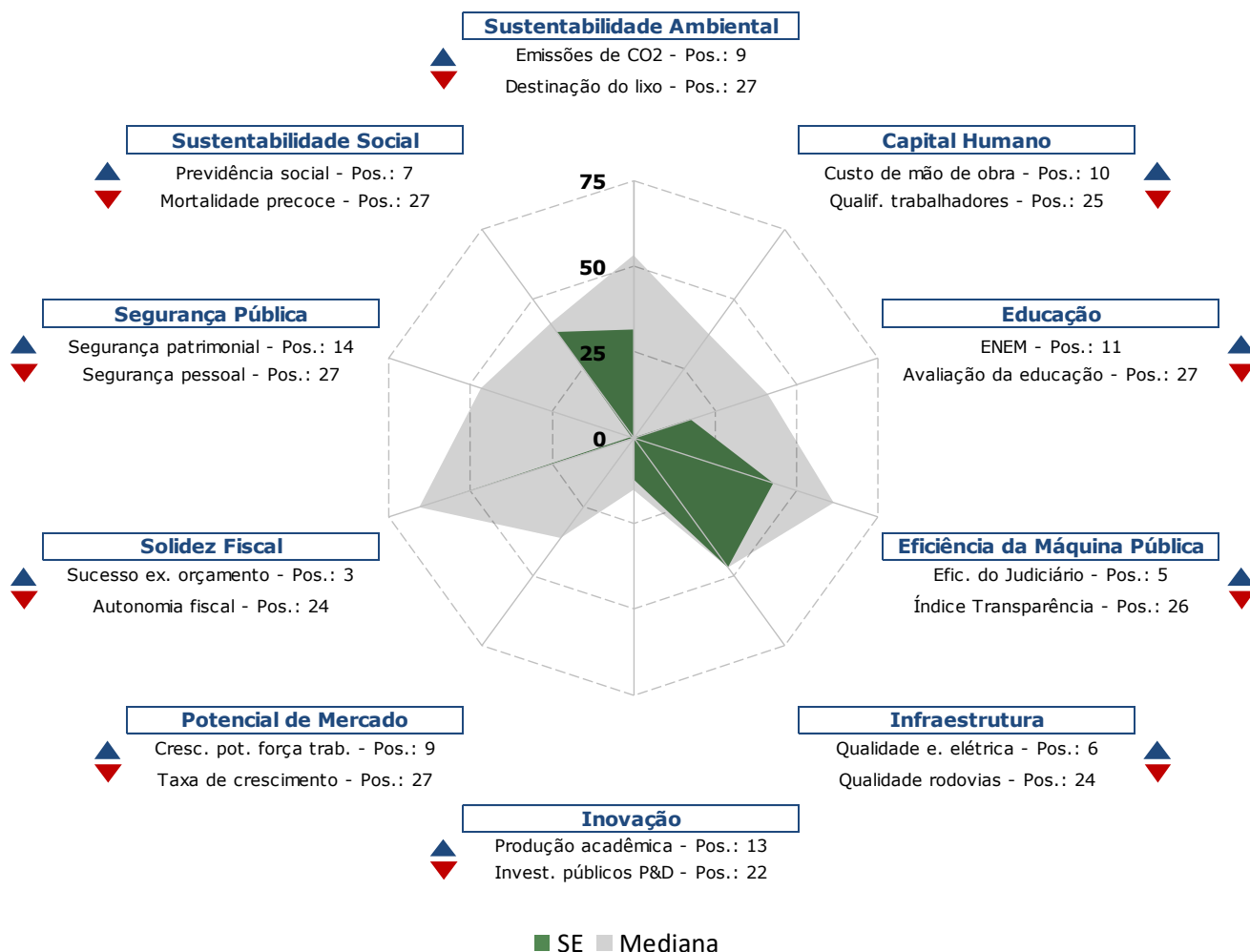


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 27



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

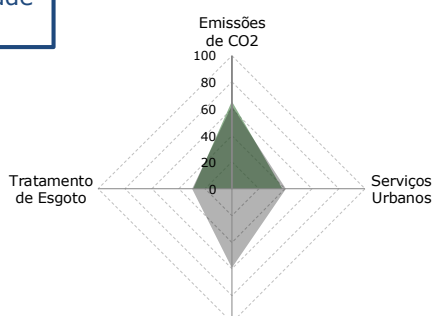


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 27

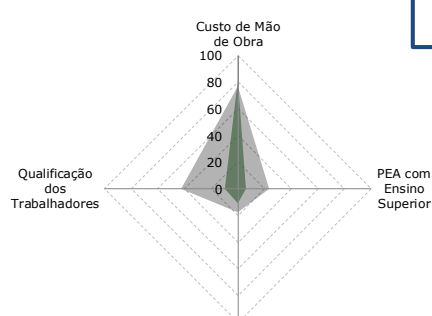
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
22



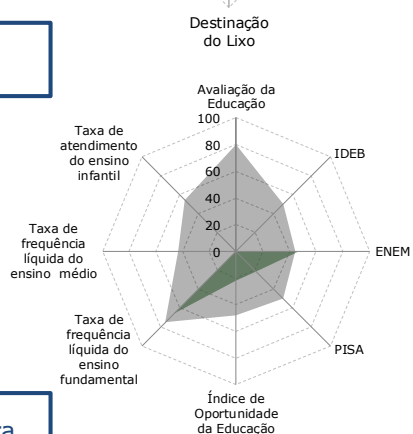
Capital Humano

Posição:
27



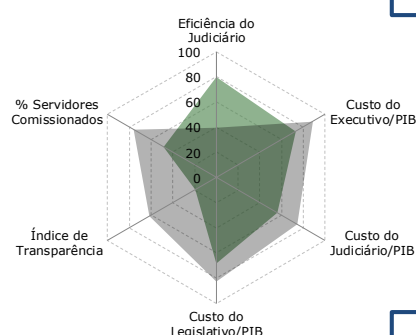
Educação

Posição:
24



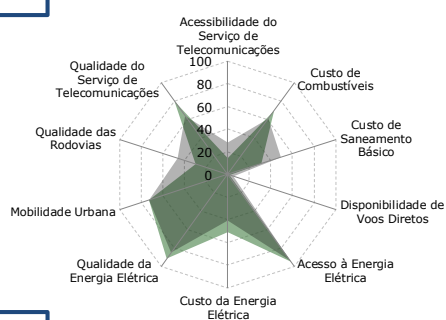
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
19



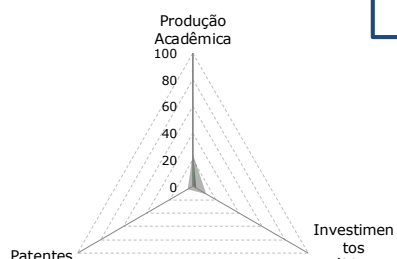
Infraestrutura

Posição:
14



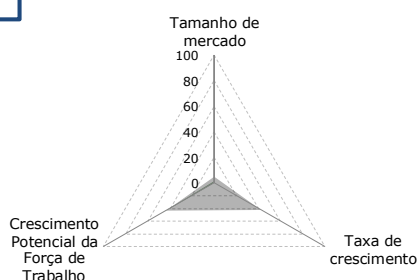
Inovação

Posição:
16



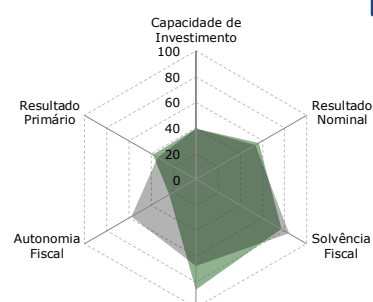
Potencial de Mercado

Posição:
27



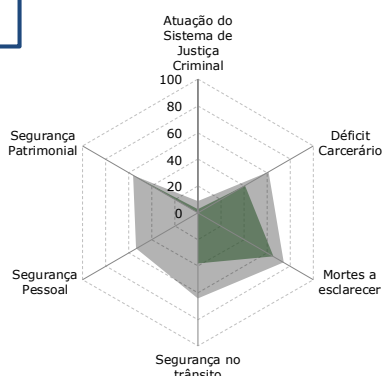
Solidez Fiscal

Posição:
17



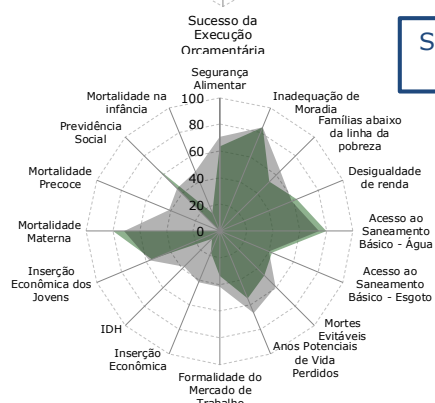
Segurança Pública

Posição:
26



Sustentabilidade Social

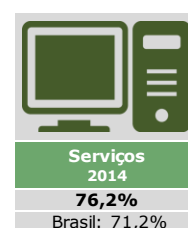
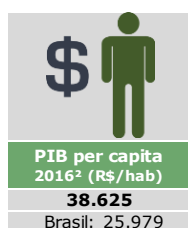
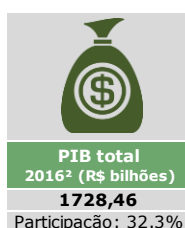
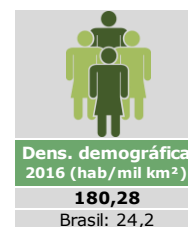
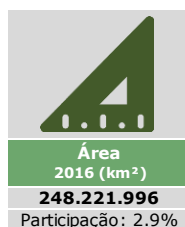
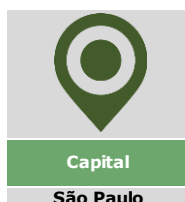
Posição:
17



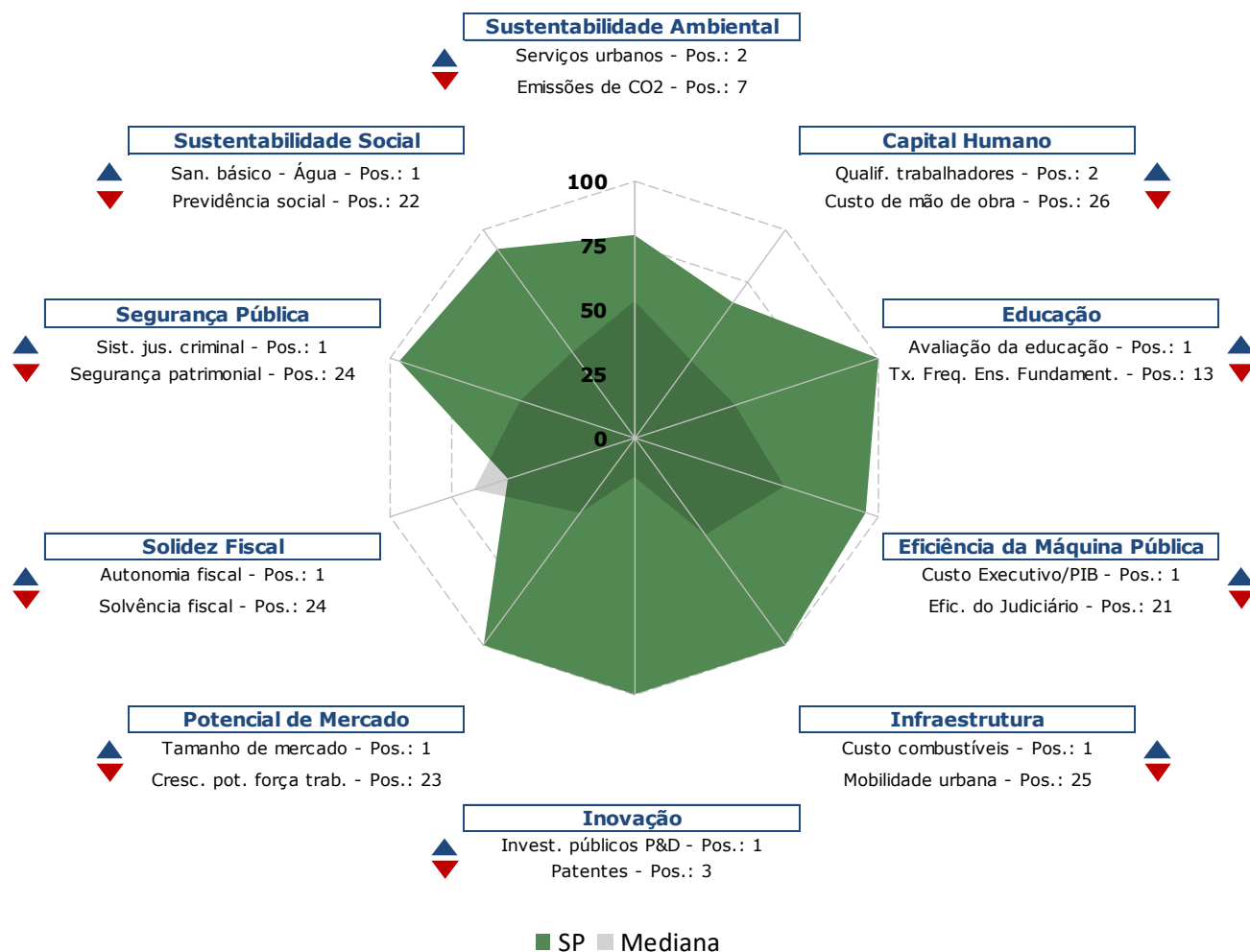


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).



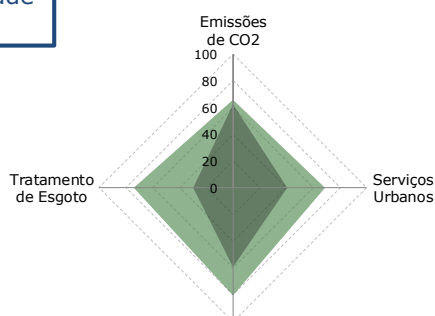
São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1

Sustentabilidade Ambiental

Posição:

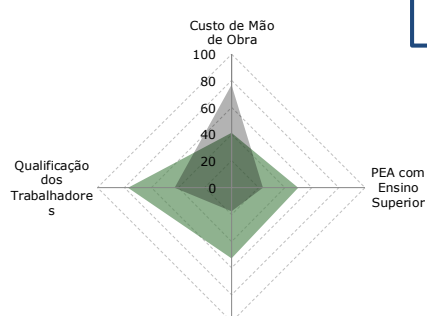
4



Capital Humano

Posição

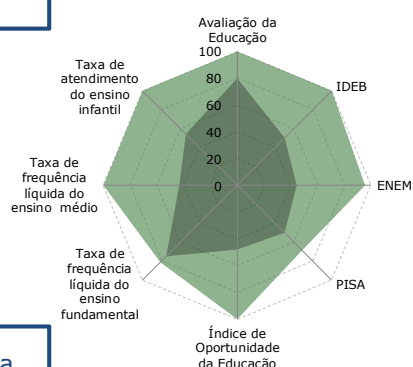
5



Educação

Posição

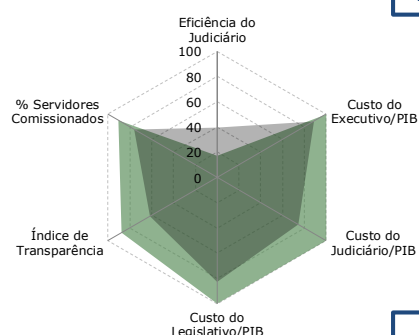
1



Eficiência da Máquina Pública

Posição

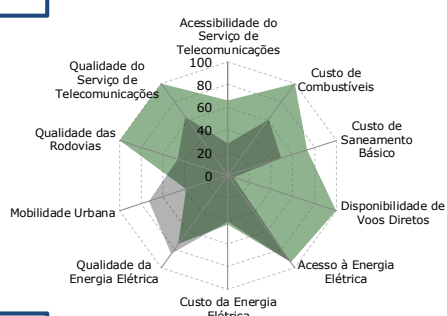
2



Infraestrutura

Posição

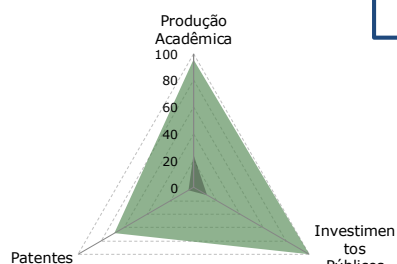
1



Inovação

Posição

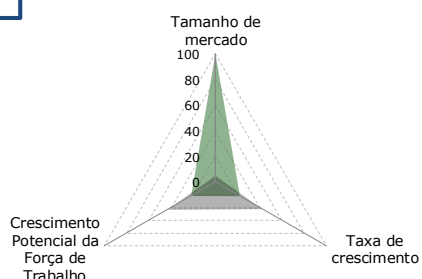
1



Potencial de Mercado

Posição

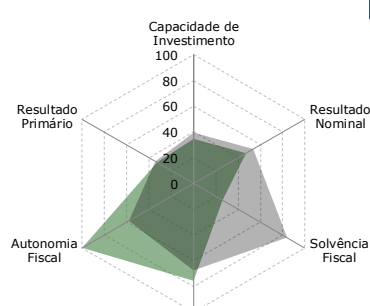
1



Solidez Fiscal

Posição

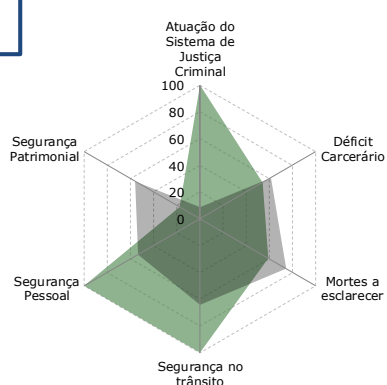
21



Segurança Pública

Posição

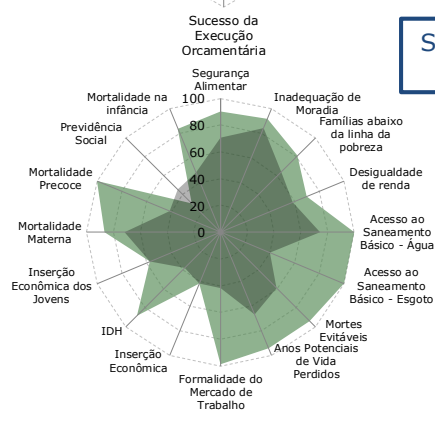
2



Sustentabilidade Social

Posição

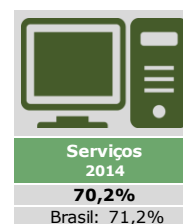
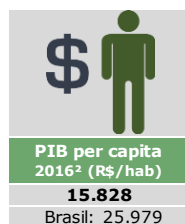
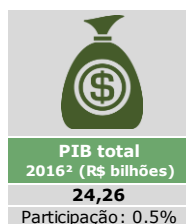
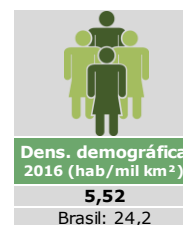
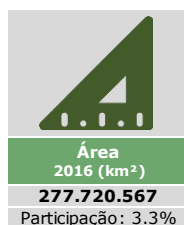
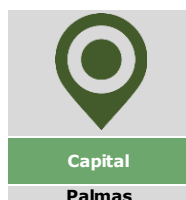
2



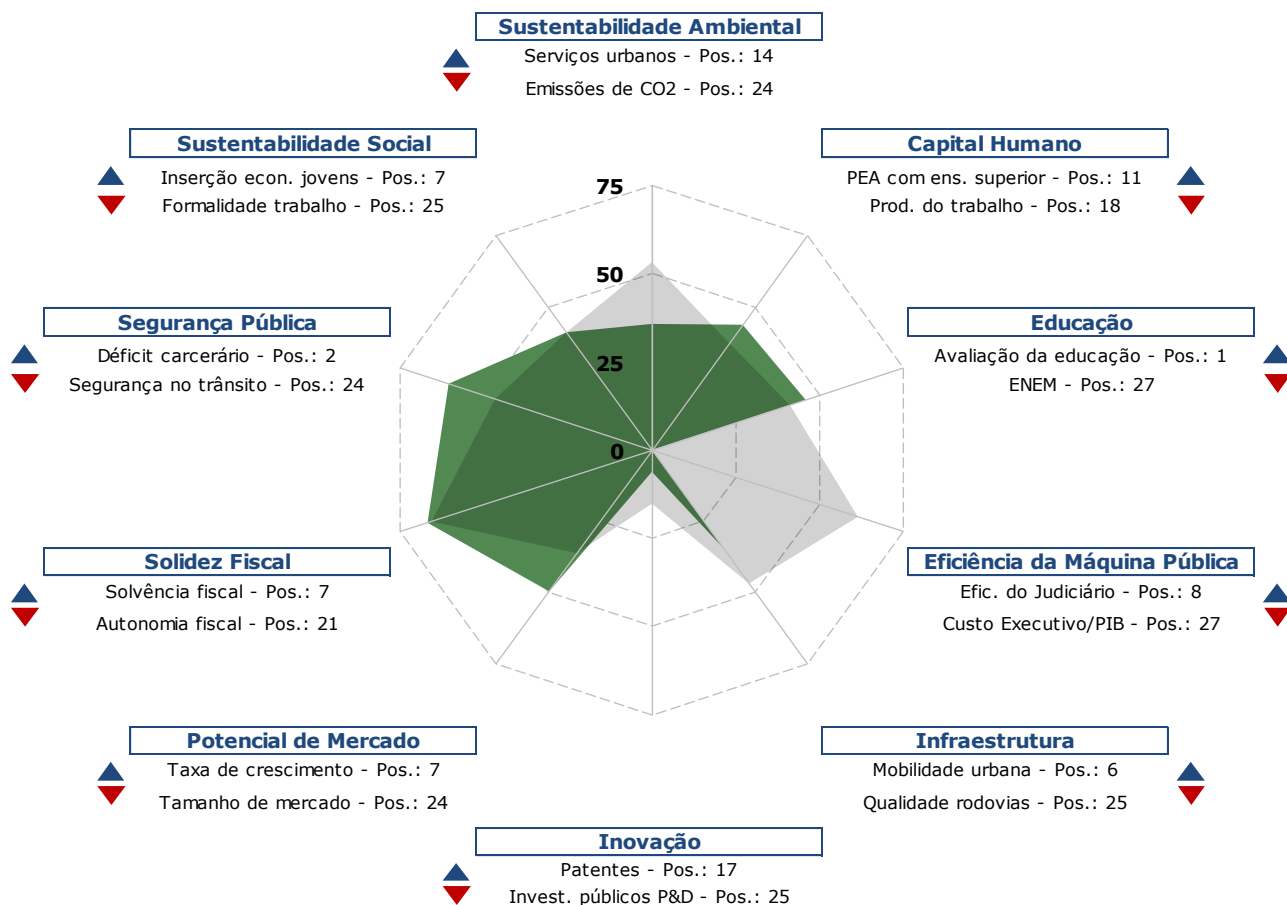


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 16



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências (preços constantes de 2014).

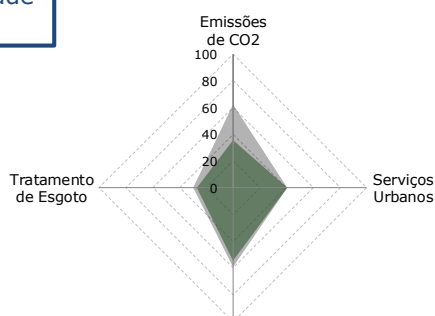


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 16

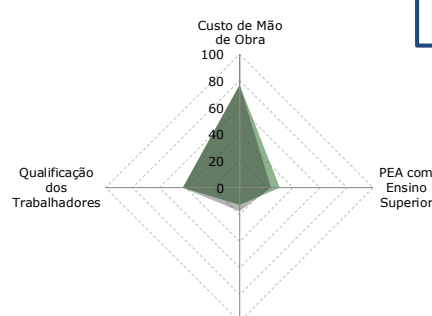
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
21



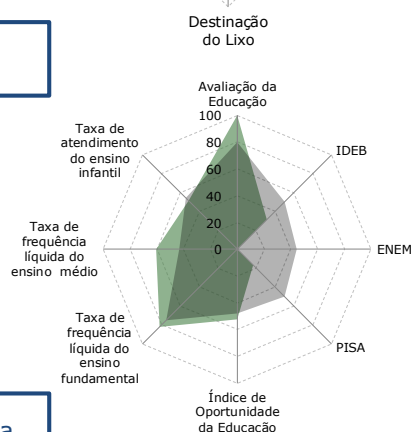
Capital Humano

Posição:
12



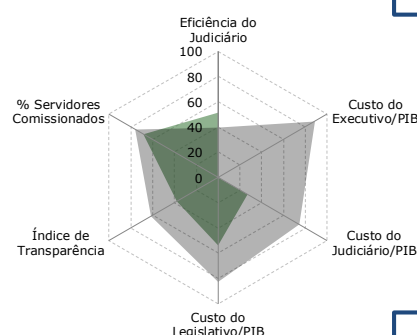
Educação

Posição:
13



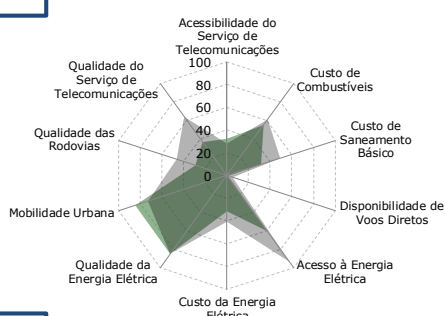
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
27



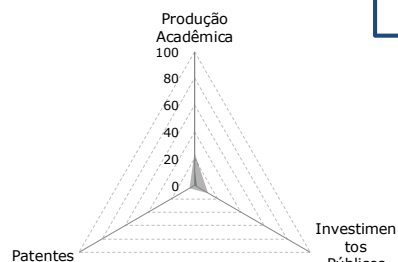
Infraestrutura

Posição:
21



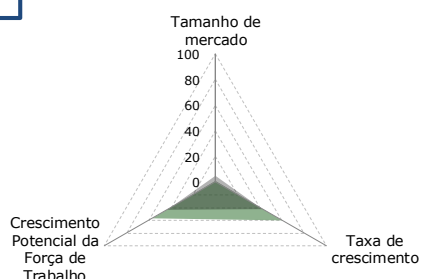
Inovação

Posição:
25



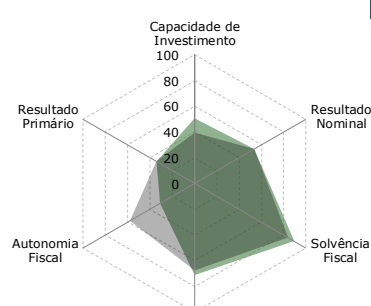
Potencial de Mercado

Posição:
7



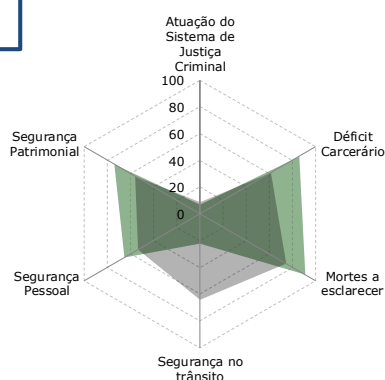
Solidez Fiscal

Posição:
13



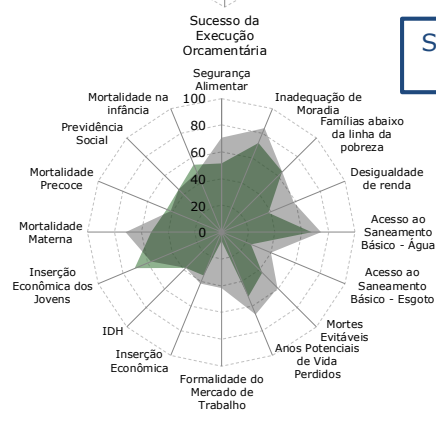
Segurança Pública

Posição:
10



Sustentabilidade Social

Posição:
14





ANEXOS

Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings

1.1 A relação desempenho socioeconômico x resultado das urnas

Um dos temas principais da ciência política contemporânea é o estudo do comportamento eleitoral e a capacidade de os cidadãos avaliarem seus governantes em regimes democráticos, utilizando-se do voto como instrumento.

A teoria do voto contempla algumas linhas de investigação sobre o assunto, dentre as quais a teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs. Esta teoria coloca sua mensagem de forma muito simples: *“se tivermos um incentivo econômico ou social compensatório participamos do processo político, caso contrário, é melhor nos ocuparmos com outras coisas”* (DOWNS, 1957¹).

Segundo Downs, partidos políticos e eleitores atuam racionalmente, à semelhança de empresários e consumidores. Partidos definem os objetivos e os meios de sua ação visando maximizar seus votos, enquanto os eleitores decidem como votar e como influir diretamente na formulação de políticas governamentais visando maximizar suas utilidades.

Essa interação entre políticos e eleitores pode ser interpretada, do ponto de vista da teoria econômica, como uma relação agente-principal. O governante pode perseguir seus próprios objetivos (que não são necessariamente os mesmos que os dos eleitores) e não fazer o que foi prometido. Porém, na eleição seguinte, o eleitor poderá decidir se votará ou não no governo atual. Se esse tipo de punição ou premiação funciona, a eleição é uma forma de *accountability* do governo.

Uma maneira pela qual os eleitores conseguem verificar os resultados das políticas públicas do governo passa por observar o desempenho de variáveis socioeconômicas. A teoria econômica do voto defende que um desempenho favorável de variáveis socioeconômicas tende a aumentar as chances de reeleição dos atuais governantes ou de seu sucessor político, uma vez que são vistos como

¹ DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. 1957

responsáveis pelo resultado. Além disso, um bom resultado socioeconômico tende a demonstrar uma boa capacidade administrativa do atual governo.

No entanto, a relação entre o resultado das políticas do governo e o seu desempenho eleitoral, muitas vezes, não é direta. Embora alguns estudos mostrem evidências de conexão entre performance socioeconômica e voto, vários outros não mostram evidências desta teoria ou apresentam resultados frágeis, com grande variação de resultados entre países e ao longo do tempo (BARONE, 2009²).

Uma possível justificativa para a fragilidade nos resultados dos testes de racionalidade econômica no voto seria a existência de elevada assimetria de informação entre os agentes deste mercado – eleitores e governantes. Este problema ocorre quando um dos lados do mercado detém informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte, gerando distorções no mercado.

Para o eleitor, é relativamente difícil avaliar o desempenho do governante nas diversas áreas de atuação. O eleitor pode não ter fácil acesso ao volume de informações tal que viabilize uma avaliação rápida e ao mesmo tempo abrangente do seu governante. Dessa forma, não consegue exercer com clareza e lucidez seu direito de punir ou premiar o formulador de políticas públicas através do voto.

Rogoff e Sibert (1988³) e Rogoff (1990⁴) defendem que os ciclos políticos eleitorais surgem dessa assimetria de informações, quando o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de performance de uma determinada variável (impostos ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam e, dessa forma, consegue usar essa assimetria a seu favor. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador faz com que a imagem do governo e a sua reputação de competência sejam mais favoráveis do que no restante do mandato, levando, portanto, a resultados eleitorais mais favoráveis.

Um segundo fator que também impede o bom funcionamento do 'mercado de votos' é o que a literatura chama de *bounded memory* (memória limitada) (Wilson, 2003⁵ e Monte, 2007⁶). Nos modelos econômicos é frequente a premissa de que os indivíduos possuem memória perfeita. Porém, na realidade, a maioria dos indivíduos não retêm boa parte das informações e fatos ocorridos, frequentemente ignoram ou têm dificuldade para processar um grande volume de informações (que, muitas vezes, mostram direções opostas), ou não se atualizam frequentemente.

² BARONE, L. *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. FGV, 2009.

³ ROGOFF, K.; SIBERT, A. *Elections and Macroeconomic Policy Cycles*. The Review of Economic Studies, Vol. 55, No. 1, pp. 1-16. 1988.

⁴ ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. The American Economic Review, Vol. 80, No. 1, pp. 21-36. 1990.

⁵ WILSON, A. *Bounded Memory and Biases in Information Processing*. Princeton University, 2003.

⁶ MONTE, D. *Reputation and Bounded Memory in Repeated Games with Incomplete Information*. Yale University, YALE, Estados Unidos. 2007.

Uma das formas levantadas pela literatura para melhorar o funcionamento de mercados com problema de assimetria de informação é através da *sinalização* ao mercado, na qual os ofertantes desenvolvem um modo de conseguir comprovar junto aos consumidores a respeito da qualidade de um determinado produto.

1.2 Justificativa para o uso de sistemas de rankings

O potencial de sistemas de rankings melhorarem o funcionamento de mercados afetados por problemas de assimetria de informação e também por *bounded memory* encontra forte amparo na teoria econômica.

No início dos anos 1980, começou a surgir intensa discussão sobre o papel da competição como um mecanismo de incentivo. Tais discussões começaram a delinear as circunstâncias nas quais a remuneração baseada no desempenho relativo era superior aos pagamentos atrelados ao resultado puramente individual.

O problema essencial que motivou tais discussões decorre do fato de que o desempenho e o esforço dos trabalhadores não são diretamente observáveis.

Um dos primeiros estudos na área, de Lazear e Rosen (1981⁷), trata da relação entre compensação e incentivos em contratos de trabalho, quando há custos elevados para monitorar o esforço e o produto dos empregados. Os autores analisam o pagamento por meio de rankings, em que os empregados são premiados apenas por seu desempenho relativo, sem considerar a diferença em termos de produto entre um agente e outro.

Os autores defendem que quando há baixo custo de monitoramento da produtividade, o ideal é que o pagamento esteja relacionado diretamente ao esforço do agente. Porém, quando o monitoramento é custoso, o pagamento por meio de ranking pode ser uma estrutura de incentivos mais eficiente.

Analogamente, Nalebuff e Stiglitz (1983⁸) analisaram o papel de regimes de compensação no mercado de trabalho, nos quais a remuneração depende da performance relativa dos agentes em economias com assimetria de informação. Em ambientes de elevada incerteza, tais regimes se mostram preferíveis às estruturas de recompensa individualistas.

A maior parte dos estudos, como os citados acima, tratam dos benefícios da performance relativa em relação às estruturas de recompensa individualistas, principalmente no campo de mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos tratam da eficiência deste comparativo para a avaliação de governantes e outros campos de pesquisa.

⁷ LAZEAR, E. e ROSEN, S. *Rank-order tournaments as optimum labor contracts*. Journal of Political Economics, Vol. 89. 1981.

⁸ NALEBUFF, B. e STIGLITZ, J. *Prizes and incentives: towards a general theory of compensation and competition*. The Bell Journal of Economics, Vol. 14, No. 1, 1983.

A OCDE divulgou em 2008⁹ um manual em que debate e contribui para um melhor entendimento da complexidade dos indicadores compostos. O estudo mostra que indicadores compostos, como os rankings, propiciam comparações simples de países e/ou regiões para ilustrar assuntos com maior grau de complexidade, em vários campos de interesse, como desenvolvimento ambiental, econômico, tecnológico, entre outros.

O estudo argumenta que, para o público em geral, indicadores compostos são mais fáceis de interpretar do que identificar tendências comuns entre vários indicadores individuais. Porém, devem ser vistos como uma discussão inicial, como um farol para um assunto muito complexo e, assim, estimular o interesse público.

A OCDE ainda ressalta que indicadores compostos podem mostrar resultados enganosos se forem mal construídos, induzindo os usuários a análises e conclusões muito simplistas. O manual da OCDE lista os principais argumentos prós e contras dos indicadores compostos:

Argumentos prós e contras dos indicadores compostos	
Prós	Contras
Permite resumir assuntos complexos e multidimensionais e dar suporte a tomada de decisões	Podem passar mensagens erradas ou ser mal interpretado, se construído de forma errada.
De mais fácil interpretação do que uma bateria de indicadores individuais	Podem dar margem a conclusões simplistas.
Podem avaliar progressos ao longo do tempo	Podem conduzir a políticas inadequadas se desempenho de dimensões de difícil mensuração são ignoradas.
Facilitam a comunicação com o público leigo em geral	
Promove <i>accountability</i>	
Possibilita aos usuários comparar efetivamente dimensões complexas	

Fonte: OCDE (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.

Em que pese o risco de distorções no caso de mal aplicações, a divulgação de sistemas de rankings pode operar como um sistema de sinalização eficiente entre os gestores públicos e eleitores, contribuindo para diminuir a assimetria de informação.

Ranking serviriam, portanto, como um guia para eleitores avaliarem o desempenho dos formuladores de políticas públicas ao longo do mandato. Com mais informação, a qualidade do voto poderia ser melhorada.

Para os próprios agentes públicos, o uso de sistemas de ranking pode ser útil não apenas para a obtenção de um amplo mapeamento dos fatores de competitividade

⁹ OCDE. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008.

e de fragilidade das políticas públicas do seu estado, mas também como um sistema de incentivo para melhorarem suas posições relativas.

Anexo 2: Estrutura e Metodologia

A estrutura e metodologia adotadas no *Ranking de Competitividade dos Estados* foram geradas após um amplo estudo da literatura acadêmica, bem como da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade.

A escolha dos pilares e indicadores contou também com intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

1.1 Estrutura

A classificação dos Estados foi feita pela compilação de 66 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos:

Segurança Pública	Eficiência da Máquina Pública
Sustentabilidade Social	Capital Humano
Infraestrutura	Inovação
Educação	Potencial de Mercado
Solidez Fiscal	Sustentabilidade Ambiental

Além do ranking geral, os Estados foram classificados em cada pilar e cada indicador.

Para a seleção dos indicadores, foram priorizados aqueles que atendessem aos seguintes critérios:

- i) Mensuração de atividades-fim
- ii) Mensuração objetiva e quantitativa
- iii) Abrangência e representatividade
- iv) Incorporação de situações de *trade-off* (acesso x qualidade x custo)
- v) Apurados por fonte externa e de referência
- vi) Atualização periódica

Dessa forma, foram evitados indicadores de atividades-meio, índices *ad-hoc*, (*presentes, por exemplo, apenas em estudos pontuais e temporários*), pesquisas de opinião, indicadores com interpretação dúbia ou que pudessem carregar algum viés ideológico.

As informações utilizadas para a elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* são provenientes de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas.

A Tendências Consultoria empregou os melhores esforços para a coleta dos dados contidos no presente trabalho, visando que fossem os mais atualizados, corretos e precisos. A elaboração deste Ranking, no entanto, não incluiu a verificação independente ou qualquer tipo de auditoria dos dados e das informações utilizadas.

1.2 Metodologia

A construção do ranking contou com duas etapas:

- i) Tratamento dos dados
- ii) Ponderação dos indicadores e pilares

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados é importante para possibilitar a agregação de indicadores de natureza heterogênea, haja a vista as diversas unidades de medida encontradas nos 66 indicadores.

Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados.

Este critério é amplamente adotado em diversos índices e rankings, como o IDH, e amplamente abordado na literatura acadêmica (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006¹⁰; OCDE, 2008; BARROS, 2003¹¹).

A partir dos indicadores selecionados, $\{B_i: i = 1, \dots, m\}$, normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((B_i - \min_i) / (\max_i - \min_i)) * 100$, onde $\max_i$ e $\min_i$ são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador i .

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor. Assim, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior –, a normalização foi invertida. Como exemplo, no indicador de segurança pessoal, a UF com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e o Estado com a maior taxa de mortalidade recebeu 0.

Além disso, foi implementado um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Com a intenção de incentivar a transparência na divulgação dos dados de interesse, foram penalizadas com o

¹⁰ CHOWDHURY, S. e SQUIRE, L. *Setting weights for aggregate indices: an application to the commitment to development index and human development index*. *Journal of Development Studies* 42(5):761-771, 2006.

¹¹ BARROS, R., CARVALHO, M., e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. IPEA. Texto para discussão nº 986. 2003.

último lugar no ranking as UFs que não disponibilizaram informações para o referido indicador.

Ponderação dos indicadores e pilares

Foram adotados quatro critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

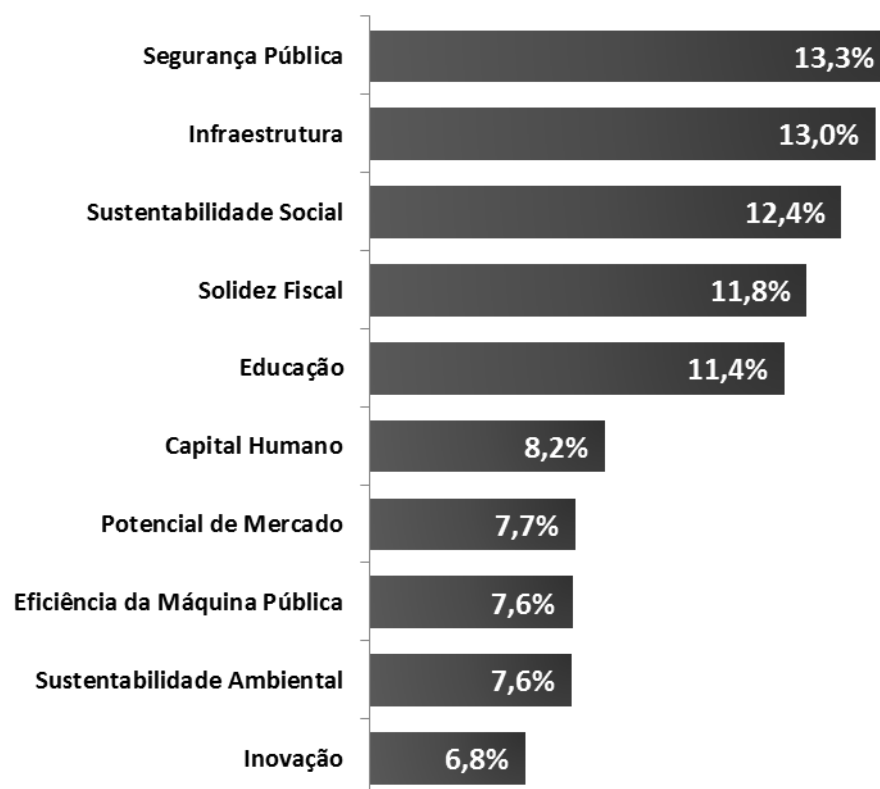
- i) Penalização de redundância: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores do mesmo pilar, a partir de testes de correlação. Tal tratamento possibilitou que fosse incluído no ranking um maior número de indicadores, evitando, ao mesmo tempo, uma maior arbitrariedade na seleção dos indicadores.
- ii) Penalização de indicadores com grande dispersão: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores com elevada variância, apurada com base no coeficiente de variação de Person (obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média). Tal tratamento teve por objetivo evitar uma influência excessivamente elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado final do respectivo pilar.
- iii) Bonificação de indicadores com maior carência: foram bonificados com aumento do respectivo peso os indicadores para os quais o desempenho médio das UFs mostrou-se mais desfavorável em relação ao *benchmark* internacional (dado pela média dos países da OCDE). Tal tratamento teve por objetivo incentivar os gestores públicos a priorizarem políticas públicas voltadas ao avanço dos indicadores nos quais os Estados brasileiros mostram maior carência.

Avaliação de especialistas: por fim, a metodologia previa ainda o uso, em caráter parcimonioso, do chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006; DECANQ e LUGO, 2008¹²). Foram consultados especialistas das diversas áreas para avaliarem se os pesos atribuídos mostravam-se consistentes, tendo em vista a vasta experiência deles no estudo destas áreas.

¹² DECANQ, K. e LUGO, M. *Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation*. OPHI-workshop on Weighting Dimensions. Oxford, 2008.

Depois de analisar todos os critérios, os pesos finais dos pilares ficaram os seguintes:

Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2017)



Comparação de peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados

	Peso (Edição 2016)	Peso (Edição 2017)
Segurança Pública	13,4%	13,3%
Infraestrutura	13,2%	13,0%
Sustentabilidade Social	12,5%	12,4%
Solidez Fiscal	11,7%	11,8%
Educação	11,5%	11,4%
Capital Humano	8,2%	8,2%
Potencial de Mercado	7,6%	7,7%
Eficiência da Máquina Pública	7,6%	7,6%
Sustentabilidade Ambiental	7,6%	7,6%
Inovação	6,8%	6,8%

Critérios de desempate

Para alguns indicadores específicos, houve empate na nota final entre UFs.

Quando os Estados apresentam dados originais iguais, não houve diferenciação ordinal entre eles, aparecendo em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. Em *IDH*, por exemplo, Piauí e Pará possuíam a mesma pontuação no índice calculado em 2010 (ano-base do indicador) – a 24ª maior pontuação do Brasil. Deste modo, os Estados assumiram esta posição com a aparição do Pará seguida da aparição do Piauí e nenhum Estado ocupa, portanto, a 25ª posição.

Quando os Estados são penalizados por omissão de dados, também não houve diferenciação ordinal entre eles, de modo que compartilham a última posição e aparecem em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. A imposição da última colocação visa incentivar a transparência nas próximas edições.

Na tabela abaixo, estão listados os Estados que apresentaram resultados iguais para um dado indicador e o motivo do empate:

	Estado (Posição)	Motivo
PISA	PA(16) e RO(16)	Dados originais iguais
Índice de Transparência	MG(8) e RJ(8)	Dados originais iguais
Custo de Saneamento Básico	PB(12) e PR(12); ES(8) e MA(8)	Dados originais iguais
Qualidade da Energia Elétrica	PA(10) e RN(10)	Dados originais iguais
Produção Acadêmica	AC(24), AP(24), RO(24) e RR(24)	Dados originais iguais
Patentes	AC(17), AL(17), AP(17), CE(17), MT(17), PB(17), PI(17), RN(17), RR(17), SE(17) e TO(17)	Dados originais iguais
IDH	RR(13) e TO(13); AM(19) e PE(19); MA(24) e PI(24)	Dados originais iguais

Mudanças metodológicas (Edição 2017):

Além de permitir a comparação entre as Unidades Federativas, os indicadores também oferecem insumos para o acompanhamento da evolução de dado Estado no tempo. A acurácia da avaliação de competitividade depende da identificação das melhores experiências, com as quais se pode repercutir as boas práticas, esperando que outros Estados não tão bem posicionados possam elencar suas prioridades e reaproveitar casos de sucesso. Portanto, o holofote não apenas deve ser colocado sobre aqueles cujo status se sobressai, pois também convém destacar aqueles que demonstraram avanços relevantes independentemente do seu posto na distribuição.

Deste modo, ainda que sejam desejáveis aprimoramentos contínuos na metodologia do Ranking, existe – e frequentemente prepondera – a preocupação de que os resultados sejam comparáveis entre diferentes edições. O compromisso técnico de coletar os dados mais recentes, bem como tratá-los de maneira a retratar a realidade local com o máximo possível de fidelidade e representatividade, deve ser compatível com a comparabilidade entre edições.

Sendo assim, as regras de ponderação e os critérios de agregação seguem a mesma lógica aplicada na edição de 2015 e tampouco foram alteradas as fontes de informação. Porém, alguns ajustes necessários e inevitáveis foram pontualmente realizados. Abaixo estão listadas tais mudanças:

- i) Taxa de frequência líquida do ensino fundamental e do médio: os indicadores de taxa de abandono do ensino fundamental e do médio foram substituídos por este de frequência líquida. Enquanto o anterior considerava apenas a população que já estava na escola, o segundo leva em conta também a população que deveria estar na escola, mas não está.
- ii) Taxa de atendimento do ensino infantil: inclusão de novo indicador no Pilar de Educação, que expressa a proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.
- iii) Avaliação da educação: até a edição de 2016, este indicador era binário, apresentando a nota '1' se a UF possuía um programa estadual de avaliação da educação básica. Caso contrário, a UF recebia a nota 'zero'. No entanto, este ano, além de premiar as UFs que possuam uma avaliação estadual, também incluímos na métrica a frequência e atualização dessas avaliações. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no estado: peso 20 para 2016; 50 para 2015; 30 para 2014; e 10 para "sistema de avaliação em implementação". Dessa forma, recebem nota máxima somente os estados que tenham realizado e divulgado os exames nos 3 últimos anos (2014 a 2016): 100 pontos.
- iv) Mortes a esclarecer: o indicador, que até a edição de 2016 estava baseado nas estatísticas do Fórum de Segurança Pública, foi substituído pela série do Datasus, o que provocou significativas alterações na ordenação das UFs nesse indicador e, por extensão, no pilar de segurança pública. O novo indicador mostrou duas vantagens em relação ao anteriormente utilizado, justificando a mudança metodológica implementada. Em primeiro lugar, o índice do Datasus disponibiliza as estatísticas para todas as UFs, ao contrário do indicador divulgado pelo Fórum, que não disponibilizava a estatística para uma série de UFs, inclusive para algumas que o indicador do Datasus coloca em posição de destaque, como SC, DF e PB. Adicionalmente, percebeu-se que os dados do Fórum sofreram sensível revisão em sua série histórica, após a qual o desempenho entre as UFs passou a mostrar maior convergência com o padrão que já era observado nas séries do Datasus.

Períodos de Referência

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de indicadores, no entanto, uma mesma edição do ranking compila várias fontes cujos anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, os indicadores são fotografias que não coincidem necessariamente no tempo, podendo ter como referência anos diferentes entre si. Isso acontece, por exemplo, com o pilar de Educação, pois são combinados IDEB, ENEM e PISA, que apresentam frequência e defasagem variadas.

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2017 – Parte I:

	Indicadores	Ed. 2017	Dados novos nessa edição
Infraestrutura	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	2016	Sim
	Custo de combustíveis	2016	Sim
	Custo de saneamento básico	2015	Sim
	Disponibilidade de Voos Diretos	2016	Sim
	Acesso à Energia Elétrica	2015	Sim
	Custo da Energia Elétrica	2016	Sim
	Qualidade da Energia Elétrica	2016	Sim
	Mobilidade urbana	2015	Sim
	Qualidade das rodovias	2016	Sim
	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	2016	Sim
Sustentabilidade Social	Segurança alimentar	2014	Sem dados novos
	Inadequação de Moradia	2014	Sem dados novos
	Famílias abaixo da linha da pobreza	2015	Sim
	Desigualdade de renda	2015	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	2015	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	2015	Sim
	Mortes evitáveis	2015	Sim
	Anos potenciais de vida perdidos	2015	Sim
	Formalidade do Mercado de Trabalho	2015	Sim
	Inserção econômica	2016	Sim
	IDH	2014	Sim
	Inserção econômica dos jovens	2015	Sim
	Mortalidade materna	2015	Sim
	Mortalidade precoce	2015	Sim
	Mortalidade na Infância	2015	Sim
	Previdência social	2015	Sim
Segurança pública	Atuação do sistema de justiça criminal	2015	Sim
	Déficit carcerário	2015	Sim
	Mortes a esclarecer	2015	Sim
	Segurança no trânsito	2015	Sim
	Segurança pessoal	2015	Sim
	Segurança patrimonial	2015	Sim

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2017 –Parte II:

	Indicadores	Ed. 2017	Dados novos nessa edição
Educação	Avaliação da educação	2017	Sim
	IDEB	2015	Sim
	ENEM	2015	Sim
	PISA	2015	Sim
	Índice de Oportunidade da Educação	2015	Sem dados novos
	Taxa de frequência líquida do ensino fundamer	2015	Sim
	Taxa de frequência líquida do ensino médio	2015	Sim
	Taxa de atendimento do ensino infantil	2015	Sim
Solidez Fiscal	Capacidade de investimento	2016	Sim
	Resultado nominal	2016	Sim
	Solvência fiscal	2016	Sim
	Sucesso da Execução Orçamentária	2016	Sim
	Autonomia fiscal	2016	Sim
	Resultado Primário	2016	Sim
Eficiência máquina pública	Eficiência do judiciário	2015	Sim
	Custo do executivo/PIB	2016	Sim
	Índice de transparência	2014	Sem dados novos
	Custo do judiciário/PIB	2016	Sim
	Custo do legislativo/PIB	2016	Sim
	% Servidores comissionados	2014	Sem dados novos
Capital humano	Custo de mão de obra	2016	Sim
	PEA com ensino superior	2015	Sim
	Produtividade do trabalho	2016	Sim
	Qualificação dos trabalhadores	2015	Sim
Sust. ambiental	Emissões de CO2	2015	Sim
	Serviços urbanos	2015	Sim
	Destinação do lixo	2015	Sim
	Tratamento de esgoto	2015	Sim
Potencial de Mercado	Tamanho de mercado	2016	Sim
	Taxa de crescimento	2016	Sim
	Crescimento Potencial da Força de Trabalho	2016	Sim
Inovação	Produção Acadêmica	2014	Sem dados novos
	Investimentos Públicos em P&D	2014	Sim
	Patentes	2012	Sem dados novos